



ACADEMIA **INTERNACIONAL** **DA CULTURA** **PORTUGUESA**

BOLETIM N.º 52 – 2025

LISBOA

**ACADEMIA INTERNACIONAL
DA
CULTURA PORTUGUESA**

**BOLETIM
Edição N.º 52**

2025

O artigo 19.º dos Estatutos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, aprovados pelo Decreto n.º 46 180, de 6 de Fevereiro de 1965, determina que haverá duas publicações Académicas de carácter permanente: o *Boletim* e os *Anais*

TÍTULO:

Boletim N.º 52 – 2025

EDIÇÃO:

Academia Internacional da Cultura Portuguesa

EXECUÇÃO GRÁFICA:

Página Ímpar, Lda

DEPÓSITO LEGAL:

68080/93

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	5
CELEBRAÇÕES DO 60º ANIVERSÁRIO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA (9 DE SETEMBRO DE 2025)	
PROGRAMA	11
ABERTURA	
Dr. Carlos Monjardino	13
Doutora Maria Regina de Mongiardim	15
Secretário de Estado da Cultura, Dr. Alberto Santos	19
CONFERÊNCIA	
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA	
Professor Cat. José Fontes	23
RECORDAR O PROF. ADRIANO MOREIRA, FUNDADOR DA AICP, É ORIENTÁ-LA NO SEU CAMINHO E NO CUMPRIMENTO DOS SEUS OBJECTIVOS MAIORES	
V/Alm. António Carlos Rebelo Duarte	33
JOAQUIM GUERRA, S.J. E A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DAS PALAVRAS	
António Aresta	39
ANGOLA: 50 ANOS DE INDEPENDÊNCIA...PASSADO, PRESENTE E FUTURO	
Luís Manuel Bernardino	45
RUÍNAS DE SÃO PAULO, A-MÁ E GUANYIN OU MACAU NA TRANSIÇÃO ENTRE ORIENTE E OCIDENTE	
Paulo Borges	53
AS GUERRAS CULTURAIS CONTEMPORÂNEAS: FRAGMENTOS E OBSERVAÇÕES	
Gabriela Canavilhas	63
ANGOLA, 50 ANOS: DINÂMICAS POLÍTICAS E SOCIAIS INTERNAS	
Paulo de Carvalho	71
O TRIÂNGULO LUSÓFONO: AGOSTINHO DA SILVA E A REDESCOBERTA DAS RAÍZES AFRICANAS DO BRASIL	
Renato Epifânio	83

DO PENSAMENTO E DA ANÁLISE POLÍTICA NA OBRA DE EÇA DE QUEIROZ – O CONDE D’ABRANHOS José Fontes	91
A POLÍTICA NACIONAL E AS RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS VISTAS POR EÇA DE QUEIROZ Maria Regina de Mongiardim	99
SOBRE A FRONTEIRA MARÍTIMA DE PORTUGAL Maria Regina de Mongiardim	103
EÇA DE QUEIRÓS – DIPLOMATA E COMENTADOR DE POLÍTICA INTERNACIONAL Nuno Canas Mendes	123
PERSPETIVAS ECONÓMICAS PARA ANGOLA ATÉ 2030 – DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA UMA ECONOMIA EM TRANSFORMAÇÃO Francisco Miguel Paulo	129
A LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO NO SÉCULO XXI: ENTRE O PRINCÍPIO UNIVERSAL E OS NOVOS DESAFIOS José Manuel Silva Carreira	145

NOTA DE ABERTURA

Maria Regina de Mongiardim

*Presidente do Conselho Académico da Academia
Internacional da Cultura Portuguesa*

Chegados ao final deste ano de 2025, é momento de balanço.

De balanço do que se fez, do que não se fez por motivos vários, e ou do que apenas ficou suspenso ou adiado.

É também o momento de agradecer a todos quantos continuam a acreditar na nossa Academia, e a todos os que não se pouparam a esforços, para a engrandecer e prestigiar. Incluo neles, não só alguns dos nossos académicos, que mais diretamente colaboraram nas nossas atividades académicas, mas também outras pessoas de muito préstimo e boa-vontade, exteriores à nossa Academia.

2025 não foi um ano fácil para a AICP, nem um ano sem história.

Neste ano de 2025, perdemos três eminentes académicos, o Dr. Laborinho Lúcio, a Profa^a Doutora Manuela Mendonça e o Dr. Joaquim de Aguiar, figuras de destaque no nosso panorama cultural, científico, político e jurídico. O seu triste desaparecimento deixou a Academia mais pobre e deu-nos um sentimento de grande vazio.

Em nota de comemoração, em 2025, celebrámos o 60º aniversário da Academia, em boa hora fundada por iniciativa do saudoso Professor Adriano Moreira, que lhe emprestou os princípios fundamentais por que se rege, e de cuja trajetória não se desviou, antes lhe acrescentou, também por sua influência, a abertura cultural, científica, social e política, que tem marcado o seu percurso, sobretudo, após a instauração da democracia no nosso país.

Deveríamos ter celebrado essa efeméride no passado dia 6 de fevereiro – data da sua criação –, mas tal não se pôde verificar devido a vicissitudes várias surgidas no relacionamento institucional com a Sociedade de Geografia de Lisboa, lugar da sua sede estatutária, situação ingrata que implicou, igualmente, a suspensão de grande parte da atividade da Academia no primeiro semestre do ano.

Essa efeméride celebrar-se-ia no passado dia 9 de setembro – dia mais próximo da data de nascimento do Prof. Adriano Moreira –, no Museu do Oriente, a convite do antigo presidente da AICP, seu académico de mérito, e presidente da Fundação Oriente, o Dr. Carlos Monjardino.

Esta substituição do natural lugar da celebração em causa não deslustrou esse acontecimento solene. Pelo contrário, a AICP pôde concretizar o que antes havia sido projetado para o dia 6 de fevereiro, num espaço conhecido de elevada dignidade, mais amplo, de melhores condições logísticas, e que contou com a ajuda inexcedível da extraordinária equipa de profissionais

daquele Museu. A esta equipa associaram-se, generosa e graciosamente, o Dr. Vítor Escudero e a académica correspondente, Prof^a Doutora Ana Cristina Martins, que disponibilizaram o seu tempo e o seu saber na organização da exposição documental da AICP.

Foi uma cerimónia, a todos os títulos, de significativa envergadura e de muito prestígio para a nossa Academia, valendo-lhe uma apreciação muito positiva da parte da Tutela, nomeadamente, do Secretário de Estado da Cultura, Dr. Alberto Santos, que, em representação da Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Dra. Margarida Balseiro Lopes, enalteceu o papel da nossa Academia, em prol dos valores culturais portugueses, da sua promoção e divulgação, e da difusão da nossa língua. O seu discurso está incluído neste Boletim, tal como o estão os discursos de abertura dos Presidentes da Fundação Oriente e da AICP, bem como os dos dois conferencistas convidados, os académicos de número, o Professor Cat. José Fontes e o V/Alm. António Carlos Rebelo Duarte.

No segundo semestre deste ano de 2025, conseguimos recuperar, em parte, a normal atividade da Academia, se bem que tivéssemos que deslocalizar algumas das suas iniciativas.

Ainda no final de junho, realizámos uma conferência sobre Eça de Queiroz, integrada na efeméride oficial sobre a concessão de Honras de Panteão Nacional a esse grande vulto da literatura portuguesa, a convite da Assembleia da República. Esta conferência, intitulada “*A política nacional e as relações político-diplomáticas do país vistas por Eça de Queiroz*”, realizou-se no ISCSP e foi presidida pelo seu Presidente, Prof. Doutor Ricardo Ramos Pinto, e por mim, tendo como conferencistas o Prof. Doutor Nuno Canas Mendes, Presidente do Instituto do Oriente – instituição com a qual a AICP tem um protocolo de cooperação –, e pelo Professor Cat. José Fontes. Ambas as comunicações constam do presente Boletim.

Graças ao protocolo de cooperação que celebrámos, em maio último, com a UCCLA, realizámos, nas suas instalações, o colóquio “*Angola, presente e futuro*”, que deu continuidade ao ciclo de conferências e colóquios dedicado aos países de língua portuguesa, iniciado em 2024. Este colóquio, com a duração de um dia, reuniu prestigiados académicos e professores dos dois países, e artistas plásticos angolanos, que abrilhantaram o evento e ilustraram o cartaz da sua divulgação.

Algumas das comunicações aí proferidas encontram-se, igualmente, nas páginas deste Boletim.

Em novembro, realizámos um colóquio sobre o património cultural comum de Portugal e Macau, em parceria com o Centro Científico e Cultural de Macau, intitulado “*Entre Portugal e Macau: Pontes culturais, Pontes para o futuro*”, abrindo, assim, portas a futuras novas iniciativas culturais conjuntas, que tenham a Ásia como horizonte.

Este colóquio e os conferencistas participantes permitiram a recolha de vários e interessantes artigos, que também aqui estão publicados.

No âmbito da vida interna da Academia, demos passos importantes para lhe imprimirmos maior dinamismo e um novo fôlego. Elegemos o Dr. Carlos Monjardino, como académico de mérito, e as Professoras Doutoras Gabriela Canavilhas e Ana Cristina Martins, como académicas de número. Elegemos, ainda, como novo académico de número, o V/Alm. José Manoel da Silva Carreira, atual Presidente da Academia de Marinha.

Conseguimos, ainda, alguns lugares que vagaram na categoria de académicos correspondentes nacionais, por forma a podermos imprimir-lhe um desejável refrescamento, mediante a admissão de novos académicos com mais vigor e dinamismo.

Esta necessidade já há muito que se fazia sentir, e, por isso, o Conselho Académico encetou uma reflexão sobre as circunstâncias da aplicação dos artigos nºs 8 e 14 do Estatuto e do Regulamento Interno da AICP, no tocante à categoria de académicos correspondentes nacionais, cuja lista de membros, encontrando-se totalmente preenchida, não permitia novas admissões, que facultassem um maior dinamismo da nossa Academia.

À luz destes instrumentos legais, em vigor, os académicos correspondentes e de número que não compareçam ou não colaborem com a Academia, durante três anos ininterruptos, salvo por motivos de saúde, são objeto de exclusão. Porém, a elevada sensibilidade desta decisão impunha que o tema e a identidade dos académicos a excluir, salvaguardadas as situações de idade avançada e de doença, fossem submetidos à Assembleia-Geral, para votação e deliberação, cujos efeitos se concretizaram a partir do final de 2025.

Ainda em junho deste ano, o Prof. Doutor Renato Epifânio foi eleito académico de número e, subsequentemente, eleito como Secretário-Geral do Conselho Académico, preenchendo uma vaga existente desde finais de março, data em que foi votado e eleito o novo Conselho Académico, a que novamente presido, e se compõe ainda pelos Profs. Doutores José Esteves Pereira e José Carlos Venâncio, como Vice-presidentes, e pelos Padre Vítor Melícias e V/Alm. João Pires Neves, como Vogais.

No desígnio de reforçar a vertente internacional da Academia e de alargar, diversificando, o seu quadro de académicos correspondentes estrangeiros, foram eleitos em Assembleia-Geral prestigiados académicos e professores de Cabo-Verde, Espanha, Guiné-Bissau e Moçambique, alguns dos quais, em princípio, deverão tomar posse no decurso do primeiro semestre de 2026.

Por motivos de natureza pessoal, ficaram adiadas, para o princípio de 2026, as tomadas de posse da Prof^a Doutora Ana Cristina Martins, como académica de número, e do Prof. Doutor Armando Marques Guedes, como académico correspondente, ambos na categoria de nacionais.

Foi igualmente adiada a primeira sessão das “Mesas Redondas” sobre temas da atualidade nacional e internacional, que deveria ter-se realizado em finais de novembro/princípios de dezembro. A data da primeira “Mesa Redonda”, assim como a identidade dos dois intervenientes e o tema a debater, está ainda por definir.

O ano de 2025 pautou-se por um clima muito amistoso nas relações com a Tutela. Ainda no mandato da anterior Ministra da Cultura, Prof^a Doutora Dalila Rodrigues, a Presidente do Conselho Académico foi recebida em audiência, onde pôde expor as dificuldades com que a AICP se debatia para poder funcionar e levar a efeito as suas atividades, designadamente, no que respeitava à livre utilização da sua sede estatutária.

Já no mandato da nova Ministra da Cultura foi convocada uma reunião com a sua equipa de governo, que incluiu o Secretário de Estado da Cultura, e, posteriormente, para uma reunião de trabalho apenas com o Secretário de Estado da Cultura e respetivo gabinete.

A presidente do CA foi ainda convidada para participar nas duas edições do Fórum Cultura, presidido pela Ministra da Cultura, em Lisboa e no Porto, e para assistir à cerimónia de entrega do Prémio Luso-Espanhol de Arte e Cultura 2024 a Luis Pastor.

Com esse mesmo espírito de cooperação, foi dada sequência ao pedido de homologação do texto atualizado dos Estatutos e do Regulamento Interno da AICP, cuja publicação estará para breve, e foram registados alguns dos mais prementes desafios da Academia, mormente de natureza orçamental, sendo certo que a atual Tutela tem posto a tónica no aproveitamento da Lei do Mecenato, a que a AICP não pode nem deve ser alheia.

Os tempos que correm não são fáceis, nem sequer promissores, sobretudo, a nível internacional.

As guerras que assolam o mundo, em particular na nossa vizinhança europeia, as alterações da ordem internacional e da geopolítica, o deslaçamento das relações transatlânticas, a desvalorização da diplomacia tradicional, do Direito Internacional e do multilateralismo, as políticas armamentistas, a proliferação nuclear, as guerras híbridas e a crescente desconfiança e competição entre as potências, não perspetivam nada de bom, *in limine* para o nosso país.

Mesmo as reservas que sempre assolaram a CPLP, sobre a sua utilidade e viabilidade, a situação política interna em Angola, a crise na Guiné-Bissau, a instabilidade em Moçambique e em S. Tomé e Príncipe, e a problemática da Guiné Equatorial, não são de molde a facilitar a concretização da Comunidade Lusófona, imaginada por Agostinho da Silva.

Acresce que a guerra na Ucrânia, abrindo clivagens entre quem apoia Kiev ou Moscovo e Pequim, e as leis da imigração e da nacionalidade, aprovadas em Portugal, afetando nacionais de todos os países de língua portuguesa, designadamente do Brasil e de Timor-Leste, igualmente demandantes desses estatutos, geram sentimentos de repúdio que não se comprazem com os ideais dessa Comunidade imaginada.

Se, desde sempre, era sabido e notório que a CPLP funcionava de forma quase exclusiva a nível dos governantes, sendo praticamente desconhecida da realidade com que se confrontam as populações desses países, resulta que muitas são as brechas e as divisões entre Portugal e os seus parceiros lusófonos, em especial quando vozes de políticos radicais, de uma e outra banda, clamam pela aplicação de regras de pendor nacionalista ou por indemnizações relativas ao anterior domínio colonial.

Por outro lado, os desenvolvimentos tecnológicos, o crescendo da utilização da Inteligência Artificial, e a cada vez maior prevalência do inglês, como língua franca universal, tendem a colocar a língua portuguesa num patamar de grande complexidade, apesar da linguagem numérica simplista contabilizar os falantes de português em mais de 260 milhões, e que poderão chegar a 380 ou 400 milhões, em 2050.

Face a este ambiente, os desafios da nossa Academia aumentaram exponencialmente. E é, precisamente, a sua vertente internacional – o verdadeiro *core* da Academia – que está em questão na atualidade.

Por tudo isto, a AICP precisa urgentemente de desenvolver a sua atenção e as suas práticas vocacionadas para o domínio internacional, projetando-se para o exterior, quer apetrechando-se de académicos estrangeiros, de incontestável mérito e valia, quer lançando projetos sem

fronteiras, que envolvam instituições académicas e de ensino, as sociedades e, sobretudo, os jovens de outros países, quer ainda angariando o patrocínio de mecenas.

Estas ideias, que aqui enfatizo, estão plasmadas no discurso que proferi na abertura das comemorações do 60º aniversário da AICP, em que mencionei alguns dos projetos que poderíamos desenvolver.

E um deles já está na forja: a atribuição do “Prémio Adriano Moreira” ao autor do melhor ensaio sobre a/as identidade/s nacionais ou regionais, que será lançado e divulgado no início de 2026 e cuja abertura oficial será no dia 6 de setembro, data do aniversário do Professor Adriano Moreira, e divulgado a 23 de outubro, dia do seu falecimento. Este Prémio, de carácter internacional, terá edições anuais subsequentes.

Resta-me desejar que este número do Boletim da AICP satisfaça os seus leitores e, em especial, a perspetiva crítica, sempre útil, dos nossos académicos. E desejar, também, que os Boletins dos anos vindouros continuem a ter muitos e bons contributos, e que já possam incorporar muitas das concretizações que, hoje, apenas habitam os lugares dos nossos melhores propósitos.

Cordialmente e com afeto,
Maria Regina de Mongiardim

COMEMORAÇÕES DO 60º ANIVERSÁRIO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA

PROGRAMA – 6 DE FEVEREIRO DE 2005

ABERTURA

Presidente da Fundação Oriente, Dr. Carlos Monjardino
Presidente da AICP, Doutora Maria Regina de Mongiardim
Secretário de Estado da Cultura, Dr. Alberto Santos

CONFERÊNCIA

Enquadramento histórico da fundação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa,
Professor Cat. José Fontes

*Recordar o Prof. Adriano Moreira, fundador da AICP, é orientá-la no seu caminho
e no cumprimento dos seus objectivos maiores,*
V/Alm. António Carlos Rebelo Duarte

Apresentação da Edição Especial do Boletim da AICP
e da publicação do Índice dos Boletins Anuais

Inauguração da Exposição do Acervo Documental da AICP e descerramento
do Retrato do antigo Presidente da AICP, Dr. Carlos Monjardino

Encerramento da Sessão

COMEMORAÇÕES DO 60º ANIVERSÁRIO DA AICP¹

Carlos Monjardino

Presidente da Fundação Oriente

Senhor Secretário de Estado da Cultura

Senhora Presidente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa

Minhas senhoras e meus senhores

É uma honra para mim próprio e para a Fundação Oriente receber a Academia Internacional de Cultura Portuguesa no Museu do Oriente para a comemoração dos seus sessenta anos. Quero agradecer à Doutora Maria Regina de Mongiardim o convite que me dirigiu para participar na abertura desta sessão.

Quero cumprimentar, em especial, o Vice-Almirante António Rebelo Duarte, antigo Presidente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, e o Professor José Fontes, Académico de número, que nos vão falar sobre o Enquadramento histórico da Fundação da Academia Internacional de Cultura Portuguesa e sobre o Professor Adriano Moreira.

Como sabem, fui Presidente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, entre 2010 e 2017, a convite do Professor Adriano Moreira, que concebeu, fundou e garantiu a continuidade desta instituição num período crítico de mudança na história de Portugal.

Na minha opinião, Adriano Moreira reconheceu a inevitabilidade dessa mudança desde antes da sua nomeação como Ministro do Ultramar, e antecipou o sentido histórico da viragem, depois da sua demissão, em 1962.

É nesse contexto que deve ser interpretada a sua decisão de organizar, dois anos depois, o I Congresso das Comunidades Portuguesas na Sociedade de Geografia, de que era Presidente. As decisões do Congresso incluem a criação da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, que vai ser fundada logo a seguir, em 1965.

A escolha do nome é significativa. Adriano Moreira quer criar uma instituição que representa, ao mesmo tempo, a projecção internacional da cultura portuguesa e a sua vocação universalista, que devem prevalecer para lá do ciclo imperial que está a chegar ao fim.

A escolha dos fundadores é igualmente significativa. Adriano Moreira forma à sua volta uma elite de militares, eclesiásticos, diplomatas e intelectuais cuja vocação pessoal e institucional é defender os interesses nacionais e os valores da cultura portuguesa para além de um regime político que excedeu o seu tempo. A lista das personalidades que aceitam ser sócios

¹ Museu da Fundação Oriente, 9 de Setembro de 2005.

fundadores ao lado de Adriano Moreira inclui o Doutor José Azeredo Perdigão, o Professor Armando Cortesão, o Professor Jorge Dias, o Almirante Reboredo da Silva, o General Luís da Câmara Pina, o Arcebispo D. Manuel Trindade Salgueiro, o Padre Silva Rego e o Padre Aguiar, o Embaixador José Nosolini e a Professora Virgínia Rau.

A escolha da Sociedade de Geografia, que recebe a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, também foi significativa. Adriano Moreira é o Presidente da Sociedade da Geografia, uma instituição fundada por militares, diplomatas, cientistas e intelectuais, que se constitui como uma sociedade dedicada à “propagação científica e patriótica” da geografia e da história portuguesa. Desde a sua fundação, a Sociedade de Geografia está aberta aos contactos com cientistas estrangeiros e participa no desenvolvimento da geografia como uma nova disciplina científica, inseparável da origem da futura disciplina das relações internacionais, que Adriano Moreira ensina na universidade.

A intuição inicial do fundador da Academia Internacional da Cultura Portuguesa estava certa. Depois do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, Portugal vai passar a ser uma democracia pluralista de tipo ocidental que escolhe a integração plena nas Comunidades Europeias, na sequência da descolonização africana. O regresso de Portugal à democracia e à Europa define o novo quadro em que se reestruturam as relações com o conjunto dos Estados de língua portuguesa, institucionalizadas na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que confirma e prolonga a vocação universalista da cultura portuguesa.

A Academia Internacional da Cultura Portuguesa permanece fiel ao espírito da sua fundação e hoje integra entre os seus membros um número crescente de personalidades do Brasil e dos novos Estados de língua portuguesa. Julgo que é essa a melhor homenagem que podemos prestar a Adriano Moreira, nos sessenta anos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Muito obrigado.



COMEMORAÇÕES DO 60º ANIVERSÁRIO DA AICP¹

Maria Regina de Mongiardim

*Presidente do Conselho Académico da Academia
Internacional da Cultura Portuguesa*

Senhor Secretário de Estado da Cultura
Senhor Presidente da Fundação Oriente
Senhores Académicos
Distintos convidados

Sejam muito bem-vindos. Bem-hajam pela vossa presença. Cumprimento S.Exa. o Senhor Secretário de Estado da Cultura, Dr. Alberto Santos, em representação da Senhora Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, que, com a sua presença, muito dignifica a nossa Academia.

Agradeço ao Dr. Carlos Monjardino – presidente da Fundação Oriente, ex-presidente e Académico de Mérito da AICP – por acolher esta celebração, contribuindo, assim, para a notoriedade de uma instituição, que trilhou um caminho de excelência, e que dela ainda muito se espera na senda da valorização e conhecimento do nosso património histórico, da nossa cultura e da sua projecção no mundo.

Esta celebração pretende, também, homenagear a figura do seu eminente fundador, o Professor Adriano Moreira – meu querido e saudoso Mestre e Amigo –, que tanto se dedicou aos princípios orientadores desta Academia: *a investigação e estudo do nosso património cultural, onde quer que se encontre, a promoção e divulgação da cultura e língua portuguesa, a consolidação da comunidade lusófona, e a sua afirmação mundial.*

Adriano Moreira foi um Homem do seu tempo, que viveu à frente do tempo. A instituição da Academia Internacional da Cultura Portuguesa espelha bem esse aforismo.

Não pretendo repetir, nem retirar palco a quem, com toda a propriedade e melhor do que eu, já mencionou aspetos relevantes da AICP, ou falará da sua História e da visão de futuro de Adriano Moreira, ao fundar esta Academia, dos seus valores humanistas, do seu arraigo aos princípios da portugalidade e da projecção mundial desses valores e princípios.

Mas, cumpre-me referir que esta efeméride pretende enfatizar e reforçar a importância do papel da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, enquanto produtora de conhecimento e de *soft power*.

¹ Museu da Fundação Oriente, 9 de Setembro de 2005.

Cumpre-me realçar, também, que esta celebração resulta de um extraordinário trabalho de equipa, em que várias pessoas, com ou sem ligação à Academia, se empenharam, a quem, sinceramente, agradeço a disponibilidade e generosidade.

Enquanto presidente de turno do Conselho Académico da AICP – já vou no início do meu segundo mandato –, deter-me-ei nalguns aspetos que considero essenciais para o bem-fazer da Academia, para a prossecução dos seus objetivos e para a sua visibilidade.

Um desses aspetos prende-se com a sua cooperação com a tutela – o Ministério da Cultura, Juventude e Desporto –, vital, para que possamos desenvolver tarefas numa boa articulação no quadro das políticas públicas, em domínios das nossas competências.

Devo ressaltar a recente reunião com a Senhora Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Dra. Margarida Balseiro Lopes, e com o Senhor Secretário de Estado da Cultura, Dr. Alberto Santos, uma oportunidade ímpar, para, de viva-voz, expormos os nossos objetivos, as nossas realizações e os nossos maiores “desafios”.

Outro aspeto, prende-se com o desígnio da Academia alargar o âmbito da sua cooperação institucional a entidades, nacionais e estrangeiras, que persigam idênticos objetivos, para que consigamos projetar-nos mais longe e criar sinergias, tendo em vista futuras atividades conjuntas.

Algo já concretizámos, mas resta ainda muito por fazer, a níveis nacional e internacional.

Refira-se, a propósito, o protocolo com o Instituto do Oriente, do ISCSP/Universidade de Lisboa, que deu palco a uma conferência sobre a *“Política nacional e a Diplomacia vistas por Eça de Queiroz”*, integrada no projeto da Assembleia da República de Concessão de Honras de Panteão Nacional a essa figura ímpar da literatura portuguesa.

Ou o protocolo de cooperação com a UCCLA, à luz do qual se realizará a conferência sobre *“Angola: presente e futuro”*, no próximo dia 23 de outubro, que reunirá um conjunto de prestígio acadêmicos e professores portugueses e angolanos.

Esta iniciativa insere-se no ciclo de conferências sobre os Países de Língua Portuguesa, iniciado em 2024, a prosseguir nos meses vindouros.

De referir, também, o protocolo com a Academia Cabo-verdiana de Letras, em negociação.



Dentro deste espírito de cooperação institucional, cabe mencionar o estatuto da AICP de Observadora Consultiva da CPLP, adquirido em 2020, que permitiu associar esta Organização Multilateral a duas iniciativas realizadas no ano passado, como o seminário “*O Brasil na Nova Ordem Mundial*” e o colóquio “*Timor-Leste, na encruzilhada de vários mundos*”.

Relativamente ao seminário sobre o Brasil, devo salientar a intervenção da Missão do Brasil junto da CPLP, em Lisboa, e do seu Representante Permanente, o Embaixador Juliano Féres Nascimento

(*aqui presente*), que, desde o primeiro momento, não hesitaram em aderir a esse projeto da AICP. Esta iniciativa contou com um valioso naipe de individualidades, portuguesas e brasileiras, de diversas especialidades.

O colóquio sobre Timor-Leste também conseguiu reunir conceituados oradores dos dois países, alguns dos quais participaram, à distância, a partir de Díli.

Ainda no quadro da cooperação com a CPLP, esperamos que a nossa contribuição nas Comissões Temáticas em que a Academia se integra – “*Promoção e divulgação da Língua Portuguesa*”, “*Assuntos Culturais*”, “*Educação, Ciência e Tecnologia*” e “*Tecnologias e Sociedade*” – seja tão frutífera, como são as nossas expectativas.

É neste desiderato, que a AICP se propõe animar outras entidades, nacionais e estrangeiras, a encetar uma cooperação institucional, tida como



instrumento incontornável, para imprimir maior vigor ao nosso funcionamento, e para se conseguir maior abrangência de conteúdos e diversidade de interlocutores.

Uma das nossas preocupações prende-se com o nosso quadro de Académicos, deficitário, e com diminuta capacidade de resposta às necessidades de funcionamento da Academia.

Importa, por isso, insuflar “sangue novo” à Academia, ampliando o número de académicos de todas as categorias e nacionalidades. Pensamos que mais académicos, mais jovens e diversos, podem garantir uma AICP mais dinâmica, para que possa crescer, desenvolver-se e enfrentar os desafios que tem pela frente, cumprindo os seus objetivos.

Para tanto, requer-se a atualização dos seus estatutos e regulamento interno, um processo que já se iniciou junto da tutela, para oportuna promulgação governamental. Espero que esta ocorra em breve.

No mundo complexo e conturbado em que vivemos - que o Professor Adriano Moreira, no seu grande saber, referia amiúde -, estou convicta de que a Academia, dada a sua vocação internacional, tem um importante papel a desempenhar, que vai muito além da investigação e do estudo do nosso património histórico, e da promoção e divulgação da cultura e língua portuguesa.

Refiro-me ao corpo mais vasto das ciências sociais e humanas, e sua interdisciplinaridade, que muito podem beneficiar da postura neutral da Academia, enquanto produtora de conhecimento e lugar de discussão e debate.

Neste sentido, tencionamos promover um ciclo debates, a começar ainda este ano, sobre a atualidade nacional e internacional, os desafios que se colocam ao nosso país e seus parceiros, e perspectivas de futuro (permitam-me este *wishful thinking*).

Os temas são vastos, e muitos são, também, os possíveis oradores, de diversos quadrantes, que poderão, se aceitarem, colaborar com a Academia.

Continuaremos a publicar o Boletim anual da AICP, que bem poderá ser um excelente manual de artigos científicos de autores credenciados, sobre diferentes matérias, além de ser o normal repositório das comunicações proferidas nas sessões solenes de tomadas de posse, ou em conferências e colóquios promovidos pela Academia.

A AICP pode acolher, também, a apresentação de livros dos seus académicos, e não só, bem como divulgar obras científicas de instituições parceiras na sua página de internet.

Se conseguirmos os apoios necessários - porque determinação não nos falta -, seja por via governamental ou do Mecenato, a AICP tem, diante si, várias oportunidades para se afirmar, desenvolver e reforçar, enquanto instituição académica, científica e diplomática, sem fronteiras.

A nossa ambição talvez coloque a fasquia demasiado alta. Mas, julgo que não deveríamos deixar de perspetivar a atuação da AICP nesse patamar.

Assim, poderíamos considerar a criação:

- a) de prémios para jovens dos países de língua portuguesa e das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo, nas áreas da Cultura (ex.: artes plásticas, cénicas, musicais e da escrita);
- b) de Embaixadores juvenis da cultura e língua portuguesa em comunidades da diáspora;
- c) de parcerias com organizações de direitos humanos e da igualdade, para produção de conteúdos culturais com impacto social;
- d) e de uma plataforma digital de intercâmbio cultural juvenil.

A AICP poderia ainda promover a publicação de estudos e obras sobre as diversas identidades culturais existentes dentro da Lusofonia;

e fomentar a criação de projetos que valorizem:

- a) a diversidade étnica e de género, e
- b) as tradições culturais, artísticas e desportivas nacionais, enquanto património cultural (e.g. jogos tradicionais, danças com carácter desportivo).

Sei que tudo isto constitui um “caderno de encargos”, de grande fôlego. Quem dera pudéssemos concretizá-lo.

Para finalizar, permitam-me que reitere os meus agradecimentos a todos os presentes e àqueles que contribuíram para esta celebração.

SESSÃO SOLENE DOS 60 ANOS DA FUNDAÇÃO AICP

Alberto Santos

Secretário de Estado da Cultura

Exmo. Senhor Presidente da Fundação Oriente, Dr. Carlos Monjardino, ilustre anfitrião e homenageado desta sessão

Exma. Senhora Presidente da Academia Internacional Cultura Portuguesa, Prof. Dra. Maria Regina Mongiardim

Exmos. Senhores Presidentes das Academias e Instituições Universitárias

Ilustres Académicos e Convidados

Ao celebrarmos o 60.º aniversário da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, prestamos homenagem a uma instituição que nasceu, em 1965, com uma missão clara: promover o estudo, a investigação e a divulgação da cultura portuguesa em todas as suas dimensões e em todos os continentes onde se fez presente. Desde então, a Academia tem sido guardiã e intérprete do património imaterial que nos une, estabelecendo pontes entre comunidades e preservando a memória viva de Portugal no mundo.

Criada com o propósito de inventariar tradições culturais, apoiar o estudo das comunidades que se inspiram na cultura portuguesa e fomentar publicações que fixem esse legado, a Academia tem cumprido fielmente a sua vocação. Nos seus estatutos fundacionais reconhece-se já a intuição de que a cultura portuguesa é maior do que as fronteiras do país – é uma realidade plural, viva e em permanente diálogo com outras culturas.

Cultura portuguesa – essa realidade diversa e viva – que é, nas palavras de Helena Vaz da Silva, “um instrumento para a felicidade” e “uma via para o entendimento dos povos”¹.

Borges de Macedo lembrava, com frequência, que “escolher é abdicar”. Assim, sendo o temo vasto e ambicioso, e a nada querendo renunciar, escolhi, nesta ocasião, dar atenção à língua portuguesa – tema que me é particularmente caro, também ao nível pessoal, mas sobretudo porque falar de uma língua é refletir sobre os valores culturais que lhe são intrínsecos.

Num mundo onde o português está presente em quatro continentes e os povos da diáspora em cinco, escolho, como Helder Macedo, situar-me num *Centro sem Fronteiras*².

¹ *Helena Vaz da Silva: Incitações para o milénio, Lisboa, CNC, 2001*

² Fonseca, A. M. (2017). Um centro sem fronteiras: com Helder Macedo, pelo mundo. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade*. Livro de atas (pp. 136-148). Braga: CECS.

Há, de facto, um centro – Portugal – onde se forjou, ao longo de séculos, uma língua que ainda é hoje organismo vivo, em constante mutação.

É preciso recordar, por exemplo, que em pleno século XVI, o Portugal humanista hesitava ainda entre a adoção do português e do latim.

E neste contexto, a escolha de Camões em escrever *Os Lusíadas* em vernáculo ganhou particular relevo, se encarada como um manifesto sobre o lugar da língua na identidade e no futuro do país.

Foi essa mesma língua que, embarcando com os navegadores, aportou em África, na América, no Oriente. Adaptou-se a novas mundividades, enriqueceu-se com outras realidades e amadureceu como língua pluricêntrica e multicultural.

Mas foi com a emancipação do Brasil que o português iniciou, verdadeiramente, a sua transição de língua nacional para língua global. As independências que se seguiram reforçaram essa trajetória: povos livres, senhores do seu destino, fizeram do português um património comum a nove nações.

Mas, como em todas as grandes viagens, também esta teve – e tem – as suas turbulências. A língua, enquanto expressão identitária e instrumento de afirmação no mundo, gera debates acesos, tensões políticas e interpretações apaixonadas.

George Steiner alertava, em *Depois de Babel*, que uma língua comum não garante, por si só, entendimento mútuo. E se Eduardo Lourenço via na lusofonia “uma selva obscura” *pela interferência ou coexistência (...) de leituras, mitologias culturais, não homólogas e, só no melhor dos casos, análogas*³, já o Professor Adriano Moreira oferecia uma visão enérgica e otimista, ao afirmar que “a defesa da língua é a defesa da identidade do grupo e de cada um dos seus membros, do fortalecimento da capacidade de negociar interdependências justas”⁴.



³ **Lourenço, Eduardo.** *Drama Europeu*. [Ensaio online], disponível em: eduardolourenco.com (consultado em [data]); citado em “**A Lusofonia como campo conflituoso**”, in *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva, 1999.

⁴ Adriano Moreira, *A língua e o conceito estratégico português*, Academia das Ciências, 2015.

Hoje, o português é falado por cerca de 280 milhões de pessoas. As Nações Unidas estimam que, até ao fim deste século, sejamos 500 milhões de falantes. Entre as mais de sete mil línguas do mundo, a nossa figura entre as dez primeiras – um feito que só a nossa História pode explicar.

E essa presença não é apenas demográfica. No meio digital, o português tem vindo a afirmar-se de forma surpreendente. A *ONU News* em português, por exemplo, é o quinto serviço linguístico mais consultado da Organização, com mais de 2 milhões de visualizações e 15 milhões de utilizadores nas redes sociais.⁵

É por isso natural que o Governo português, em articulação com a CPLP, assuma como meta, até 2030, o reconhecimento do português como língua oficial das Nações Unidas.

Esta ambição diplomática é acompanhada por um crescente esforço institucional – público e privado – para promover o ensino da língua. Um exemplo notável é o *Portal do Professor de Português Língua Estrangeira*, coordenado pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa, e gerido de forma multilateral.

Mais do que uma plataforma, é um instrumento de cooperação linguística e cultural entre os Estados-membros da CPLP, ao serviço de uma língua que exprime múltiplas identidades e realidades – uma língua sem fronteiras, portanto.

Dentro de portas, o Governo reafirma a sua aposta na promoção da língua portuguesa nos sistemas educativos dos países lusófonos, através de intercâmbios académicos e programas de cooperação.

A mesma visão orienta, aliás, a política nacional de integração.

Com efeito, a chegada de novas comunidades ao país é uma realidade que nos desafia, que nos obriga a conceber novas estratégias e a primeira delas é o acesso à língua.

Ao aprenderem português, os imigrantes não apenas encontram um caminho para a integração social, profissional e cívica. Tornam-se também eles parte ativa do crescimento da nossa língua. Cada novo falante traz consigo a sua experiência, a sua voz e a sua memória, enriquecendo o idioma com novas entoações, novos olhares e novas formas de dizer o mundo.

Assim, a língua portuguesa não cresce apenas na sua expansão global: cresce também por dentro, aqui em Portugal, com aqueles que escolhem viver entre nós e que, ao apropriarem-se do português, lhe acrescentam vitalidade e futuro.

Por isso, o Governo propõe reforçar o ensino do português como ferramenta de inclusão social, profissional e cívica, assegurando aos imigrantes o conhecimento da língua e da cultura que os acolhe.

Senhora Presidente,

Estimados Académicos,

Minhas senhoras, meus senhores,

Quando esta Academia foi fundada, em 1965, Portugal vivia ainda sob o signo do Estado Novo, com as chamadas províncias ultramarinas inscritas no seu território político e com

⁵ Dia Mundial da Língua Portuguesa

Lisboa como capital centralizadora de todas as decisões. Era um tempo em que a cultura portuguesa se pensava sobretudo a partir de dentro, marcada pela noção de unidade imperial e por uma visão homogênea do país.

Sessenta anos depois, o mundo é outro, e Portugal com ele. Somos uma democracia consolidada, Estado-membro da União Europeia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com uma diáspora viva em todos os continentes e com uma cultura reconhecida pela sua pluralidade. De centro de um império, passámos a ser ponto de encontro de culturas, promotor de um legado que é ao mesmo tempo memória e património vivo, continuamente recriado por milhões de falantes e por todos os que se reconhecem nesta herança partilhada. É neste novo contexto que a Academia reafirma a sua atualidade: porque o seu objeto não envelhece – a defesa e promoção da nossa cultura, do nosso legado e da nossa língua.

Neste contexto, permitam-me uma palavra de homenagem ao Professor Adriano Moreira, fundador e grande impulsionador desta Academia, cuja visão humanista e universalista permanece como farol. Ao longo de décadas, Adriano Moreira lembrou-nos que a defesa da cultura e da língua portuguesa é, também, a defesa da nossa identidade coletiva e da nossa capacidade de dialogar com o mundo.

Depois de outras presidências, hoje, sob a orientação da Professora Maria Regina Mongiardim, a Academia não apenas honra a memória de 60 anos, mas participa de uma transformação cultural protagonizada pelo XXV Governo Constitucional: descentralizando saberes, ampliando o acesso, valorizando a criação independente e fortalecendo o mecenato cultural.

Fá-lo, prosseguindo o seu legado inicial com renovada energia e sentido de missão, abrindo-se a novos desafios e projetando-se no futuro como lugar de reflexão e cooperação cultural. Mantendo-se atenta às exigências culturais do nosso tempo.

Deste modo, não se trata, hoje, apenas de celebrar um passado fecundo, mas de afirmar um futuro onde a nossa Academia continuará a ser espaço de encontro, de investigação e de partilha – contribuindo para que a língua e a cultura portuguesas permaneçam vivas, criativas e capazes de inspirar novas gerações, em Portugal e no mundo.

Estimados Amigos da Cultura Portuguesa,

Como nota de rodapé, termino com uma pergunta – ou melhor, com um verso – de Caetano Veloso, que ecoa como provocação e promessa:

Flor do Lácio

Sambódromo

Lusamérica

latim em pó

O que quer, o que pode esta língua?

Muito obrigado!

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA¹

José Fontes

*Académico de Número da Academia Internacional
da Cultura Portuguesa*

*Professor Catedrático da Academia Militar – Instituto
Universitário Militar*

*Professor Catedrático Convidado da Faculdade de
Direito da Universidade Nova de Lisboa*

Senhora Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa,
Estimado Dr. Carlos Monjardino,
Prezados Confrades,
Senhoras e senhores,

Saúdo todos os presentes e agradeço à senhora Presidente, e ilustre Confrade, o muito honroso convite que me dirigiu para intervir nesta sessão solene e, por isso, permitam-me que lhe dirija as minhas primeiras palavras que são de sentido agradecimento pelo referido convite.

Prezados Confrades

É com profundo sentido de honra e de responsabilidade que tomo a palavra neste solene momento, em que celebramos seis décadas da fundação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Esta efeméride não é – e não pode ser – apenas um marco cronológico, mas antes um ponto de reflexão sobre o percurso trilhado, sobre os alicerces lançados pelos seus ilustres Fundadores – e uma justíssima homenagem a estes e a todos os que se lhe seguiram –, e sobre a missão que continua a interpelar-nos.

¹ Proferida na *Sessão solene comemorativa do 60.º aniversário da fundação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, em 9 de setembro de 2025, no Museu da Fundação Oriente.

Sessenta anos podem parecer, à escala da História, um instante fugaz; contudo, na vida das instituições académicas e culturais, representam uma maturidade conquistada, uma memória consolidada e uma herança que nos cabe projetar para o futuro adveniente².

A AICP nasceu num tempo de mudança e de incerteza, num tempo a que Adriano Moreira chamou *Tempo de Vésperas*, no tal tempo de esperança, em que homens e mulheres de visão entendiam que a cultura, a língua, a literatura, a história e o pensamento portugueses só poderiam afirmar-se plena e perenemente através da instituição de uma academia internacional capaz de ultrapassar fronteiras³.

Neste dia de comemoração, é indispensável evocar não apenas o formal ato fundador de 1965, mas sobretudo o contexto em que surgiu a Academia, os desafios que enfrentou, os protagonistas que lhe deram vida e sequência – e que foram tantos e tantas – e o contributo que deixou ao longo de seis décadas de existência⁴ e de trabalho.

O Decreto n.º 46180 – que ainda hoje vigora – foi mandado publicar pelo Presidente da República, Américo Thomaz, e dele constam as assinaturas do então Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, de Alberto Franco Nogueira e Inocêncio Galvão Teles, respetivamente à data, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro da Educação Nacional.

Importa, por isso, enquadrar a sua fundação no plano mais vasto da história cultural – e diria até – da história política de Portugal e das suas relações com o mundo, particularmente o *tal mundo afiliado à língua e cultura portuguesas* para que melhor compreendamos a relevância do caminho já percorrido.

Assim, esta intervenção terá como fio condutor um breve enquadramento histórico da fundação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, passando pela análise do contexto sociopolítico e cultural em que nasceu, pelas suas primeiras realizações, pela consolidação e expansão que alcançou ao longo das décadas e, finalmente, pela sua presença atual e pelos horizontes de futuro que se abrem.

Creio que desde já se impõe – também em jeito de preito de homenagem – uma palavra, uma referência, um tributo aos seus fundadores, valorizando a perseverança dos primeiros académicos e, por essa via, reafirmando o insubstituível papel que a nossa Academia continua a desempenhar na afirmação da cultura portuguesa, no diálogo intercultural e na promoção da língua que nos une e que se diz *ser a nossa Pátria*. Pátria que já não é apenas Portugal mas a de todos – e são muitos – os que se exprimem na bela língua que nos cabe defender.

Se hoje aqui nos reunimos é porque acreditamos que a cultura portuguesa não conhece fronteiras, que a identidade não se fecha sobre si mesma, e que a memória coletiva se renova sempre que a tradição se abre à modernidade⁵. É nesse espírito que assinalamos estes sessenta anos: celebrando o passado, honrando o presente e preparando o futuro.

² Cf. Hobsbawm, Eric. *On History*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1997, p. 65 – sobre a perceção do tempo histórico e da memória coletiva.

³ Sobre o papel das academias culturais na afirmação internacional da língua e cultura portuguesa, ver Torgal, Luís Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Almedina, 1989, p. 213.

⁴ Estatutos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1965 (Arquivo Histórico da AICP).

⁵ Eco, Umberto. *A Definição da Arte*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 112.

Um facto pessoal gostaria agora de referir. As minhas eleições para Académico Correspondente e Académico de Número devem-se a Adriano Moreira que conheci quando tinha 17 anos e com quem tive o inigualável privilégio de trabalhar até ao fim da sua longa e tão rica vida.

Não esqueço – e permitam-me que agora e aqui o recorde – que aquando das celebrações do 40.º aniversário da nossa Academia, quando na qualidade de Secretário-Geral Adjunto do saudoso Confrade – Professor Doutor Jorge Morais Barbosa –, liderei o processo de renovação das instalações da Academia na sede da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) com o apoio financeiro do Ministério da Cultura, sendo à data Ministro da Cultura o Dr. Pedro Roseta, foi o próprio Professor Adriano Moreira que me pediu que se assinalasse a data comemorativa também com uma placa – que se encontra ainda hoje na Sala da AICP – e de onde constassem todos – sem exceção – os nomes dos Cofundadores.

Um notável grupo de ilustres portugueses que naquele tempo e naquela data empreendeu a missão de criar a AICP depois de realizado o primeiro marcante Congresso das Comunidades Portuguesas.

Em dezembro de 1964, na Sala Portugal da SGL, foi inaugurado aquele I.º Congresso das Comunidades Portuguesas. A ampla participação de portugueses, ou descendentes de portugueses, vindos de tantas partes do mundo, foi uma evidência clara do sucesso do Congresso. Como resultado, – entre outros – foram fundadas a já extinta União das Comunidades de Cultura Portuguesa e a Academia Internacional da Cultura Portuguesa⁶.

Do histórico ato fundador da nossa Academia constam os nomes dos Académicos de Número considerados fundadores e que hoje – com sentido de memória – evocamos com profunda gratidão e respeito⁷.

Hoje e aqui – para memória futura – recordo os seus nomes:

Adriano José Alves Moreira

António da Silva Rego

Armando de Freitas Zusarte Cortesão

Armando Gonçalves Pereira

Armando Reboredo e Silva

João da Costa Freitas

Jorge Dias

José de Azeredo Perdigão

José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão

Luís da Câmara Pina

D. Manuel Trindade Salgueiro

E a única mulher

Virgínia Rau.

⁶ Vide <https://socgeografialisboa.pt/historia/congressos-e-exposicoes/>

⁷ Arquivo Histórico da AICP, *Ata da Sessão de Fundação*, Lisboa, 1965.

Um grupo de personalidades de elevadíssima e por todos reconhecida craveira intelectual cuja memória aqui evoco.

Ao revisitarmos a gênese da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, torna-se indispensável compreender os ambientes histórico, político e cultural em que ela surge.

O ano de 1965, – data da sua fundação –, situa-nos numa década marcada por transformações profundas, tanto no plano nacional como internacional.

Em Portugal, vivia-se ainda sob o regime então chamado de Estado Novo, vigorava a Constituição semântica de 1933 e o Governo era chefiado por António de Oliveira Salazar⁸, de quem Adriano Moreira – uns anos antes – havia sido Ministro do Ultramar. Pasta que abandonaria para não trair a sua ética e a sua consciência.

Este contexto político impunha uma conceção de cultura fortemente orientada pelas redutoras ideias de tradição, de identidade e de unidade nacionais. A censura condicionava a produção intelectual e artística, mas, em contrapartida, crescia também uma necessidade de projeção cultural no exterior, entendida como instrumento de prestígio e de afirmação internacional do País⁹. As muitas comunidades de portugueses espalhadas pelo mundo, por territórios ultramarinos e da diáspora de muitos milhares de emigrantes eram um património que não deveria, nem poderia deixar de ser cuidado e aproveitado.

Paralelamente, os anos 1960 foram uma época de efervescência cultural à escala global. O pós-guerra tinha consolidado a emergência de novas instituições internacionais – como a UNESCO, fundada em 1945 – que atribuíam à cultura um papel central na construção da paz e no diálogo entre os povos¹⁰.

Portugal, ainda que politicamente isolado em vários *fora* internacionais, não podia deixar de se confrontar com esta tendência global de valorização da cultura como património universal e como via de aproximação entre nações e entre povos.

A década foi igualmente marcada por intensas – e diria dramáticas – mudanças no espaço lusófono ultramarino. Inevitáveis. Demoradas. Tardias. As guerras coloniais, iniciadas em 1961, pelos movimentos de autodeterminação colocavam Portugal numa posição de tensão crescente, mas ao mesmo tempo reforçavam – na expressão de John Cann – a perceção da língua e da cultura portuguesas como elementos de coesão e de identidade partilhadas¹¹ e diga-se – ainda – de várias identidades nacionais de povos de África à Oceânia.

A fundação da AICP deve ser entendida também à luz desta realidade: como respostas intelectual e cultural a um tempo em que a ideia de *portugalidade* – o que tal signifique – procurava afirmar-se num cenário internacional adverso.

É neste contexto que emerge a figura de Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar, cuja ação reformista se destacou pelo esforço de modernização das estruturas coloniais, mais

⁸ Mattoso, José (dir.). *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

⁹ Medina, João. *Salazar e a Cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, pp. 134-139.

¹⁰ UNESCO. *Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. Londres, 1945.

¹¹ Cann, John P. *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War, 1961–1974*. Westport: Greenwood Press, 1997.

tarde designadas de províncias ultramarinas, e pela introdução de medidas profundamente reformadoras de natureza política, cultural e académica, como a criação de universidades em Angola e em Moçambique.

A sua visão era clara: a cultura e o conhecimento deveriam constituir-se como pilares da presença portuguesa no mundo e com sentido de futuro empoderar as nações africanas e os seus povos.

A saída de Adriano Moreira do governo marcou o início de uma nova fase da sua intervenção pública. Liberto das amarras da ação governativa, dedicou-se com maior intensidade ao ensino, à reflexão política e ao desenvolvimento de projetos académicos. Foi nesse contexto que amadureceu a ideia de fundar uma instituição que desse corpo ao ideal de uma cultura portuguesa aberta, dialogante e internacionalizada: a futura Academia Internacional da Cultura Portuguesa. E diga-se que a ideia veio a fermentar no I.º Congresso das Comunidades Portuguesas e foi por muitos intelectuais estrangeiros e portugueses residentes fora da Metrópole reclamada a sua instituição.

Como referi e sublinho, ainda antes da fundação da AICP, Adriano Moreira tinha já dinamizado a realização do I.º Congresso das Comunidades Portuguesas, que constituiu um marco inédito de aproximação entre a diáspora portuguesa – a tal *Pátria espiritual* – e a realidade nacional¹².

Os I.º e II.º Congressos não só deram visibilidade ao papel das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, como reforçaram a noção de uma identidade cultural partilhada para além das fronteiras do território metropolitano e até português. A AICP herdaria em larga medida este espírito, transformando-o numa plataforma permanente de investigação universitária, de encontros académicos e de diálogo cultural.

Prezada senhora Presidente da AICP, proponho que revisitemos estes dois importantes eventos e possamos refletir sobre a viabilidade de convocarmos o III.º Congresso das Comunidades Portuguesas, nos moldes e num formato naturalmente adaptado ao presente, à atualidade, e em parceria estreita com outras instituições. Fica a proposta para que se não diga que recordamos apenas o passado sem sentido de novo futuro...

Voltemos ao tempo da fundação.

No plano interno, Lisboa tentava consolidar-se como capital cultural, com a vitalidade e o esforço das universidades, com a ação de academias e institutos científicos, e com a presença de figuras de referência no pensamento e na literatura. Escritores como Vergílio Ferreira, Sophia de Mello Breyner Andresen e Jorge de Sena, cada um à sua maneira, simbolizava uma procura de universalidade da cultura portuguesa que se coadunava com a vocação da futura Academia Internacional¹³. Com os riscos que correram e as desilusões que foram tendo...

É neste cruzamento de fatores – o contexto político restritivo, o impulso internacional para o diálogo cultural, a realidade do espaço lusófono em transformação, a vitalidade criadora

¹² Barreto, António. *História Social dos Portugueses (1960-2000)*. Lisboa: ICS, 2000, p. 77 – sobre os Congressos das Comunidades Portuguesas dinamizados por Adriano Moreira.

¹³ Saraiva, António José. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979, pp. 415-430.

de personalidades da cultura portuguesa e o papel estruturante de Adriano Moreira como mentor e dinamizador – que deve ser situado o momento fundador da AICP. A instituição não surgiu no vazio, mas antes como expressão de uma necessidade histórica: a de dar às comunidades afiliadas à cultura portuguesa um palco internacional, com formato académico, assegurando-lhe um espaço de afirmação e de diálogo.

Prezados Confrades

Senhoras e senhores,

Voltemos de novo a nossa atenção para o momento fundador.

O ano de 1965 ficará inscrito na memória da vida cultural portuguesa como o ano em que um grupo de ilustres académicos, unidos pela visão e liderança de Adriano Moreira, decidiu corporizar um projeto de grande alcance: a criação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa¹⁴.

Não se tratava apenas de criar mais uma instituição académica. Tratava-se, antes, de erguer uma plataforma de encontro e de diálogo para todos quantos, em Portugal e fora dele, reconheciam na cultura portuguesa uma expressão de universalidade. Desde o início, a AICP nasceu com vocação internacional, não se fechando sobre si própria, mas projetando-se no espaço transnacional¹⁵.

Os Fundadores da nossa Academia, vindos de diferentes áreas do saber – da história à literatura, da antropologia ao direito, da diplomacia à ciência política, diplomatas e eclesiásticos, professores e políticos – representavam a pluralidade de talentos de que a Academia se alimentaria.

Os estatutos iniciais da AICP¹⁶ foram redigidos com a preocupação de dar à instituição uma missão clara: promover a cultura portuguesa em todas as suas expressões; incentivar a investigação científica e humanística; criar pontes entre académicos portugueses e estrangeiros; organizar encontros, congressos e publicações; e defender a língua portuguesa como património da humanidade e logo aí não apenas de Portugal.

Nos primeiros anos de atividade, a Academia lançou as bases de um trabalho regular: encontros científicos, sessões públicas, colóquios, congressos, edições de atas, de boletins e de anais. Mas, acima de tudo, lançou uma mensagem de confiança, uma mensagem de futuro: a de que a cultura portuguesa não estava confinada a Lisboa, nem sequer às fronteiras nacionais, mas tinha uma vocação internacional, em ligação direta com as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e com todos quantos se interessavam pelo património cultural de Portugal¹⁷.

A fundação da AICP deve, – assim –, ser entendida como a consciencialização de um movimento cultural e intelectual mais vasto, que juntava a herança histórica e académica

¹⁴ Moreira, Adriano. *A Espada e a Palavra*. Lisboa: Almedina, 1995, pp. 301-315.

¹⁵ Morais Barbosa, Jorge. “A missão internacional da AICP”. *Revista da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, nº 1, 1966, pp. 7-15.

¹⁶ Estatutos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1965.

¹⁷ Barreto, António. *História Social dos Portugueses (1960-2000)*. Lisboa: ICS, 2000, p. 82.

portuguesas à necessidade de diálogo internacional. Foi Adriano Moreira quem lhe deu a alma, mas foram os seus cofundadores que lhe deram corpo institucional, permitindo que a ideia se transformasse em realidade viva, perene e duradoura.

As duas primeiras décadas da Academia Internacional da Cultura Portuguesa foram marcadas por uma intensa atividade intelectual e pela consolidação da sua identidade institucional. Não foi um processo fácil, nem evidente. As contrariedades foram muitas e vieram de muitos lados. As dificuldades foram evidentes.

No entanto, entre colóquios, publicações e sessões solenes, a AICP afirmou-se como *fora* de encontro entre académicos, diplomatas, investigadores, escritores e cientistas sociais, pensadores e intelectuais, sempre com o propósito de elevar e difundir a cultura portuguesa nos espaços lusófono e internacional¹⁸. Muitos reputados membros da intelectualidade brasileira, daquela altura, tiveram uma influência decisiva. Por todos refiro o grande intelectual brasileiro e nosso Confrade, já falecido, Gilberto Freyre.

Agora e cada vez mais, a Academia assume um papel de mediadora simbólica entre Portugal e os países e comunidades de língua portugueses, independentes uns, autónomas outras, defendendo que a língua e a cultura partilhadas são sempre um elo de proximidade, mesmo quando as circunstâncias políticas apontam caminhos diferentes¹⁹.

Prezados Confrades,
Senhoras e Senhores,

Se a primeira fase da Academia se pautou pela consolidação institucional, a fase iniciada nos anos oitenta e que se prolonga até aos nossos dias distinguiu-se por um aprofundamento da sua vocação internacional, sobretudo no espaço da lusofonia.

Neste contexto, merece especial destaque o histórico – e se me permitem... ousado – abaixo-assinado, promovido pela nossa Academia, que defendia a integração de Cabo Verde na União Europeia, um gesto político-cultural de grande simbolismo, subscrito por personalidades de relevo, entre elas Mário Soares²⁰ ideia que vi germinar no lúcido e brilhante pensamento de Adriano Moreira.

Este documento não tinha força vinculativa, mas representava a vontade de afirmar que a pertença de Cabo Verde não se esgotava na geografia, mas se projetava numa identidade partilhada com a Europa e com o espaço cultural português. Numa época em que o Embaixador de Cabo Verde em Lisboa era o nosso Confrade, de saudosa memória, Embaixador Onésimo Silveira.

Esse episódio, tantas vezes recordado, testemunha a forma como a AICP serviu e serve de plataforma de reflexão e de influência, lançando ideias visionárias que procuravam, acima de tudo, abrir horizontes e superar barreiras formais. Pedir o impossível para ganhar o que à luz do tempo seria viável, para benefício – naquela ocasião – de um País irmão.

¹⁸ *Revista da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, vols. 1–10, Lisboa, 1966–1978.

¹⁹ Reis, António. “A AICP e o diálogo pós-colonial.” *Estudos de Cultura Portuguesa*, nº 12, 1987, pp. 45–62.

²⁰ Arquivo da AICP, *Documento sobre a Integração de Cabo Verde na União Europeia*, com assinatura de Mário Soares e outros subscritores, Lisboa, década de 1990.

Ao longo destas décadas, a Academia não se limitou a refletir sobre a história. Ousou intervir no presente, propondo caminhos e soluções, ora com pragmatismo, ora com a força simbólica de quem acredita que a cultura pode e deve moldar a política e a diplomacia.

Ilustres Confrades,
Senhoras e senhores,

Se os sessenta anos da nossa Academia nos enchem de legítimo orgulho, impõem-nos também a reflexão sobre o futuro. A AICP, nascida num tempo de mudanças profundas, deve continuar a ser uma casa de cultura aberta ao mundo e capaz de dialogar com os tão exigentes desafios contemporâneos.

O mundo globalizado exige hoje novas respostas: a valorização da língua portuguesa como uma das mais faladas línguas internacionais em tantos continentes e em tantas geografias²¹; a preservação da memória histórica em diálogo com a ciência e a inovação; e a aproximação entre gerações, para que os mais jovens sintam a Academia como um espaço vivo de criação e não apenas de recordação laudatória²².

A AICP terá, inevitavelmente, de aprofundar a sua ligação à CPLP, às demais Academias portuguesas, e às instituições culturais internacionais, reforçando as suas vocações lusófona e universal. De sublinhar que também sob a lúcida liderança de Adriano Moreira e durante o seu mandato de Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, em 2011, se instituiu um Conselho das Academias Portuguesas subscrito pela Academia Portuguesa da História, representada pela Professora Doutora Manuela Mendonça; pela Academia de Ciências de Lisboa, representada pelo Professor Doutor Adriano Moreira; pela Academia Nacional de Belas Artes, representada pelo Dr. António Valdemar; pela Academia de Marinha, representada pelo Almirante Nuno Vieira Matias; pela nossa Academia Internacional da Cultura Portuguesa, representada pelo Dr. Carlos Monjardino, seu ilustre presidente, aqui presente; pela Academia de Letras de Trás-os-Montes, representada pelo Professor



²¹ Mateus, Maria Helena. *O Futuro da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Gulbenkian, 2005.

²² Barreto, António. *Memória e Futuro da Cultura Portuguesa*. Lisboa: ICS, 2010.

Doutor Ernesto José Rodrigues; pela Sociedade da Língua Portuguesa, representada pela Professora Doutora Maria Elsa Rodrigues dos Santos e ainda pela SGL.

Pena que a iniciativa não tenha dado mais frutos...

Antes de terminar permitam-me que faça referência a uma outra personalidade, com quem trabalhei e que presidiu aos destinos da nossa Academia. O Padre Joaquim António de Aguiar, missionário claretiano, personalidade que não podemos esquecer. A ele devemos laços, intensos e fraternos, com algumas Universidades russas que estudam língua e cultura portuguesas tendo sido – ao que se sabe – o primeiro português a ser agraciado com um doutoramento *honoris causa* por uma universidade russa.

Prezados Confrades,
Senhoras e Senhores,

A história da Academia Internacional da Cultura Portuguesa é a história de uma ideia maior: a de que a cultura e a língua portuguesas são ponte de união e força de identidade. Desde o gesto fundador de Adriano Moreira e dos seus companheiros, até às ousadias irreverentes como o abaixo-assinado em defesa da adesão de Cabo Verde à UE, passando pelos congressos, encontros e publicações, a nossa Academia foi sempre mais do que uma instituição... foi uma consciência cívica em movimento.

Celebrar sessenta anos não é apenas olhar para trás. É, sobretudo, afirmar que a AICP continuará a ser espaço de reflexão, memória e futuro. Uma casa que pertence à cultura portuguesa, mas que se abre ao mundo, consciente de que o destino da língua e da identidade que partilhamos é, cada vez mais, global.

Que os próximos sessenta anos possam honrar o caminho trilhado e ampliar a missão iniciada em 1965, a de servir a cultura portuguesa, que não é apenas de Portugal, com universalidade, rigor e fundada esperança.

Muito obrigado!

RECORDAR O PROF. ADRIANO MOREIRA, FUNDADOR DA AICP, É ORIENTÁ-LA NO SEU CAMINHO E NO CUMPRIMENTO DOS SEUS OBJECTIVOS MAIORES

António Rebelo Duarte

Agradeço o honroso convite da Senhora Presidente da AICP a quem dirijo o meu cumprimento, extensivo aos restantes membros da mesa, em particular, ao anfitrião e confrade Dr. Carlos Monjardino, e, naturalmente, aos Senhores Académicos e demais convidados.

Esta é, certamente, uma sessão de celebração da sexagenária AICP e, simultaneamente, de homenagem ao seu visionário progenitor, o saudoso Prof. Adriano Moreira, que nos deixou (em 23OUT2022), pouco depois de perfazer 100 anos, de uma vida intensa e de exemplaridade cidadã, inscrito com lugar reservado na fila da frente da elite mais prestante e prestigiada do país, no século XX e primeiras décadas deste que estamos a viver com alguma preocupação e ansiedade.

É uma inevitabilidade que esta breve comunicação fique toldada pelo sentimento de privilégio da sua amizade e saberes, desde que nos encontrámos pela primeira vez em SET1997, aquando da frequência do CSNG, de habilitação à promoção de Oficial General;

O legado de Adriano Moreira é consensualmente reconhecido como o de uma figura ímpar da vida académica e política ao longo da janela temporal de sete décadas, permanecendo profundamente enraizado na comunidade portuguesa e4 nas lideranças das FA's, tão marcadas que foram, indelével e duradouramente por si, na sua educação cívica e formação;

Amou e pensou Portugal acima de tudo, compreendendo desde cedo o espírito do tempo e dos tempos, como um simples cristão, humanista, académico e político, onde apareceu como um doutrinador da democracia cristã em Portugal, sem esquecer o cidadão exemplar, como académico pioneiro, insigne professor, pensador crítico avançado, político por vezes em contraponto, um grande defensor das FA's e especial amigo da Marinha;

África, educação e defesa de Portugal e da língua portuguesa no mundo foram traços dominantes desse seu percurso brilhante e de exemplar referência moral e cívica, reconhecida e respeitada por todos, enquanto “*português ilustre e orgulhoso transmontano*”, como o definiu o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e o jornalista do Público, Manuel Carvalho, qualificando-o como “*um progressista na ditadura e um conservador na democracia*”.

Evocámos, resumidamente, o português de superior estatura intelectual, cívica e moral, que me concedeu o privilégio de consigo privar, trabalhar e conviver com amizade, nomeadamente nesta Academia;

Não admira que essa ligação se tenha projectado e perdurado ao longo do tempo, como o fez com os ramos das FA's, com particular ênfase no período em que estive à frente dos destinos da SGL e que já vinha do tempo da sua fundação, ela própria impactada pela antecedente criação da Associação Marítima e Colonial (AMC) e do próprio Clube Militar Naval (CMN), tendo em conta os interesses e objectos comuns no período colonial – Mar e Ultramar –, fruto também das respectivas circunstâncias políticas e militares desde o seu aparecimento em 1875 e a que não escaparam os contributos e saberes dos militares, técnicos e cientistas, na política africana dos vários governos e consolidação da estratégia marítima nacional, com evidência do referido binómio Mar-Ultramar, muito em especial o africano na sequência da independência do Brasil, e acelerado pela ulterior concorrência europeia. Na verdade, desde a 2ª metade do século XIX que África vinha tomando lugar prioritário, tido por instrumento da riqueza e poder europeus, ilustrados pela “política de canhoneira”, na consagração da superioridade das potências industriais, mantendo-se uma constante durante várias décadas e abrindo caminho para os grandes imperialismos;

Na verdade, o interesse comum pelo mar e os territórios para além dele, explicam, em boa parte, a sublinhada umbilicalidade entre Marinha e SGL, e, mais tarde, a AICP na sua génese, ao adoptá-los como temáticas sempre presentes e periodicamente revisitadas, em função das preocupações conjunturais das épocas, como o atesta o significativo conjunto de títulos de comunicações, conferências e artigos sobre assuntos marítimos presentes nos muitos números dos boletins próprios, tendentes a fazer sobressair o potencial de riqueza dos territórios ultramarinos e a ancoragem da diáspora portuguesa aos valores e ideais da portugalidade;

Será depois do seu afastamento do cargo de Ministro do Ultramar em 1963 que se dedicará à vida académica, com a presidência da SGL a partir de 1964, lançando então o 1º Congresso das Comunidades Portuguesas, na Metrópole, com a participação de representantes de inúmeras comunidades de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo, e daí nascendo as gémeas União das Comunidades de Cultura Portuguesa (UCCP) e a Academia Internacional de Cultura Portuguesa (AICP), sediadas precisamente na casa comum, a SGL, o que bem explica o cordão umbilical entre ambas e a composição sobreposta dos seus membros. O 2º Congresso teria lugar 2 anos depois (1966) em Moçambique, ambas realizações levadas a cabo por Adriano Moreira, nomeadamente a fundação desta Academia (AICP), que por ora nos interessa;

Estamos a falar globalmente de uma comunidade de cerca de 30 milhões residentes no país e da diáspora espalhada pelo mundo, originários da terra-mãe e os luso-descendentes;

A presença dos portugueses no mundo e as relações que mantiveram com outros povos ficaram assim inscritas nas actividades da AICP e, naturalmente, da SGL, a sua instituição de acolhimento. Impulsionado pela acumulação da presidência de ambas, o Prof. Adriano Moreira foi o grande dinamizador do enquadramento dessa problemática de valor histórico-cultural, por via da recolha de notícias das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo

e pela divulgação da sua existência, mediante iniciativas diversas, nomeadamente o recurso à imprensa, a viagens frequentes, à convocação de congressos e ao lançamento de projectos de vária natureza, incluindo a económica, com o objectivo claro de atrair os membros da vasta comunidade lusíada, de luso-descendentes e de grupos próximos espalhados pela ecúmena;

O plano desse amplo projecto foi por si bem explanado na reunião conjunta da AICP e do Conselho Geral da União das Comunidades de Cultura Portuguesa, em 1968, na qual vincou a necessidade de uma adequada investigação histórica, desenvolvida em volta de temáticas por si traçadas, nomeadamente:

- a) Áreas em que emergiu a presença dos portugueses e luso-descendentes, conservando, como padrão principal cultural, a língua originária;
- b) Razões da formação e subsistência dessas comunidades, ainda que em contexto específico de ordem cultural e social das sociedades globais em que se inserem;
- c) A persistência nessas comunidades de valores culturais de raiz lusíada, mantidos não apenas por si, mas também por segmentos ou até pela totalidade da respectiva sociedade global, convidando ao aprofundamento dos motivos da implantação, transculturalidade e persistência dos referidos valores;
- d) Perspectivas de manutenção de tais valores, no quadro processual da relação e convivência com os diferentes grupos;
- e) E por fim, as relações étnicas verificadas nas diversas áreas, mediante o estudo dos processos e resultados da miscigenação e dos tipos humanos dela oriundos.

É neste quadro de objectivos estratégicos que poderemos figurar as mais recentes iniciativas da AICP, concretizadas com a sua admissão na CPLP com o Estatuto de Observador Consultivo, em 2023 e, no ano seguinte, a realização de dois colóquios – “O Brasil na nova ordem mundial” e o “Colóquio sobre Timor-Leste”, que contou com a cooperação diplomática dos dois países e em colaboração com aquela entidade comunitária;

Incontornável é também a referência à sua actividade no sector do ensino, com a criação e transformação por si progressivamente encetada, da Escola Superior Colonial (ESC), que evoluiu para o actual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), escolas onde introduziu o estudo da ciência política, das RI's e da estratégia, matérias que transportou para os institutos militares;

Foram projectos que mereceram o seu particular entusiasmo e empenho, animado pelo sonho de estabelecer pontes entre a Nação e a sua gente peregrina em terras dispersas pelo mundo, tudo isto após a saída voluntária do Governo e recusa de qualquer outra pasta, sobrando-lhe tempo para o regresso ao ensino, a sua outra opção de vida;

Essa entrega foi reconhecida inúmeras vezes, sublinhando-se o tributo prestado nos 142 anos da SGL, ao seu Presidente Honorário, com a atribuição da Medalha de Honra, “*como alta distinção e singular homenagem de reconhecimento e de aplauso social por assinalados serviços à Ciência, à Nação ...*”, a par da concessão do título de seu “Sócio Honorário”, honrarias bem justas pela exemplaridade de uma vida bendita, mesmo nas travessias dos períodos mais turbulentos;

Bem merece mais esta homenagem e enaltecimento público, pela visão estratégica que demonstrou com a criação da AICP e o subsequente e bem-sucedido trabalho que desenvolveu na consolidação de uma ideia sempre presente nos destinos da instituição que excelentemente guiou até finais de 2019, como a salvaguardada herança cultural portuguesa das nossas comunidades espalhadas pelo mundo e dos grupos de descendentes, que ainda povoam locais e urbes nas recônditas paragens de África e Bacia Indo-Asiática, lugares por onde se aventuraram os nossos navegadores, com risco da própria saúde e vida, na abertura do mundo dos mares do então desconhecimento europeu, e que os historiadores já caracterizaram como a era gâmica da 1ª globalização;

– A AICP compreendeu bem o alcance e a dívida de gratidão para com o seu fundador, tendo, entre outras homenagens, realizado uma sessão que foi dedicada em exclusivo ao seu patrono com vários académicos (nomeadamente o nosso vice-presidente Prof. José Filipe Pinto) a sublinharem o trabalho e a vida que entregou na concretização do seu amado projecto. E respaldado pela inicial declaração de interesses, refiro também a cerimónia realizada na Marinha (Escola Naval, em 16JUN2016), onde o então Alm. CEMA, Macieira Fragoso, conferiu a honra de *honoris causa* militar, com entrega de uma espada com o fiador de Almirante;

O Senhor Presidente da República também viria a homenagear o homem que chegou sempre cedo (na subida dos *“degraus da vida e se fez estudioso e pioneiro, em domínios da Ciência Política, das Relações Internacionais, da Geoestratégia prospetiva”*) ou tarde de mais (na reorganização da *“política e direitos coloniais e ultramarinos”*), como classificou Adriano Moreira, por ocasião do seu 100º aniversário, reconhecendo-lhe os seus *“traços de génio”*, exibidos ao longo de uma vida verdadeiramente fascinante, porque feita de desencontros históricos, mas sempre ímpar *“no pensamento, na oratória, na conquista das almas, na natural adesão dos alunos, discípulos, seguidores, na intuição do essencial, na conjugação de valores com realidade, no equilíbrio*



entre o enigma que reforça o mito e a empatia que suscita a emoção”, atribuindo-lhe a Grã-Cruz da Ordem do Infante.

Esta relação aberta e tão à vontade com as autoridades da MGP podem ser melhor entendidas à luz das primórdias amizades com o herói nacional Almirante Gago Coutinho, e, depois, com o fundador da Academia de Marinha, o também transmuntano Almirante Sarmiento Rodrigues, que lhe endereçaria um convite para estudar o problema prisional do Ultramar, ficando a conhecer em perfeita escala a realidade ultramarina. Curiosamente, ficaram ligados desde muito cedo, pois o transmuntano era um jovem cadete embarcado no navio que acompanhou a acidentada viagem dos dois “aviadores” obreiros da 1ª travessia aérea do Atlântico Sul, ligando Lisboa ao Rio de Janeiro, Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Viria daí o conhecimento muito prematuro e subsequente amizade com Gago Coutinho já numa fase senior e que nos eléctricos de Lisboa entrava sempre pela porta da frente a convite dos guarda-freios e sem cobrança de bilhete. Outra curiosidade passa pela actriz Beatriz Costa, a famosa rainha da revista popular portuguesa, no Parque Mayer, que, quando distinguia a sua presença na plateia, pedia sempre uma grande salva de palmas para o “*seu e nosso herói*”, correspondida com forte e demorado aplauso dos espectadores;

Depois de 25ABR1974 ausenta-se, com a já numerosa família, para o Brasil, onde leccionou na Universidade Católica do Rio de Janeiro e foi curador da Universidade Cândido Mendes. De regresso ao seu querido país em 1977, retomaria a sua actividade política sendo eleito deputado à Assembleia da República em 1979 e seu vice-presidente entre 1991 e 1995, retirando-se, então, da vida política activa;

O nosso convívio, como disse, remontou a SET1987, então na posição de simples auditor no arranque do CSNG no extinto ISNG. Poderia ter sido um dos meus professores no 1º semestre de 1980, no CGNG, mas ainda estava a readaptar-se, depois do regresso com a família do exílio no Brasil a que se viu forçado;

As suas aulas de Estratégia e RI’s tinham em regra um figurino peculiar, com 1 hora de dissertação e meia-hora para os auditores apresentarem as suas questões e comentários;

Logo na primeira aula, confesso-vos a admoestação que recebi de uma pergunta pós-aula ao Senhor Professor ... (referindo a propósito a sua “*narrativa*”, com a melhor das intenções e sem qualquer caracterização ou juízo críticos); a reacção foi rápida e demolidora: “... *os académicos não têm narrativas, tão sómente análises e avaliações, teorias e conjecturas* ...”. Respondi apressadamente “*narrativa entre aspas*” ... logo retorquido “... *pior a emenda que o soneto*”! Foi esta a minha triste estreia e o nosso primeiro contacto ...;

Um contacto felizmente, para mim, melhorado e aprofundado. No fim do curso fiquei colocado no ISNG como coordenador e professor na Área da Estratégia entre SET1998-2000, período este que na brincadeira classifiquei como de “colega” do Professor, a nossa relação foi aprofundando

Exerci o comando da Escola Naval, entre SET2000-JUL2002, interrompendo um pouco essa crescente familiaridade, dados os contactos mais esporádicos;

Em OUT2002, voltaria à Junqueira, para dirigir o Instituto (ISNG) - que aí funcionou durante quase meio-século e de que Adriano Moreira foi professor quase desde o início até à

sua extinção, em 25SET2005 –, constituindo um período de estreitamento da amizade que iria solidificar até nos deixar;

Entre 2008 e 2021, ambos fizemos parte dos docentes convidados do IEP da Católica, encontrando-nos com alguma frequência no intervalo das duas aulas no período das 1800 às 2030, a mestrandos e doutorandos, aproveitado para manter a nossa conversa em dia e colmatarmos aquela que era agora uma companhia menos intensa, não fora a sua presidência da mesa nas sessões do IDJC;

Esta ligação e sentimentos foram crescendo, incluindo o recurso ao acompanhamento e mesmo substituição em diversos eventos para que era convidado (nomeadamente a Câmara de Bragança e o Grupo dos Antigos Alunos do Liceu Passos Manuel, que se encontravam anualmente e recorriam sempre a um convidado para abrir o apetite para o almoço com uma conferência);

Compreender-se-á assim o facto de me ter convidado para associado do IDJC (2009) e ingresso na AICP (2008), no primeiro caso para a função directiva durante uma década e para a presidência do CA entre 2019-2022, altura em que passei o leme para a nossa actual e dinâmica presidente, Prof.^a Maria Regina Mongiardim.

Já nos últimos anos, aquando da sua retenção domiciliária (Rua Alcolena, n.º 13 A, em Belém), concedeu-me o privilégio de o visitar às 5^{as} feiras de manhã, durante as quais discerníamos sobre a família, as FA's, o país e o mundo, melhor dito, o Prof. falava e eu aprendia;

Um país que na última década, quando exerceu a nobre função de Conselheiro de Estado, descrevia como resposta à nossa brincadeira provocatória de o parabenizar pelo cargo: “NÃO! SIM *Conselheiro do Estado a que isto chegou*”.

Fiz parte da multidão presente na despedida na Igreja para sussurrar ao Mestre, Amigo e “*Português de ouro*” (como o apelidou o também saudoso Alm. Vieira Matias) que o guardáramos na memória e no coração... até ao reencontro;

Tive a felicidade de acompanhar alguns dos seus passos, de seguir muitas das suas ideias, de beneficiar de muitos dos seus conselhos. Aqui estou, Prof. Adriano Moreira, a dizer-lhe bem-haja por tudo o que nos deu e que fez pela sua AICP e outras instituições académicas e culturais, e, acima de tudo, pelo nosso país;

É O QUE TODOS TAMBÉM ESTAMOS HOJE E AQUI A EXPRESSAR EM JUSTA HOMENAGEM E COM PERENE MEMÓRIA!!!!!!!!!!!!!!

.... e eu grato pela vossa paciente escuta e tolerante atenção!!!!



JOAQUIM GUERRA, S.J.

E A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DAS PALAVRAS

António Aresta
Professor e investigador

Para Luís Sequeira, S.J. e Henrique Rios dos Santos, S.J.

Cessai de cogitar, o abismo não sondeis.

Camilo Pessanha, *Clepsidra*

No dia 8 de Fevereiro de 1960, o padre jesuíta Joaquim Angélico de Jesus Guerra¹ [1908-1993], cujo nome chinês era Kwo Chan Tung, da Missão de Shiu-Hing dos Jesuítas Portuguesas, proferiu uma conferência na “Sala Luciano Cordeiro”, da Sociedade de Geografia de Lisboa², intitulada *O Chinês Alfabético – solução adequada dum magno problema do mundo chinês*³.

E é exclusivamente apenas sobre este estudo que me irei deter, reflectindo sobre a justaposição da vontade de poder com a vontade de saber, cuja polaridade pode conduzir à virtude.

O tema era substancialmente erudito e foi escutado por um auditório pouco familiarizado com esta problemática, quase uma flor do orientalismo exótico, mas suficientemente patriótico para acreditar que a grandeza do Império era marcada pela riqueza e variedade da sua geografia cultural. Joaquim Guerra inaugura a fase contemporânea da sinologia portuguesa,

¹ Sobre o autor : Jorge Bruxo, *Padre Joaquim Guerra : uma biografia intelectual*, ed. Universidade de Macau, 2004; Jorge Bruxo, *Auto-Retrato do Padre Joaquim Guerra. Antologia de Textos*, ed. Câmara Municipal do Fundão, 2008; Henrique Rios dos Santos SJ, *Padre Joaquim Angélico Guerra, um globetrotter ao serviço de Deus e da China*, ed. Instituto Internacional de Macau, 2008 ; António José Bezerra de Menezes Jr., *Joaquim Guerra SJ (1908-1993). Releitura Universalizante dos Clássicos Chineses*, prefácio de António Aresta, ed. Instituto Internacional de Macau, 2015; António Aresta, “Joaquim Guerra”, *Jornal Tribuna de Macau*, Nº 6435, 06.05.2022.

² Instituição fundada em 1875 e em 1960 era presidida por Ruy Ennes Ulrich.

³ Publicada integralmente no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 78ª, Nº 1-3, Janeiro-Março 1960, pp. 61-85.

rompendo com as práticas burocráticas e institucionais da Repartição do Expediente Sínico⁴, dos tempos áureos de Pedro Nolasco da Silva⁵ [1842-1912], distanciando-se também da metodologia de algumas figuras intelectuais do Padroado Português do Oriente⁶ ou de personalidades da sociedade civil, como Luís Gonzaga Gomes⁷ [1907-1976] ou José Vicente Jorge⁸ [1872-1948], cujo labor polifacetado foi essencial para manter vivas as relações culturais luso-chinesas e sino-portuguesas. E o ensino da língua portuguesa a alunos de etnia chinesa⁹ enfrentava dificuldades metodológicas assinaláveis e que demandava uma investigação abrangente e com uma prática moderna. O ensino da língua chinesa destinado a aprendentes de matriz portuguesa merecia um estudo global que, inexplicavelmente, ainda não foi feito. O ensino nas escolas portuguesas seguia as orientações pedagógicas e científico-programáticas de Portugal, incluindo a sincronia temporal dos exames nacionais. O ensino nas escolas chinesas¹⁰ era mais diversificado, ora obedecendo às directivas oriundas de Cantão ou de Pequim, ora seguindo os ditames nacionalistas da Formosa. Macau foi sempre, directa ou

⁴ Manuela Paiva, *Traduzir em Macau. Ler o Outro – para uma história da mediação linguística e cultural*, 2008. Ver, ainda, Han Lili e Nan Yang, “Remapping the translation policies in China : contributions from Macau”, in ‘Asian Pacific Journal of Second and Foreign Language Education’, 7, 38, 2022.

⁵ Talvez o mais erudito sinólogo português do fim do século, com uma obra diversificada, e o que melhores condições reuniu para fundar a escola sinológica portuguesa a partir da Repartição do Expediente Sínico. Publicou a *Amplificação do Santo Decreto*, do Imperador Yongzheng, em 1903, versão bilingue português-chinês, com aparato crítico. Reeditei essa obra em 1995, em fac-símile. Sobre Pedro Nolasco da Silva, ver, António Aresta, *O neoconfucionismo na educação portuguesa – Pedro Nolasco da Silva na história da educação em Macau*, Revista Administração, Nº 34, 1996, editado em Separata, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública de Macau, 1997, 50 pp., bilingue, português-chinês.

⁶ Por exemplo, o padre Régis Gervais [1873-1940], que assinava sob o pseudónimo de Eudore de Colomban, ou o Chantre António André Ngan [1907-1982].

⁷ Foi publicado um catálogo bio-bibliográfico, Luís Gonzaga Gomes, com textos de Jorge Arrimar e Túlio Tomaz, edição trilingue [português-chinês-inglês] do Instituto Cultural de Macau, 1987, 86 pp.. Sobre o autor : António Aresta, “O Professor Luís Gonzaga Gomes e a divulgação pedagógica da cultura chinesa”, Revista Administração, Nº 54, Vol. XIV, 2001, pp. 1535-1558, edição bilingue, português e chinês ; Graciete Batalha, *Luís Gonzaga Gomes e o intercâmbio cultural luso-chinês*, 2007 ; Jorge Rangel, *No Centenário de Luís Gonzaga Gomes*, 2007 ; Vanessa Sérgio, *Macao : vie culturelle et littéraire d'expression portugaise au milieu du XX siècle – Luís Gonzaga Gomes, Fils de la Terre*, 2012 ; Han Lili, *Luís Gonzaga Gomes, Filho da Terra : divulgador e tradutor de imagens da China e de Macau*, 2018.

⁸ Chefe da Repartição do Expediente Sínico, publicou *O Novo Methodo de Leitura \ San Tok Fun*, em 1907, as *Leituras Chinesas \ Kuok Man Kau Fo Shu*, em parceria com Camilo Pessanha e as *Notas Sobre a Arte Chinesa*, cuja 2ª edição é de 1995.

⁹ Maria Helena Rodrigues, *Variáveis Contextuais da Aprendizagem da Língua Portuguesa por Aprendentes Chineses*, ed. Universidade de Macau, 2000 ; Maria Grosso, *O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa*, ed. Universidade de Macau, 2007.

¹⁰ Ver o excelente Catálogo, Eric Choi Chi Hong [coord.], *Virtude e Sabedoria. Exposição de Manuais das Escolas Primárias e Secundárias Chinesas do Século Passado*, ed. Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, 133 pp., Macau, 2010 ; Rui Simões, *Uma Educação para a Diáspora. Os Territórios da Educação de Matriz Portuguesa nos Manuais Escolares para o Ensino da Língua Chinesa Editados em Macau (1884-1912)*, 2014.

indirectamente, o epicentro da sinologia portuguesa. E a política do bilinguismo¹¹ foi sempre uma das grandes fragilidades da Administração Portuguesa, até 1999. Mas o problema continua a subsistir na actualidade, com a governação chinesa.

Num enquadramento maior, convém recordar o torpor político e social que pairava sobre o país de outrora e sobre o seu império colonial ultramarino que acorda sobressaltado, em 1961, com o eclodir da guerra colonial, de guerrilha, nos palcos africanos [Angola, Moçambique e Guiné-Bissau] e com a anexação do Estado da Índia [Goa, Damão e Diu], pela União Indiana. O país redirecciona então os seus interesses estratégicos, diplomáticos e políticos, com as dinâmicas culturais a ganharem outra ênfase e novas alianças e associações. Convém recordar este facto absolutamente insólito. Apesar da existência de Macau, Portugal não mantinha relações diplomáticas com a República Popular da China desde 1949, que por sua vez apoiava a luta armada contra o regime político português nas colónias africanas. Singular contradição.

Parece-me muito importante escutar a leveza das palavras de Joaquim Guerra por entre a profundidade do seu discurso, separando cuidadosamente a pragmática linguística da ontologia emergente do sentido e das circunstâncias religiosas da sua vida. A carta que dirigiu a Mário Sproviero¹², datada de 14 de Março de 1986, é magnífica no seu simbolismo porque nos franqueia a sua oficina intelectual de tradutor pontuada de angústias em face do seu projecto existencial católico, tendo em vista a subtilidade das mensagens encriptadas na “língua de chegada”¹³ ao leitor. Num estudo clássico, Denys Lombard¹⁴ chamava a atenção para o problema das convenções ortográficas no estudo da língua chinesa.

E haveria lugar para especulativamente acomodar a visão utópica de Agostinho da Silva?: “em Macau se fala português, e esperamos que algum dia em Lisboa e Luanda e Lourenço Marques e Brasília, em todas as capitais da grande pátria da língua portuguesa, se aprenda bastante chinês para que duas culturas se enlacen, se fundam no que têm de mais essencial, e que é a comum atitude de filosofia vivida, actividade esta de que tão precisado está o mundo; e em Timor se fala português e voto igual ao do chinês se faz para o malaio, língua que virá a ser a daquela ‘vida conversável’ a que, através de todas as dificuldades, há-de chegar o conjunto indonésio”¹⁵.

A perseverança de Joaquim Guerra, então com um quarto de século de trabalho apostólico na China, dilatando a fé num império hostil, prosseguia na senda dos missionários de

¹¹ É inevitável citar Erasmo no *Elogio da Loucura*, tradução de Álvaro Ribeiro, 15ª edição, Guimarães Editores, Lisboa, 2007, p. 17: “Vedes que estou imitando os retóricos do nosso tempo, que se julgam uns deuses pelo facto de serem bilingues como as sanguessugas, e que julgam preclaro imiscuir no discurso latino algumas palavras gregas, compor um mosaico que nem sempre vem a propósito”.

¹² Transcrita em António José Bezerra de Menezes Jr., *Joaquim Guerra SJ (1908-1993). Releitura Universalizante dos Clássicos Chineses*, prefácio de António Aresta, ed. Instituto Internacional de Macau, 2015, pp. 180-183.

¹³ Ana Cristina Alves, *Culturas em Diálogo. A Tradução Chinês-Português*, ed. Universidade de Macau, 2016, p. 5.

¹⁴ *La Chine Imperiale*, Presses Universitaires de France, 1967.

¹⁵ Agostinho da Silva, *Educação de Portugal*, Ulmeiro, 1989, p. 17.

antanho, que iluminavam o seu caminho, “Feliz conjuntura, pois o tema da presente conferência versa também sobre uma conversão de vastíssimo alcance, tão vasto como o mundo chinês, que da China imensa transborda para a Coreia e o Japão, para o Tonquim e a Indo-China. Trata-se, com efeito, de converter ou transformar a complicada escrita chinesa, com os seus 30 séculos de existência, numa escrita alfabética do tipo que todos nós conhecemos”¹⁶. A conversão espiritual implicará um desvirtuamento da escrita ou uma renovada alienação perante o primado da escrita?

Joaquim Guerra crê ter encontrado a solução para esse complexo problema, utilizando o estilo geométrico de Espinosa e servido por uma mente vigorosa e tonificante, “Todos os verdadeiros amigos do povo chinês se teem interessado por libertá-lo desta precária situação. Já vimos muitos esforços e todos baldados sem atingirem o desejado objectivo. Passamos agora a apresentar a solução, que se afigura cabal, para o difícilimo e angustioso problema. Trata-se do chamado ‘Chinês Alfabético’ ou ‘Nova Escrita Chinesa’ de Kwo Chan Tung”¹⁷.

Abrir uma clareira na floresta foi o caminho que trilhou, sob a discreta mas decisiva inspiração de James Legge¹⁸. Ir ao encontro da finitude também era meditar na simbologia dos caracteres, porque, dizia, os “caracteres sempre me entusiasmarão. Esses textos são sempre iluminadores de caminhos e não frases sem nexos ou sentido. O mundo religioso está dirigido para a perfeição do homem. Uma linguagem deve ser entendida para ser vivida, se não é inteligível, como se poderá passar à prática? Esses textos por serem sagrados não devem limitar o homem; antes pelo contrário, o homem deve procurar captá-los e buscar o seu sentido escondido. Para que serve uma sabedoria que não pode de modo algum ser captada como tal?”¹⁹. Por outras palavras, captar significa aprisionar?

Com o intuito de fugir à heteronímia e às convicções asfixiantes, Joaquim Guerra apresenta-se deste modo, “Sem perigo de mistificação, permitam-me que estabeleça daqui em diante uma espécie de desdobramento de personalidade e que fale de Kwo Chan Tung como duma pessoa que eu conheci no Norte da China, exactamente no distrito de Tang-shan da província de Kiang-su, no Verão de 1937, ao tempo em que rebentou a guerra, melhor dito, a hostilidade entre a China e o Japão. [Foi lá que tomei este nome]”²⁰. Então essa nova personagem, com outra margem de manobra, Kwo Chan Tung, “resolveu notar os tons alfabeticamente, por meio de letras, e não com os acentos vulgarmente usados. E atendendo a que os tons das duas séries se correspondem de facto, a ponto de em Mandarim se confundirem já as duas séries, menos no primeiro tom ou p’ing-shing (t) ele cortou este nó górdio pelo meio,

¹⁶ Joaquim Angélico de Jesus Guerra, “O Chinês Alfabético. Solução Adequada dum Magno Problema do Mundo Chinês”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 78, Nº 1-3, Janeiro-Março, 1960, p. 62.

¹⁷ Idem, idem, p. 71.

¹⁸ Entrevista de Joaquim Guerra SJ a Henrique Rios dos Santos SJ, in “ASIANOSTRA. Revista de Cultura Portuguesa do Oriente”, Macau, Nº 1, Maio de 1994: “James Legge – e eu o respeito ainda hoje – é o meu grande, grande mestre. É o sinólogo dos sinólogos”, p. 41.

¹⁹ Idem, idem, p. 37.

²⁰ “O Chinês Alfabético. Solução Adequada dum Magno Problema do Mundo Chinês”, idem, p. 71.

escrevendo com inicial maiúscula os vocábulos de tom superior e com minúscula os de tom inferior. Foi uma enorme simplificação e um feliz aproveitamento das duas modalidades que apresentam as letras”²¹.

Esta personagem, Kwo Chan Tung, mas não Joaquim Guerra, dispondo de um *ethos* e de uma consciência reflexiva com elevada autonomia e diferenciação, sentia-se em condições de poder anunciar a solução para esse velho problema enigmático, qual milagre revelado, com a fé, “Com este sistema tonal, assaz simples, ficou portanto resolvido o problema fundamental dos tons. No Chinês Alfabético sabe-se imediatamente qual é o tom de cada palavra. E por isso a ‘Nova Escrita Chinesa’ mais uma vez se revelou genuinamente chinesa !”²².

É sob o signo da claridade e da simplicidade que Joaquim Guerra se aproxima do âmagô da questão, “Qualquer escrita chinesa, se pretender ser científica, necessita de ter em conta o factor ou fenómeno etimológico. Foi o que fez o Chinês Alfabético. A etimologia dos vocábulos chineses pode-se obter por três vias: por um estudo comparado e exaustivo das várias pronúncias vivas da língua, pelo exame das fonéticas integradas na composição dos caracteres, e finalmente pelo confronto das rimas que nos conservam a antiga pronúncia-mãe dos dialectos modernos”²³.

Unir com inteligência sensível o todo e as partes é a tarefa intelectual que tomou para si, “O Chinês Alfabético é, pois, na sua redacção etimológica, a verdadeira ortografia alfabética da língua chinesa em que se encontram suficientemente satisfeitas as exigências científicas e o interesse prático. Dir-se-ia uma reunião de família em que todos os chineses se entendem, apesar de não se servirem já dos misteriosos caracteres, que muitíssimos não percebem, mas sim dum alfabeto internacional e chinês ao mesmo tempo, que se aprende a ler uma vez para toda a vida e está ao alcance de todos”²⁴.

É com emoção que Joaquim Guerra apresenta os resultados da sua investigação, “Com este último esforço, pode-se dizer que o Chinês Alfabético alcançou finalmente a meta que se propunha: a fonetização diferenciada de todos os caracteres. Ao cabo de uma travessia longa de 15 anos, consoante os vagares que lhe deixaram as suas correrias apostólicas, Kwo Chan Tung atingiu felizmente as praias dos mares desconhecidos, ou, com mais propriedade, dos ‘Quatro Mares’, que é expressão consagrada para significar a China. O Chinês Alfabético afirma-se até ao fim uma escrita verdadeiramente chinesa”²⁵. A nova linguagem, com a sua coreografia própria, deve estar ao serviço de todos, “Em todo o caso, é aos chineses que o Chinês Alfabético primariamente se destina. E se é verdadeiro o dilema de Lu-Sium: ‘ou os chineses ou os caracteres’, nós somos pelos chineses ! Vivam os chineses !”²⁶.

²¹ Idem, idem, p. 72.

²² Idem, idem, p. 74.

²³ Idem, idem, p. 75

²⁴ Idem, idem, p. 78.

²⁵ Idem, idem, p. 82.

²⁶ Idem, idem, p. 83.

Mas, a sua inteligibilidade esbarra na exasperação de sentido, na ambiguidade, na exclusão e na nossa humana condição de construir e metaforizar. O modelo do chinês alfabético, de Joaquim Guerra, foi abandonado sem avaliação, talvez porque a viva expressão verbal não se compaginava com a realidade. Por debaixo desta simplicidade formal, acobertava-se a dificuldade em explicar os parâmetros metodológicos em que assentavam, por exemplo, as analogias, as representações, as codificações ou as mais dinâmicas conceptualizações. Mas não deixa de ser um grandioso esforço de entendimento, mesmo no limite do indizível, ombreando com o trabalho pioneiro de Ricci e Valignano.

Este modelo foi abandonado porque Joaquim Guerra foi um mestre sem escola e sem discípulos. Hoje, mais de 62 anos depois, estamos perante uma encruzilhada que é lida como sendo o falhanço da hegemonia estrangeira consubstanciada pela suave ofensiva cristã.

Fernando Pessoa, no *Livro do Desassossego*²⁷ escreveu lapidarmente: “Que me pode dar a China que a minha alma me não tenha já dado? E, se a minha alma mo não pode dar, como ma dará a China, se é com a minha alma que verei a China, se a vir? Poderei ir buscar riqueza ao Oriente, mas não riqueza de alma, porque a riqueza de minha alma sou eu, e eu estou onde estou, sem Oriente ou com ele”. Como responderia Joaquim Guerra a esta cogitação?

²⁷ Edição de Richard Zenith, Assírio & Alvim, 5ª edição, 2005, p. 144.

ANGOLA: 50 ANOS DE INDEPENDÊNCIA...

PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Luís Manuel Brás Bernardino¹

“...é traço marcante da nossa jornada nunca termos resignado, nunca termos desistido. Aliás, a força e a nobreza dos nossos ideais tornaram impossível qualquer renúncia. Ao longo de cerca de cinco séculos de ocupação colonial, estiveram sempre vincados exemplos de bravura e de resistência dos nossos antepassados, que transformaram o sonho de liberdade em luta diária. Ngola Kiluanji, Nginga Mbandi, Ekuikui, Mandume, Mutu Ya Kevela e muitos outros, abriram o caminho e deixaram como legado os seus sonhos por uma terra livre da dominação e da opressão dos seus povos...”

Adão Francisco Correia de Almeida, Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República e Coordenador da Comissão Interministerial para a Organização das Acções Comemorativas Alusivas ao 50.º Aniversário da Independência Nacional de Angola - Luanda, 29 de novembro de 2024².

Introdução

Gostaria de começar por agradecer o convite feito pela Dr^a Maria Regina de Mongiardim, em nome da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (AICP), para refletir sobre o Presente e o Futuro da República de Angola. Agradeço especialmente a confiança depositada na minha Pessoa para que possa dizer algo de inovador e interessante sobre Angola num momento tão especial da sua História quando se cumprem 50 anos de Independência. Gostaria, contudo, se me permitem, de ir um pouco mais atrás na cronologia da História de Angola. Gostaria de me focar um pouco sobre o seu Passado recente, pois considero que não podemos analisar o Presente e refletir sobre o Futuro, sem

¹ Luís Bernardino é mestre em Estratégia e doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Lisboa. Coronel do Exército Português na situação de Reserva com vasta experiência internacional em missões da UE, NATO e ONU, habilitado com o Curso de Estado-Maior Conjunto e o Curso de Defesa Nacional, sendo Professor convidado no Instituto Universitário Militar (IUM). Atualmente, é Professor Auxiliar no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Investigador Integrado no Centro de Estudos Internacionais (CEI) do ISCTE e Investigador Associado no OBSERVARE – Observatório das Relações Exteriores da UAL. lbernardino@autonoma.pt

² <https://www.angola50anos.gov.ao>

olhar, condigna e contextualmente, para o Passado. Assim, irei precisamente dividir e articular esta minha breve comunicação (artigo) em três partes que se interligam: o Passado recente; o Presente e o Futuro imediato.

Pretendo abordar, essencialmente, a vertente da Política de Defesa Nacional de Angola, focando-me nas temáticas, sempre relevantes, da Segurança e da Defesa...ou seja, vou fundamentalmente falar sobre as Forças Armadas Angolanas (FAA), a Política de Defesa Nacional e a defesa da soberania de Angola nestes últimos 50 anos. Pretendo ainda tecer algumas breves considerações ao nível da Política Externa de Angola, focando-se especialmente sobre o papel de Angola na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o da CPLP em Angola.

Um Passado de Luta...

Focando-se inicialmente no Passado, refira-se que a República de Angola tem uma história relativamente recente que podemos caracterizar por duas singelas, mas muito significativas e dolorosas palavras: Luta e Luta.

Primeiro, uma acérrima luta pela Independência Nacional, que viria a celebrar-se em 11 de novembro de 1975 em três locais diferentes (Luanda, Ambriz e no Huambo) e que uniu os movimentos de libertação num sentimento comum...libertar Angola e ganhar a sua autodeterminação e a autodeterminação do seu Povo. E, em segundo lugar, uma luta fratricida pela paz interna, pela consolidação e maturação política e pela afirmação do Estado Angolano, que procurou, no pós-Bicesse em 1991 e especialmente com a assinatura do Memorandum de Entendimento de Luena, em 30 de março de 2002, unir os movimentos de libertação, agora designados de partidos políticos, na edificação da Nação Angolana.

Assim, Angola caracteriza-se, nestes últimos 50 anos, não apenas, mas essencialmente, pela constância de lutas numa dura realidade que condicionou toda a sua História, e que terá, em nossa opinião, impacto no seu Futuro próximo.

Uma luta externa e uma luta interna pela afirmação da Nacionalidade, pela afirmação da Democracia e pela afirmação da Soberania. Lutas vistas como vetores de consolidação do Estado Democrático e de afirmação do papel de Angola no contexto regional e internacional. Esse foi aliás o tema central da minha Tese de Doutoramento em Relações Internacionais que defendi na Universidade de Lisboa (2012) e onde procurei demonstrar a relevância do papel das Forças Armadas Angolanas como instrumento político-estratégico da afirmação da construção e edificação do Estado Angolano.

Tese que deu origem a um conjunto de livros e de conferências que relevam o papel das Forças Armadas Angolanas, independentemente das vicissitudes ante e após Bicesse, na construção e consolidação interna de Angola, bem como na sua afirmação no contexto regional Africano como instrumento da sua política externa na região subsaariana.

Aliás, Angola é, em África, um dos poucos países que no processo de independência congregou a língua, a cultura, as etnias e as fronteiras, num espaço de soberania único e indivisível... espaço que permanece até aos dias de hoje e que é motivo de destaque no contexto internacional.

Um espaço soberano que congregou, na bonita cidade do Huambo, no planalto central, após Acordos de Bicesse em 1991, os braços armados dos movimentos de libertação, numa Forças Armadas que foram e são o pilar do Estado de Direito em Angola.

Um Forças Armadas que constituem, como iremos ver, uma alavanca estratégica para estimular o desenvolvimento sustentado no Presente e capacitar Angola para o Futuro.

Um Presente feito de Desafios...

Vamos agora falar do Presente,

Em 11 de novembro de 2025, Angola celebrou cinco décadas de independência nacional, marcando um momento de reflexão profunda sobre a construção e consolidação do Estado, os avanços conseguidos na consolidação da Democracia, e os múltiplos desafios enfrentados desde 1975 para se afirmar na cena internacional.

Como sabemos, o lema das celebrações oficiais escolhido pelo Executivo Angolano foi “Preservar e valorizar as conquistas alcançadas, construindo um futuro melhor”, o que simboliza a vontade de um Povo em aceitar os desafios do Presente olhando para as dificuldades do Passado...mas sempre com os olhos postos no Futuro. Pois o Futuro é a esperança ...e sempre houve esperança em Angola... Esperança pela Independência, Esperança pela Paz e Esperança pelo Desenvolvimento.

Neste contexto, permitam-me que realce, novamente o papel das Forças Armadas Angolanas (FAA) que continuam o seu caminho dos 3 “R’s”: Reestruturação, Reequipamento e Reafirmação, procurando honrar a História das FAPLA, FALA e FNLA, honrando a História de Angola e os Angolanos.

Uma História que se materializa na Sociedade, no País e na Região Subsaariana, entendida como um contributo para a paz e para a reconstrução de Angola num contexto histórico muito complexo onde os desafios são permanentes e as ameaças consistentes.

Um contributo onde as Forças Armadas Angolanas assumem um papel cada vez mais relevante...pois a Segurança e Defesa são pilares centrais do Estado de Direito e fundamentais para o desenvolvimento do país. Pois, como referia o Professor Adriano Moreira “...*não existe desenvolvimento sem segurança e não podemos ter segurança sem investir no desenvolvimento...*”. Uma frase que se aplica perfeitamente a Angola nos dias de hoje e que certamente é inspirador para ligar o Presente com o Futuro.

Nestes 35 anos de existência (das FAA), estas deram um significativo contributo para a afirmação da Política Externa de Angola, e nomeadamente como mecanismo de prevenção de conflitos na região subsaariana, onde por via da liderança político-militar se têm afirmado na CEEAC, na SADC, e mais recentemente no “Processo de Luanda” com a liderança no processo de paz para a região dos Grandes Lagos.

Tal como podemos constatar no envolvimento de Angola na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e na Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM) no contexto da SADC, onde foi um dos países que contribuiu com tropas e meios aéreos para o combate ao terrorismo na província de Cabo

Delgado em Moçambique. Dois exemplos que simbolizam o compromisso de Angola com a segurança regional em África e que ultrapassa as fronteiras da independência.

Um compromisso em que as Forças Armadas Angolanas se constituíram como um instrumento da Política Externa de Angola...entendida como um sinal de maturidade do Estado Angolano e abrindo uma boa perspectiva para o Futuro.

Atualmente, os desafios para a Política de Defesa Nacional em Angola passam essencialmente por consolidar a capacidade operacional e apontar para um maior envolvimento das Forças Armadas e dos Serviços de Segurança na edificação do Estado de Direito e no desenvolvimento de Angola. Este é um desafio que implica uma reafirmação e reavaliação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2018, que se tornou obsoleto e que carece de uma atualização e adequação, pois este documento liga a Política Externa de Angola com a sua Política de Defesa Nacional.

Este é um nítido exercício de soberania, um exercício necessário que deve envolver toda a sociedade, onde Angola deve adequar as capacidades operacionais das suas Forças Armadas com a necessidade de garantir a segurança das fronteiras terrestres, a vigilância dos mares e das fronteiras marítimas e segurar o controlo do espaço aéreo. Uma presença ativa e permanente que lhe é exigida, atualmente, pela posição geoestratégica de Angola no Golfo da Guiné ou na relação com os Congos, ou mesmo na vontade de afirmação como potência regional em ascensão na região subsaariana.

Um processo político-diplomático que atualmente é especialmente relevante para Angola, pois que detém a presidência rotativa do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS/UA) e da União Africana (UA) onde procura consolidar a influência do país na “Agenda Continental Comum” e nos esforços pela paz e pela estabilidade em África como factor de afirmação de Angola no contexto regional e global.

Um esforço de liderança que procura relevar o papel de Angola na prevenção e resolução de conflitos regionais, nem sempre da forma mais efetiva e consensual, como constatamos com a MISSANG na Guiné-Bissau (2011/2012), mas quase sempre com impacto positivo e prestigiante para Angola.

Contudo, a pergunta que recorrentemente subsiste é saber quando é que as Forças Armadas Angolanas poderão representar Angola numa missão de Peace Keeping das Nações Unidas em África?...ou, onde e quando teremos capacetes azuis angolanos a representar o país num cenário de crise humanitária regional no quadro das missões da União Africana? Ou ainda, quando assumirá Angola a sua vocação de unir o Passado com o Futuro, apostando num Presente que possa contribuir, pela via militar, para unir estrategicamente Segurança e Desenvolvimento.

Um Futuro de Esperança...

Olhemos agora brevemente para o Futuro...

Sob o lema “Angola 50 Anos: Preservar e valorizar as conquistas alcançadas, construindo um futuro melhor,” as comemorações procuram fortalecer o orgulho nacional e a união

de todos os Angolanos, e destacam as conquistas históricas do Passado, apontando os desafios Futuros.

A visão é precisamente ligar o Passado com o Futuro e encorajar os Angolanos a valorizarem a conquista da Paz e do esforço para apostar no Desenvolvimento e na Segurança. Um desenvolvimento sustentado que também é uma oportunidade para ser plenamente assumida pelas Forças Armadas Angolanas, tal como determina a Constituição da República de Angola³.

Esta é uma excelente ocasião para promover o envolvimento cívico e comunitário, consolidando o compromisso de cada cidadão com o desenvolvimento e a prosperidade de Angola...e certamente apostar na afirmação da soberania e do papel das Forças Armadas nesse processo, pois que estas devem ser vistas e entendidas como um pilar do Estado Democrático e um digno representante do Povo.

O futuro mostra-se assim desafiante e exige uma definição de prioridades para o investimento nacional, que em síntese, penso, deve passar por uma reavaliação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2018) e da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei n.º 2/93, de 26 de março de 1993). Deve ainda incluir uma reavaliação em termos operacionais das capacidades das Forças Armadas Angolanas, o que significa, no futuro, que deve apostar numa maior aposta na capacitação tecnológica da Marinha de Guerra Angolana (MGA) e da Força Aérea Nacional de Angola (FANA).

Deve também repensar-se o modelo profissional e de progressão na carreira dos militares nas Forças Armadas (e das Forças de Segurança), e ainda reforçar a presença regional e especialmente através da participação nas missões das Nações Unidas em África...onde Angola nunca participou. Desafios que implicam um reforço na cooperação bi-multilateral no quadro das alianças estratégicas em que se geopoliticamente se enquadra e especialmente no reforço da presença e representação na SADC e especialmente na UA.

Um reforço na parceria estratégica ao nível da Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) na CPLP e, procurar afirmar-se como uma potencia militar regional em África, com capacidade para ser um produtor de segurança regional e um potente instrumento da Política Externa Angolana na região, em África e no Mundo. Para isso cremos que a Comunidade

³ Capítulo III - Defesa Nacional e Forças Armadas - Artigo 206.º (Defesa Nacional). 1. A defesa nacional tem por objectivos a garantia da defesa da soberania e independência nacionais, da integridade territorial e dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem pública, o asseguramento da liberdade e segurança da população, contra agressões e outro tipo de ameaças externas e internas, bem como o desenvolvimento de missões de interesse público, nos termos da Constituição e da lei. 2. A organização e funcionamento da defesa nacional são estabelecidos por lei. Artigo 207.º (Forças Armadas Angolanas). 1. As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apatidária, incumbida da defesa militar do país, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob a autoridade suprema do Presidente da República e Comandante-em-Chefe, nos termos da Constituição e da lei, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte. 2. As Forças Armadas Angolanas compõem-se exclusivamente de cidadãos angolanos e a sua organização é única para todo o território nacional. 3. A lei regula a organização, funcionamento, disciplina, preparação e emprego das Forças Armadas Angolanas em tempo de paz, de crise e de conflito. [<https://governo.gov.ao>].

dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é relevante para Angola e Angola é muito relevante para a CPLP⁴.

Nomeadamente na Cooperação no Domínio da Defesa, onde a aproximação aos contextos regionais africanos pode beneficiar da experiência Angolana e contribuir para a sua liderança na aproximação da CPLP às Organizações Regionais Africanas.

Este é um processo dinâmico que exige visão e orientação político-estratégica, que exige em grande medida o engajamento de Angola e das suas lideranças político-militares, pois a CPLP será em África muito do que Angola pretende que ela seja...

O Futuro de Angola passa também pelo futuro da CPLP, especialmente se Angola assumir a liderança africana da organização, apoiando a multi-cooperação da CPLP com as Organizações Regionais Africanas, especialmente na vertente da Cooperação de Defesa e apostando nas suas Forças Armadas.

Conclusões

Este colóquio levado a efeito pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa (AICP) e pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) com o título “Angola: Presente e Futuro” é muito apropriado, e dá-nos a oportunidade de refletir sobre como construir um Futuro para Angola. Um desafio que deve ser visto de vários ângulos e com vários contributos e em diferentes geografias, tendo sempre por base a sua História e a experiência do seu Povo, pois o Futuro desenha-se no Presente, e o Presente reflete muitos dos problemas do Passado...

Uma reflexão que se foca no papel das Forças Armadas Angolanas como vector de afirmação da vontade de um Povo na garantia da segurança e do desenvolvimento nacional. Uma

⁴ A prática mostra-nos atualmente uma CPLP política e economicamente ainda débil, sem uma clara linha de rumo perceptível, algo hesitante entre as pressões conjunturais regionais e globais, e à procura de um projeto de cooperação estratégico e estável, afirmativo e mobilizador. Diríamos, numa só palavra, que a Comunidade é para Angola uma onda num mar agitado...onde sabemos que pode-nos levar para algum lugar...mas não sabemos exatamente para onde... pensamos que atualmente Angola precisa de contrariar esse paradigma e conhecer bem esse mar e surfar bem essa onda em prol da sua afirmação em África e no mundo. Em nosso entender, pensamos que Angola é relevante para a CPLP e a CPLP é relevante para Angola, e que esta relação de mútua interdependência depende, fundamentalmente, de três condições basilares e estratégicas para o futuro, nomeadamente: Promover uma reforma interna na Comunidade para que esta se possa adequar às novas dinâmicas da cooperação internacional e tornar-se efetivamente mais útil, mais necessária e potencialmente um melhor instrumento de apoio à sua Política Externa e nomeadamente à Política de Defesa Nacional; Em segundo lugar, reforçar a visibilidade internacional ao nível da concertação político-diplomática e apostar na possibilidade de servir de fórum de diálogo privilegiado entre os Países da Lusofonia, nomeadamente nos contextos regionais africanos onde Angola está multilateralmente representado; E por último, robustecer o papel na defesa da Cultura Lusófona, da Língua Portuguesa, da História comum, e contribuir assim para uma maior presença do Português em África e no Mundo e nas redes globais de conhecimento, onde Angola se pretende destacar e afirmar. Cremos também que a reunião destas três condições poderia acelerar o processo de clarificação e dinamização do conceito de “Lusofonia”, libertando-o definitivamente de qualquer conotação negativista do passado, e abrindo a porta a um mundo novo... onde Angola deve estar...também por via de assumir a liderança africana da organização e de um maior comprometimento político, e necessariamente um muito maior engajamento político-estratégico na CPLP.

Instituição que se assume numa relação política que assenta no poder militar e que precisa de se renovar e ser redimensionado para assumir cabalmente as suas necessidades de afirmação no contexto regional, na CPLP e no contexto global.

Espero que esta reflexão académica sobre a Política Externa e a Política de Defesa de Angola possa contribuir para que, vivendo o Presente, mas olhando para o Passado, possamos refletir sobre o Futuro que se espera para Angola.

Bibliografia

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2013). *A posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana. Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Lisboa. Editora Almedina. 2013, ISBN 978-972-40-5000-3.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2019). *As Forças Armadas Angolanas. Contributos para a Edificação do Estado*. Lisboa. Editora Mercado de Letras, 2019, ISBN 978-972883435-7.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2023). *A Importância do Bi-Multilateralismo nas novas Relações Internacionais. Impactos para a Defesa Nacional*. Revista Militar. Lisboa. Nº 2661. Outubro 2023. pp. 773-784. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1743>

BERNARDINO, Luís Manuel Brás e RIZZI, Kamilla Raquel (Coordenadores) (2023). *25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP. Cooperativa de Ensino Universitário - Universidade Autónoma de Lisboa*. 1ª Edição 2023. ISBN: 978-989-33-4737-9. <http://hdl.handle.net/11144/6675>. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/entities/publication/435e681a-cb41-4b52-a704-af9a09239d3f>

BRIDGLAND, Fred (1988). *Jonas Savimbi. Uma chave para África*. Lisboa: Edição Perspectivas e Realidades, 1ª Edição - 1988, Depósito Legal nº 21 903/88.

JAMES III, W. Martin (2011). *A Political History of the Civil War in Angola 1974-1990*. New Jersey: Transaction Publishers, ISBN 978-1-4128-1506-2.

JÚNIOR, Miguel (2003). *A Formação e o Desenvolvimento das Forças Armadas Angolanas*. Luanda, Editorial Nzila, ISBN 972-8823-25-8.

LEÃO, Ana e RUPPIYA, Martin (2005). *A Military History of the Angolan Armed Forces from the 1960s Onwards*. As told by Former Combatants. South Africa: International Security Studies (ISS), Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&cid=108507>

MACQUEEN, Norrie (1998). *A Descolonização da África Portuguesa – Revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998, ISBN 972-670-313-1.

MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro (2011). *Angola 61. Guerra Colonial: Causas e Consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. Lisboa: Texto Editora, 1ª Edição, janeiro 2011, ISBN 978-972-47-4280-9.

MEREDITH, Martin (2006). *The State of Africa. A history of fifty years of Independence*. Great Britain: Africa House, 2006, ISBN-13: 978-0-7432-3222-7.

MESSIANT, Christine (2008). *L'Angola postcolonial - 1. Guerre et Paix sans Démocratisation*. Paris: Éditions Karthala, 2008, ISBN 978-2-8111-0029-2.

MESSIANT, Christine (2008). *L'Angola postcolonial - 2. Sociologie Politique d'une Oléocratie*. Paris: Éditions Karthala, 2008, ISBN 978-2-8111-0085-8.

VICENTE, Paulo Nzaji da Conceição (2008). *História do MPLA 1º Volume (1940-1966)*. Luanda: Editora: Editorial Caminho (Lisboa), Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA, 1ª Edição, maio 2008, ISBN 978-989-631-050-9.

VICENTE, Paulo Nzaji da Conceição (2008). *História do MPLA 2º Volume (1967-1976)*. Luanda: Editora: Editorial Caminho (Lisboa), Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA, 1ª Edição, maio 2008, ISBN 978-989-631-051-3.

RUÍNAS DE SÃO PAULO, A-MÁ E GUANYIN OU MACAU NA TRANSIÇÃO ENTRE ORIENTE E OCIDENTE

Paulo Borges

*Universidade de Lisboa / Centro de Filosofia
da Universidade de Lisboa*

Resumo: Apresentamos aqui uma reflexão sobre algumas das principais referências icônicas de Macau – as Ruínas de São Paulo, o templo de A-Má e a estátua de Guanyin -, que nos mostram o potencial da cidade para contribuir para um dos grandes desafios do nosso tempo: o encontro, o diálogo e as novas sínteses de natureza cultural, religiosa e espiritual, particularmente entre taoísmo, budismo e cristianismo.

Palavras-chave: taoísmo, budismo, cristianismo, diálogo inter-religioso, templo, contemplação.

As Ruínas de São Paulo em Macau, fruto do incêndio de 1835 que destruiu a antiga Igreja da Madre de Deus e o adjacente Colégio de São Paulo, são o símbolo maior da cultura ocidental-cristã em Macau e, a par do imenso valor estético de exemplo único da arquitectura barroca na China, veiculam um poderoso ensinamento espiritual que, além de despertar a consciência para a natureza profunda do real, possibilita, se as lermos na relação com dois outros ícones macaenses – o templo de A-Má e a estátua de Guanyin –, uma compreensão alargada do potencial da cidade no diálogo inter e trans-cultural e inter e trans-religioso entre taoísmo, budismo e cristianismo.

Um templo – do latino *templum*, afim ao grego *temenos*, de *temnein*, “cortar” – era na religião romana o espaço sagrado recortado, delimitado ou isolado do espaço comum, que assim devém profano, por um áugure para fins rituais, em particular divinatórios. A fundação de um templo e a diferenciação de um espaço sagrado implicam, mediante uma hierofania, essa ruptura da homogeneidade indiferenciada do espaço que Mircea Eliade sustenta ser afim à experiência religiosa, bem como à “fundação do mundo”¹, que passa pela constituição de um centro que instaura uma ordem topo-axiológica do real e um sistema de referências orientadoras, distinguindo caos e cosmos e centro e periferia, como acontece

¹ Cf. Mircea ELIADE, *O Sagrado e o Profano. A essência das religiões*, tradução de Rogério Fernandes, Lisboa, Livros do Brasil, s. d., pp.35-38. Cf. também *Id.*, *Tratado de História das Religiões*, prefácio de Georges Dumézil, Lisboa, Cosmos, 1977, pp.435-455.

na figuração do *axis mundi*, que separa e une Céu e Terra ². A fundação de um templo participa assim da fenomenologia da experiência do *limiar*, que, conforme a etimologia do *limes* latino, é simultaneamente o que distingue, separa e opõe o sagrado e o profano e esse “lugar paradoxal” que permite a comunicação e a passagem ou transição entre um e outro ³. Como nota Eudoro de Sousa, a iniciação da consciência reside precisamente na conversão dos *limites* em *limiares*.

Não deixa todavia de ser paradoxal que, escasseando precisamente essa experiência iniciática de se converterem limites em limiares, um templo, neste caso um templo cristão, possa contribuir para a impressão de nele se circunscrever o que por natureza não pode ser circunscrito, o Infinito, designado como Deus. É este Deus que uma definição famosa, porventura surgida pela primeira vez n’*O Livro dos XXIV Filósofos*, consagrou como o indefinível por excelência: “Deus est sphaera infinita cuius centrum est ubique, circumferentia vero nusquam” (“Deus é a esfera infinita cujo centro está em todo o lado e a circunferência em lado algum”)

⁴. Se Deus é o infinito não pode ter ou ser centro. Como escreve Aristóteles: “o infinito não tem centro” ⁵. Além de não ter centro e de não poder constituir um centro distinto de uma periferia, outra implicação lógico-experiencial da infinidade do que se designa como Deus é não poder ser algo, separado de outra coisa, de si distinta, pois de outro modo seria uma entidade delimitada por outra entidade e não seria infinito. Por isso para Mestre Eckhart a “indistinação é a característica distintiva de Deus” ⁶, o que sugere compreender a sua designação como *pánton* áplos, “liberto de tudo”, no final da *Teologia Mística* do pseudo-Dionísio o Areopagita ⁷, traduzido para Latim como *ab-solutus*, absoluto, não como referindo algo separado e transcendente, mas antes a transcensão da própria ideia de separação e transcendência espacial, numa instância que supera toda a discriminação entre isto e aquilo, dissolvendo a aparente separação entre sujeito e objecto e a visão do mundo como um todo composto de partes essencialmente distintas. Nesse sentido se diz que, “liberto de tudo, está além do universo das coisas” ⁸, o que entendemos não no sentido de ser a *Coisa* suprema que transcende todas as coisas, como muitas vezes é concebido, mas no de transcender a visão reificadora que concebe o mundo como um conjunto de entes-coisas, materiais e imateriais (como as ideias), distintas e separadas entre si.

² Cf. *Id.*, *O Sagrado e o Profano. A essência das religiões*, p.50.

³ Cf. *Ibid.*, p.39.

⁴ Cf. *Le Livre des XXIV Philosophes*, traduzido do latim, editado e anotado por Françoise Hudry, prefácio de Marc Richir, Grenoble, Éditions Jerome Millon, 1989, pp. 93 e 95.

⁵ ARISTÓTELES, *De Caelo*, I, 7 275b 10.

⁶ Cf. Bernard McGINN, *The Harvest of Mysticism in Medieval Germany (1300-1500). The Presence of God: a History of Western Christian Mysticism*, IV, Nova Iorque, The Crossroad Publishing Company, 2005, p.89.

⁷ Cf. Pseudo-Dionísio AREOPAGITA, *Teologia Mística*, versão do grego e estudo complementar de Mário Santiago de Carvalho, in *Mediaevalia. Textos e Estudos*, 10 (Porto, 1996), pp.24-25.

⁸ Cf. *Ibid.*

Se Deus não é uma entidade ou ser distinto de outros seres ou entidades, se Deus é o Infinito, e como tal, ainda segundo Eckhart, um “Nada (*Nichts*)” ⁹, “simples”, “vazio e livre” de toda a forma ¹⁰, como pode o Infinito estar contido num templo, como o da primitiva Igreja da Madre de Deus de Macau ou outro qualquer? Porventura é por isso que Cristo, no encontro com a Samaritana, afirma que os “verdadeiros adoradores”, que Deus-Pai procura, são os que não adorarão a Deus neste ou naquele local físico e exterior, mas sim “*ἐν πνεύματι καὶ ἀλήθειᾳ*”. Traduzida habitualmente como “em espírito e verdade” (*João* 4, 21-24), Jean-Yves Leloup vai ao sentido profundo da letra do texto grego e vê aqui a exortação a que se ore ou adore no “Sopro” (*Pneuma*) e fora de todo o “esquecimento” (*léthè*) ou “letargia” da consciência”, num “estado de despertar e de vigília, numa memória ininterrupta do Ser”, recordando que os Padres da Igreja verão no *Pneuma* o Espírito Santo e na *alétheia* o Cristo ¹¹. A verdadeira experiência do Infinito que se designa como Deus dar-se-ia assim na dimensão subtil e espiritual, mas incarnada, da *reSpiração* e na abertura ou des-ocultamento da consciência (*a-létheia*), como na experiência meditativa e contemplativa dos Padres do Deserto ¹², e não no regime intelectual do discurso teológico-filosófico, que o tende a reduzir a mero objecto do pensamento abstracto e conceptual. Por isso São Paulo recorda que “o (...) corpo é templo do Espírito Santo” (*1 Coríntios*, 6, 19). O Infinito manifesta-se e experiencia-se mais imediata e plenamente no que respira e é vivo, humano ou não - pois homem e animal “têm o mesmo alento” (*Eclesiastes*, 3, 19) -, do que nas obras, por mais belas e monumentais, da cultura e da civilização, incluindo os templos, que como vimos podem sugerir ou induzir a ficção de delimitarem o ilimitado. O Infinito é Espírito, imprevisível e insubstancial, e todo o que dele nasce é como o “vento” que “sopra onde quer”, sem que ninguém saiba “de onde vem / nem para onde vai” (*João*, 3, 4-8), pois não tendo lugar está em toda a parte. Isto só o vivente pode experienciar, pois nele conscientemente perpassa o fluxo do Sopro que tudo permeia. Por isso o “Reino de Deus” - que nas interpretações proféticas é o que está por vir, mas na tradição e experiência contemplativas é o próprio Deus ou o próprio Cristo e a sua presença a cada instante adveniente no mundo e no íntimo dos que a ela se abrem - não está “aqui” ou “ali”, mas sim “entre” ou “no meio” dos viventes (*Lucas*, 17, 20-21). Ou seja, não nos limites que aparentemente os constituem ou configuram, não nas suas formas recortadas no espaço ou fundo da percepção, mas nesse mesmo espaço infinito ou fundo sem fundo comum que possibilita e onde se entrecruzam todas as formas, coisas e fenómenos do mundo. Esse espaço ou fundo infinito

⁹ Cf. Mestre ECKHART, *Predigten. Traktate, Werke*, II, 71, textos e versões de Ernst Benz, Karl Christ, Bruno Decker, Heribert Fischer, Bernhard Geyer, Josef Quint, Konrad Weib e Albert Zimmermann, editados e comentados por Niklaus Largier, Frankfurt am Main, Deutscher Klassiker Verlag, 2008, p.65.

¹⁰ Cf. Mestre ECKHART, *Predigten. Werke*, I, 2, textos e versões de Josef Quint, editados e comentados por Niklaus Largier, Frankfurt am Main, Deutscher Klassiker Verlag, 2008, p.65.

¹¹ Cf. Jean-Yves LELOUP, *L'Évangile de Jean*, traduzido e comentado por Jean-Yves Leloup, Paris, Albin Michel, 1989, p.268.

¹² Cf. *Id.*, *Écrits sur l'Hésychasme. Une tradition contemplative oubliée*, Paris, Albin Michel, 1990.

é Deus, a matriz de tudo. Como diz São Paulo: “nele vivemos, nos movemos e existimos” (*Actos dos Apóstolos*, 17, 28).

Que imagem mais adequada para sugerir o Infinito omni-circundante do que a do Céu, desde que o não imaginemos como algo transcendente, no sentido de exterior e separado, que está lá “em cima”, mas antes o reconheçamos como o “englobante” (*Umgreifende*) de que fala Karl Jaspers ¹³, o envolvente espaço primordial, de consciência e vida, no seio do qual a cada instante estamos imersos, percebemos e respiramos, esta abertura informe e acolhedora onde precisamente “vivemos, nos movemos e existimos”? Por isso São Mateus fala do Reino dos Céus como sinónimo de Reino de Deus, registando as primeiras palavras de Cristo como continuadoras das de João Baptista: “Arrependei-vos, porque está próximo o Reino dos Céus” (*Mateus*, 4, 17). O arrependimento é aqui, literalmente, o inclinar-se em sentido oposto, o arrear caminho e ir contra-a-corrente da tendência e dos hábitos instalados, a reviravolta da consciência e da vida, a conversão ou metanóia pela qual a atenção e o desejo se libertam da reclusão no aparente limite das formas e dos objectos, materiais ou mentais, sensíveis ou inteligíveis, para despertarem, renascerem ou ressuscitarem no Infinito divino onde sujeitos e objectos se fundam e entrecem, sem que jamais possam existir em si e por si, substancial e separadamente, mas apenas como fenómenos em constante metamorfose e interdependência. As palavras inaugurais da pregação de Cristo, muitas vezes entendidas em sentido meramente ético-moral ou nos quadros de uma escatologia profético-messiânica focada na horizontalidade histórico-temporal, podem ser compreendidas como convite a um despertar da consciência na experiência da natureza profunda da realidade, tal como ela já e sempre é e a cada instante advém. É no *Infinito/Céu* que tudo acontece, é no *Infinito/Céu* que somos e tudo é o acontecimento do *Infinito/Céu*: libertemo-nos pois da desatenção e do esquecimento, reconheçamos e experienciemos plenamente isso, adoremo-lo “em espírito e verdade”, ou seja, no Sopro que tudo permeia e na consciência aberta, desde o nosso corpo até ao corpo do universo, pois são o mesmo corpo, o Corpo do Cristo Cósmico, esse mesmo “que plenifica tudo em tudo” (*Efésios*, 1, 23) e que já é, mas que vem a ser e “será” - em função do múltiplo e diferenciado tempo do reconhecimento da sua presença consumada, relativo à maturação de cada consciência - “tudo em todos” (*1 Coríntios*, 15, 28).

O Infinito divino é omnipresente em todas e cada uma das formas da sua manifestação, não podendo estar mais numas do que noutras, pois por definição é simples e não tem partes. A edificação de um templo, todavia, se por um lado visa orientar a atenção humana para os símbolos da presença divina, levando-a precisamente à contemplação, por outro pode contribuir para a ilusão de que o divino esteja localizado e delimitado, ou pelo menos mais presente, nos seus símbolos e no espaço consagrado – o templo e o altar – e menos presente ou ausente no que acontece no seu exterior, ou seja, no que é *profano*, que etimologicamente remete para o que se passa diante do templo, no exterior do espaço consagrado. A edificação do templo

¹³ Cf. Karl JASPERS, *La Fe Filosófica ante la Revelación*, tradução de Gonzalo Díaz y Díaz, Madrid, Editorial Gredos, 1968, pp.104-106; *Iniciação Filosófica*, tradução de Manuela Pinto dos Santos, Lisboa, Guimarães Editores, 1998, 9ª edição, pp.33-42.

instaura, como vimos, a separação entre sagrado e profano, que pode sugerir ou reforçar ainda a de uma separação entre o humano e o sagrado ou divino, e com isso uma distinção mental humana que não corresponde à natureza não-dual do real. Poder-se-á argumentar que a arquitectura tradicional dos templos, o seu simbolismo ¹⁴ e as cerimónias litúrgicas que aí têm lugar ¹⁵ promovem o recolhimento e/ou abertura da consciência para essa não-dualidade, mas ao mesmo tempo é inegável que partem de uma percepção dualista e podem contribuir para a manter e reforçar, como muitas vezes tende a acontecer. É por isso que, como Cristo deixa claro no encontro com a Samaritana, a verdadeira e mais imediata experiência do Infinito é no corpo-consciência e dispensa templos e actos litúrgicos externos.

É à luz destas considerações que nos perguntamos se o incêndio e a derrocada de um templo, como a que originou as Ruínas de São Paulo em Macau ou as do Convento do Carmo em Lisboa, ou ainda a inconclusão de uma abóbada, como nas Capelas ditas Imperfeitas, no Mosteiro da Batalha, não pode ser vista como a – divina? – ironia que, sob a aparência da destruição, da incompletude e da negatividade, vem afinal permitir que a forma destroçada ou inconclusa que sobrevive cumpra melhor a sua função simbólica e iniciática de orientar a consciência para o espaço/céu ilimitado que, imagem mais próxima do Infinito, ajuda a percepção a converter limites em limiares, transcendendo todas as configurações humanas para se perder/encontrar na grande vastidão. “There is a crack in everything / That’s how the light gets in” (“Há uma brecha em tudo / É assim que a luz entra”), escreveu e cantou Leonard Cohen em “Anthem”. Embora tal não seja necessário, pois na verdade o espaço vazio e ilimitado habita o íntimo de cada partícula da matéria, que só na percepção limitada aparenta ter uma forma sólida e na verdade se resume a espaço e energia, como mostra a microfísica quântica, por vezes é a derrocada das mais monumentais e belas construções humanas que mais contribui para libertar a mente do apego às formas como se fossem realidades substanciais, sólidas e últimas, mostrando a fragilidade, impermanência e inconsistência ontológica de todos os fenómenos e particularmente dos produtos da história, da cultura e da civilização, revelando na sua dissipação a única eternidade do incondicionado. É pelo mesmo motivo que as laboriosas, meticulosas e extremamente detalhadas mandalas de areia colorida do budismo tibetano são destruídas em segundos pelos mesmos monges que levaram dias a construí-las em estados de profunda meditação. Mais do que a perfeição da sua forma anterior, é a fachada aberta das Ruínas de São Paulo que aponta para essa “luz vinda do céu” que “envolveu de claridade” o futuro apóstolo Paulo, no êxtase pelo qual, segundo Mestre Eckhart, o não ver nada, de “olhos abertos”, é ver Deus, o próprio Nada ¹⁶. Mais do que um templo sólido e aparentemente perfeito, é um templo em ruínas que melhor pode cumprir, pelo menos para as mentes que tendam a prender-se na forma das coisas, a sua função de ser um dedo que aponta para a lua, convidando a olhar para ela e não para si, como no ensinamento de uma

¹⁴ Cf. Jean HANI, *Le Symbolisme du Temple Chrétien*, Vêga, 2005.

¹⁵ Cf. Jacques MARITAIN e Raïssa MARITAIN, *Liturgie et Contemplation*, prefácio de Charles Journet, preâmbulo de Jean-Miguel Garrigues O. P., Genebra, Ad Solem, 2007; Jean HANI, *La Divine Liturgie*, L’Harmattan, 2011.

¹⁶ Cf. Mestre ECKHART, *Predigten. Traktate, Werke*, II, 71, p.65.

conhecida história Zen. É a ruína do templo que o devolve afinal à sua realidade original de “lugar a céu aberto, sem tecto”, que dirige “o espírito para os céus”, em vez de manter, como depois, “os céus à distância”, como diz Thoreau ¹⁷.

Se o olhar que contempla hoje as Ruínas de São Paulo não pode deixar de imediatamente trespassar a sua fachada aberta e perder-se, ou reconhecer-se e salvar-se - cf. o aceitar perder a vida pela transcendência como o salvá-la, no ensinamento de Cristo (*Marcos*, 8, 35) - no vazio do céu, perguntamo-nos se isso, em mais uma – divina? – ironia, não o reconduz ao encontro da deusa A-Má ou Mazu, cujo templo é anterior à própria Cidade de Macau, e cuja designação derivaria, segundo lendas quinhentistas, da designação cantonense da Baía de A-Má, “A-Má-Gau”, onde terão primeiro desembarcado os portugueses. Segundo outras fontes, tendo estes desembarcado na costa em frente ao templo e perguntado o nome do local, os nativos teriam respondido: *Maa-gok* ou *A-maa-gok* (“O Pavilhão da Mãe”), de onde o nome de Macau. A arruinada sobrevivência do símbolo maior da cultura ocidental-cristã em Macau pode conduzir assim, num convite à expansão inter e trans-religiosa da consciência, à contemplação da epifania que inspira o templo de A-Má, símbolo máximo da cultura chinesa na mesma cidade, com vários pavilhões dedicados ao culto das diversas divindades e influências presentes na cultura espiritual da China, desde a religião popular ao budismo, passando pelo confucionismo e o taoísmo. A-Má pode ser a divinização de uma mulher-xamã, Linmo ou Linmoniang, como deusa do mar e depois Rainha do Céu, num culto sincrético de referências confucionistas, budistas, taoístas e cristãs que a assimila aos imortais taoístas, à bodhisattva Guanyin e à Virgem Maria. Tudo se passa como se a ruína dos edifícios religiosos, neste caso cristãos, apontasse a final cedência do intuito proselitista ao reconhecimento da divindade ou sacralidade do Céu, símbolo e epifania do Infinito, como o que permite acolher a diversidade e multiplicidade espiritual e religiosa, numa sugestão de profundo sentido para o encontro, diálogo e convivência das várias expressões desta pluralidade, bem como para o fenómeno do “plurilinguismo religioso” e das novas sínteses religiosas em curso como momento integrante do desenvolvimento das próprias religiões tradicionais ¹⁸.

Recorde-se o ensinamento que abre o *Tao Tê King*, atribuído a Lao Tsé. Se o Tao (Via) que se pode nomear é “a Mãe de todos os seres”, já o Tao inefável é “a origem do Céu e da Terra”. Neste sentido, A-Má pode incarnar a matricial fecundidade e a maternal benevolência protectora de todos os viventes, que é o aspecto manifesto do Tao inefável. Este corresponderia ao “perpétuo *wu*”, o não-haver, o informe ou vazio, “a secreta Essência”, enquanto a “Mãe” corresponderia ao “perpétuo *yu*”, o que há, a forma ou os “limites” dessa mesma vacuidade. Ambos, todavia, diferem apenas pelo “nome”, pois procedem de “um mesmo fundo”, que Lao Tsé designa como o “Obscuro”, cuja “obscuridade” (ou “mistério”, noutras traduções)

¹⁷ Cf. Henry David THOREAU, “*Je suis simplement ce que je suis*”, Cartas a Harrison G. O. Blake, traduzidas, anotadas e apresentadas por Thierry Gillyboeuf, Paris, Librairie Générale Française, 2013, p.49. Cf. também *Id.*, *Uma Vida sem Princípios*, tradução, introdução e notas de Jaime Becerra da Costa, Guimarães, Opera Omnia, 2014, p.46.

¹⁸ Cf. Javier MELLONI, *Hacia un Tiempo de Síntesis*, Barcelona, Fragmenta Editorial, 2011, pp.38-40.

é “a porta de todos os segredos”¹⁹. O céu com o qual A-Má foi identificada, e que irrompe através da fachada aberta das Ruínas de São Paulo, pode ser visto assim, numa outra perspectiva, como símbolo da própria não-dualidade entre vazio e forma, pois, como diz o *Tao Te King*, *wu* e *yu* “geram-se um ao outro”²⁰, nesse fundo sem fundo designado como “a porta da Fêmea obscura” e que é “a raiz de Céu e Terra”²¹. Se *wu* e *yu* são inseparáveis como o vazio e a forma que constituem toda a manifestação da vida, a lógica da sua distinção, ainda que relativa, não deixa de apelar uma origem indistinta que o sábio designa ainda como uma instância feminina e matricial: o *wu* indistinto, anterior à formação do Céu e da Terra”, é “a Mãe de Tudo-sob-o-Céu” e a dimensão abscondita e inominável do Tao²². É por isso que “Quem encontrou a Mãe conhece por ela os filhos”²³, ou seja, todas as coisas. A esta luz, A-Má pode ser identificada como o próprio “mistério” do comum fundo sem fundo de onde procedem o Tao com nome e o Tao sem nome²⁴.

A Via (*Tao*) expande-se “em todos os sentidos como uma onda”, sendo o sustento vital de “todos os seres”, não se recusando a nenhum, não reivindicando jamais o mérito da obra realizada e não pretendendo ser o “seu senhor”²⁵. Noutra passagem diz-se que a Via (*Tao*) gera e a Virtude (*Te*) nutre todos os seres, num “gerar sem se apropriar, agir sem nada esperar, guiar sem governar”²⁶. O Tao, na sua maternidade que tudo gera e à qual tudo naturalmente regressa²⁷, é a “origem” e “Mãe (*Mu*) de Tudo-sob-o-Céu”²⁸ que não acompanha a evolução semântica da *arché* grega e da sua versão monoteísta como um princípio metafísico criador, hegemônico e governador, sendo antes a matriz *an-árquica* da espontânea auto-regulação do processo do mundo²⁹.

Sábio é o que nada estima senão nutrir-se “da Mãe”³⁰ e que assim, tal como ela, não rejeita nenhum ser, “ajuda a viver sem se apropriar” e “opera sem nada esperar”, o que é a prática do “não-agir” e do “ensinamento sem palavra”³¹: o *wei wu wei*, o agir sem agir, que assegura

¹⁹ Cf. Lao TSEU, *Tao Te King*, I, traduzido e comentado por Marcel CONCHE, Paris, PUF, 2005, 3ª edição, p.41.

²⁰ Cf. *Ibid.*, II, p.47.

²¹ Cf. *Ibid.*, VI, p.67.

²² Cf. *Ibid.*, XXV, p.155 e LII, p.279.

²³ Cf. *Ibid.*, LII, p.279.

²⁴ Cf. *Ibid.*, I, p.41.

²⁵ Cf. *Ibid.*, XXXIV, p.197.

²⁶ Cf. *Ibid.*, LI, p.275.

²⁷ Cf. *Ibid.*, XXXIV, p.197.

²⁸ Cf. *Ibid.*, LII, p.279.

²⁹ Cf. Reiner SCHÜRMANN, *Des Hégémonies Brisées*, Mauvezin, Trans-Europ-Repress, 1996; François JULLIEN, *Procès ou Création. Une introduction à la pensée des lettrés chinois. Essai de problématique interculturelle*, Paris, Seuil, 1989.

³⁰ Cf. Lao TSEU, *Tao Te King*, XX, p.136.

³¹ Cf. *Ibid.*, II, p.47.

o bom desenrolar de tudo ³² e a própria eficiência pela qual aquele que não se coloca à frente acaba por colher, precisamente por não o desejar, o reconhecimento de todos ³³.

Agir sem agir e ensinamento sem palavras é o que emana do céu de Macau, nesta maternidade-matriz aberta que se configura ainda na grande, bela e recente estátua de Guanyin, a forma chinesa e feminina do *bodhisattva* da compaixão conhecido na Índia como Avalokiteśvara, no Tibete como Chenrezig e no Japão como Kannon, que assume aí também várias formas femininas. O *Sutra do Lótus* nomeia-o como o *bodhisattva* “Considerando as Vozes do Mundo”, apresentando-o como aquele que ouve os gritos de dor de todos os seres sencientes e age incansavelmente para os libertar dos tormentos da ignorância, do apego e da aversão geradores do círculo vicioso da vida condicionada ³⁴. Uma vez que a sua natureza primordial é a vacuidade informe, o mesmo texto diz que tem o poder de assumir todas as formas mais adequadas a ensinar o Dharma, femininas ou masculinas, sejam as de qualquer Buda, deus, rei, protector celeste, ser humano ou não humano, adulto ou criança ³⁵. Na China Guanyin é representada até ao século IX com forma masculina, sendo pelo menos desde o século VIII que surgem as primeiras figurações em forma feminina, embora alguns sustentem que é um ser andrógino ou sem género. Esta metamorfose, atentando ao facto de Guanyin surgir por vezes com uma criança ao colo, como numa estátua do século VIII, e de na época não existir na China outro modelo de divindade feminina, em particular com uma criança, a não ser as estátuas cristãs da Virgem Mãe, permite colocar a hipótese de haver uma influência cristã e da Igreja chinesa na feminização do *bodhisattva* da compaixão numa cultura à partida tão patriarcal quanto a indiana ³⁶. Uma tradição budista diz que Guanyin fez o voto de jamais descansar até haver livrado todos os seres do *samsāra* e que para esse fim o Buda Amitābha lhe concedeu onze cabeças, para escutar todos os seus apelos, e mil braços para os ajudar. Embora seja mais conhecida como ícone da compaixão, na realidade personifica a inseparabilidade do *bodhicitta* e da verdade absolutos e relativos, ou seja, a união da sabedoria e da compaixão pela qual transcende o conceito de haver seres substancialmente existentes, em si e por si, e simultaneamente tudo faz para libertar as mentes desse mesmo conceito, fonte de todo o tormento.

Neste sentido contemplamos nela o mistério da Mãe compassiva e silenciosa que se epifaniza na A-Má taoista, mas também nessa maternidade divina que se pode surpreender na Virgem Maria enquanto se identifica como a “Imaculada Conceção”, como na aparição a Bernardette, em Lourdes, em 25 de Março de 1858: “Eu sou a Imaculada Conceção”.

³² Cf. *Ibid.*, III, p.53.

³³ Cf. *Ibid.*, VII, p.71.

³⁴ Cf. *Le Sûtra du Lotus*, seguido do *Livre des sens innombrables* e do *Livre de la contemplation du Sage-Universel*, traduzido do chinês por Jean-Nôel Robert, Paris, Fayard, 1997, pp.363-365.

³⁵ Cf. *Ibid.*, pp.366-367.

³⁶ Cf. Martin PALMER, *Les Évangiles de la route de la soie*, traduzido por Laurent Strim, Vannes, Éditions Sully, 2004, pp.283-284. Cf. também Antoine MARCEL, *Le Taoïsme Fengliu. Une voie de liberté spirituelle en Extrême-Orient*, Paris, L'Harmattan, 2016, p.152.

A mesma total abnegação e entrega compassiva pode reconhecer-se ainda na *kénose* de Cristo, o auto-esvaziamento de quem não se apegou a ser igual a Deus “e assumiu a condição de servo” em forma humana, humilhando-se até à morte de Cruz pela qual, tal o servo de Isaías (*Isaias*, 52, 13-15 – 53, 1-12), tomou em si o mal e o sofrimento de todos e por Deus foi exaltado acima de tudo (*Filipenses*, 2, 6-11). Numa outra linguagem, menos marcada pelo dolorismo redentor cristão, diz Lao Tsé que se o Céu e a Terra “podem viver sem fim” é porque “não vivem para si mesmos” e que é por se colocar “atrás” que o sábio “é posto à frente” ³⁷. Diversos modos de dizer que - tal como as Ruínas de São Paulo após o incêndio mais mostram o Céu - só o descentramento e o dom de si abrem para o Infinito que em tudo há, dissolvendo separações e distinções apenas humanas, na verdade “demasiado humanas” para serem reais.

Estes são os ensinamentos que colhemos de algumas das principais referências icônicas de Macau, cujos templos apontam, para além das aparências mais imediatas, o vivo contributo da cidade para um dos grandes desafios do nosso tempo: o encontro, o diálogo e as novas sínteses culturais, religiosos e espirituais.

³⁷ Cf. Lao TSEU, *Tao Te King*, VII, p.71.

AS GUERRAS CULTURAIS CONTEMPORÂNEAS: FRAGMENTOS E OBSERVAÇÕES

Gabriela Canavilhas

É com honra, profundo orgulho e alguma emoção que assumo a condição de Académica Numero nesta prestigiada Academia Internacional de Cultura Portuguesa.

Inicio esta comunicação prestando uma homenagem de reconhecimento a todos os Académicos que, ao longo dos anos, têm dado contributos de inestimável valor para o avanço do conhecimento científico e para o estudo da difusão da cultura portuguesa no mundo, contributos esses amplamente demonstrados nas publicações do notável Boletim semestral da Academia. Permitam-me, contudo, deter-me por um momento no último Académico Numero que recentemente e com todo o mérito, ascendeu à categoria de Académico Emérito: o Dr. Carlos Monjardino.

Um homem bom, antes de tudo. E não há elogio maior que se possa fazer a alguém – a Fundação Monjardino é, por si só, prova disso. Para além da dimensão pessoal, a sua vida e obra, que são bem reconhecidas por todos os portugueses.

Figura de sólida formação cultural, atento à vida da polis e firmemente comprometido com o seu país, manteve sempre uma perspetiva aberta sobre as relações de Portugal com o mundo e sobre as responsabilidades históricas decorrentes da sua presença além-fronteiras. A vasta rede de contactos que construiu ao longo da vida levou-o a dialogar com esferas políticas, diplomáticas e financeiras; contudo, pautou sempre a sua atuação por elevados princípios de dignidade, integridade e sensibilidade às causas sociais, atributos que o singularizam de modo claro entre os seus pares.

São muitos os motivos que explicam este perfil tão raro. Um deles é a Cultura. A génese cultural na sua personalidade é indissociável da sua vida – é a luz que o habita e que irradia a sua obra. Bem-haja, estimado amigo Carlos Monjardino.

A definição de Cultura parece ser uma tarefa quase impossível. Não porque lhe falte reflexão teórica ou pensamento ontológico – afinal, há mais de um século que a antropologia e a sociologia lhe vêm propondo definições e enquadramentos sucessivos. Uma das ultimas e mais acutilantes formulações chegou-nos pela pena de Lídia Jorge:

Claro que a palavra Cultura é uma dessas palavras, [como o Bem, o Mal, o Desejo, a Felicidade], para a qual não há definição possível. O mundo contemporâneo dilatou de tal forma os limites do conceito de Cultura, que dentro dele cabe toda a expressão humana. E a civilização tecnológica transformou todas as disciplinas

*que a compõem numa única disciplina híbrida, superficial e indistinta, em que a Música, a Pintura ou o Cinema, ao lado do futebol, da stand-up, do fogo de artifício ou da caça, entram pela mesma porta e se misturam num largo **cadavre exquis** de superfície. **Se tudo é cultura, nada é cultura.***

Lídia Jorge¹

Desde a formulação de Edward Tylor ainda no século XIX, no âmbito da antropologia, passando pela Teoria Crítica com Theodor Adorno e Horkheimer da Escola de Frankfurt, até às interpretações semióticas de Clifford Geertz e sociológicas de Pierre Bourdieu – apenas para citar alguns dos mais interessantes –, o conceito de cultura tem sido objeto de escrutínio e de uma persistente busca de sentido.

Na verdade, o termo esgota-se a definir o seu próprio objeto... Cultura funde-se com civilização e, nesse sentido, corresponde ao conjunto abrangente de normas, costumes, conhecimentos, crenças, valores morais e demais manifestações que expressam o modo de vida de uma sociedade. A arte será a expressão estética dessa humanização.

Sendo a Cultura, pois, o comportamento humano em sociedade – um sistema de práticas, como a definiu Pierre Bourdieu, o *acervo cultural* é, por conseguinte, o repositório de conhecimento acumulado que fala por ela; é aquilo que nos dá a representação do mundo que as sociedades produziram ao longo do tempo, concretizado em histórias, mitos, teorias. É esse acervo que se constitui como um edifício de saberes, práticas e valores que se transmitem geracionalmente, ao qual se agregarão novos repertórios de conhecimento e padrões éticos, idealmente, numa lógica de progresso civilizacional.

Serve esta introdução para vos conduzir ao tema das *Guerras Culturais* – expressão que embora popularizada no final do século XX, remete para um tipo de conflitos muito anterior, enraizado em tensões internas das sociedades e nas disputas simbólicas pelos sentidos do mundo – lembremo-nos do antissemitismo no coração da Europa, em pleno século XX, que afetou milhares de criadores, intelectuais e artistas de origem judaica; ou as fraturas ideológicas provocadas pela irrupção de novas linguagens artísticas, que exigiam ao público e ao poder, uma revisão do olhar: lembremo-nos ainda do que sucedeu a Shostakovich na Rússia de Estaline ou a Hindemith na Alemanha nazi. A destruição de inúmeras obras expressionistas, cubistas e surrealistas – classificadas como “arte degenerada” – ilustra bem esse fenómeno, de que Amadeu Sousa Cardoso também foi vítima: em 1916, durante a sua exposição “Abstracionismo”, no Porto, chegaram a cuspir em vários dos seus quadros e a agredi-lo fisicamente. A incompreensão, porém, não se limita ao terreno da vanguarda artística. A escala dessas ações atinge proporções incomensuráveis quando pensamos na destruição de testemunhos histórico-artísticos de natureza religiosa. O caso dos Budas de Bamiyan, arrasados pelos Talibãs, é um dos exemplos mais gritantes dos últimos tempos; contudo, representa apenas mais um elo de uma longa cadeia de aniquilamentos culturais que atravessa a história da Humanidade, revelando quão inquietante é, afinal, a vulnerabilidade das formas de expressão que procuram dar corpo ao espírito de uma civilização.

¹ Jorge, Lídia (2021), in *As Mulheres na Cultura*, Lisboa: Glaciar.

Esta expressão, “Guerras Culturais” tem vindo a ganhar particular relevância nas últimas décadas, sobretudo nas sociedades mais desenvolvidas, e vem suscitando debates intensos – e frequentemente divisivos – entre correntes progressistas e conservadoras, incidindo sobre valores que atingem a própria alma de uma nação.

Estes conflitos não são meras divergências políticas ou estéticas; expressam divergências profundamente enraizadas sobre **normas, tradições, crenças**, bases sobre as quais se alicerça a cultura social.

São embates ideológicos sobre temas presentes na sociedade atual, que foram fruto de conquistas centenárias, obtidas após lutas longas e duras de diversos setores sociais, nas quais o liberalismo filosófico aplicado à política e às democracias foi, aos poucos, derrubando barreiras em torno das relações raciais, das liberdades individuais, dos papéis de género, ou do multiculturalismo.

As chamadas *guerras culturais* manifestam-se, assim, como conflitos simbólicos e políticos centrados em valores, identidades e formas de viver. O que as tornam particularmente acutiantes, é o facto de ocorrerem dentro de uma mesma sociedade – são o confronto entre visões de mundo opostas no seio da mesma família social.

A expressão usada pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump – “the enemy within” (*o inimigo entre nós*) – ilustra bem este fenómeno. Já não se trata de enfrentar um adversário externo capaz de unir a nação em torno de um objetivo comum; **o conflito desloca-se para o interior da própria comunidade**, assumindo a forma de uma guerra civil simbólica, travada entre irmãos, pais, vizinhos e concidadãos, sobre o modo como lidar com a crescente diversidade cultural do mundo contemporâneo.

As armas usadas nessa luta são, em grande medida, imateriais: resultam da capacidade de mobilização popular através de circuitos paralelos de comunicação – meios não mediados, sobretudo as redes sociais – que fabricam narrativas, emoções e antagonismos. Essas correntes subterrâneas encontram depois eco na esfera pública por intermédio de porta-vozes políticos que capitalizam o conflito, em particular no âmbito de movimentos disruptivos situados à direita radical do espectro ideológico.

Esta rede de conexões que sustenta e reforça argumentos em disputa, remete-nos para a conceção semiótica de cultura formulada por Clifford Geertz² – a de que a cultura são as teias de significados que o próprio homem teceu e que o amarram. Isso significa que a cultura é essencialmente semiótica, portanto simbólica, composta por significados construídos, percebidos e partilhados pelos membros de uma sociedade.

Contudo, as guerras culturais assentam em factos sociais concretos – nas transformações profundas que estão efetivamente em curso. Envolvem matérias como o papel da família e da moral tradicional; a relação entre religião e laicidade; as questões de sexualidade e género; as tensões em torno da etnia e das identidades nacionalistas; os debates sobre liberdade de expressão e os limites do discurso. E, ainda, as alterações climáticas, bem como os fluxos migratórios – as suas causas e consequências. Incluem ainda discussões sobre multiculturalismo e, até, a revisitação dos direitos das mulheres na sociedade contemporânea.

² Geertz, Clifford (1989). *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: LTC S.A.

O que nos conduz a Pierre Bourdieu, que nos ensinou que, para além de práticas simbólicas, a cultura liga-se às **estruturas de poder**, ao **habitus** e às **formas de dominação simbólica**³. Incorpora-se na socialização – reproduzida nas estruturas sociais; objetiva-se nas obras que dela resultam; e, por fim, institucionaliza-se nas operações do poder que lhe conferem autoridade, reconhecimento e fronteiras de legitimidade.

Compreender estes conflitos internos, de natureza eminentemente cultural que hoje atravessam a vida contemporânea – incluindo em Portugal – exige um retorno atento ao seu lastro histórico.

Vejamos, por exemplo, o caso do multiculturalismo e das questões raciais associadas à imigração, que ocupam hoje um lugar central neste campo de disputas. A obliteração da memória histórica pode ser fruto de insuficiência de capital cultural (a maior partes das vezes é); mas pode também ser um gesto deliberado, cuidadosamente arquitetado para abrir caminho a determinados objetivos. Entre o esquecimento involuntário e o apagamento intencional, desenha-se um terreno fértil para manipulações, simplificações e reescritas convenientes do passado.

É que a história humana é, afinal, ela própria, uma história de migrações; quase todas as grandes transformações culturais estão relacionadas a deslocamentos – as migrações moldaram culturas, línguas e identidades. Nenhum povo é “puro” ou isolado: todas as identidades são o resultado de encontros, misturas e adaptações. A mobilidade está no centro da economia global, da cultura e do intercâmbio.

Nós, os portugueses, somos um bom exemplo do resultado dessas migrações. Temos origem em diversos povos, vindos de três continentes. É dessa combinação riquíssima, desse encontro de civilizações, que nasceram nações como a nossa, naturalmente vocacionadas para se abrir a novos mundos – como ocorreu nos Descobrimentos e na formação de uma diáspora espalhada pelos quatro cantos do planeta. Ainda assim, não deixam de surgir, por vezes, entre nós, sentimentos de pertença a uma categoria hegemónica, que tende a enquadrar o diferente como estranho, até que esse estranho seja integrado e passe, ele próprio, a rejeitar o seguinte. A natureza humana é curiosa...

Na verdade, basta observarmos que as principais civilizações que moldaram a cultura europeia estavam localizadas muito mais a leste – estendendo-se mesmo para o Médio Oriente mediterrânico – do que na atual configuração da Europa moderna, que só depois da queda do Império Romano se começou a desenvolver em direção ao Ocidente. Grande parte da nossa tradição erudita – da filosofia ao teatro, da música à poesia, da matemática à astrologia – nasceu fora dos limites daquilo que hoje se entende como a Europa ‘branca’.

Centros culturais de enorme importância, como Constantinopla (atual Turquia), Alexandria (no norte do Egito) e Antioquia (na Síria), então uma das três maiores cidades do Império Romano, produziram relevantíssimo contributo para aquele que é hoje o acervo cultural europeu. Porém, a hegemonia cultural que se reclama nessas disputas desmerece essa herança e a multietnicidade da sua origem.

Na sequência da expansão marítima, agora pelo Atlântico, os europeus alargaram o seu conhecimento sobre as populações indígenas nas Américas, na África do Sul, na Indonésia, na

³ Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*, Lisboa: Difel.

Oceânia, assim como no Mar do Norte e na Ásia central, com grande relevância para o papel dos portugueses nessas investidas pioneiras. Os europeus classificaram essas comunidades de além-mar como “sociedades selvagens” ou “sociedades bárbaras”, mesmo que mais tarde se tenha vindo a reconhecer, afinal, nas tradições literárias árabes, na cultura religiosa bramânica, ou na Filosofia confucionista na China, uma “alteridade” culturalmente desenvolvida que inspiraram os chamados “Renascimento Oriental” e “Iluminismo Oriental” na Europa mais intelectual. Mas nunca deixou de vingar a ideia da supremacia do homem branco, em todos os domínios.

Em cada fase da expansão europeia pelo Mundo, que chegou a 4 milhões de exploradores e colonos entre 1500 e 1800, chegando depois aos 20 milhões, os europeus confrontaram-se com novos *outros*. O “Outro” entrara já na cultura e nas artes, pelo conhecimento dos textos dos clássicos greco-romanos e toda a galeria de heróis e personagens de Eurípedes, Virgílio, Ovídio, Sófocles, Homero, Séneca que legaram matéria dramática para incontáveis operas, oratórias e bailados, cuja ação decorria no espaço do Mediterrâneo ou no Médio Oriente. Lembremo-nos de Alceste, Medeia, As Troianas, Electra, Antígona, Édipo, Ulisses, e tantos outros.

Mas, agora, com a expansão, o *outro* é real: é preto, é castanho, é amarelo, é estranho e é totalmente diferente dos poemas épicos.

No final do sec. XVIII, todo o continente americano e grandes partes da África e da Ásia eram já governados pela Europa, culminando na Conferência de Berlim (1884-1885) com as potências imperiais europeias a distribuíram entre si o remanescente do continente africano. É o tempo d’ “O Fardo do Homem Branco”, celebrado por Kipling e encarnado por figuras como Cecil Rhodes ou Disraeli, a oferecer a moldura moral que justificava esta expansão: a ideia de uma missão civilizacional.

Não vos trago nenhuma informação nova. Todos conhecemos estes dados. E não se trata aqui de uma resenha crítica – os movimentos da história ocorrem em fluxos contextualizáveis. Ainda assim, importa não perder de vista esse passado quando hoje nos deparamos com fluxos migratórios inversos, resultantes de desequilíbrios económicos, ambientais e políticos que os protagonistas de outrora não souberam ou não conseguiram prevenir. Como há pouco referia, o dogmatismo e fundamentalismo ideológico são também produto de uma seleção da memória, na medida em que retêm apenas partes da história num exercício de reinterpretação estratégica para legitimar um determinado posicionamento.

Outro tema muito presente no enfoque das atuais “guerras culturais”, são as questões de género.

Acontece que a posição das mulheres na sociedade contemporânea é resultado de um processo histórico prolongado, marcado por conquistas arduamente alcançadas e por uma mobilização contínua em direção à valorização política, social e simbólica da sua importância das mulheres no mundo. Nesse processo contribuíram não apenas lutas coletivas intensas, mas também a produção académico-científica que, ao integrar o género como categoria analítica central, permitiu um avanço interpretativo significativo, e reposicionou a compreensão das identidades de género num enquadramento teórico mais robusto e complexo.

Importa também recordar a matriz humanista ligada aos Direitos Humanos das primeiras organizações formais oitocentistas que reivindicaram o direito de voto para as mulheres –por-que foi no movimento abolicionista que conduziu à extinção da escravatura – , liderado em

grande parte por associações femininas do século XIX, que a defesa dos direitos civis se cruzou com as reivindicações das mulheres, dando origem aos movimentos cívicos que viriam a fundar as organizações de proteção dos direitos femininos.

Assim, as *guerras culturais* atuais – especialmente centradas contra imigrantes, o papel das mulheres, a preservação do ambiente, ou os direitos LGBT, configuram-se como disputas que pertencem sobretudo ao domínio do simbólico e visam algo muito mais amplo e abrangente: questionam os avanços civilizacionais do modelo de vida da sociedade atual – um modelo construído sobre uma cultura de liberdade individual e de consagração de direitos fundamentais.

Direitos fundamentais, estes, que estão ligados, diretamente, aos princípios jurídicos da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da liberdade.

Jorge Reis Novais demonstra de forma inequívoca, na sua obra em dois volumes *A Dignidade da Pessoa Humana*⁴, que o reconhecimento jurídico-constitucional da dignidade da pessoa humana constitui um dos pilares dos direitos fundamentais. Este princípio foi consagrado na ordem jurídico-constitucional da maioria dos países europeus após a Segunda Guerra Mundial. Em Portugal, passou a integrar expressamente os fundamentos constitucionais com a aprovação da Constituição da República Portuguesa de 1976, cujo Artigo 1.º afirma que Portugal é uma República “baseada na dignidade da pessoa humana”.

A dignidade humana será, portanto, um valor jurídico e político, porque está na Constituição. Porém, *é, sobretudo, um valor ético, moral e cultural*.

Ora, se bem que os valores cívicos estão consolidados em legislação jurídico-constitucional – os valores morais não estão: estes são valores consolidados apenas pelas convenções sociais e pela cultura – a sua aceitação e adesão baseiam-se somente na moralidade individual, no costume e na pressão social.

Assim, aquilo que as guerras culturais realmente visam **é a erosão das convenções sociais relacionadas com os valores morais** – um controlo subtil, subterrâneo, profundo e muitas vezes invisível, que atua sobre o pensamento coletivo, influenciando a forma como percebemos o mundo.

Exmos. Académicos, caros convidados,

Pergunto: como chegámos até aqui? Como é que, em pleno século XXI, as guerras culturais que atravessam a sociedade contemporânea conseguem voltar a colocar em causa os valores sociais liberais – valores que exigiram dois séculos de luta para serem implementados?

Entrámos no século XXI embalados pelos ventos maduros do liberalismo filosófico setecentista imaginado por John Locke, Immanuel Kant, reforçado por John Stuart Mill, pensadores que colocaram o indivíduo no centro da vida moral, política e social, defendendo a tolerância como virtude essencial numa sociedade moderna, composta por indivíduos livres e iguais.

O liberalismo nasce, pois, como uma ética da liberdade e da autonomia racional, que defende o equilíbrio entre a independência individual e a convivência plural numa sociedade democrática.

Aqui chegados, e após as duas guerras mundiais terem revelado, de forma brutal, as fraturas profundas do mundo de então, os colonialismos anacrónicos foram derrubados, a barbárie da

⁴ Novais, Jorge. R. (2018). *A Dignidade da Pessoa Humana I*, Coimbra: Almedina.

perseguição aos judeus e a outras etnias foi exposta, as mulheres conquistaram novas liberdades e a igualdade social avançou gradualmente. Ganhámos consciência do perigo nuclear e do aquecimento global, e criaram-se organizações internacionais dedicadas à defesa comum dos direitos humanos, à preservação das heranças culturais e à promoção da justiça internacional. Todos estes passos representaram avanços extraordinários para a Humanidade.

Como, então, interpretar o impulso que estas novas guerras culturais têm vindo a ganhar no espaço público do século XXI, ao ponto de se sobrepor a prioridades estruturais básicas das populações – da política económica às questões laborais – apelando ao retrocesso cultural em inversão civilizacional?

A resposta pode ser encontrada na expansão real e tangível das diferenças e das liberdades que caracterizam grande parte das sociedades contemporâneas mais desenvolvidas. Nas últimas cinco décadas, estas culturas civilizacionais, onde Portugal se insere, atingiram níveis de tolerância, pluralismo e justiça social que, para determinados segmentos populacionais, ultrapassam os limites do que estão dispostos a aceitar. Sobretudo, aqueles que já não se identificam com as matrizes normativas de inspiração iluminista que, desde o século XVIII, serviram de fundamento à arquitetura política e institucional da Europa e do Ocidente.

Nas décadas de 1960 e 1970, as reivindicações feministas começaram a encher o cálice da estrutura cultural patriarcal, e, nas últimas décadas, o cálice transbordou com a descriminalização do aborto e a afirmação plena da homossexualidade, acompanhada dos respetivos direitos civis – como o casamento e a adoção – bem como com a crescente visibilidade das pessoas transgénero.

Foi desse processo de transformação social que reemergiu o termo *wokismo*, hoje usado como rótulo amplo para tudo o que envolve género e identidade – frequentemente retratado, por setores conservadores, como uma ameaça às normas tradicionais associadas a Deus, à família e à moralidade. Contudo, é importante lembrar que *woke* nasceu precisamente como expressão de vigilância e consciência contra a injustiça, enraizada na luta pela liberdade e pelos direitos civis.

Sim, porque *wok*, tem origem na expressão afro-americana “stay woke”, uma corruptela de “awake” (acordar) e era referida como um alerta para a consciência das injustiças raciais. Na década de 1960, durante o movimento dos direitos civis, “woke” tinha o sentido de “politicamente desperto”.

Na última década, com o crescimento de movimentos como o *Black Lives Matter*, o feminismo interseccional – que articula múltiplos eixos de desigualdade –, a defesa dos direitos LGBTQ, o ambientalismo e a valorização da multiculturalidade, o termo *woke* ganhou novo destaque. Para além do significado original de “politicamente desperto”, passou a significar “consciência das desigualdades sociais e estruturais” – que reconhece temas como racismo, machismo, homofobia, transfobia, colonialismo, entre outros.

Ora, como é fácil constatar no discurso público e nas redes sociais, este termo acabou por ser esvaziado das suas dimensões políticas mais amplas – como o racismo, o ambientalismo ou a multiculturalidade – e passou a ser usado quase exclusivamente como sinónimo de debates sobre género e feminismo.

Woke tornou-se assim um rótulo reduzido ao que mais inquieta o imaginário androcêntrico e conservador: o sexo.

É deste modo que uma palavra como *woke* – que nasceu a significar *despertar, liberdade e defesa dos direitos civis da população negra americana* – se transforma num termo pejorativo, deturpado pelo uso abusivo e, pior ainda, pela manipulação deliberada do seu significado.

A história mostra-nos que uma das estratégias mais recorrentes para deslegitimar uma causa é pela *feminização* do problema. Assim, reduzir o movimento *wok* aos aspetos ligados ao feminismo e ao género é, por um lado, colocar o ónus de desvios culturais apenas neste campo, e por outro, desviar intencionalmente o olhar do verdadeiro cerne da questão – as profundas desigualdades no plano dos direitos fundamentais que sobrevivem no século XXI.

Porque as guerras culturais do século XXI travam-se em matérias que vão muito para além das questões de identidade de género: incidem sobre os conflitos de brancos contra negros e pessoas racializadas; a desigualdade de poder entre homens e mulheres; o confronto entre capitalismo e ambientalismo; a convivência entre populações locais e imigrantes; a ciência *versus* negacionismos. Observadas com atenção, revelam, afinal, um roteiro de disputas civilizacionais. i.e., *culturais*, que raramente assentam na racionalidade, em factos, em estatísticas ou dados oficiais. São puramente ideológicas e são guerras civis, porque travam-se dentro da mesma sociedade, uns contra os outros.

Grande parte do discurso destas guerras culturais adota a linguagem do *homem-massa*, tão bem descrito por Ortega Y Gasset em “a Rebelião das Massas”⁵, já em 1927. O *homem-massa* – a geração massificada – que “domina hoje a vida pública e que apresenta uma ingratidão radical a tudo quanto tornou possível a facilidade da sua existência” (Ortega y Gasset:2019). É este homem-massa, herdeiro de conquistas culturais extraordinárias para as quais nada contribuiu e apenas as usufrui naquilo que consegue compreender, o filho das lutas de outrem, é este homem-massa, no sentido coletivo, que se revela insolidário com aquelas que foram as causas do seu bem-estar.

Quando estes antagonismos se digladiavam apenas no discurso cultural, ampliaram o debate e trouxeram reflexão. Mas quando alcançam os níveis institucionais e o discurso político, penetram agora nas estruturas do poder. Fica aberto o caminho para consequências normativas que podem interferir com direitos civilizacionais já conquistados.

É pouco provável que as guerras culturais diminuam num futuro próximo. As transformações demográficas, a inevitável multiculturalidade de um mundo cada vez mais globalizado e a evolução das normas sociais continuarão a alimentar estes conflitos culturais.

Compete, por isso, à Cultura, – guardiã de saberes e chave para a compreensão da condição humana – exercer o seu papel de antídoto contra a degradação da memória e do conhecimento, e assumir, de forma plena, a sua missão social e construtiva.

⁵ Ortega y Gasset, José (1929/2019). *A Rebelião das Massas*, Lisboa: Relógio d'Água.

ANGOLA, 50 ANOS:

Paulo de Carvalho

Angola celebrou, este ano, o 50.º aniversário da proclamação da sua independência política. Tal proclamação ocorreu no dia 11 de Novembro de 1975, em Luanda, após 18 meses de transição, no culminar de um período de mais de cem anos de colonização efectiva do território angolano¹.

No que ao sistema político diz respeito, assinala-se uma 1ª República com um sistema ditatorial, auto-designado por “ditadura do proletariado”, que vigorou no período 1975-1991. Com a aprovação da lei constitucional de 1991², iniciou a transição para um sistema democrático, com a existência de vários políticos e a eleição, por sufrágio universal, do Presidente da República e dos deputados à Assembleia Nacional. Quanto ao sistema partidário, passou-se então de um sistema monopartidário para um sistema pluripartidário.



Figura 1 - Divisão político-administrativa de Angola

¹ É comum falar-se em cinco séculos de colonização portuguesa em Angola, o que não corresponde à verdade. Uma coisa são cinco séculos de *presença portuguesa* em Angola, outra é o período de *colonização efectiva* do território. A chegada dos primeiros colonos portugueses, no século XVI, tinha por objectivo colonizar Luanda, alargando-se depois para Sul, para a restante faixa costeira. Benguela foi uma colónia quase autónoma, desde 1617. A colónia de Angola, tal como hoje a conhecemos, surgiu apenas no século XIX (1891 a 1920), tendo a expansão e colonização efectiva do território ocorrido somente no século XX, sobretudo na sua segunda metade, com a chegada de cerca de 250 mil colonos. Sobre esta matéria, ver por exemplo Wheeler & Péliissier 2009, Birmingham 2017.

² A Lei n.º 12/1991, de 6 de Maio, que aprovou a revisão constitucional, estabeleceu a obrigatoriedade de eleição, além dos deputados, do Presidente da República. Foi nesta base que foram convocadas as primeiras eleições gerais de Angola, realizadas em 1992.

No final do período colonial, Angola contava com 16 distritos, que passaram a designar-se províncias. Em Julho de 1978, a província da Lunda foi dividida em duas: Luanda-Norte e Lunda-Sul. Já em Abril de 1980, a província de Luanda foi dividida em duas: Luanda e Bengo. Em 1980, passou portanto a haver 18 províncias.

A 1 de Janeiro de 2025, Angola passou a contar com 21 províncias, com a divisão das províncias de Luanda (em Luanda e Icolo e Bengo), Cuando-Cubango (Cuando e Cubango) e Moxico (Moxico e Moxico Leste), tal como se pode verificar na figura 1.

Após a sua chegada à localidade que é hoje Luanda, no séc. XV, os navegadores portugueses tomaram contacto com diferentes povos, nomeadamente os mbundu, os kongo e os ovimbundu, que pertenciam ao Reino do Ndongo, ao Reino da Matamba, ao Reino do Kongo e (mais tarde) ao Reino do Mbalundu (que agrupou pequenos estados autónomos, com contactos a partir do litoral). Com a expansão pelo interior do território que é hoje Angola, os portugueses deram conta da existência de vários outros povos, que tinham as suas organizações territoriais, com destaque para o Império Lunda, o Reino de Kakongo e os pequenos estados nganguela, para citar apenas alguns.

Vários autores apresentam diferentes estruturas étnicas dos povos de Angola, havendo o costume pseudo-científico de juntar vários grupos sócio-culturais, não importando as respectivas identidades. Apesar de termos consciência disso, apresentamos aqui um mapa contendo as principais regiões socio-culturais de Angola (figura 2), que contempla dez regiões, cada uma delas habitada por vários agrupamentos humanos com diferentes identidades. No mapa, está indicado o grupo mais representativo de cada uma dessas dez regiões³. De acordo com os resultados do censo populacional de 2014, os grupos sócio-culturais mais representativos demograficamente são os Ovimbundu, Bakongo, Mbundu e Cokwe, sendo as línguas locais mais faladas, o umbundu, kikongo, kimbundu e cokwe (Carvalho 2024a).

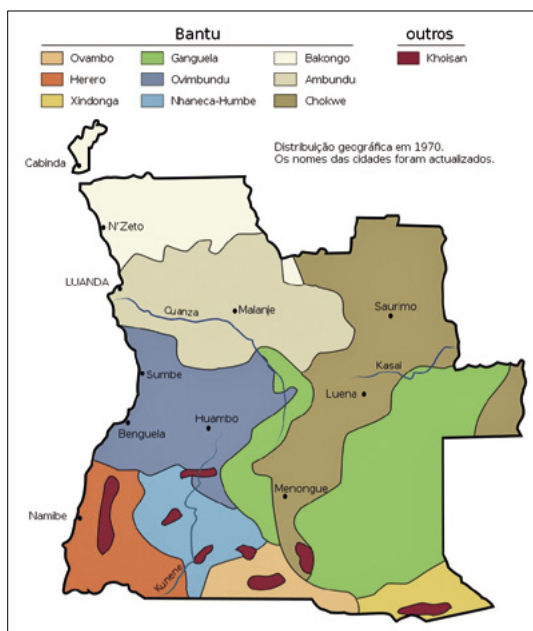


Figura 2 - Regiões socio-culturais de Angola

Fonte: Adaptado por Wikimedia, na base de Redinha 1975.

³ A exceção são os grupos designados por Nhaneca-Humbe e Hhoisan, que não existem enquanto tais. No primeiro caso, existem os grupos Nyaneka e Humbe. Já no segundo caso, existem os Khoi-khoi e os San, como grupos com diferentes identidades.

Guerra civil e implantação da democracia

A proclamação da independência política de Angola, por apenas um dos três movimentos de libertação reconhecidos, conduziu o novo Estado a uma guerra civil de longa duração que, com alguns interregnos pelo meio, veio a terminar apenas em Abril de 2002 – portanto, 27 anos depois.

Os acordos de Bicesse, firmados a 31 de Maio de 1991, conduziram à preparação e realização das eleições legislativas com participação multipartidária e eleições presidenciais, que tiveram lugar em Setembro de 1992. Registou-se a participação de 9 partidos políticos e uma coligação, bem como de 11 candidatos a Presidente da República (um dos quais, independente). A vitória do MPLA⁴, nas eleições legislativas, e a vitória do candidato do MPLA na primeira volta das eleições presidenciais conduziram a um recuo no acordo de paz, com a reactivação da guerra civil, que durou mais dez anos. Uma das grandes diferenças entre a guerra civil na 1.^a República e a guerra civil na 2.^a República é que, neste último caso, a contestação armada da UNITA⁵ opunha-se ao governo de Angola, legitimado pelos resultados eleitorais de 1992, segundo o sistema democrático ocidental⁶.

Como já foi dito, a guerra civil terminou apenas em Abril de 2002, após a morte do líder da UNITA. Este partido político depôs as armas e passou a ter acção política na Assembleia Nacional, com o retorno do processo democrático. Realizaram-se eleições gerais em 2008, 2012, 2017 e 2022. Todas elas foram ganhas pelo MPLA, respectivamente, com 81,8%, 71,8%, 61,1% e 51,2% dos votos. Apesar de se manter a vitória eleitoral do MPLA, o seu desgaste governativo, aliado ao aumento da pobreza e do desemprego juvenil, bem como à manutenção de sucessivas crises cíclicas no domínio económico, vêm conduzindo ao decréscimo da confiança e da importância política e social do maior partido político angolano. A conclusão é que este partido político precisa de se democratizar internamente e de reflectir seriamente sobre para quem tem estado a governar – se para pequenas elites bem identificadas, ou se em real benefício do povo angolano, tal como consta do seu manifesto e programa maior.

Quanto ao segundo maior partido político angolano (a UNITA), a conclusão aponta para um maior compromisso com os princípios democráticos, apesar de haver notícia, a partir das suas bases, da manutenção de alguns resquícios do período ditatorial. Não tendo responsabilidade governativa e como continuam a não ser implantadas as autarquias, não há noção a respeito do grau de preparação deste partido político para governar – seja, central, seja localmente.

Em termos locais, mantém-se até hoje o princípio de gestão administrativa por parte de quem vence as eleições gerais, o que (até certo ponto) atenta contra os princípios do Estado democrático. É preciso dar aos cidadãos, a possibilidade de decidir sobre quem deve governar as suas municipalidades e demais regiões autárquicas. Se, por um lado, isso permitirá

⁴ Antigo movimento de libertação, cuja sigla significava: Movimento Popular de Libertação de Angola.

⁵ União Nacional para a Independência Total de Angola, antigo movimento de libertação.

⁶ Sobre as causas, características e efeitos da guerra pós-eleitoral em Angola, ver Carvalho 2002: 23-58. Cf. Messiant 1994 e 2000, Anstee 1997, Jorge 1997 e 2000, Guimarães 1998.

uma maior proximidade entre os programas locais e a vontade dos cidadãos, por outro lado vai permitir aferir da disponibilidade para governar e do modo como cada partido político governa (ainda que, por enquanto, apenas localmente).

Quanto a efeitos económicos e sociais da guerra civil, podemos começar por dizer que o país esteve dividido em duas partes, sendo uma controlada pelo governo e outra controlada pela UNITA. Se antes dos acordos de 1991 a UNITA controlava um terço do território, estima-se que no período de guerra pós-eleitoral, a UNITA tenha chegado a controlar até cerca de 70% do território. Enquanto o petróleo financiava a acção das forças armadas regulares, eram os diamantes a financiar as ofensivas das forças militares da UNITA (cf. Messiant 1994 e 2000).

No período de 1992 a 2002, a esperança de vida dos angolanos aumentou de 42 anos, para apenas 47 anos. A guerra, causas naturais, económicas e sociais provocaram 4,1 milhões de deslocados internos (um terço da população), para além da emigração de filhos de grupos elitários, devido à guerra.

A guerra promoveu a destruição de infra-estruturas económicas e sociais. Para se ter uma ideia da dimensão desta destruição, podemos dizer que somente entre 1998 e 2000, a retracção da rede sanitária foi da ordem dos 52%, visto que o número de unidades sanitárias em funcionamento diminuiu nesse período, de 1.930 para 1.011 (Ministério 2024: 3) – o que significa que boa parte das infra-estruturas sanitárias e escolares construídas já após a proclamação da independência foi destruída pela guerra de destruição total que Angola conheceu, uma guerra que foi sempre patrocinada a partir do Ocidente (Carvalho 2002: 28-39). A isto se acrescenta a minagem de campos agrícolas⁷ e a destruição da rede de estradas e da rede ferroviária, dificultando assim a movimentação de pessoas e o escoamento dos poucos bens produzidos no interior do país.

O índice de boa governação, calculado pela Fundação Mo Ibrahim, coloca Angola na 36.^a posição dentre 54 países em África, com um índice de 43,8 no ano de 2023⁸. Neste índice de boa governação, Angola estava então 5,2 pontos abaixo de Moçambique, 15,4 pontos abaixo de S. Tomé e Príncipe, 20,1 pontos abaixo da Namíbia, 25,8 pontos abaixo de Cabo Verde e 31,5 pontos abaixo das Seychelles (o país africano com melhor desempenho governativo). Por outro lado, a governação em Angola situava-se em 2023, 2,9 pontos acima do *score* obtido pela Guiné-Bissau, 4,1 pontos acima do Congo, 11,0 pontos acima do Congo Democrático e 24,8 pontos acima do Sudão do Sul (o último país da tabela, no que à boa governação em África diz respeito).

Quadro social actual

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, Angola tinha em 2014, 25.901.182 habitantes, 51,5% dos quais do sexo feminino. Para o ano de 2025, a estimativa aponta para 36.179.961 habitantes, representando as mulheres 51,1% do total.

⁷ Estima-se que a guerra tenha produzido em Angola 5 milhões de minas terrestres activas, em 221 milhões de metros quadrados (Carvalho 2025: 27)

⁸ Ver <https://iiag.online/pt/>.

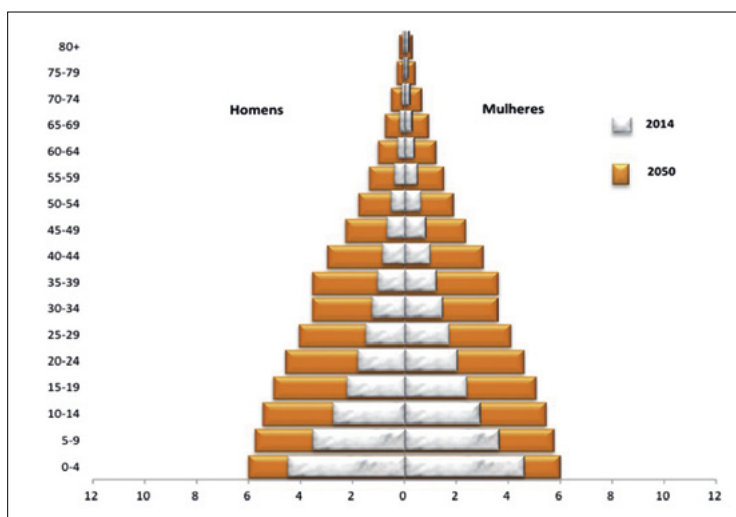


Figura 3 - Pirâmide etária de Angola (2014-2050)

Fonte: INE 2016: 13.

A figura 3 apresenta a *pirâmide etária* de Angola, nos anos 2014 e 2050. Tal como se pode aí verificar, apesar de ainda se manter até hoje a característica jovem da população angolana, acredita-se que a meio deste século esta característica venha a ser atenuada. Se em 2014 a população com menos de 15 anos de idade correspondia a 47,9%, a estimativa para 2025 aponta para 43,2% e a estimativa para 2050 aponta para 34,5% – portanto, já abaixo da hoje comum fronteira dos 40% de crianças com idade abaixo dos 15 anos.

Podemos acrescentar que se em 2014 tínhamos em Angola 58,0% de pessoas com menos de 20 anos, esse número terá hoje baixado para 54,9% e estima-se que em 2050 venha a corresponder a apenas 44,6%. A conclusão indica que passará a haver, neste segundo quarto de século, um maior envelhecimento da população angolana do que aquele que se registou em tempo de guerra e nas primeiras duas décadas de paz.

À pirâmide etária crescente dos dias de hoje vai muito provavelmente suceder-se uma pirâmide etária mais próxima da estacionária, a meio deste século. As consequências sociais que daí resultarão serão certamente benéficas, impactando mais seriamente na melhoria da qualidade de vida dos angolanos, desde que se aposte mais firmemente na luta contra a corrupção e na luta contra a impunidade⁹

Angola pertence ao grupo de 33 países do mundo com *desenvolvimento humano* médio, localizando-se um pouco abaixo do meio deste grupo de países. O relatório de 2025 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que aborda o desenvolvimento humano em 2023, dá conta de Angola se situar a este respeito no 148.º lugar (em 193 países), com um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,616 (PNUD 2025: 280).

⁹ A este respeito, ver Carvalho 2024b e 2025: 36-42.

Angola tem acima si, países como o Ghana (143.º lugar), Timor Leste (142.º), S. Tomé e Príncipe (141.º), Congo (138.º), Namíbia (136.º), Cabo Verde (135.º), Guiné Equatorial (133.º) (*todos com desenvolvimento humano médio*), Marrocos (120.º), Líbia (115.º), Botswana (111.º), Gabão (108.º), África do Sul (106.º), Egito (100.º), Cuba (97.º), Argélia (96.º), Brasil (84.º) (*com alto desenvolvimento humano*), Ilhas Maurícias (73.º) e Portugal (40.º) (*com muito alto desenvolvimento humano*).

Já abaixo de Angola em termos de desenvolvimento humano estão 19 países de *médio desenvolvimento humano*, podendo aqui destacar-se o Zimbabué (153.º lugar no mundo), Zâmbia (154.º), Camarões (155.º), Nigéria (164.º), Tanzânia (165.º) e Lesoto (167.º). Seguem-se os 26 países que registam *baixo desenvolvimento humano*, como sejam os casos do Senegal (169.º lugar), Congo Democrático (171.º), Guiné-Bissau (174.º), Libéria (177.º), Etiópia (180.º), Moçambique (182.º), Madagascar (183.º), Mali (188.º), República Centro-Africana (191.º), Somália (192.º) e Sudão do Sul (193.º).

Em Angola, a *esperança de vida à nascença* era em 2023, de 64,6 anos – 2,1 anos acima da média da África Subsariana, mas 4,7 anos abaixo da média dos países de desenvolvimento humano médio e 8,8 anos abaixo da esperança média mundial de vida.

No ano de 1975, a esperança de vida em Angola era de 40 anos e a taxa de mortalidade, de 21,5 mortes por mil habitantes. Já no final da guerra civil (em 2002), a esperança de vida era de apenas 47 anos e a taxa de mortalidade, para 260 por mil nados vivos (PNUD 2004: 171). Em 2024, passados 49 anos após a proclamação da independência política, o Ministério angolano da Saúde declara existir em Angola uma taxa de mortalidade de 52 por mil nados vivos (Ministério 2024: 8).

O que se pode dizer, em termos de qualidade de vida, é que a esperança de vida aumentou em média em 0,42 anos (ou seja, em apenas 5 meses) por ano, no período 1975-2002. Já no período 2002-2023, a esperança de vida aumentou a uma média anual de 1,53 anos (ou seja, de 1 ano e 6,3 meses). Apenas a comparação do crescimento médio anual da esperança de vida no primeiro período (0,42 anos) com o crescimento anual da esperança de vida no segundo período (1,53 anos) demonstra o efeito nocivo da guerra civil na qualidade de vida dos angolanos.

Pode-se acrescentar que a então colónia de Angola dispunha em 1970 de 464 médicos, 1.241 enfermeiros e auxiliares de enfermagem, 211 parteiras e 388 enfermeiras (Direcção 1971: 55), tendo no final de 1980 o número de médicos baixado para 139, registando-se também 3.371 enfermeiros, técnicos e parteiras. Em 2024, passaram a existir em Angola 3.828 médicos, 27.276 enfermeiros e 10.283 técnicos de diagnóstico e terapêutica. (Ministério 2024). Também a respeito do acesso aos cuidados de saúde, fica demonstrado o maior investimento governamental, com o final da guerra civil.

No que ao *acesso à educação* diz respeito, pode dizer-se que 85% da população angolana era analfabeta em 1975, tendo essa taxa reduzido para 24% em 2024. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento estimava que, no ano de 2024, a média de anos de escolaridade em Angola era de 6,0 anos (0,2 anos abaixo da média da África Subsariana, 0,8 anos abaixo da média dos países de desenvolvimento humano médio e 2,8 anos abaixo da média mundial) (PNUD 2025: 280-281). Trata-se de um indicador que coloca Angola em má

posição no que respeita à *performance* educacional, sobretudo se a isso acrescentarmos uma estimativa de cerca de 4,5 milhões de crianças e jovens fora do sistema de ensino, o que corresponde ao elevado número relativo de 34% da faixa etária dos 5 aos 18 anos¹⁰.

Deve, entretanto, acrescentar-se uma outra estimativa do PNUD, que aponta para o facto de o angolano que nasce hoje tenha uma esperança educativa de 12,2 anos de formação. Este valor situa-se 1,9 ano acima da média da África Subsariana, 0,1 ano acima da média dos países de IDH médio e somente 0,8 ano abaixo da média mundial (PNUD 2025: 280-281). Portanto, se hoje a situação educacional em Angola é dramática, a esperança educativa (apenas em termos quantitativos) aponta para melhorias nos próximos anos. O mesmo não se pode dizer da qualidade de educação, a qual vários autores consideram demasiado débil¹¹.

Para além da reduzida aposta colonial em educação, é preciso dar conta de haver elevado *índice de pobreza* em Angola, por altura da proclamação da independência política. As camadas sociais mais desfavorecidas estavam então localizadas no meio rural e nos anéis suburbanos à volta das cidades e vilas (Carvalho 1989).

No ano de 1995, o Instituto Nacional de Estatística estimava que 67,0% dos habitantes da Angola urbana viviam abaixo de uma linha de pobreza relativa (Grave & Ribeiro 1999). Já o PNUD (1997: 22) apontava para um índice de privação humana de 59,0% em 1996, sendo 53,2% no meio urbano e 64,2% no meio rural angolano.

No ano de 2001, ainda com guerra civil, estimava-se um índice de pobreza de 68% e em finais de 2002, o Programa Alimentar Mundial apontava para cerca de 2 milhões de angolanos em risco de morrer de fome, um dado que indicava que Angola era então dos países no mundo com maior penúria alimentar. Só após o final da guerra civil se conseguiu diminuir este quadro de mais de dois terços dos angolanos a viverem sem os recursos mínimos. Era este, pois, o quadro social desolador que Angola vivia no final da guerra civil.

Em 2020, o Instituto Nacional de Estatística previa um índice de pobreza multidimensional da ordem dos 54,0%, sendo as privações mais comuns a baixa qualidade da habitação (que afectava 44,2% da população), a dificuldade de acesso a electricidade (43,7%) e a falta de acesso ao registo civil (43,3%) (INE 2020). Estima-se que, hoje, haja 13,5 milhões de angolanos sem registo civil e 18 milhões sem bilhete de identidade, indicadores que atestam da baixa prestação das instituições públicas angolanas deste sector.

Finalmente, o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola aponta para o crescimento do índice de pobreza em Angola, de 42% em 2019 para 49% em 2022, estimando o seu aumento para 50% em 2025¹².

¹⁰ Ver artigo publicado pelo *Novo Jornal*, em Novembro de 2025, intitulado “Em Angola há quase 4,5 milhões que não vão à escola – Número de crianças e jovens fora do sistema de ensino aumentou 12% em dez anos”, <https://www.novojornal.co.ao/sociedade/detalhe/em-angola-ha-quase-45-milhoes-que-nao-vao-a-escola---numero-de-criancas-fora-do-sistema-de-ensino-aumentou-de-22-para-34-em-dez-anos-68407.html> <29.Dezembro.2025>.

¹¹ Por exemplo, Zau 2002, Vera Cruz 2008, Carvalho 2012, Liberato 2014.

¹² “Angola – Estudo prevê 17 milhões de angolanos pobres em 2025”, <https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/angola-estudo-preve-17-milhoes-de-angolanos-pobres-em-2025/> <29.Dezembro.2025>.

Terminamos este item com a abordagem a respeito do *emprego e desemprego* em Angola, enquanto sério elemento condicionador da qualidade de vida e da harmonia familiar e social. Os dados disponíveis, relativos ao 3.º trimestre de 2025, apontam para uma taxa de emprego de 64,4%, uma taxa de desemprego de 26,9%, uma taxa de desemprego juvenil de 48,7% e uma taxa de informalidade de 77,1% (INE 2025: 6). Se separarmos o meio urbano do meio rural, a conclusão é de o desemprego urbano (em geral) ser de 30,3% em 2025 e o desemprego juvenil urbano atingir valor estimado superior a 55%. Já o desemprego rural é de 16,6%. A taxa de informalidade urbana é de 69,9% e a taxa de informalidade rural é de 95,3% (ULA 2026: 31-32).

Pode-se acrescentar que somente 12,5% dos novos empregos formais criados até Setembro de 2025 foram ocupados por jovens na faixa dos 15-24 anos. Daqui resulta uma grande pressão sobre o mercado informal, por parte dos jovens. Por outro lado, apesar de se constatar que 57% dos jovens concluem o ensino secundário, somente 4% são considerados aptos para empregos de alta qualidade¹³, o que reforça a anterior conclusão que aponta para uma baixa qualidade de ensino, para além de haver desfasamento entre a formação e as reais necessidades do mercado.

Conclusão

Angola chega aos 50 anos de independência política, bastante longe de se poder pensar sequer num grau médio de autonomia política e de independência económica. Os 27 anos de guerra civil, o ainda frequente desrespeito pelos direitos humanos e pela lei, a quase total dependência do petróleo e as débeis políticas públicas fazem com que o grau de satisfação dos angolanos seja hoje bastante baixo, comparativamente àquilo que era esperado em 1975.

Tirando o índice de qualidade de vida digital de 2025, que coloca Angola na 10.ª posição do ranking africano e na 94.ª posição no ranking mundial¹⁴, os demais indicadores apontam para posições débeis de Angola, no final da primeira metade de século da sua história de independência.

Os vários índices de boa governação apontam para *performances* débeis, abaixo daquilo que era expectável, seja aquando da proclamação da independência política (1975), seja aquando do final da guerra civil (2002). O facto de não haver eleições autárquicas também dificulta a participação cidadã na concepção e execução de políticas públicas. Do ponto de vista económico, o governo angolano não conseguiu até hoje ultrapassar a quase exclusiva dependência

¹³ “Apenas 4% dos jovens angolanos estão preparados para empregos de qualidade”, [¹⁴ “Angola entre os dez melhores de África no índice de qualidade de vida digital 2025”, \[78\]\(https://www.otelegrama.ao/em_foco/angola-entre-os-10-melhores-de-africa-no-indice-de-qualidade-de-vida-digital-2025/#:~:text=Angola%20entre%20os%2010%20melhores%20de%20%C3%81frica,%C3%8Dndice%20de%20Qualidade%20de%20Vida%20Digital%202025.<3.Fevereiro.2026>.”</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://revistacarreira.ao/2025/10/22/apenas-4-dos-jovens-angolanos-estao-preparados-para-empregos-de-qualidade/#:~:text=Apenas%204%25%20dos%20jovens%20angolanos%20est%C3%A3o%20preparados%20para%20empregos%20de%20qualidade%20%E2%80%9329.Dezembro.2025>.”</p>
</div>
<div data-bbox=)

do petróleo, nem garantir a autonomia alimentar, num país que utiliza abaixo de 15% dos cerca de 50 milhões de hectares de terra arável. Do ponto de vista social, as políticas públicas têm actuado mais em benefício de pequenas elites do que em benefício da maioria.

O facto de as estimativas apontarem para haver hoje 18 milhões de angolanos sem bilhete de identidade (46% da população) é prova disso. Outro factor a considerar é o facto de a média de escolaridade ser hoje de somente 6 anos, mas é favorável o crescimento dos anos de formação esperados para quem tenha nascido em 2023, para o dobro: 12 anos. Contudo, se nos abstrairmos deste aspecto quantitativo, a conclusão aponta para uma cada vez pior qualidade de ensino nos diferentes níveis de formação, da base ao topo, ao ponto de somente 4% dos jovens que concluem o ensino secundário estarem aptos para assumir empregos de alta qualidade.

Para além de o índice de pobreza se situar próximo dos 50% (um valor elevadíssimo), os dados governamentais apontam para uma taxa de desemprego de 26,9%, uma taxa de desemprego juvenil de 48,7% e uma taxa de informalidade laboral de 77,1%.

Para que os próximos cinquenta anos possam resultar favoráveis à esmagadora maioria da população angolana, será preciso inverter o actual quadro de favorecimento de pequenos grupos elitários, de descrédito nas instituições públicas e de impunidade em relação à corrupção generalizada, da base ao topo da hierarquia social, apostando em políticas públicas inclusivas e no reforço da autoridade pública.

Referências bibliográficas

ANSTEE, Margaret

1997: *Órfão da Guerra Fria. Radiografia do colapso do processo de paz angolano. 1992/93*, Porto: Campo das Letras

BIRMINGHAM, David

2017: *Breve história de Angola moderna*, Lisboa: Guerra & Paz

CARVALHO, Paulo de

1989: *Struktura społeczna społeczeństwa kolonialnego Angoli* [Estrutura social da sociedade colonial angolana], Varsóvia: Instituto de Sociologia da Universidade de Varsóvia

2002: *Angola. Quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social*, Oeiras: Celta

2012: “Evolução e crescimento do ensino superior em Angola”, *Revista Angolana de Sociologia*, n.º 9, pp. 51-68

2024a: “Línguas faladas em Angola”, in: P. Carvalho & A. Quino (org.) *Letras sobre as línguas de Angola*, Luanda: Academia Angolana de Letras, pp. 27-40

2024b: “Pelos meandros da corrupção”, *S&ER Caderno de Artigos e Reflexões*, n.º 1, pp. 239-253

2025: *Práticas de boa governação em Angola*, Luanda: Inspeção-Geral da Administração do Estado

DIRECÇÃO Provincial dos Serviços de Estatística

1971: *Anuário estatístico de Angola. 1970*, Luanda: DPSE

GRAVE, Júlia & Gilberto RIBEIRO

1999: “Perfil da Pobreza em Angola. Principais causas e consequências” *Anais da III Jornada Técnico-Científica da FESA*, Luanda: Fundação Eduardo dos Santos, pp. 25-34

GUIMARÃES, Fernando Andersen

1998: *The Origins of the Angolan Civil War. Foreign intervention and domestic political conflict*, Londres: Macmillan

INE

2016: *Projecção da população. 2014-2050*, Luanda: Instituto Nacional de Estatística

2020: *Pobreza multidimensional em Angola*, Luanda: INE

2025: *Inquérito ao emprego em Angola. Folha de informação rápida. III trimestre 2025*, Luanda: Instituto Nacional de Estatística

JORGE, Manuel

1997 : *Pour comprendre l'Angola*, Paris: Présence Africaine

2000: “O conflito em Angola: natureza e perspectivas”, in *La Réconciliation en Angola. Une Contribution pour la Paix en Afrique Australe*, Paris : Centre Culturel Angolais, pp. 111-124

LIBERATO, Ermelinda

2014: “Avanços e retrocessos da educação em Angola”, *Revista Brasileira de Educação*, vol. 19 (59), pp. 1003-1031, <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Dn4CYmKD5W5dw4ygQLBCxzN/?lang=pt> <29.Dezembro.2025>

MESSIANT, Christine

1994: “Angola: Le retour à la guerre ou l’inévitable faillite d’une intervention internationale”, *L’Afrique Politique*, pp. 199-229

2000 : “L’Angola ? Circulez, il n’y a rien à voir!”, *Lusotopie*, Paris: L’Harmattan, pp. 9-26

MINISTÉRIO da Saúde

2024: “Acesso aos cuidados de saúde em Angola (1975-2024)”, Luanda: MINSA (draft)

PNUD

1997: *Relatório do desenvolvimento humano. Angola. 1997*, Luanda: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

2004: *Relatório de desenvolvimento humano*. 2004, Lisboa: Mensagem

2025: *Human development report 2025*, Nova Iorque: UNDP

REDINHA, José

1975: *Etnias e culturas de Angola*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola

ULA

2026: *Relatório económico do 3.º trimestre de 2025*, Luanda: Centro de Investigação Económica da Universidade Lusíada de Angola

VERA CRUZ, Elisabete Ceita

2008: “Os desafios do ensino superior em Angola. O lugar e o papel das ciências sociais na construção do país e do futuro dos angolanos”, *Revista Angolana de Sociologia*, n.º 1, pp. 85-92

WHEELER, Douglas & René PELISSIER

2009: *História de Angola*, Lisboa: Tinta da China

ZAU, Filipe

2002: *Angola. Trilhos para o desenvolvimento*, Lisboa: Universidade Aberta

O TRIÂNGULO LUSÓFONO: AGOSTINHO DA SILVA E A REDESCOBERTA DAS RAÍZES AFRICANAS DO BRASIL

Renato Epifânio¹

Resumo: No nosso texto, iremos reconstituir a visão de Agostinho da Silva do Brasil, salientando alguns marcos da sua vivência nesse país – em particular, o seu papel na criação do “CEAO: Centro de Estudos Afro-Orientais”, visando a redescoberta das raízes africanas do Brasil.

Palavras-Chave: Agostinho da Silva, Brasil, África, Portugal.

Como se sabe, em 1944, Agostinho da Silva abandona Portugal, rumo à América do Sul. Não se fixa desde logo no Brasil. Ainda deambula pela Argentina, onde lecciona na Escola de Estudos Superiores de Buenos Aires, e pelo Uruguai, onde lecciona nos Colégios Libres, em Montevideu. Em 1947, fixa-se, contudo, naquela que será, doravante, a sua “terra de eleição” e de “acção”: o Brasil.

Essa ida para o Brasil não significou porém um corte com a cultura portuguesa, bem pelo contrário. Paradoxalmente, foi no Brasil que ele começou realmente a interessar-se pela cultura portuguesa, mais amplamente, por uma cultura de língua portuguesa – numa visão não apenas estritamente nacional. Essa foi, dir-se-ia a grande vantagem de ter reencontrado Portugal a partir do Brasil.

¹ Professor Universitário; Membro do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, da Direcção do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira e da Associação Agostinho da Silva; Investigador na área da “Filosofia em Portugal”, com dezenas de estudos publicados, desenvolveu um projecto de pós-doutoramento sobre o pensamento de Agostinho da Silva, com o apoio da FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para além de ser responsável pelo *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa*: www.bibliografiafilosofica.webnode.com; Licenciatura e Mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; doutorou-se, na mesma Faculdade, no dia 14 de Dezembro de 2004, com a dissertação *Fundamentos e Firmamentos do pensamento português contemporâneo: uma perspectiva a partir da visão de José Marinho*; autor das obras *Visões de Agostinho da Silva* (2006/ 2024, edição revista e aumentada), *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa* (2007), *Perspectivas sobre Agostinho da Silva* (2008), *Via aberta: de Marinho a Pessoa, da Finisterra ao Oriente* (2009), *A Via Lusófona: um novo horizonte para Portugal* (2010), *Convergência Lusófona* (2012/ 2014/ 2016), *A Via Lusófona II* (2015), *A Via Lusófona III* (2017), *A Via Lusófona IV* (2019), *Pensar de novo, pensar o novo: em tempos de pandemia* (2021/ Brasil) e *A Via Lusófona V* (2022). Dirige a NOVA ÁGUA: Revista de Cultura para o Século XXI e a Colecção de livros com o mesmo nome (Zéfiro). Preside ao MIL: Movimento Internacional Lusófono desde a sua formalização jurídica (2010). É, desde 2021, Membro do Conselho Supremo da SHIP: Sociedade Histórica da Independência de Portugal e, desde 2022, Presidente da Direcção da PASC: Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania e, desde 2025, Secretário-Geral da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

O primeiro grande sinal desse reencontro é, sem dúvida, a publicação, em 1957, da sua obra *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*. Nunca até então, com efeito, Agostinho da Silva reflectira tanto sobre Portugal, sobre a cultura portuguesa, mais amplamente, sobre a cultura de língua portuguesa, no seu sentido histórico-futurante. Foi só no Brasil, face ao espelho atlântico, que Agostinho da Silva começou realmente a questionar-se sobre tudo isso. Essa obra, *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, é a primeira grande expressão desse questionamento.

Pela sua originalidade e profundidade – a nosso ver, ela desenvolve, de facto, uma visão tão original quanto profunda do sentido histórico da cultura portuguesa, mais amplamente, da cultura de língua portuguesa –, essa obra não passou despercebida. A publicação da obra teve um imediato eco – não só no Brasil como em Portugal. Através dela, não foi só Agostinho da Silva que se reencontrou com Portugal – foi também Portugal que se reencontrou com Agostinho da Silva.

Mesmo no Brasil, aliás, a primeira pessoa a assinalar a publicação da *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa* foi um português, o conhecido Adolfo Casais Monteiro, que aí se encontrava exilado. Quase simultaneamente, porém, o não menos conhecido Gilberto Freyre sinaliza também a leitura da obra – nas suas palavras: “Quando me refiro ao ideal de vida desenvolvido pelo Português em contacto assim íntimo com o Trópico, não posso esquecer-me das páginas recentes em que um intelectual português residente há anos no Brasil – o professor Agostinho da Silva – sugere que, a partir do século XVII, começou a haver, no Brasil, para muitos portugueses, um ‘Portugal ideal’” (Freyre, 2010: 239).

Adolfo Casais Monteiro, por seu lado, num texto intitulado “Uma Interpretação da Cultura Lusa” (Epifânio et al., 2006: 15-17), publicado originalmente no “Suplemento Literário” do Jornal *O Estado de São Paulo*, a 13 de Julho de 1957 – ou seja, no mesmo ano da publicação da obra de Agostinho da Silva –, começa por destacar “a profunda originalidade da tese apresentada, e, mais do que isso, a sua grande importância” – ainda nas suas palavras: “Que se trate de reflexão, vá; mas que seja à margem, e à margem da literatura portuguesa, somente, eis o que de modo algum corresponde ao seu conteúdo que é uma seríssima interpretação da cultura portuguesa, da história, e da própria missão de Portugal no mundo.”.

Se, no Brasil, foi Adolfo Casais Monteiro o primeiro a salientar a importância da obra *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, em Portugal esse mérito coube a António Quadros. Num texto intitulado “Agostinho da Silva – Filósofo português da história”, publicado igualmente no ano de 1957 (Epifânio et al., 2006: 55-59), começa por dizer: “Entre os acontecimentos mais notáveis do ano cultural, figura sem dúvida num dos primeiríssimos lugares, a publicação no Brasil do ensaio de Agostinho da Silva, *Reflexão à margem da literatura portuguesa*. Como foi já salientado, o título, por motivos que desconhecemos, não corresponde ao conteúdo, que lhe está muito acima. Trata-se, em primeiro lugar, sem sair dos limites da mais rigorosa ortodoxia, de uma interpretação da catolicidade, não diremos completamente inédita, mas pelo menos pouco vulgar.”.

Ainda que redigida quatro antes, em 1955, ano em que ensinou Literatura Portuguesa e Filologia Românica na Universidade de Santa Catarina – Universidade que, de resto, ajudou a fundar –, Agostinho da Silva publica, em 1959, a obra *Um Fernando Pessoa*. Tal como aconteceu

com a sua obra *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, também esta teve imediato eco. Uma vez mais por Adolfo Casais Monteiro, que, num texto intitulado “‘Um’ Fernando Pessoa” (Epifânio et al., 2006: 17-20), escreveu: “O livrinho que, sob o título à primeira vista esdrúxulo de *Um Fernando Pessoa*, acaba de publicar Agostinho da Silva (Cadernos do Rio Grande, Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre, 1959), é, nas suas escassas 60 páginas, a coisa mais organizadamente estruturada que até hoje se escreveu sobre o nosso grande poeta.”

E isto porque, na sua perspectiva, “Agostinho da Silva desenhou, e recorrendo sempre que possível às próprias palavras de Pessoa, os sucessivos-simultâneos retratos de cada figura parcial, Reis, Caeiro, Campos, integrando-os no ‘retrato’ de Pessoa da *Mensagem*, ou seja: aceitando e compreendendo a veracidade de cada um dos indivíduos autónomos entre quem ele dividiu a sua impossibilidade de viver.” Eis, a seu ver, o grande mérito de Agostinho da Silva: “...não se pretende mais inteligente do que Fernando Pessoa, e, aceitando-o, em vez de procurar em cada ‘afirmação’ o contrário do que ela diz, nos ‘faz ver’ Fernando Pessoa como ninguém até hoje o conseguira.” Para além disso, na perspectiva de Adolfo Casais Monteiro, o mérito da visão de Agostinho da Silva está em esta ter conseguido constituir-se como uma visão unívoca de toda a obra pessoana, na medida em que a considera à luz de um único eixo, em concreto, da sua *Mensagem*.

“Para Agostinho da Silva – ainda nas palavras de Adolfo Casais Monteiro –, é a *Mensagem* a chave de Pessoa inteiro, nela está o sentido da sua obra. Eis o que, melhor do que em qualquer outra passagem, se pode entender através deste fragmento das suas considerações finais, em que diz, depois de se referir à ‘grandeza do Reino de Deus’: ‘É por esse Império, que nem ele nem os seus companheiros têm a coragem ou a força ou a hora de construir (...), que Fernando Pessoa pensa, escreve, concebe gemidos, sofre recolhido e ignorado morre’.” Mérito tanto maior porquanto, ainda na perspectiva de Adolfo Casais Monteiro, a visão de Agostinho da Silva da *Mensagem* excede em muito as mais habituais visões da mesma: “A superioridade do ponto de vista de Agostinho da Silva sobre tantas improcedentes exaltações da *Mensagem* como poema ‘patriótico’, está em ter sabido situá-lo naquele mesmo plano de visão para além da pátria material e estreitamente concebida (...)”.

Concordemos ou não com esta concepção de “patriótico” de Adolfo Casais Monteiro, a verdade é que, de facto, na visão de Agostinho da Silva, Portugal tanto mais se afirmaria, no futuro, quanto mais se afirmasse na ligação a todos os outros países de língua portuguesa. A visão Agostinho da Silva da portugalidade, com efeito, tornou-se crescentemente descentrada de Portugal enquanto Nação. O futuro de Portugal passava, na sua visão, pela crescente ligação a todos os outros países de língua portuguesa, em particular – nesses tempos – ao Brasil. Eis, de resto, a tese já presente na sua *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa* – daí, a título de exemplo, esta sua exortação: “...que tome o Brasil inteiramente sobre si, como parte de seu destino histórico, a tarefa de, guardando o que Portugal teve de melhor e não pôde plenamente realizar e juntando-lhe todos os outros elementos universais que entraram em sua grande síntese, oferecer ao mundo um modelo de vida em que se entrelaçam numa perfeita harmonia os fundamentais impulsos humanos de produzir beleza, de amar os homens e de louvar a Deus (...)” (Silva, 2000: 87).

Eis, igualmente, a tese que nos reiterará em outros textos seus, como iremos, de passagem, referir. O primeiro desses textos intitula-se “Considerando o Quinto Império” e foi publicado no periódico *Tempo Presente*, em 1960. Nele, faz, uma vez mais, Agostinho da Silva, a retrospectiva da história de Portugal, desde logo, dos dois nossos alegados maiores erros históricos: o de termos “abandonado” a Galiza e o de termos querido “conservar” Ceuta, sacrificando, para tal, o Infante D. Fernando. Eis, reitera-nos, o que nos fez desviar dos mares, dos “mares sobre que flutua o Espírito”, para as terras, do ser para o ter... Neste texto, aparece o Brasil enquanto possibilidade de correcção desse desvio, de “começar de novo, de começar o recomeço: nunca mais abandonando noivas [como a Galiza]; nunca mais querendo terras em lugar de mares, nunca mais excluindo religiões” (Silva, 2000: 250-251). O segundo desses textos que aqui brevemente referimos intitula-se “Presença de Portugal” e foi publicado, à parte, enquanto opúsculo, em 1962.

Nesse texto de 1962, narra Agostinho da Silva a sua experiência na fundação da Universidade de Brasília, em particular, do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses, que aí criou, com o intuito, expressamente afirmado, de reatar, no Brasil, o que, em Portugal, “ficou interrompido nos séculos XV e XVI” – nas suas palavras, “aquela possibilidade de se compreender toda a gente nunca deixando de ser o que se é” (Silva, 2000: 131). Um outro texto intitula-se “Ensaio para uma Teoria do Brasil” e foi publicado no periódico *Espiral*, em 1965. Se, no anterior, o Brasil era apenas, ou, pelo menos, sobretudo, perspectivado enquanto reatamento, historicamente interrompido, de Portugal, neste o Brasil é perspectivado em si próprio, fazendo Agostinho da Silva a apologia das suas insuspeitas capacidades, nomeadamente, como refere, de forma eloquente, da sua “capacidade de [vir a] liderar o futuro humano, quando se desembaraçar de tudo quanto lhe foi útil na educação europeia e exercer, com o esplendor e a vigorosa força de criação que pode demonstrar, as suas capacidades de simpatia humana, de imaginação artística, de sincretismo religioso, de calma aceitação do destino, de inteligência psicológica, de ironia, de apetência de viver, de sentido da contemplação e do tempo” (Silva, 2000: 304).

Um outro texto intitula-se “Perspectivas” e resulta da comunicação apresentada em 31 de Maio de 1968 à reunião conjunta da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e do Conselho Geral da União das Comunidades da Cultura Portuguesa”. Nele, na esteira dos textos anteriores, chega inclusivamente, Agostinho da Silva, a prefigurar a dissolução de Portugal na República Federativa do Brasil, o que, na sua perspectiva, “não significaria que Portugal estava alienando a sua independência, mas que estava ajudando o Brasil, que é o melhor de si mesmo, a alargar-se no mundo, dando-lhe um desembarque na Europa”. Este gesto, como salientava na altura, “poderia levar a Guiné, Moçambique e Angola a ligarem-se ao Brasil; poderia levar [ainda] a uma revisão do estatuto de Goa e a encontrar solução para o problema de Macau e Timor” (Silva, 2000: 345). O quinto e último desses textos, sem título, foi publicado no periódico *Notícia*, em 1971. Nele, reitera-nos, Agostinho, a sua peculiar visão do Brasil – nas suas palavras: “...se ainda estivéssemos em tempo de impérios se poderia, desde agora mesmo, ver Brasília como a futura capital do mundo; como não estamos, [que] a vejamos apenas como o símbolo daquela Paz que talvez Portugal pudesse ter estabelecido a partir do século XVI se não

tivesse cedido a Maquiavel, apesar de tanto protesto de seus melhores homens, e não tivesse acreditado em que os meios podem ser de natureza diferente dos fins que se querem atingir: a Paz falhou porque, para a ela chegarmos, nos confiámos iludidos aos demónios da guerra. Que oxalá no Brasil, exorcismados [*sic*], morram.” (Silva, 2000: 143).

Nesses tempos, com efeito, defendia Agostinho da Silva que “o Brasil será o Portugal que não se realizou”, conforme já procurámos salientar num nosso outro estudo (Epifânio, 2024: 13-36).

*

Regressado a Portugal em 1969, após quase vinte e cinco anos no Brasil, Agostinho da Silva nunca esquecerá a sua vivência nesta terra. Pelo contrário, em múltiplos testemunhos, reiterou que “conhecer o Brasil foi, talvez, a coisa [mais] fundamental da minha vida. Se nunca tivesse saído de Portugal, nunca teria percebido o que há de essencial na cultura portuguesa e que me parece estar muito mais vivo, muito mais claro no Brasil...” (Epifânio, 2008: 50). No Brasil, por seu lado, Agostinho da Silva não é esquecido. Daí, a título de exemplo, o texto publicado, a 20 de Outubro de 1979, no jornal *A Tarde* – “CEAO: laboratório da cultura negra” –, a propósito do vigésimo aniversário do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), fundado por Agostinho da Silva na Universidade Federal da Bahia, em 1959. Aí, o então director do Centro, Nélson de Araújo, evoca assim Agostinho: “O Centro de Estudos Afro-Orientais emana do pensamento e da acção de Agostinho da Silva, o grande humanista cujo desempenho em várias partes do nosso país gerou e continua gerando ondas de fecundidade.” (Epifânio, 2008: 57).

O Centro de Estudos Afro-Orientais foi, com efeito, uma das realizações mais marcantes de Agostinho da Silva no Brasil. Através dele, pretendeu Agostinho da Silva, desde logo, que o Brasil redescobrisse as suas raízes também africanas – no plano cultural e religioso –, em última instância, estabelecendo pontes com todo o Oriente. Num texto intitulado “Agostinho da Silva e a fundação do Centro de Estudos Afro-Orientais”, Thales de Azevedo defende que “a origem deste Centro prende-se às ideias, um tanto estranhas para alguns, que expendeu, em meados de 1959, sobre as condições e a missão de uma comunidade luso-brasileira, perante o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, reunido na Universidade da Bahia. Agostinho teria pensado em que um organismo como este seria um laço, um ponto de apoio e de acção, entre outros, que se espalhariam por um vasto ecúmeno, para a reconstrução espiritual e quiçá política de uma comunidade cultural originada no papel histórico dos lusitanos na época dos descobrimentos, concebida, porém, como uma aliança de nações e povos soberanos, desvinculadas das peias do colonialismo e assim mais aptos a uma coligação espiritual consentida, espontânea e sólida.” (Silva et al., 2007: 237-238).

Eis a tese igualmente defendida por José Aparecido de Oliveira, o grande fautor político-diplomático da CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: “O Professor Agostinho da Silva foi importantíssimo quando chamou a atenção dos brasileiros para o que representava uma política de desenvolvimento num mundo que tendia para a globalização. Ele previu com todas as suas *nuances* e consequências. E também fez despertar a nossa consciência, brasileira sobretudo, mas também lusófona, com relação a África. Foi ele que pela primeira vez,

naquele tempo, chamou a atenção para as nossas raízes” (Epifânio et al., 2006: 248). De resto, o próprio Agostinho da Silva teve a oportunidade de defender expressamente uma “comunidade luso-afro-brasileira, com o centro de coordenação em África, de maneira que não fosse uma renovação do imperialismo português, nem um começo do imperialismo brasileiro. O foco central poderia ser em Angola, no planalto, deixando Luanda à borda do mar e subir, tal como se fizera no Brasil em que se deixou a terra baixa e se foi estabelecer a nova capital num planalto com mil metros de altitude. Fizessem a mesma coisa em Angola, e essa nova cidade entraria em correspondência com Brasília e com Lisboa para se começar a formar uma comunidade luso-afro-brasileira” (Silva, 2020: 166).

*

A nosso ver, essa triangulação lusófona com África seria, também para Agostinho da Silva, uma via de recentração civilizacional. Face a uma civilização (ocidental, sobretudo) que nos foi afastando cada vez mais da Natureza e do Sagrado, Agostinho da Silva antevê em *África um antídoto contra esse processo que, no ensaio “A Comédia Latina”, descreve nestes termos: “À medida, porém, que a civilização evolui, sempre no sentido dum maior poderio técnico, a noção de sagrado vai-se atenuando; todos os actos da vida passam a ser civis, desligando-se de qualquer ideia de sobrenatural; o mundo aparece, não como um conjunto de sinais de Deus, que o homem venera, teme ou respeita, e de que participa pelas formas sacramentais, mas um domínio laico, como uma propriedade a seu inteiro dispor e em que ele exerce todos os direitos de usar, gozar e abusar, com que se define a noção clássica de propriedade./ O homem vive, deste então, não para adorar o que vê, como outrora, não para fazer de todos os seus actos uma tentativa de reconquistar o paraíso perdido, mas para se aproveitar do que existe, para se afastar cada vez mais da inocência da Idade de Ouro (...).”* (Silva, 2002: 306-307).

Face a esse “laicismo progressivo da vida” (Silva, 2002: 307), Agostinho da Silva anseia pois por uma vivência mais próxima da Natureza e do Sagrado. Esse “laicismo progressivo da vida”, com todas as suas vantagens – que Agostinho da Silva não ignora nem, muito menos, despreza, pela sua possibilidade de se “varrer de vez da face do universo a miséria material da Humanidade” –, poder-nos-á levar, porém, ainda nas suas palavras, à “mais deplorável das decadências” – como o próprio escreveu, em jeito de aviso: “Que vão fazer os homens bem alimentados, bem vestidos e bem alojados e bem transportados que a técnica nos poderia apresentar desde já? Nenhuma experiência foi jamais feita em grande escala e, portanto, nada se pode afirmar de um modo que seja mais ou menos científico; mas há todas as razões para temer, pelo exemplo de certos países em que se atingiu já um nível de vida razoavelmente elevado, que a Humanidade caísse na mais deplorável das decadências (...).” (Silva, 2002: 84). Daí ainda, enfim, estas suas palavras: “...donde a fome se tiver ausentado, o tédio virá com o seu desespero não menos terrível. E à pergunta hoje quotidiana para milhões e milhões de ‘como viver?’ se substituirá a pergunta de ‘para que viver?’. A qual, mesmo pelo pouco que hoje podemos observar, não é menos terrível na sua mortalidade.” (Silva, 2002: 85).

Bibliografia

- Freyre, Gilberto (2010), *O luso e o trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o lusotropical*, São Paulo: Editora É, 2010.
- Epifânio, Renato, et al., orgs. (2006), *In Memoriam de Agostinho da Silva*, Sintra: Zéfiro.
- Epifânio, Renato (2008), *Perspectivas sobre Agostinho da Silva*, Sintra: Zéfiro.
- Epifânio, Renato (2024), *Visões de Agostinho da Silva*, Sintra: Zéfiro.
- Silva, Agostinho da (2000), *Ensaaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, vol. I, Lisboa: Âncora.
- Silva, Agostinho da (2002), *Estudos sobre Cultura Clássica*, Lisboa: Âncora.
- Silva, Agostinho da (2020), *Vida Conversável*, Sintra, Zéfiro (Coleção NOVA ÁGUIA),
- Silva, Amândio e Agostinho, Pedro, orgs. (2007), *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.

DO PENSAMENTO E DA ANÁLISE POLÍTICA NA OBRA DE EÇA DE QUEIROZ – O CONDE D’ABRANHOS¹

José Fontes

*Académico de Número da Academia Internacional
da Cultura Portuguesa*

*Professor Catedrático da Academia Militar – Instituto
Universitário Militar*

*Professor Catedrático Convidado da Faculdade de
Direito da Universidade Nova de Lisboa*

Senhor Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Senhora Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa

Dirijo-lhes as minhas primeiras palavras que são de sentido e de profundo agradecimento pelo convite que tiveram a gentileza de me endereçar para nesta Sessão, refletir de forma, ainda que breve, sobre a forma e o modo como José Maria Eça de Queiroz olhava para a sociedade política portuguesa da sua época, agora num tempo e numa conjuntura em que muito justamente o País, nós cidadãos portugueses, e a Academia, o homenageamos com honras de Panteão Nacional.

Estimado Prof. Doutor Nuno Canas Mendes,
Prezados Confrades,
Senhoras e senhores,

Nos termos da lei vigente² o Panteão Nacional, criado por Decreto de 26 de setembro de 1836, em pleno regime monárquico, fica instalado em Lisboa, na Igreja de Santa Engrácia, sendo ainda reconhecido o mesmo estatuto de Panteão Nacional ao Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, e ainda à Igreja de Santa Cruz, em Coimbra.

¹ Proferida na *Conferência A Política Nacional e as Relações Político-Diplomáticas do País vistas por Eça de Queiroz, Concessão de Honras de Panteão Nacional a José Maria Eça de Queiroz*, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, em 26 de junho de 2025.

² Vide Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro.

A mesma lei estatui que, entre outras, e cito,

as honras do Panteão destinam-se a homenagear e a perpetuar a memória dos cidadãos portugueses que se distinguiram por serviços prestados ao País, na expansão da cultura portuguesa, na criação literária, científica e artística ou na defesa dos valores da civilização, em prol da dignificação da pessoa e da causa da liberdade.

De entre os homenageados em Cenotáfios o eterno Camões, Pedro Álvares Cabral, que nos levou ao Brasil, Henrique, Infante de Portugal e ilustre representante da Ínclita Geração, Dom Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque que nunca desistiu, Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino proclamado Santo da Igreja Romana e, nas Salas Tumulares, Junqueira e Garrett, Amália, a voz de todos nós, o inigualável Eusébio da Silva Ferreira, Sophia, que escreveu

Esta é a madrugada que eu esperava. O dia inicial inteiro e limpo. Onde emergimos da noite e do silêncio.

E com tanta atualidade

Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar.

Ainda, Aristides de Sousa Mendes que ao não violar a sua consciência e ao incumprir ordens hierárquicas é reconhecido pela Pátria Judaica como *Justo entre as nações*. Sidónio e Arriaga. Delgado e Carmona. Outros mais. E agora – muito justamente, reafirmo – José Maria Eça de Queiroz.

A concessão das honras do Panteão é, nos termos da lei, da exclusiva competência do Parlamento e

Pela *Resolução da Assembleia da República n.º 55/2021, de 5 de fevereiro*, o Parlamento resolveu

conceder honras de Panteão Nacional aos restos mortais de José Maria Eça de Queiroz, em reconhecimento e homenagem pela obra literária ímpar e determinante na história da literatura portuguesa.

Por isso, não poderia ser de maior oportunidade e relevância este nosso encontro e, deste modo, felicito esta nossa veneranda Academia Internacional da Cultura Portuguesa por se associar à Assembleia da República, numa forma de homenagem tão justa, que como disse e reafirmo é, a meu ver, de extrema atualidade.

Nesta Sessão Académica em que assinalamos a concessão pelo Parlamento português de honras de Panteão Nacional a José Maria Eça de Queiroz entendi revisitar uma obra literária em concreto, escrita por este excecional *leitor e analista* da sociedade portuguesa, da sua natureza, das suas fragilidades e, – diga-se – com inigualável sentido de humor, com o arrojo da crítica severa, mas séria, pertinente, audaz.

Sobre a vida e a obra de Eça de Queiroz tudo foi já dito. Optei – como já disse – por olhar para uma das suas obras que sempre me fascinou. O Conde D’Abranhos postumamente publicado em 1925. Pela sua atualidade. Pelo sentido da crítica séria. Pela audácia da análise.

Ler e reler esta obra significa, – permitam-me –, dedicar atenção a um passado mais ou menos remoto, mas seguramente refletir sobre o nosso presente, sobre o futuro que é amanhã, sobre uma certa perenidade de alguns traços e características da sociedade portuguesa e, por isso, – diria – sobre uma certa constância e permanência, muito em particular, de algumas dessas marcas e traços quase identitárias, visíveis na nossa *sociedade política*, nos nossos políticos, nas suas ambições, na tomada do poder, no exercício de cargo público, na preparação para esse exercício, quando não da total impreparação, da vaidade desmedida, do assalto ao poder e aos poderes. Só por isto vale a pena revisitar esta belíssima peça de literatura.

O *Conde d'Abranhos*, uma peça literária magistral de José Maria Eça de Queirós, é uma sátira mordaz à sociedade portuguesa do final do século XIX, explorando as intrigas e os costumes da sociedade daquele tempo, que parece eterno, por ser atual, por ser de hoje, por ser – sublinho – perene, identitário.

Com o seu estilo característico, Eça utiliza o humor e a ironia para criticar a hipocrisia, a futilidade e a decadência de alguma classe que vive e sobrevive à sombra do poder, dos poderes.

O protagonista, o Conde d'Abranhos, é uma figura caricata e ridícula, quase abjeta, que representa uma fraca e mediana nobreza ociosa, pretensiosa, presunçosa. Eça retrata-o como alguém mais preocupado com a aparência e o estatuto social do que com questões de ética, de probidade.

O Conde, nas suas relações sociais e familiares, revela-se um personagem que encarna a superficialidade das elites, frequentemente envolto em conversas vazias e preocupações fúteis e sem qualquer sentido de Estado. Elites fracas. Sem qualidade. Sem mérito. Incompetentes.

Através de diálogos jocosos e hilariantes, – dir-se-ia – pejados de graça e situações cómicas, o nosso Eça expõe as relações sociais da época, revelando uma sociedade que valoriza mais as aparências do que a substância. A brevidade à perenidade.

A ironia trespassa a obra, especialmente quando o nosso Homenageado faz uso de personagens secundários que como o Conde, observam e comentam as absurdidades do quotidiano daquele tempo, daquela sociedade, daquela parte – permita-se-me – de um Portugal que secundariza a grandeza de se ser português inteiro e com valores.

O enredo é repleto de situações que destacam a hipocrisia dalgumas pretensiosas elites, onde os valores e a amizade são frequentemente subordinados a interesses egoístas e mesquinhos.

José Maria Eça de Queiroz, com a sua verve crítica e mordaz, particularmente neste texto, provoca risos ao mesmo tempo que nos convida a uma reflexão séria e profunda sobre a natureza humana e sobre um conjunto de personagens que ainda hoje coabita no nosso espaço público. Não é seguramente um exclusivo de Portugal. Daquele tempo e do tempo de hoje. Mas também é nosso e continua a ser do tempo que é tragicamente o nosso. O de hoje.

Além disso, a obra aborda a política e a corrupção, mostrando como alguns personagens se envolvem em esquemas para manter os seus estatutos social, político, de poder e de mando, muitas vezes à custa da falta de ética e de sentido de Estado.

O Conde, ao tentar manobrar para obter favores, revela a banalidade e a frivolidade do poder. Recolho de outro texto a seguinte frase

Na política, o que importa não é a verdade, mas a habilidade de a disfarçar.

O relato que lemos em o Conde d'Abranhos é, portanto, uma crítica profunda e irónica à sociedade da época, utilizando o humor como uma forma de desmascarar as fraquezas humanas e da sociedade tão marcadamente hierarquizada daquele tempo.

José Maria Eça de Queirós, com o seu olhar crítico e um humor aguçado e aturado, oferece-nos uma visão que permanece – como disse e reafirmo – atual, mostrando que a busca por estatuto e reconhecimento pode levar à mais hilariante das tragédias. A obra é um convite a rir das vaidades e das hipocrisias que, embora mudem de forma, permanecem eternas na condição humana.

Sic Transit Gloria Mundi.

Locução latina que significa

Assim transita a glória mundana. Ou se se preferir, a fama e as honras são passageiras.

Crê-se que a frase foi usada no ritual das cerimónias de coroação papal entre 1409 (quando foi usada na coroação de Alexandre V) e 1963. Enquanto o Papa recém eleito saía da sacristia da Basílica de São Pedro em sua *sedia gestatoria*, a procissão pararia três vezes. Em cada uma dessas ocasiões, um cerimoniário caía de joelhos diante do Pontífice, segurando uma cana de prata, carregando uma estopa de linho fumegante; e por três vezes consecutivas, enquanto o pano queimava, em voz alta e dolorosa proclamava

Pater Sancte, sic transit gloria mundi!

Ou seja,

Santo Padre, assim passa a glória mundana!

Essas palavras, dirigidas particularmente ao Sucessor do Apóstolo Pedro, serviam como uma recordatória da natureza tão transitória da vida e das honras terrenas...

No contexto da obra o Conde d'Abranhos, a escolha do protagonista para o cargo de ministro é um momento crucial e repleto de ironia.

Eça de Queirós utiliza essa situação para criticar não apenas – em geral – a política portuguesa da época, mas sobretudo a superficialidade e a incongruência das escolhas feitas pelos poderosos e pelos presidentes dos ministérios, o que hoje seriam os primeiros-ministros.

Alípio Severo Abranhos, o Conde, que é mais conhecido por sua aparência e relações sociais do que por suas capacidades políticas, e até de inteligência, é escolhido para o ministério numa clara demonstração da futilidade e do descuido com que a política é tratada.

A nomeação reflete a prática comum à época, onde a competência muitas vezes era subalternizada em favor de alianças sociais e interesses pessoais. Sublinho à época, mas com igual sentido de humor, à época que é o presente que vivenciamos.

Eça de Queiroz destaca essa hipocrisia ao retratar o Conde como alguém que, em vez de se preocupar com o bem público, está bem mais interessado em manter a sua posição e os privilégios que ela oferece.

A cena em que o Conde recebe a notícia da sua nomeação é permeada de um humor ácido. Ele não demonstra, de facto, uma compreensão profunda das questões políticas que deverá enfrentar, mas sim uma preocupação com a imagem que deverá projetar.

Dando a ideia de que *ser ministro é como ser um grande ator: deve-se saber sempre qual é o papel a desempenhar*.

Assim se evidencia a sua visão superficial sobre a política. Além de tragicamente cômica, revela a crítica de Eça à política como um grande teatro, onde os atores buscam mais aplausos do que soluções, do que a representação plena e útil de um papel, prejudicando a substancialidade da ação no palco e na arena do governo público.

A escolha do Conde como ministro também serve para expor a corrupção e as alianças obscuras que permeiam ingloriamente o ministério na vigência do regime monárquico. Eça mostra que, muitas vezes, os mais inadequados são promovidos a cargos de poder, não pelas suas habilitações, não pelos seus méritos, antes pela sua capacidade de agradar e de se moldar às conveniências dos que realmente controlam as marionetes do poder. E, por vezes, reconhecamos, pelo acaso.

E por isso para alguns personagens *no governo, a habilidade de agradar é mais valiosa do que a de governar*.

Assim, a nomeação do Conde para o ministério é um exemplo brilhante da sátira – permitam-me que afirme – inigualável, de Eça de Queirós, que, através do humor e da ironia, nos convida a refletir – novamente – sobre a natureza da política, dos políticos, dos homens públicos, da condição humana.

Por isso, a obra assume-se como uma crítica atemporal, onde a escolha do Conde para exercer a pasta de ministro da Marinha ressoa como uma advertência sobre o perigo da superficialidade nas esferas de poder. Da chamada dos incapazes e dos ignorantes à grave tomada de decisão política, que a todos afeta.

Prezados Confrades

Senhoras e senhores,

Nestes breves minutos que me foram confiados, gostaria – por isso – de me referir finalmente à ideia ou às ideias a que devemos prestar atenção e cuidado e que resultam implícitas do título desta minha comunicação.

À relevância do governo da coisa pública, ao sentido de Estado, à primazia dos valores sobre a superficialidade. À perenidade sobre a brevidade. À exigência sobre o facilitismo. À honra do homem público, do homem que governa, sobre a falta de valores e de princípios.

Tudo isto sem exceção e sem adversativas está – a meu ver – profundamente relacionado com a conjuntura incerta que vivemos, com os desafios das sociedades da atualidade, com as ameaças a que as democracias têm vindo a estar sujeitas, com os tempos desafiantes que são os de hoje e em que assistimos – como nunca – à mudança acelerada, sem que, por vezes a

entendamos e sobre ela possamos intervir. Dramática e com consequências que não consigo antecipar em toda a sua dimensão.

Na atual conjuntura com um crescimento surpreendente de alguns movimentos políticos extremistas e populistas, tantas vezes com narrativas básicas e de uma boçalidade gritante – que vão ganhando a adesão de parte significativa de populações – importa – creio – reforçar a relevância das tais ideias; a da transparência na gestão da *res publica*, a da boa governação, a da escolha dos nossos melhores, ideias que devem ser fomentadas e defendidas.

E, por isso, ou melhor, também por isso os Políticos e a Política assumem – cada vez mais – um papel ímpar na preservação dos atuais sistema de governo democráticos.

Nas democracias, a probidade, a boa governação, a escolha dos melhores não são apenas critérios essenciais, mas assumem, porque garantem confiabilidade, uma assinalável relevância para vivermos em democracia plena, em liberdade.

No entanto, podemos afirmar que o judicioso e o probo exercício do poder político nem sempre é regra seguida por quem tem o encargo do governo de povos e de países.

Prezados Confrades

Senhoras e senhores,

Nestes tempos tão incertos que nos calhou viver temos algumas certezas, mais ou menos firmes, seguramente algumas hesitações e, creio, muitas dúvidas e preocupações e, por isso, quando refletimos sobre a Política estamos igualmente a refletir sobre a qualidade das nossas democracias, a subsistência e a capacidade de resiliência dos regimes democráticos tão sujeitos, nos dias que correm, a tensões, testes de stress, ataques, calúnias.

Por isso, a Política e, assinalo, o Parlamentarismo são tantas vezes desprezados e atentemos à dimensão dos efeitos reputacionais que esse desprezo terá sobre a democracia liberal.

Deste modo, esta minha intervenção tem como objetivo tentar demonstrar – se possível – a íntima e a perfeita ligação entre o papel que representa a escolha dos nossos melhores para o governo da *res publica* e, simultaneamente, o efeito colateral positivo que tal tem na capacidade de manutenção dos regimes democráticos que não podemos permitir que falhem aos nossos concidadãos.

Senhoras e Senhores,

Permitam-me que conclua com uma última citação desta obra magistral de José Maria Eça de Queiroz quando o nosso Conde afirma, solenemente, referindo-se a Moçambique, uma das nossas – à época – possessões ultramarinas, que no dia 25 deste mês, ontem mesmo, comemorou os 50 anos de independência, que esta colónia se encontraria na costa ocidental de África.

Censurado e satirizado pelos Deputados na Câmara afirma sem temor o nosso mui ilustre e novel ministro da Marinha, e cito:

Que fique na costa ocidental ou na costa oriental, nada tira a que seja verdadeira a doutrina que estabeleço. Os regulamentos não mudam com as latitudes!

O absurdo. O ridículo. O abjeto. O descomprometimento. A petulância. O atrevimento da ignorância que é sempre arrogante.

É sobre este fraco personagem que o ainda mais fraco e bajulador narrador e secretário dirige à Condessa Viúva uma mensagem, em parte, do seguinte teor:

À Ex.ma senhora Condessa D'Abranhos

Minha Senhora: Tive, durante quinze anos, a honra tão invejada de ser o secretário particular de seu Ex.mo Marido, Alípio Severo Abranhos, Conde d'Abranhos, e consumo-me, desde o dia da sua morte, no desejo de glorificar a memória deste varão eminente, Orador, Publicista, Estadista, Legislador e Filósofo.

V. Exa, Senhora Condessa, ergue-lhe neste momento, no cemitério dos Prazeres, um mausoléu comemorativo, onde o cinzel do escultor Craveiro faz reviver a nobre figura do Conde.

Respeitosamente me arrojio, senhora Condessa, a imitar o piedoso ato de V. Exa, e neste livro – como o artista esculpiu no mármore o seu invólucro físico – eu pretendo reconstituir o seu ser moral. A estátua é assim completada pela biografia: na pedra, as gerações contemporâneas poderão contemplar a grandeza da sua atitude e a expressão do seu rosto; no livro, admirar-lhe-ão a elevação do espírito e a retidão da alma.

Como hoje, o *yes minister* desprovido de sentido de Estado e, até, do mínimo de bom senso. Ridículo quanto patético. Mediocre quanto repugnante.

Prezados Confrades

Nesta equação, todos seremos conclamados a enfrentar com coragem as exigências do nosso tempo tão incerto e a empenhar-nos em defender a Política e o supremo encargo do governo da coisa pública – com firmeza e bom senso – e a nossa veneranda Academia Internacional da Cultura Portuguesa, também pelas atribuições que lhe estão legalmente cometidas é nesta equação absolutamente indispensável, por ser livre para pensar e refletir sobre o nosso futuro adveniente.

Tal como José Maria Eça de Queiroz, português ilustríssimo, que hoje nesta sessão académica tão justamente homenageamos.

Muito obrigado!

A POLÍTICA NACIONAL E AS RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS VISTAS POR EÇA DE QUEIROZ

Maria Regina de Mongiardim
Presidente da Academia Internacional da
Cultura Portuguesa

Senhores Académicos, Senhores Professores,
Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, quero agradecer:

- Ao Senhor Professor Doutor Ricardo Ramos Pinto, pela sua ilustre presença e por nos ter disponibilizado “a sua casa” para realizarmos esta conferência;
- Ao Professor Doutor Nuno Canas Mendes por nos ter aberto a porta deste Instituto, e por ter aderido tão prontamente a este projeto e se ter envolvido nele, ao ponto de ser um dos conferencistas;
- Ao Professor Doutor José Fontes, Académico de Número da AICP, sempre pronto a participar e a colaborar com a nossa Academia;
- Àqueles que, colateralmente, contribuíram para a realização desta conferência;
- E a todos os presentes, aqui ou online, pela demonstração do seu interesse, e pelo incentivo aos nossos esforços na dignificação do nosso património cultural.

A ideia desta conferência nasce de um desafio da Assembleia da República. Em dezembro do ano passado, o nosso Parlamento convidou a AICP a associar-se aos eventos que se realizariam no quadro da concessão de Honras de Panteão Nacional a José Maria Eça de Queiroz, mestre da palavra e da observação crítica, cuja obra inquietante, permanece viva e atual.

Os nossos dois conferencistas, iminentes académicos e ilustres intelectuais, propuseram-se revisitar a obra desse grande vulto da literatura portuguesa, que foi Eça de Queiroz, e extrair dela os aspetos mais paradigmáticos sobre o seu pensamento político-social, e sobre a sua visão acerca das instituições, da diplomacia, dos países e do mundo de oitocentos.

Nesta conferência, não iremos debruçar-nos sobre matéria literária desse notável romanista, mas, antes, sobre o escritor, que fez da literatura um retrato incómodo de Portugal; o intelectual visionário, que desafiou o *status quo*; o cronista, que denunciou as contradições

e hipocrisias de uma sociedade em crise; o diplomata, que analisava as relações de poder entre as potências e os modelos da moderna civilização, e usava a escrita como instrumento transformador e modernizador de um Portugal arcaico e fora do seu tempo.

Ao longo da sua obra, Eça de Queiroz expôs com ironia e coragem as mazelas da sociedade portuguesa da época, dominada pelo imobilismo, pela hipocrisia moral, pelo excessivo poder da Igreja, pela corrupção política, pelo carreirismo e incompetência, o provincianismo e a retórica vazia.

Os seus romances não são uma denúncia fátua dos maus costumes da sociedade portuguesa, mas uma análise esmerada e implacável dos mecanismos sociopolíticos, que mantinham o atraso, a desigualdade e uma situação de decadência. São igualmente uma forma literária de combate ao atraso, à mediocridade, ao obscurantismo, ao clericalismo, ao provincianismo, ao moralismo hipócrita, ao parasitismo político e ao servilismo cultural.

No plano da diplomacia, Eça, tendo sido cônsul em Havana, Newcastle, Bristol e Paris, fez um diagnóstico acutilante da prática diplomática – palco de encenação, pompa, vaidade e ineficácia –, e de Portugal e “das altas figuras da nação”, que acusou de terem uma política externa feita de aparências, em busca de prestígio em reuniões e celebração de tratados inúteis, enquanto negligenciavam a grave situação interna do país, pautada pela miséria, o analfabetismo, e a má distribuição de terras e de riqueza.

Mais do que um romancista, Eça de Queiroz foi um observador realista e penetrante da sociedade do seu tempo, um crítico mordaz dos costumes, das instituições e da hipocrisia reinante no século XIX. Com uma prosa elegante, moderna e irônica, ele quis transformar a literatura num instrumento de reflexão e de transformação do Estado e seus representantes.

A sua crítica não foi panfletária. Foi verdadeiramente literária, construída na narrativa, na descrição das personagens, nas entrelinhas de cada ironia e exposição de cada cena.

Ao juntar literatura e diplomacia, Eça de Queiroz assumiu uma forma singular de atuação política, visando reformar Portugal por dentro, para o modernizar, posicioná-lo de forma digna no cenário internacional e libertá-lo da submissão diplomática perante as grandes potências (Mapa Cor-de-Rosa).

Se nos adentrarmos em obras como *Os Maias*, *O Primo Basílio* ou *O Crime do Padre Amaro*, reconhecemos não apenas o génio estilístico de Eça de Queiroz, mas, sobretudo, a atualidade dos temas que abordou: a decadência das elites, a corrupção, o carreirismo político, a vacuidade dos discursos políticos e a incompetência dos seus agentes, a problemática da educação e a desigualdade do papel da mulher.

Já na frente externa, são *As Cartas de Inglaterra*, *Ecos de Paris*, e documentação avulsa, como Cartas Diplomáticas e Relatórios Consulares, que mostram bem essa aliança, bem conseguida por Eça, entre a sua dimensão literária e a ação política, sempre sagaz, realista e interveniente.

Esta conferência proporciona-nos uma excelente oportunidade para observarmos o legado queiroziano, no cruzamento da crítica com a história, a política, a sociologia e a diplomacia.

Mais do que uma homenagem, esta iniciativa permite-nos uma reflexão inexcusável num tempo em que as tensões sociais e políticas, desafiam a ética, a justiça, a consciência coletiva e o desenvolvimento.

Num tempo, também, em que a leitura de obras literárias, ricas em estilo e conteúdo, tende a ser substituída por mensagens nas redes sociais, mal escritas e eivadas de ressentimentos e discursos de ódio.

Que durante estes momentos possamos, não só homenagear o escritor, mas também pensar o mundo atual, à luz da sua obra crítica, analítica e construtiva.

A todos, muito bem-vindos! Que tenhamos uma tarde rica em ideias e debate.

Muito obrigada.

SOBRE A FRONTEIRA MARÍTIMA DE PORTUGAL¹

Maria Regina de Mongiardim
Presidente da Academia Internacional da
Cultura Portuguesa

INTRODUÇÃO

Portugal, ou a nação portuguesa, só pode ser compreendido pelo (e através do) Mar. Pensar o Mar - essa enorme massa de água que quase nos cerca -, conduz-nos aos primórdios da nacionalidade, à concretização da independência de Portugal, à definição do território nacional, à edificação do Estado, à construção da Nação, à sua afirmação internacional e à sobrevivência do Estado-nação, passados que foram 9 séculos sobre o seu nascimento.

É no mar que se funda a nossa independência, a legitimidade soberana de Portugal e o seu reconhecimento internacional, como país livre e independente, necessário aos equilíbrios políticos da Península Ibérica, da Europa e da região transatlântica; necessário, também, à segurança da navegação e do comércio marítimo, e à difusão, preservação e defesa dos valores da civilização ocidental.

É pelo mar que se concretiza a expansão transcontinental de Portugal, e que se alicerça a sua influência cultural, religiosa, linguística, social, económica e política em redor do mundo.

É, também, no mar onde dispomos de um dos principais sustentáculos da defesa e segurança do país, e da segurança e defesa dos nossos aliados.

E é no mar, por fim, onde podemos descortinar uma miríade de oportunidades em múltiplos setores, que vão da economia à política, da ciência à tecnologia, da medicina ao desporto, e ao lazer.

Portugal nasceu em terra – terra pequena, pouco produtiva e pobre, mas cobiçada -, e concebeu-se no mar, a que cedo se coligou e adaptou, para impedir os avanços mouros; completar, dar coerência e homogeneizar o território; criar um imaginário coletivo; desenvolver o seu comércio; recrutar auxílio externo; e para se opor a Castela, à época, a potência continental dominante.

O Mar e o seu “braço armado” - a Marinha portuguesa - acompanharam, desde sempre, a formação de Portugal.

Primeiro, como Condado, quando se separou da Galiza; seguidamente, como Reino, quando foi reconhecido pelo Papa.

¹ Comunicação proferida na Academia de Marinha, na abertura do Novo Ano Académico, em 14 de janeiro de 2025 - texto aumentado e atualizado

Depois, como Estado, quando se apropriou do território e se dotou de um poder político hierárquico centralizado, de regras jurídico-administrativas, e de fronteiras fixas, lineares, facilmente identificáveis (rede de castelos, na raia, e de cidades, no Sul).

Mais tarde, como Nação, quando conseguiu reunir a população, dispersa e diversa, sob os mesmos atributos de governação; quando lhe deu uma só língua e os mesmos costumes; quando lhe incutiu sentimentos de pertença; e quando a impeliu a virar costas à vizinhança castelhana e a direcionar-se para o mar, para seu sustento, defesa do país e descoberta de novos mundos, novas culturas e novas etnias.

Ao início, sem grandes conceptualizações sobre o “espaço territorial”, Portugal adotou as principais linhas de água como limites territoriais, face a Leão e Castela, e olhou o mar, que tomou como seu, enquanto provedor de alimentos (pesca), de riquezas (naufrágios junto à costa) e de auxílio externo contra os seus inimigos (árabes e castelhanos).

Todos os processos de demarcação e de diferenciação do reino de Portugal, feitos a partir do seu centro político, entroncaram numa demanda identitária e sua consequente afirmação, a níveis interno e externo.

DA FRONTEIRA MARÍTIMA, DESDE A FUNDAÇÃO DE PORTUGAL AOS NOSSOS DIAS

a) A formação de Portugal: ambivalência entre terra e mar

A fundação do Condado Portucalense entronca numa tradição dinástica empoderada, vinculada, por delegação de funções, ao reino asturo-leonês. Consumada a separação territorial, o seu reconhecimento como reino independente foi feito pelo Tratado de Zamora, de 1143.

À época, o Condado Portucalense ocupava um pequeno território de contornos imprecisos e descontínuos, composto por pequenas paróquias e pequenos núcleos urbanos de poder encastelado, que comungavam na fé católica e na vontade política de um homem, empenhado em lhes dar autonomia, frente a um poder excêntrico e longínquo, e em homogeneizar e estabilizar um novo poder político territorial. Coube essa missão a D. Afonso Henriques, herdeiro de abastados terratenentes galegos e membro de uma dinastia regional cujo poder político era reconhecido e respeitado.

Nos primórdios da construção do reino, o exercício do poder político assentava, fundamentalmente, nas relações pessoais com os senhores da terra e num municipalismo disperso, sem limites definidos, reconhecidos e perenes. Resultou daí a ocupação ou a apropriação de lugares estratégicos, fixamente estabelecidos - os castelos -, em torno dos quais se produziria o povoamento.

Tratava-se de um modelo político de poder “nuclear”, assente na propriedade rural, nos castelos, num povoamento “encastelado” e nas dioceses, que funcionavam como unidades políticas individuais. Com o andar dos tempos, este modelo de parcelamento territorial e político foi substituído pelo modelo de poder territorial contíguo e linear, graças à captura e progressiva centralização do poder político, bem como à recuperação do direito romano, que estaria na base do estabelecimento de fronteiras, da centralização do poder e da instituição do Estado.

A construção do território nacional assentou, originalmente, na coexistência e sobreposição de poderes “nucleares” e “territoriais” distintos (propriedade rural, municípios, dioceses e reino). Posteriormente, por imperativos de autonomia e segurança, frente ao espaço envolvente, aberto e desconhecido, impor-se-ia uma conceção da fronteira linear, cuja função era a delimitação clara, definitiva e jurisdicional do espaço público territorial, sustentáculo do poder político centralizado do rei.

Na confrontação com os poderes de Leão e Castela, o modelo da fronteira linear fixa permitia delimitar, com clareza, o território “rugoso” do reino de Portugal, em contraste e oposição ao território amplo e “desafogado” dos reinos continentais vizinhos. No início da ocupação portuguesa do Alentejo, na ausência de referências geográficas fixas, facilmente reconhecíveis, pontificou uma perspetiva “zonal”, mais fluída e flexível (não tanto no Algarve, onde as cidades constituíam centros de exercício e de irradiação do poder), entretanto rapidamente substituída pela fronteira linear, único garante da estabilidade e defesa do reino. Para tanto, contribuiu o regime territorial, social e tributário do Al-Andaluz, por sua vez, alicerçado no modelo perimetral das taifas, que inspirou o processo de definição e conceptualização das fronteiras nacionais.

Herança da ocupação romana, a definição do território do Condado Portucalense foi essencialmente geográfica.

As suas primeiras fronteiras foram estabelecidas no perímetro geográfico dos elementos líquidos mais relevantes da região noroeste da Península Ibérica.

Na sequência da sua separação da Galiza, em 1139, o rio Minho foi a fronteira inicial, que condensava todo o peso político, militar e económico, assumido por essa nova entidade política peninsular. Esta fronteira, conjuntamente com o rio Douro, a Sul, e com o Oceano Atlântico, a Oeste, traçava os limites originais do reino de Portugal.

Cada uma destas três fronteiras naturais tinha um significado específico e, em articulação, serviam para normalizar, homogeneizar e reforçar o poder político estabelecido, e para defender o jovem reino da pressão exercida, quer pelas forças leonesas e castelhanas, quer pela resistência árabe-muçulmana. A fronteira líquida do Norte garantia a autonomia e a independência do reino frente a Leão e Castela, sem pôr em causa a estreita relação sociocultural entre portugueses e galegos; a fronteira Sul, estabelecida no rio Douro, tinha o duplo significado de servir de tampão ao avanço dos reis mouros, e de proporcionar o avanço da Reconquista e o aumento do território do país; e a fronteira Oeste, o Atlântico, sustentava as populações ribeirinhas, facultava as relações com outros povos, para comerciar e desbravar terrenos desconhecidos, e alargava o horizonte político-estratégico dos monarcas portugueses. Esta fronteira natural do mar aberto, de nítidos contornos, merecia ainda pouca atenção, já que os objetivos primordiais do jovem poder político português se situavam em terra, e seria em terra que eles se iriam desenvolver, primeiramente.

Numa sociedade predominantemente agrícola, o aproveitamento do mar era limitado, se bem que não fossem desconhecidas ou desperdiçadas as suas capacidades, nomeadamente, em termos defensivos. A primeira batalha naval contra os mouros deu-se no reinado de D. Afonso Henriques, em 1180, ao largo do Cabo de Espichel. Também durante o cerco de Lisboa, em 1147, D. Afonso Henriques pôde dispor do auxílio dos Cruzados, por mar, para conquistar, aos

mouros, a “pérola do Tejo”. Há ainda relatos históricos que dizem que D. Afonso III já tinha constituído uma esquadra ancorada em Lisboa, cabendo embora a D. Dinis conferir-lhe o estatuto de instituição militar ao serviço do reino, nomeando Nuno Fernandes Cogominho, como almirante da marinha real. À sua morte, sucedeu-lhe, por contrato, o genovês Manuel Pessanha, em 1 de fevereiro de 1317, portador dos conhecimentos da prestigiada escola marítima genovesa. Com ele vieram para Portugal mais 20 navegadores genoveses.

D. Afonso Henriques pertencia a uma linhagem familiar francesa, mas não descurou as suas ligações a Inglaterra, o que lhe permitiu angariar auxílios externos à sua governação. Essas influências, presentes também na sua educação, conferiram à sua personalidade e ao seu exercício de poder características de maritimidade.

O poder político português, enclausurado entre a barreira inexpugnável do Atlântico, o limite geopolítico do rio Minho e uma extrema leste, mal demarcada, insegura, cobiçada e militarizada, só cruzando o rio Douro, em direção a Sul, podia perspetivar o avanço da Reconquista e o aumento do território do reino. Por isso, o rio Douro, de fronteira geográfica, fixa, havia de se converter numa fronteira ofensiva, em movimento, legitimada por Roma e pelas conceções políticas e religiosas da Reconquista.

Para o Pontífice, o reconhecimento do novo reino peninsular católico, pela Bula *Manifestis Probatum*, de 1179, significava a legitimação de um novo poder territorial dinástico na Península Ibérica, que contribuiria, tanto para o reforço da fé católica, do movimento da Reconquista e do poder universal da Igreja, como para o equilíbrio político peninsular.

Nesses tempos, o mar ainda não tinha a importância geopolítica e geoestratégica que haveria de ter mais tarde. A sua importância era assessoria e complementar, porque o esforço principal se situava em terra, no seu interior e na dupla direção Sul-Este.

b) A emergência do significado da fronteira marítima

Nascido da Reconquista, Portugal encarou à partida o mar como uma fronteira natural, um “dado adquirido” da sua geografia, que, por ser rota de passagem dos Cruzados, adquiriu o duplo significado de fronteira da cristandade e de defesa contra os infiéis.

É sabido que os Cruzados, vindos da Europa do Norte (Inglaterra, Flandres e França), em direção à Terra Santa, faziam parte desse trajeto por mar, dando-lhe essa condição de fronteira marítima da cristandade. Porém, a sua participação na tomada de Lisboa, com 200 galeras, em auxílio de D. Afonso Henriques, ao assinalar a importância do mar na construção de Portugal, conferiu-lhe a condição de fronteira de defesa da orla marítima portuguesa.

O vasto Oceano Atlântico, que, a Ocidente, delimita o território nacional de Norte a Sul e a Sudeste, foi, desde os primórdios da nacionalidade, uma “barreira limite” bem definida, progressivamente encarada como a única fronteira do reino português não negociada e perene, que a natureza, a geografia e a crescente centralidade política, punham ao seu serviço as condições para se afirmar na Península Ibérica e na Europa, e perante Roma e o mundo árabe-muçulmano.

Não obstante a falta de mapas e uma informação limitada da geografia do reino, no Portugal de duzentos, o mar começava a adquirir dimensão geopolítica, geoeconómica e geoestratégica, funcionando como uma frente ativa no seu desenvolvimento económico e comercial, e como

retaguarda das decisões político-diplomáticas dos monarcas portugueses. O mar significava já um fator preponderante da sua defesa, que compensava a vulnerabilidade da sua fronteira terrestre.

Estas circunstâncias podem intuir-se, facilmente, nos circuitos comerciais marítimos entre Portugal, o Norte da Europa e o Mediterrâneo, nas ligações familiares cruzadas das monarquias peninsulares com outras casas reinantes europeias, e nas batalhas marítimas ocorridas junto à costa portuguesa, contra muçulmanos, corsários e saqueadores.

Tanto o comércio com o Norte da Europa, como as ligações familiares com essas monarquias, como ainda as garantias de segurança para a liberdade de navegação junto às costas portuguesas, foram fatores relevantes na sustentação da independência de Portugal, face aos desígnios aborcionistas e centralizadores de Castela e Leão.

De costas para Castela, mas frente ao mar aberto, Portugal conseguiu dotar-se dos instrumentos políticos necessários à criação e desenvolvimento de um imaginário próprio, que lhe permitiu definir-se internamente e afirmar-se externamente, e que deu ao país e ao seu corpo dinástico, um estatuto de perenidade.

A fronteira marítima, de que os monarcas portugueses cedo se apropriaram, gozava de condições físicas de perenidade, facilmente identificáveis, e de um estatuto político, estratégico, jurídico, religioso e espiritual, que encerrava todo um imaginário e uma conceptualização, porventura ainda não estruturada, da nacionalidade portuguesa e do Estado.

Envolvidos no movimento religioso, militar e político da Reconquista, mas em oposição à supremacia dos reinos continentais castelhano-leoneses vizinhos, os monarcas portugueses da I Dinastia empenharam-se em aumentar e defender o território de Portugal, do rio Minho ao Algarve, expulsando a presença moçárabe, em direção a sul, confrontando a pressão aborcionista de Castela e Leão, a leste, e definindo, homogeneizando e estabilizando o espaço territorial sob seu domínio, a partir de fronteiras geográficas, todas elas líquidas, em que só o Atlântico era mais dificilmente dominado ou franqueável.

Sobretudo em contexto de confrontação militar, era imperativo do monarca português estabelecer limites territoriais, destinados a defender o território nacional, e a definir, estabilizar e homogeneizar o espaço territorial em que era exercido o seu poder político. Essas demarcações territoriais, idealmente perduráveis no tempo, funcionavam como barreiras defensivas, se bem que o seu traçado, apoiado na geografia ou no direito de conquista, tivesse que ser juridicamente reconhecido pelas partes.

Assumido o prolongamento do território do reino para sul, com duas fronteiras físicas naturais - o rio Minho, a norte, e o Atlântico, a oeste e sudeste -, importava estabelecer uma fronteira terrestre linear e fixa, a leste, com um traçado facilmente identificável, que satisfizesse as seguintes condições:

- 1º - contribuísse para a construção do mapa mental da geografia do reino e para o estabelecimento da hierarquia do poder político que o governava;
- 2º - acautelasse a segurança das zonas de poder geograficamente mais frágeis e difusas;
- 3º - e constituísse uma barreira às investidas de Castela.

A definição do território nacional e a estabilização do assentamento do poder político nesse espaço territorial, delimitado por essas três fronteiras, de diferentes características e assentamento, eram condição *sine qua non* para o desenvolvimento das capacidades políticas,

militares, económicas, culturais e demográficas do reino. Por outro lado, o cabal aproveitamento da fronteira marítima e suas potencialidades, só poderia concretizar-se, a partir do momento em que a fronteira terrestre funcionasse nos seus múltiplos requisitos, e em que se verificasse a total estabilização do território nacional e do seu poder político.

Para os monarcas portugueses da I Dinastia, a questão das fronteiras era incontornável, revestindo a dupla vertente política nacional e internacional. Dependiam delas, não apenas, a configuração territorial do reino, o integral exercício do poder político do rei e a estabilidade da sua governação, mas, sobretudo, a própria existência e viabilidade do país, como entidade política independente e soberana.

Por óbvio circunstancialismo, os ideais de independência do reino tiveram como referência física inicial as barreiras geográficas líquidas que limitavam o pequeno território do Condado Portucalense, na sua adjacência aos territórios do poder continental leonês-castelhano e da ocupação moçárabe. Idênticos parâmetros geográficos foram usados na delimitação do prolongamento territorial do reino de Portugal, para sul (Algarve), estabelecida e reconhecida no rio Caia. À exceção da orla marítima atlântica, sem “senhorio” que questionasse a sua propriedade, só o contorno terrestre do reino, traçado com o auxílio da geografia e em diferentes tempos e troços, foi passível de guerras, negociação, reconhecimento e legitimação pelo reino castelhano vizinho.

Para o Portugal medievo, o mar serviu de contraforte geopolítico à fronteira terrestre, mais imprecisa, vulnerável e conflituante, socorrendo como barreira perante investidas dos inimigos externos, fossem eles muçulmanos, castelhanos ou simples saqueadores. Ajudou, também, como porta de acesso a ajudas externas, na defesa do reino contra a pressão de Leão e de Castela. O Oceano Atlântico consistia na mais robusta e perene barreira física, difícil de dominar ou disputar, mas capaz de oferecer muitas oportunidades a quem o enfrentasse.

Dada a contiguidade geográfica e a sua “obrigada familiaridade”, Portugal via o Atlântico, não tanto como uma barreira inexpugnável, mas como uma via de autoafirmação e um espaço de libertação das tensões territoriais.

Poderíamos pensar que os dirigentes políticos dessa época (Idade Média) eram desprovidos de pensamento estratégico.

Não acredito que assim fosse, pois sabe-se que os acontecimentos históricos formaram parte de um processo em *continuum* no tempo, desde os que estiveram na base da fundação de Portugal, aos que possibilitaram o aumento do território e permitiram a definição das suas fronteiras, e àqueles que projetaram o país para o exterior.

Os monarcas da I Dinastia idealizaram um país e delinearam uma estratégia para o conseguir. Essa estratégia, porventura, ainda não estaria sistematizada, mas, tanto os seus objetivos, quanto as suas ações, foram transmitidos de pais para filhos, de geração em geração, de forma a darem continuidade aos seus projetos políticos e assim atingirem os objetivos traçados.

Pode assim dizer-se que estes monarcas (uns mais do que outros) tinham um ideal de país, e que todos lutaram por esse ideal: a independência do reino frente às *Hespanhas*, a sua autonomia com relação à Igreja de Roma (nacionalização das Ordens Militares e redução das propriedades da Igreja, a favor do tesouro real, que haveria de sustentar a expansão marítima), a sua identidade cultural diferenciada (imposição do português na administração pública do

reino), a coesão nacional (conseguida por via da uniformidade religiosa, da criação da moeda, do recrutamento militar e da participação popular nos destinos do país, mediante a instituição dos “homens livres” e das Cortes), e a viabilidade do reino, graças ao desenvolvimento comercial e económico, e à sua afirmação internacional.

As decisões destes monarcas não foram casuísticas. Pelo contrário, elas convergiram na concretização desse ideal de país, conferindo-lhe perpetuidade e uma representação física do espaço territorial ocupado, facilmente identificável, através das suas fronteiras marítima e terrestre. Melhor definida a primeira, do que a segunda.

Portugal foi, efetivamente, o primeiro país do mundo com um território bem delimitado por fronteiras fixas, reconhecidas, com um poder político estabilizado e autónomo, e com uma população identificável e coesa.

Um marco importante desta evolução histórica, situá-lo-emos nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, quando Portugal completou o desenho das suas fronteiras marítima e terrestre, e lançou os alicerces para a formação da Nação e para a construção do Estado.

Com D. Afonso III, o reino de Portugal estendeu-se às terras do Algarve, cuja posse foi legitimada pelo Tratado de Badajoz, celebrado com o reino de Castela e Leão, em 1267. A posse efetiva do Algarve prolongou a fronteira marítima de Portugal, completou e deu coerência ao território nacional, conferiu consistência à sua estratégia de defesa, e permitiu a inserção do país nas rotas marítimas que ligavam o Atlântico ao Mediterrâneo. Com D. Dinis, a definição do território nacional ficou definitivamente concluída, com o remate da fronteira terrestre feito pelo Tratado de Alcanizes, celebrado com Castela e Leão, em 1297.

Aliada a um prolongado período de paz, esta delimitação definitiva do território do reino permitiu a criação de instrumentos políticos, económicos, culturais, jurídicos, administrativos e militares, sobre os quais seriam edificados o Estado e a nação.

Sem aparentes intenções de conquista territorial na Península, D. Dinis privilegiou a segurança e defesa na fronteira terrestre; a centralização do seu poder, mediante a reunião de todos os elementos territoriais, populacionais e administrativos; e o aproveitamento da fronteira marítima, colocando Portugal no epicentro dos interesses económicos e comerciais dos reinos do Norte da Europa, inserindo-o nas rotas atlântica e mediterrânica, e na competição dos mercados. Com a instituição da marinha, a construção de portos e a capacitação das cidades da orla atlântica do reino, com Lisboa erigida como capital do reino, D. Dinis deu maior consistência à fronteira marítima, reforçando a fronteira terrestre, e abriu portas à expansão marítima dos portugueses. A partir de então, o controlo do mar ribeirinho e da orla costeira tornou-se uma realidade.

Tal como terá sido concebida, a representação geográfica do território nacional, em forma de retângulo, desenvolvia-se de norte para sul, paralela à faixa atlântica, em oposição à massa continental dos territórios castelhanos.

Este território retangular, “rugoso”, delimitado jurídica e politicamente pela geografia terrestre, e melhor definido pela sua orla marítima, tem maior comprimento do que profundidade, pelo que a faixa atlântica acabaria por se impor como o maior, mais preciso e mais estável fator de representação do território nacional.

O mar que banha as nossas costas foi, desde sempre e em simultâneo, o maior desafio e a maior defesa de Portugal.

Esse vasto horizonte líquido, sem “senhorios” e de potencialidades quase ilimitadas, tornar-se-ia, ao longo da História, o “destino manifesto” dos governantes e da população portugueses, com influência na política, na cultura, na identidade, na economia, na defesa, na segurança e nas relações internacionais.

À medida que o reino de Portugal se ia consolidando territorial e politicamente, tanto no plano da Reconquista, como no quadro peninsular contra Castela, através do estabelecimento e fixação da fronteira terrestre, como a nível interno, a fronteira marítima adquiria novos e mais amplos significados: de fronteira religiosa e de defesa, passaria a significar, também, fronteira de afirmação identitária, fronteira de segurança e defesa, fronteira comercial e económica, fronteira de difusão da fé católica, e fronteira política de expansão universal e de projeção de poder.

Internamente, a fronteira marítima, além de prover às necessidades da alimentação e do comércio, exercia atração sobre quase todos os estratos da população, dos mais humildes (pescadores e artífices) aos mais poderosos, com senhores e burgueses a disputarem os proventos vindos do mar. Data de 1220 ou 1223, a primeira legislação do *ius naufragii* sobre os direitos dos tesouros de naufrágios na costa portuguesa, bem reveladora dessa atenção.

A demanda, no Norte da Europa, de produtos agrícolas e de luxo, seria responsável pelo crescimento do comércio marítimo, com nobres e burgueses a competirem nesse comércio.

Externamente, a fronteira marítima tornou Portugal um “país de serviço” das monarquias do Norte da Europa, ao garantir a segurança do comércio marítimo contra o corso e a pilhagem.

O mar sempre desempenhou uma função económica e social, mas, simultaneamente, um fator de atração e agregação das populações, que procuravam na orla marítima parte do seu sustento, e nas suas costas, um bom local para o seu assentamento. É junto ao litoral e na desembocadura dos rios que se concentra o maior volume populacional e o maior número de vilas e cidades.

O mar desempenhou sempre, também, uma via privilegiada de comunicação, relações e trocas com outros povos e outras culturas, e um itinerário de exceção para a guerra e a conquista. É, por isso, considerado, por países e territórios marítimos, um “espaço natural próprio” de defesa e segurança.

O mar foi igualmente considerado o trajeto preferencial, mais rápido e direto, para o comércio distante e de grande tonelagem, para a deslocação de armadas, com fins guerreiros ou de coação, em direção a países ribeirinhos e adjacentes, para a descoberta de novos povos e novos mundos, e para a exploração e comércio de novos produtos requeridos pela própria evolução das sociedades.

c) Na expansão de Portugal

Quando Portugal garantiu e consolidou a sua independência relativamente a Castela e estabilizou o seu território e o seu poder político, virou-se para o exterior. Primeiro, no rescaldo de uma Reconquista tardia, para Granada, e séculos mais tarde, com D. Sebastião, para o Norte de África, o que se revelaria fatal. Seguidamente, para o mar aberto que tinha pela frente, o “mar sem fim”, que Fernando Pessoa disse ser português.

Como bom estratega, D. Dinis providenciou essa viragem para o mar, com a criação da Marinha, a nomeação do 1º almirante, o genovês Manuel Pessanha, e a plantação do Pinhal de Leiria. Este Pinhal não servia apenas para sustentar as areias que danificavam as culturas; ele fornecia a madeira necessária à construção dos navios que haviam de sulcar o Atlântico.

Com a instituição da Marinha – a mais antiga da Europa –, a construção de portos, a capacitação das cidades da orla atlântica do reino, e Lisboa erigida como capital, D. Dinis deu maior consistência à fronteira marítima, reforçando a fronteira terrestre, e abriu portas à expansão marítima dos portugueses. As instâncias do rei junto do Papado, parte dos rendimentos dos bens da Igreja passaram a reverter para o desenvolvimento da Armada portuguesa.

Obtido o controlo do mar ribeirinho e da orla costeira, a incursão de navios portugueses no Norte de África tornou-se uma realidade, dando início às tentativas de Portugal na grande empresa da sua expansão marítima.

A necessidade de desbravar o mar, de descobrir novas rotas para aumentar e facilitar o comércio com os reinos da Europa do Norte, de aceder aos produtos mais requisitados, reduzindo a intervenção de intermediários, e de criar condições de segurança da navegação, estiveram intimamente associados à consolidação do Estado, da marinha, enquanto instituição, e à própria centralização do poder real.

Contrariamente à percepção da fronteira terrestre, mais tardia e abstrata, menos definida e descontínua, o Atlântico permitia uma percepção do espaço mais concreta, contínua, aglutinadora e ampla.

Frente ao mar, os portugueses tinham ante si uma fronteira física, natural e perdurável no tempo, sem interrupções ou escaramuças pela sua propriedade, proporcionando-lhes um imaginário comum, ao contrário da fronteira terrestre, partilhada com o inimigo castelhano, configurada como uma linha intermitente, pontuada a espaços por castelos, fortalezas ou cursos de água, que funcionavam como referências do exercício e organização do poder territorial, só politicamente estabelecido.

Entre estas duas fronteiras paralelas, a marítima e a terrestre, só a primeira representava um elemento físico, real, em que toda a comunidade nacional se revia; pelo contrário, a terrestre, arrastava consigo um rosário de guerras, traições, ameaças e de confrontação com o “outro”, sempre beligerante e hostil. Pela sua imensidão e horizontes desconhecidos, o mar podia provocar medo e respeito, mas os inimigos castelhanos ou mouros, se bem que provocassem medo, não provocavam respeito.

Graças à pequena profundidade do território nacional e às migrações internas, a população portuguesa adquiriu facilmente uma identidade marítima. A miscigenação com pescadores algarvios, mais habituados à faina marítima e a aventurarem-se mar adentro, facilitou a aquisição dessa identidade.

Mar sem dono, que não o rei de Portugal, o Atlântico e o seu fascínio acabaram por atrair os portugueses a abrir novas rotas, para além do Norte de África, em direção a outros mares e continentes longínquos, para aí se estabelecerem, comerciarem, criarem raízes económicas, políticas, culturais e familiares, e darem início àquilo que se considera ter sido o primeiro ensaio da globalização.

O mar não era, propriamente, desconhecido dos portugueses. Avultavam já conhecimentos marítimos e documentação vária sobre o papel da Península Ibérica, enquanto encruzilhada e local de estacionamento das frotas marítimas vindas do Mediterrâneo e do Norte de África, que cruzavam o Estreito de Gibraltar, quer para comerciar, quer para aqui se estabelecerem. Assim aconteceu com Fenícios, Cartagineses, Romanos, e com povos muçulmanos, árabes e mouros.

Se bem que ainda rudimentar, o conhecimento do mar e das suas potencialidades, pelos monarcas portugueses, foi adquirido sucessivamente por via dos contactos com os reinos mediterrâneos, mais avançados em matéria de navegação.

Graças ao prestígio dos seus comerciantes e navegadores, e à intuição estratégica do Infante D. Henrique, Génova tornou-se centro de recrutamento de navegadores experimentados e epicentro da aquisição de conhecimentos marítimos teóricos e práticos, pela Escola de Sagres, o que constituiu um ponto de viragem na estratégia marítima dos reis portugueses.

A dinâmica comercial europeia, as consequentes necessidades de ouro e de produtos de luxo para comerciar no Norte da Europa, e as crescentes dificuldades do trânsito comercial na “Rota da Seda” e no Mediterrâneo, devido à expansão árabe-muçulmana, empurraram, definitivamente, Portugal para o mar.

A expansão marítima de Portugal, na II Dinastia, conheceu o seu máximo expoente nos reinados de D. João I, de D. Duarte, do príncipe regente, D. Pedro (D. Afonso V, ainda menor), de D. João II e de D. Manuel I.

Pela sua estratégia marítima, de pendor universal, D. João II inaugurou a chamada “*era gâmica*”, tal como foi apelidada pelo historiador britânico Arnold Toynbee. Confrontada com a ambição dos Reis Católicos, esta estratégia culminaria na divisão do mundo em dois hemisférios repartidos entre Portugal e Espanha.

Seguiu-se-lhe D. Manuel I, que, graças ao seu engenho político e arte administrativa, ergueu o primeiro Império do Comércio Mundial. D. Manuel intitulava-se “Senhor do Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia”.

D. João III deu continuidade a esse projeto com o Império Português das Índias.

A partir de então, as políticas imperiais portuguesas sobre os novos espaços marítimos e terrestres conquistados, desfizeram-se de mitos e lendas, que povoavam os mares de monstros e de fenómenos inexplicáveis, abrindo caminho para a expansão da fé católica.

A expansão marítima de Portugal teve como substrato espiritual inicial a difusão do catolicismo nos territórios descobertos de África, Índia, Malásia, Timor, Macau, Japão, China e Brasil, dando, assim, maior legitimidade, consistência e amplitude à fronteira marítima religiosa.

Porém, a procura de objetos preciosos para comerciar conferiu-lhe uma natureza materialmente mais consistente, politicamente dominante. A fronteira marítima já não era apenas natural, geográfica e religiosa, era, acima de tudo, comercial e estratégica. Simultaneamente, tornava-se também um fator de identidade da comunidade portuguesa.

Ao ser monopolizada e nacionalizada pela Coroa, a expansão conferiu à fronteira marítima os mesmos atributos do Estado.

Com as rotas oceânicas, a fronteira marítima de Portugal - fronteira líquida em expansão, impulsionada pelo homem - tornou-se uma projeção de poder e de influência geopolítica, ao mesmo tempo que adquiria atributos de exploração, de avanço das técnicas e teorias da navegação, de sinalização (padrões) e apropriação territorial, bem como competências comerciais, económicas, políticas, militares (defensivas e ofensivas), culturais e religiosas.

Tratava-se de uma fronteira marítima de natureza global, que absorveu, extraterritorialmente, todos os atributos da soberania e da nacionalidade portuguesas, a que nenhum outro poder podia fazer-lhes frente, mas que influenciava as condições de segurança e defesa de outras nações, especialmente as ribeirinhas.

Os Descobrimentos produziram uma perceção espaço-temporal global, baseada numa fronteira natural de alcance ilimitado, que permitiu a Portugal, com o apoio da Cúria Romana, arrogar-se no poder monopolista do *mare clausum* e do *mare nostrum* (1443 e 1446).

Este poder só seria condicionado pelos Tratados de Alcáçovas-Toledo (1479) e de Tordesilhas (1494), com o reino de Espanha, que não impediam, no entanto, os intercâmbios, por via marítima, de produtos materiais e de fatores culturais nacionais e alienígenas, ou os benefícios do poder político e militar extraterritorial português, extensivo a áreas de influência em quase metade do universo.

Com a fronteira marítima em movimento e expansão - uma empresa financiada e planeada pela Coroa, por conseguinte, de âmbito exclusivamente estatal -, os espaços de soberania portuguesa alargaram-se e adquiriram traços multiculturais e multiétnicos, que se agregavam aos fatores político-estratégicos já incorporados na mente dos governantes.

De natureza geográfica, que definia, com precisão, grande parte do perfil do território nacional, o mar tornou-se referência de uma especificidade lusa, património cultural da população portuguesa e fator da sua identidade. Uma identidade forjada no medo, no mito, na lenda, na necessidade e nas experiências mais ou menos felizes, mais ou menos trágicas do povo português, “recriadas” em cada período da história de Portugal, com sentido político próprio específico, consoante as circunstâncias.

Esta faceta cultural do mar, ou, mais precisamente, da fronteira marítima portuguesa, tem-se refletido em múltiplas e diferentes manifestações.

Desde os primórdios da nacionalidade, o mar tem sido motivo de inspiração artística.

Na literatura, por exemplo, encontramos belas obras de trovadores, poetas e prosadores, que glosaram o mar, o seu misticismo, a sua beleza, o seu fascínio, a sua generosidade, mas, também, os seus perigos e a sua impiedade. Íntimo dos portugueses, o mar costeiro provocava sentimentos contraditórios e ambivalentes: a origem de tudo, a fecundidade e a vida, mas, também, a distância, o desastre e a morte.

Com os Descobrimentos, essa ambivalência tornou-se realidade quotidiana, fruto de uma vivência coletiva. O mar que transportava os homens para novos mundos e terras desconhecidas, era também aquele que separava famílias e amigos. O mar que trazia especiarias, tecidos, pedras e metais preciosos, era também aquele que provocava naufrágios, o desespero e a morte.

Luís de Camões, com a sua epopeia *Os Lusíadas*, e, séculos mais tarde, Fernando Pessoa, com a *Mensagem*, o poema “Mar Português” e a “Ode Marítima”, do seu heterónimo Álvaro

de Campos, ou Sofia de Mello Breyner, são os expoentes máximos da literatura portuguesa, inspirada nesse fascínio do mar.

Foi o mar que nos pôs em contacto com outras civilizações e outras culturas, com as quais trocámos produtos, experiências e saberes.

Com muitas dessas sociedades – hoje, países independentes - comungamos da mesma circunstância marítima, fator da respetiva identidade, que nos aproxima e que, através da língua portuguesa comum, sinaliza esse utópico “Oceano Moreno”, de que falava o Professor Adriano Moreira.

Foi através do mar que Portugal forjou a sua vocação universalista, profusamente ilustrada na nossa história e também utilizada por vários governantes, até aos nossos dias.

Por tudo isto, intitulamo-nos (a Portugal) “país de marinheiros”.

Porque, é neste mar que nos reconhecemos e nos reconhecem, como comunidade nacional, portadora de uma identidade própria, diferenciada.

É neste mar e nesta fronteira, que residem muitos dos fatores geopolíticos e geoeconómicos, que fazem de Portugal uma média potência, a dever ser tida em conta no delinear de políticas internacionais e decisões das grandes potências.

O Oceano e o Mar são uma verdadeira imagem de marca de Portugal.

Independentemente de outros considerandos, a fronteira marítima portuguesa reveste múltiplos significados, que se foram agregando e adaptando ao longo dos séculos, e um vasto leque de competências e funções, que não se restringem ao exercício da soberania e não se esgotam nas águas territoriais e jurisdicionais portuguesas (ZEE e plataforma continental e marítima), mas convocam países amigos e aliados, e dizem respeito ao ecossistema do mundo em que vivemos: o Antropoceno.

Por todas estas razões, também os desafios e ameaças a que a fronteira marítima de Portugal está exposta são mais elevados, particularmente, num tempo de grandes alterações políticas, geopolíticas, económicas, sociais, científicas e tecnológicas mundiais, tendencialmente pouco pacíficas.

d) Na perda da independência de Portugal

Voltando atrás na história e aos atributos imperiais da fronteira marítima portuguesa, a perda de independência do país, durante o período filipino (1580-1640), repercutiu-se drasticamente nesses mesmos atributos e na sua universalidade.

A fronteira multio-ceânica, até então dominada por Portugal, tornou-se alvo das potências inimigas de Espanha. A derrota da Invencível Armada, em 1588, constituiu como que o golpe de misericórdia ao poder naval espanhol, arrastando na sua derrocada o poder marítimo universal português.

Na perspetiva dos inimigos de Espanha, Portugal deixara de ser um país soberano, tornando-se pertença da coroa espanhola, pelo que os ataques militares de que foi alvo contribuíam para enfraquecer ou derrotar o poder espanhol.

Onde quer que estivesse estabelecida, a fronteira marítima portuguesa foi assimilada à fronteira marítima espanhola, tornando-se objeto da inimizade e dos ataques das grandes potências do Norte de Europa.

e) Na competição desigual com as grandes potências

No início do séc. XVII, com a emergência de novas potências navais europeias (Holanda, Inglaterra e França), o Atlântico perdeu o estatuto de *mare nostrum*, estabelecido por Portugal e readquiriu o estatuto de *mare liberum*, doravante imposto pela Holanda, abrindo-se de novo à competição comercial, económica, política e naval entre as potências.

À luz desta doutrina, aplicada a todos os mares e a ser seguida por todos os “príncipes e povos livres da Cristandade”, Portugal perdia os direitos de descoberta, ocupação, doação pontifícia, conquista e aquisição por prescrição.

Apesar de todas as limitações, a fronteira marítima de Portugal manteve as características de fronteira comercial, económica e de afirmação política, à escala multio-ceânica, graças aos territórios ultramarinos que ainda detinha, todos eles de condição marítima.

Em todo o caso, a expansão do comércio marítimo das potências do Norte da Europa ditou o declínio da antiga soberania sobre os mares dos velhos e decadentes impérios da Península Ibérica.

Para cúmulo, a Reforma e o Cisma na Igreja, ao provocarem a perda da autoridade universal do Papa, tornaram nulas as bulas sobre os direitos dos portugueses nas terras e mares por eles descobertos.

f) No declínio do poder político imperial de Portugal

Já depois de recuperada a independência - com o auxílio de Inglaterra -, Portugal viu-se alvo da cobiça britânica, que, através da promulgação do Ato de Navegação, em 1651, também conhecido por “Pacto ou Sistema Colonial”, levou à perda do monopólio do comércio com o Brasil a favor da Inglaterra.

A partir de então, Portugal começou a ser pressionado, também, para pôr fim à escravatura e ao tráfico de escravos, comércio em que se apoiava a produção de riqueza do Brasil.

Era um facto incontornável que Portugal, a nível internacional, deixara de ter capacidade e poder político para conferir à sua fronteira marítima, alargada, as competências outrora exercidas.

Esta espécie de “cerco” ao poder marítimo e ultramarino português tornou-se mais acentuado a partir: i) - da Conferência de Berlim de 1884/85, com a obrigatoriedade da ocupação efetiva dos territórios ultramarinos; ii) - do *Ultimatum* inglês, quando os interesses portugueses no *hinterland* africano colidiram com os interesses britânicos; iii) - da I Guerra Mundial, em que Portugal participou para salvaguardar as colónias africanas; iv) - das subsequentes conversações de paz, em que Portugal não foi chamado a estar presente; v) - do regime de Mandatos, instituído pela Sociedade das Nações; vi) - e do regime de “porta aberta” (livre acesso às matérias primas), estabelecido antes da II Guerra Mundial.

Todos estes acontecimentos históricos, que delinearam um mundo novo, lesaram os interesses de Portugal nos territórios coloniais, afetando, por conseguinte, as condições de estabilidade interna e externa da sua fronteira marítima, as suas competências e o seu significado.

Embora permanecesse uma fronteira multi-oceânica, a fronteira marítima portuguesa há muito que deixara de significar uma fronteira de expansão, uma fronteira com exclusividade no comércio marítimo internacional, ou uma fronteira cultural, militar e politicamente dominante.

Também os atributos religiosos da fronteira marítima portuguesa haviam perdido protagonismo, se não mesmo influência, a partir do momento em que diferentes ordens religiosas cristãs se estabeleceram nos territórios ultramarinos, ocupando-se da evangelização das comunidades autóctones, e em que o próprio poder político português se laicizou, com a instauração do Absolutismo e do Liberalismo, e durante as duas Repúblicas.

g) Na sequência da perda dos Impérios

Entre a perda do império do Brasil e dos impérios da Índia e de África, a fronteira multi-oceânica de Portugal acusou os efeitos da conjuntura política internacional em mudança, da pressão das grandes potências, dos confrontos ideológicos e do acosso dos movimentos de libertação nos territórios coloniais. Politicamente, tornou-se mais frágil e controversa, com relativamente poucos ganhos nos demais domínios.

No rescaldo da II Guerra Mundial e em clima de Guerra Fria, a inclusão de Portugal na Aliança Atlântica e na NATO outorgou à fronteira marítima portuguesa a condição de interesse estratégico ocidental. Independentemente do exercício da soberania portuguesa, a nossa fronteira marítima tornava-se corresponsável pela segurança e defesa do Ocidente, no Atlântico Norte, o que seria reforçado pelo Acordo das Lajes, firmado com os EUA, em 1948.

A integração de Portugal na ONU (1955) conferiu-lhe, por outro lado, uma conceptualização política mais ampla e abrangente, por força da própria natureza e vocação da Organização, das obrigações decorrentes do Direito Internacional Marítimo, do multilateralismo, e também da pressão do liberalismo ocidental.

Numa época em que o crescimento do comércio internacional promovia o agrupamento regional de países, a inclusão de Portugal na EFTA (1960) acentuou o carácter geoeconómico e geoestratégico da fronteira marítima portuguesa, mas tornou-a mais interdependente no domínio da economia mundial, e do comércio, retirando-lhe autonomia.

As adesões à CEE (1986) e a Schengen (1991), e a evolução da UE introduziram modificações importantes na conceptualização da nossa fronteira marítima, vista doravante como fronteira externa à escala europeia, submetida a regras jurídicas e a políticas supranacionais em múltiplas áreas da governação. Por força da autonomia soberana dos Estados-membros da UE em matéria de política externa e de segurança comum (PESC), a fronteira marítima portuguesa manteve alguma independência, servindo sempre, no entanto, o interesse estratégico europeu e ocidental.

Com acento tónico na cultura e na língua portuguesas, a criação da CPLP (1996) respondeu a objetivos internos e externos. Entre eles, importava fortalecer os vínculos identitários com as antigas colónias (todas elas marítimas), compensar a diluição supranacional europeia da soberania do Estado, restabelecer a ligação do país ao Atlântico Sul (uma estratégia política de duplo significado), e recuperar, por via do *soft power*, a condição multi-oceânica e a vocação universal dominante da fronteira marítima portuguesa.

Mesmo depois das independências do Brasil e das colónias portuguesas na Índia, em África e no Extremo Oriente, a fronteira marítima de Portugal nunca mais foi reduzida à sua dimensão geográfica inicial.

O projeto de extensão da plataforma continental-marítima de Portugal, em discussão na ONU, a ser aprovado, poderia, num plano idealista, significar uma espécie de retorno à fronteira marítima da época dos Descobrimentos. Tal retorno, porém, só teria expressão étnica, fator que prevalece enquanto elemento identitário da população portuguesa, reforçado pelo acolhimento de comunidades migrantes.

Sem perda do exercício de soberania, a fronteira marítima portuguesa foi-se acomodando às derivas europeia, transatlântica e internacional, por via da pertença do país às várias instituições internacionais, da abertura ao mundo após a implantação da democracia, das relações com outros Estados e do movimento da globalização, adquirindo novas competências e novos significados, e exercendo novas funções, sempre ao abrigo das regras do Direito Internacional, do multilateralismo e de competências partilhadas.

A fronteira marítima de Portugal já não é religiosa, é laica; já não é apenas portuguesa, é portuguesa, europeia e universal; já não é só do homem branco, é miscigenada; já não é culturalmente latina ou portuguesa, é multicultural; já não está só sob a alçada dos poderes político, militar e naval, obedece também à jurisprudência, respeita a responsabilidade partilhada e exerce a cooperação; já não tem apenas uma dimensão unilateral, é também do domínio multilateral; já não é apenas uma fronteira comercial e económica, é também científica, tecnológica, ambiental e sanitária.

Sem prejuízo das competências soberanas de Portugal, a fronteira marítima portuguesa já não está submetida apenas à soberania exclusiva do Estado; é interdependente, sem deixar de ser nacional, identitária e objeto do interesse vital do Estado.

Não obstante o esbatimento das competências soberanas de Portugal sobre a sua fronteira marítima, devido às regras do DI Marítimo, à partilha de responsabilidades com os seus aliados nos quadros multinacionais em que se integra, aos limitados recursos do país e às pressões internacionais das potências, a condição de fronteira histórica multi-oceânica ainda mantém acuidade, razão pela qual o poder político-diplomático se arroga no direito de invocar a vocação universal do país.

Essa condição da nossa fronteira marítima tem sido determinante no delinear da política externa do país, onde o fator histórico-cultural e o multilateralismo têm estado presentes nas suas prioridades.

Recentemente, a nossa fronteira marítima tem funcionado, em grande medida, como plataforma atlântica, privilegiando a ligação entre a Europa, as Américas e África. Nomeadamente em termos comerciais e por força das orientações políticas da UE e dos EUA, a fronteira marítima portuguesa tem procurado posicionar-se como alternativa ao eixo do Indo-Pacífico, frente ao avanço da China.

Atualmente, porém, são muitas as incertezas e as interrogações sobre o posicionamento político-estratégico da nossa fronteira marítima, já que o mundo em mudança, a fragilidade das alianças tradicionais e o futuro incerto das mais importantes Organizações Internacionais, poderão determinar a sua necessária adequação às novas circunstâncias geopolíticas mundiais. Situada na linha da frente da Europa atlântica, na confluência do Atlântico Norte, Oeste e Sul, e do Mediterrâneo, a nossa fronteira marítima, porque muito mais exposta, obriga Portugal a uma reponderação das suas prioridades estratégicas.

Como é de todos conhecido, o mar reveste-se de múltiplas dimensões, que atingem todos os países do mundo, se bem que em distintos graus. As mais evidentes são: política, económica, comercial, social, cultural, jurídica, científica, tecnológica, ambiental, sanitária, humanitária, estratégica, e de segurança e defesa.

Naturalmente, a nossa fronteira marítima está adstrita, ou até subordinada, a todas essas dimensões, seja no domínio externo ou no âmbito interno. Todas elas se traduzem em enormes desafios, aumentando os riscos a que a fronteira marítima está submetida. Para já não falar das ameaças que, nos últimos anos, invadiram os mares, muitas delas diretamente relacionadas com guerras híbridas, a criminalidade organizada (tráfico de droga, de seres humanos, etc.), pesca ilícita e imigração ilegal. Razões pelas quais, a nossa fronteira marítima deverá estar melhor apetrechada para responder a todas essas dimensões, riscos e ameaças.

Independentemente dessa categorização e do enquadramento político-estratégico da nossa fronteira marítima, não podemos ignorar que o mar, na sua dimensão estritamente política, é sinónimo de poder. Dito de outra forma, o mar gera poder, se convenientemente aproveitado e administrado. Mas, também, impõe obrigações recíprocas, se as partes que dele dependem e com ele se relacionem forem suficientemente responsáveis.

A reboque da dimensão política, temos a dimensão estratégica ou, mais concretamente, a dimensão geoestratégica, o que nos permite reiterar a importância capital da geografia, cujos benefícios são tanto de natureza política interna, como externa, com países aliados e amigos a usufruírem, também, dessa condição e a serem corresponsáveis da mesma.

A singular geografia de Portugal, a sua compleição arquipelágica e, consequentemente, a extensão e localização da sua fronteira marítima, são fatores não negligenciáveis. No extremo ocidental da Europa – na “cara” da Europa -, de frente para os EUA, na desembocadura do Mediterrâneo, na reunião do Atlântico Norte com o Atlântico Sul e na proximidade com África, a fronteira marítima de Portugal revela-se em toda a sua magnificência, mas, também, na sua enorme exposição, sinónimo de riscos acrescidos.

Se convenientemente valorizada e administrada (o que implica visão estratégica, meios e recursos), e se a conjuntura política nacional e internacional não se apresentasse tão complexa, a fronteira marítima portuguesa poderia ter um grau de desempenho mais elevado das competências próprias e partilhadas, beneficiando mais o país, os países aliados e amigos, o mundo em geral e o próprio desenvolvimento sustentável. A este propósito, refira-se a relevância da exploração dos recursos marinhos (pesca, energia oceânica, minerais e biodiversidade marinha), da atividade marítima (comércio, transportes, pesca, investigação científica, desporto e turismo) e da segurança e vigilância (monitorização pela Marinha, Autoridade Marítima e forças de segurança). Algumas destas competências, já de difícil e integral desempenho, poderão ver-se comprometidas se a conjuntura internacional se agravar.

Embora sem equiparação à de épocas históricas recuadas, a dimensão da fronteira marítima portuguesa (mais de 3.000 km e cerca de 1,7 milhões de km² de ZEE), a sua riqueza e o seu significado, tanto a nível nacional, como internacional, exigem agora o delinear de uma estratégia global, de que Portugal será o principal responsável. Responsabilidade essa que

aumentará, se o pedido de alargamento da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas for aprovado pela ONU.

Apesar das limitações, constrangimentos e incertezas, Portugal é uma potência geográfica. A sua localização e as reais condições da fronteira marítima portuguesa, embora de competências partilhadas (de certa forma, mais difusas, mas também mais amplas), conferem-lhe essa condição.

Mesmo em tempos politicamente conturbados, como os que vivemos, de alteração da ordem mundial, de competição entre as potências, de guerras híbridas, de acentuação dos desequilíbrios sociais e económicos, de utilização maliciosa das tecnologias, de falhanço da diplomacia e fracasso do sistema onusiano, de aumento dos poderes autocráticos e dos “senhores da guerra”, de deslaçamento das alianças, etc., a fronteira marítima portuguesa, apesar das incertezas, poderia incrementar a sua importância estratégica, se Portugal se impusesse, de novo, no papel histórico de “país de serviço”, quer dentro da sua área geopolítica própria, quer noutros espaços e regiões do mundo onde ainda goza de prestígio e influência. Sem esquecer que, atualmente, as suas responsabilidades e riscos talvez sejam superiores às que enfrentou no passado.

h) Num mundo em turbilhão e de múltiplas ordens

No atual contexto, a nossa fronteira marítima (e o seu “braço armado”, a Marinha portuguesa) seria chamada a desempenhar tarefas de apaziguamento e segurança dos mares, a pôr fim às ameaças ambientais e criminais, a favorecer o desenvolvimento científico e os avanços tecnológicos, por forma a contribuir para que o mar seja, efetivamente, um provedor de riqueza, de segurança e bem-estar, em prol da humanidade.

Nestes termos, importaria saber em que moldes, e com que instrumentos e recursos, a fronteira marítima portuguesa pode atuar em todas essas vertentes, o que se revela difícil e complexo.

A presente situação política internacional é grave e imprevisível, e isso reflete-se nas condições e competências da nossa fronteira marítima. Até mesmo a sua condição de fronteira marítima globalizada corre o risco de se ver desnaturalizada, devido ao recuo da globalização, à formação de novos blocos geopolíticos e às pressões de distintos agentes externos. O “*decoupling*”, que já se verifica na produção e no comércio internacionais, poderá refletir-se na condição e desempenho da nossa fronteira marítima, sob diversos prismas. Do mesmo modo que as autocracias, em aumento de número e de poder, poderão querer impor condições de funcionamento humanitário mais restritivas à nossa fronteira marítima.

A ZEE de Portugal, cuja plataforma continental se estende muito para além dos Açores, é das zonas marítimas da Europa com maior biodiversidade, o que confere à nossa fronteira marítima uma enorme riqueza, designadamente, na área da revolução industrial “verde”. Essa situação é confirmada pela crescente “invasão” de embarcações com bandeiras de conveniência, verdadeiras fábricas flutuantes predadoras dos mares, a que o Estado português e a Marinha não conseguem pôr cobro. Ou porque é impossível reunir provas, dada a magnitude das operações e a dificuldade em identificar os infratores, ou porque levar a um tribunal internacional essas transgressões resultaria num processo demasiado longo e de conclusões incertas.

Uma das áreas mais críticas do nosso posicionamento geoestratégico é a defesa e a segurança nacional, numa perspetiva mais ampla e abrangente do que aquela que trata o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Se a situação política internacional evoluir em moldes ainda mais conflituosos, as condições, competências e funcionamento da nossa fronteira marítima poderão estar seriamente em risco.

Atentas as incógnitas que pairam sobre a evolução do mundo, a fronteira marítima portuguesa confronta-se com inquietações esdrúxulas, que advêm, não apenas de um hipotético conflito mundial armado, mas também do futuro incerto do sistema internacional edificado após a II Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria. A pertença de Portugal à ONU, à NATO, à UE, à OSCE e ao Conselho da Europa, grandes areópagos internacionais, que, sob a égide do Ocidente, do liberalismo, do respeito pelo DI em prol da paz e da segurança mundial, e do multilateralismo, serviam de escudo de segurança e defesa do país, e garantiam que a nossa fronteira marítima desempenhasse competências alargadas, mesmo que partilhadas, em todos os domínios pertinentes. Essa pertença, porém, suscita agora mais incertezas e apreensão, do que segurança e tranquilidade.

Ainda que o bloco europeu, em busca de unidade, autonomia e fortalecimento, lute por se impor num mundo desregrado e de múltiplas ordens, aumentam as dúvidas, quer no tocante à sua capacidade de liderança interna, quer relativamente ao avanço do populismo, dos nacionalismos e das forças autocráticas, que ameaçam fazer ruir todo esse edifício europeu da paz. No entanto, e apesar desta conjuntura política europeia, é na Europa que Portugal se reconhece, e é através da Europa que Portugal se pode afirmar como potência, valorizando, consequentemente, a sua fronteira marítima.

Assente na cultura lusófona e na cooperação político-diplomática, só a CPLP, a que também pertencemos, parece escapar à convulsão sistémica do mundo de hoje. Não obstante as fragilidades intrínsecas desta Organização, e por causa delas, tudo aconselha a que Portugal invista mais nela e nos seus países-membros, tendo em conta, nomeadamente, a crescente influência chinesa nesses países do Sul, já transformados em “corredores portuários” da Nova Rota Marítima da China. A China é, pois, um interlocutor incontornável da política externa portuguesa, em praticamente todas as suas dimensões.

À mingua de recursos e de equipamento militar – não obstante a recente decisão política de aumentar o investimento na área da defesa -, resta a Portugal a sua arma mais poderosa e eficaz, a diplomacia.

A fronteira marítima de Portugal sempre foi e deveria continuar a ser o instrumento mais importante da sua diplomacia. Este valioso atributo da fronteira marítima portuguesa, que entronca na própria história do país, pode ser uma poderosa mais-valia, que, a própria China, dada a sua cultura milenar e prática diplomática de longo prazo, sabe reconhecer e avaliar.

A guerra da Rússia contra a Ucrânia, a ameaça nuclear, o quase total desaparecimento da ONU, as incertezas sobre o compromisso dos EUA com a NATO, a aparente rutura do eixo transatlântico, o declínio da Europa como ator global e o seu rearmamento, como fator de compensação, a tendencial “renacionalização” das políticas da UE e a sua falta de liderança, o regresso das esferas de influência, e a partilha do poder do mundo entre as

grandes potências, todas munidas de regimes autocráticos, nacionalistas, não deixarão de se fazer sentir nas condições de exercício da nossa fronteira marítima, aumentando a inquietação com que olhamos para as suas competências e funcionamento, mas, sobretudo, para a sua exposição. Vendo o que se passa com a Gronelândia, não podemos esquecer-nos dos Açores... basta que nos recordemos das intenções anexionistas de Roosevelt, em 1941, travadas por oportuna intervenção britânica.

A tudo isto acresce a convicção de que a partilha do poder do mundo entre as grandes potências poderá fazer-se de forma pouco pacífica, com os EUA e a China, numa luta encarnizada por esse poder, e a Rússia, num jogo tático de permeio, a não perder a oportunidade de se afirmar como um poder imperial e a cavalgar os direitos de que se arroga nas comunidades russófonas no Leste da Europa, e nos mares do Norte, Báltico, Negro, e no Ártico, igualmente disputado por Washington e Pequim.

Em todas estas potências pesa o facto de serem marítimas e de o mar constituir, para elas, uma prioridade estratégica. Por tudo isso, Portugal encontra-se verdadeiramente no “olho do furacão”.

Importa, assim, repensar a fronteira marítima portuguesa, à luz desta evolução da conjuntura internacional e destes acontecimentos. Não será tarefa fácil, mas é impreterível, sobretudo, quando a maior garantia de segurança e defesa do país repousava na Aliança Atlântica e na NATO, e na aliança bilateral com os EUA, a maior potência ocidental marítima, agora com Trump na presidência, a revelar-se a mais revisionista do sistema internacional e das suas tradicionais alianças.

Repensar a fronteira marítima portuguesa à luz da história de Portugal, e dos vínculos históricos e culturais com países, com os quais Portugal desenvolveu especiais relações de amizade, pode recortar alguns aspetos da condição global da sua fronteira marítima, mas pode assegurar, também, garantias de preponderância no delinear da sua estratégia e no desempenho das suas competências e funções, dotando-a de capacidades de atuação e benefícios próprios.

Repensar a fronteira marítima portuguesa implica ter em consideração que o mundo em mudança, com novos blocos geopolíticos (v.g., BRICS, OCX), terá, na dianteira, potências emergentes, todas elas marítimas, como a China, a Índia, a Turquia, o Brasil e a África do Sul, algumas das quais mantêm com Portugal excelentes laços de amizade, inclusive histórica e cultural, que há que desenvolver.

Repensar a fronteira marítima portuguesa é privilegiar a habilidade e astúcia da nossa diplomacia, velha de séculos, que tão bem soube gerir os destinos de Portugal, como país livre, autónomo e independente; é apostar no diálogo, na negociação e na perseverança, ao invés da ameaça e da retaliação, porque somos pequenos, ou do tiro de canhão, de que não dispomos; é usar a memória histórica e extrair dela os saberes e experiências, que fomos recolhendo em várias partes do mundo, por onde andámos e nos assentámos, e saber delinear uma estratégia política, essencialmente marítima, porventura menos universalista, mas mais focada em áreas geográficas de que poderemos retirar maiores benefícios; é considerarmos que as teorias de grandes estrategistas (v.g. Spykman) sobre a importância do *Rimland* não perderam atualidade, e que devemos contribuir para a afirmação da Europa (com inclusão da Grã-Bretanha), a que pertencemos e que podemos valorizar, enquanto bloco geopolítico autónomo, vital

para o reforço da nossa segurança e defesa; é ainda atender, com especial acuidade, ao facto de uma densa rede de cabos submarinos de telecomunicações estar sedeada nas costas portuguesas, o que, tornando a nossa fronteira ainda mais vulnerável em termos de infraestruturas críticas, também obriga Portugal a priorizar a respetiva segurança e defesa. O mesmo é dizer que devemos dotar a nossa fronteira marítima de capacidades soberanas e de uma estratégia destinada a desenvolver a resiliência e segurança dos cabos submarinos, nas suas vertentes nacional e internacional.

A atlanticidade da fronteira marítima portuguesa pode já ter perdido, ou vir a perder, prevalência em alguns domínios, mas não a perdeu em termos geopolíticos, mesmo que a balança de poder se desloque para o Indo-Pacífico e que os EUA se afastem efetivamente da Europa. Ainda que o poder global da Europa esteja em declínio, ou entre parêntesis, e que os EUA revolucionem o sistema político internacional, o Oceano Atlântico, e o Mediterrâneo que se lhe associa, será sempre um dos maiores do mundo, com ligação a todos os outros e com um ecossistema de relevância capital. Ao banhar as costas de três continentes, o Atlântico é um corredor marítimo de vital importância para todos os intervenientes, donde, a disputa entre as grandes potências e algumas das potências emergentes pelo seu controlo.

Portugal tem que fazer valer essa sua inigualável condição geopolítica, que é de onde lhe advém o seu poder como média potência, garantindo, em simultâneo, a autonomia estratégica da sua fronteira marítima.

EÇA DE QUEIRÓS

DIPLOMATA E COMENTADOR DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Nuno Canas Mendes

Sou desde muito novo um empedernido queirosiano, pelo que correspondi com muito agrado ao repto da Maria Regina de Mongiardim de me associar a esta iniciativa da AICP em colaboração com a AR e de a acolher no IO/ISCSP. Porque sou professor de História das Relações Internacionais e investigador na área dos Estudos Asiáticos, entendi que deveria evocar a faceta de diplomata de Eça, assim como a sua dimensão de cronista de política internacional.

O Arquivo Histórico-Diplomático guarda a documentação que produziu em funções oficiais, de Havana a Paris. Não pretendo trazer dados inéditos nem investigação de fontes primárias, tenciono, acima de tudo, sublinhar uma dimensão a que tem sido dada menos atenção. De 1870 até morrer em 1900, salvo alguns períodos de interrupção passados em viagens, foi cônsul em três países. As ditas viagens permitiram-lhe conhecer paragens diversas e em geografias muito distintas, para além da velha Europa: Egito, Palestina, Síria, Estados Unidos, Canadá.

A sua experiência profissional deu-lhe, como seria de prever, uma consciência aguda das características do *métier*. Eça escreveu em *Uma Campanha Alegre* que “ser espirituoso é metade de ser diplomata”, uma asserção simpática e positiva. Mas na sua obra deparamo-nos com magistrais caricaturas de outros homens do ofício, como o sueco Steinbroken que, n’*Os Maias*, assume todos os tiques e maneirismos estereotipados, não arriscando comentários que fossem além do ‘c’est très grave, c’est excessivement grave’. Outro retrato impressionante chega-nos pelos olhos de Teodoro, do *Mandarin*, acerca do embaixador da Rússia em Pequim: um «membrudo figurão, de bigodes brancos (...) ao canto do sofá, de braços cruzados, solene como numa poltrona do Congresso de Viena», com um «olho redondo de velho mocho» e um «nariz adunco de milhafre».

O Embaixador Seixas da Costa no famoso blog *Duas ou três coisas*, em texto datado de 16.08.2010, não lhe destacou grande protagonismo no desempenho de funções, mas como escreveu, “utilizou a sua carreira consular para escrever algumas das obras-primas da literatura portuguesa e, só por isso, valeu largamente a pena que o Ministério dos Negócios Estrangeiros lhe tenha pago o salário”. Um tema sempre crítico para os diplomatas, a que Eça também se refere em uma ‘Campanha Alegre’: *Os diplomatas portugueses passam por agradar no estrangeiro pela sua palidez! Mas não se sabe que a sua palidez vem, não da beleza da raça peninsular, mas*

da fraqueza de legação mal alimentada. Onde um embaixador português mais se demora, não é diante das instituições estrangeiras com respeito, é diante das lojas de mercearia com inveja! E se eles não podem alcançar bons tratados para o País – é porque andam ocupados em arranjar mais rosbife para o estômago. Se não fossem os jantares da corte e as ceias dos bailes, a posição do diplomata português era insustentável. E ainda veremos os jornais estrangeiros, noticiarem: “Ontem, na Rua de... caiu inanimado de fome um indivíduo bem trajado. Conduzido para uma botica próxima o infeliz revelou toda a verdade – era o embaixador português. Deram-lhe logo bifés. O desgraçado sorria, com as lágrimas nos olhos.”

Mas deixemos estes retratos-robô e detenhamo-nos na sua vida profissional, com a itinerância que a caracteriza, mas com alguns interregnos, como se disse, quer porque viesse a Portugal tratar de questões familiares quer por frequentar estâncias balneares e termas.

A sua admissão ocorreu na sequência da abertura de um concurso para a carreira consular, publicado no *Diário do Governo* de 22 de junho de 1870, tendo ficado classificado em primeiro lugar no dia 1 de outubro desse ano. Embora esperasse ser colocado na Bahia, cuja vaga foi ocupada pelo segundo classificado (beneficiado pelas *cunhas*), e apesar de terem, entretanto, surgido outras oportunidades, só em 1872, chega a colocação em posto “atendendo ao merecimento e mais partes que concorrem na pessoa do Bacharel formado em Direito José Maria d’Eça de Queiroz, e especialmente ao talento de que deu distintas provas no concurso aberto [...] hei por bem nomeá-lo Cônsul de primeira Classe nas Antilhas Espanholas”. Para Calvet de Magalhães estas palavras do decreto de nomeação visavam uma “reparação intencional da injustiça”.

Em Havana, Eça ficou sobretudo conhecido pela sua ligação à polémica contratação dos *coolies* chineses, embarcados no porto de Macau e com papéis portugueses para trabalharem nas fazendas cubanas. Conhecidas as condições precárias em que trabalhavam, semelhantes às da escravidão, a questão da sua proteção é explicada pelo cônsul: “A verdadeira miséria dos coolis começa com a sua vida de trabalhadores nas plantações (...) Os chinos livres, ou considerados assim porque tinham cumprido todos os seus contractos e possuíam a cedula de cidadão português e trabalhador livre, não tinham uma existencia mais segura. O documento português não dava ao cooli nenhuma garantia. O direito do Consulado de Portugal de proteger a população chinesa, e legalisar a sua situação civil, nunca foi completamente reconhecido (...). Os chinos vinham do interior do imperio: o simples transito por Macao não podia constituir um acto de naturalização; a interferencia portuguesa nos contractos, nos embarques era um simples acto de policia do porto. Foi sempre a theoria da administração de Cuba ” (*A Emigração ...*).

A sua intervenção foi elogiada por muitos, mas houve quem identificasse zonas de ambiguidade relacionados com os emolumentos que o Consulado poderia aplicar. Em carta a Ramalho Ortigão, confessava que “Na Havana, era apenas pago pelos chins, pelos serviços que lhes fazia; pagavam-me bem, honra seja feita aos chins, e deram-me uma bengala de castão de ouro! É verdade que eu, pelo menos por alguns anos futuros, garanti-lhes mais pão e menos chicote” (carta a Ramalho Ortigão). Esclarece Calvet de Magalhães que graças às suas diligências conseguiu regularizar a situação de vários. Entretanto a questão foi ultrapassada com a proibição da saída de chineses por Macau.

Esta experiência esteve na origem de um texto que convoco pela sua oportunidade, também contemporânea - *Sobre a imigração (A emigração como força civilizadora)*: “Perante a emigração qual deve ser a atitude dos Governos? Evidentemente uma simples interferência policial. O Governo não deve provocá-la nem proibi-la. A emigração é uma lei económica, e como tal tem de ser abandonada à sua evolução natural. Acelerá-la é perigoso: reprimi-la é inútil. O dever portanto é policiá-la. Todos os governos que têm provocado a emigração, têm criado involuntariamente miséria; todos os governos que a têm proibido têm organizado legalmente a desobediência” (relatório de novembro de 1874, instado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrade Corvo).

Tendo chegado a Cuba em dezembro de 1872 (depois de uma espera de meses pelo *exequatur*, que espelhava o interesse dos plantadores e capitania militar em atrasar a chegada de um cônsul português)¹, pediu para se ausentar em março do ano seguinte, evocando a sua saúde, e gozou de uma licença entre 30 de maio e 5 de novembro para ir viajar pelo país dos *yankees* e também pelo Canadá.

Em maio de 1874 regressa a Lisboa e em novembro parte para Newcastle, importante centro exportador de carvão, onde se impressionou com o modo como vivia o operariado, como manifestou em carta enviado ao seu amigo socialista Jaime Batalha Reis: “Uma cidade de tijolo negro, meio afogada em lama, com uma espessa atmosfera de fumo, penetrada de um frio húmido, habitada por 150000 operários descontentes, mal pagos e azedados e por 50000 patrões lúgubres e horivelmente ricos”. Em Newcastle, dispôs de mais tempo para a escrita, o que lhe permitiu conceber o *Crime do Padre Amaro*, e queixou-se de tédio laboral, ‘a transcrever manifestos de carga’. Mesmo assim, produziu outro relatório sobre *Comércio e Indústria no Norte da Inglaterra*, datado de 20 de julho de 1875 e debruçou-se sobre a ocorrência de greves na cidade.

Como observou Beatriz Berrini, “parece-me que, à medida que o escritor Eça de Queiroz se empenha mais e mais na criação ficcional, o cônsul vai-se eclipsando”. Mas a mesma especialista também chama a atenção para a existência de material inédito nos arquivos, e para o cumprimento ‘com rigor’ das suas funções em Bristol (abril de 1878-1888, onde escreveu *A Capital*, *O Conde de Abranhos*, *A Tragédia da Rua das Flores* e *Os Maias*). Apesar do intenso labor literário, escreveu ao ministro Anselmo José Braamcamp a criticar o protecionismo.

Rumou a Paris em 1888 e aí permaneceu até à morte, tendo elaborado, em 1899, um *Relatório Comercial do Consulado de Paris, e suas dependências*, que enviou ao ministro Veiga Beirão. Paris, como ele escreveu ao amigo Oliveira Martins, ‘como sabes também tem sido o meu sonho’. Substituiu o visconde de Faria, que se incompatibilizara com o Embaixador Conde de Valbom. Faria era casado com uma senhora espaventosa, D. Maria do Ó Barreiros Arrobas Portugal da Silveira de Barros e Vasconcelos, que não terá apreciado a substituição do marido. A descrição da figura deve ser aqui reproduzida: “Basta saber que quando fui ao consulado, tomar posse-foi a Viscondessa de Faria que me recebeu como sendo ela o cônsul.

¹ “A pessoa que até então ocupava esse cargo, Fernando de Gáver y Fiscar, espanhol de nacionalidade, colaborava com os interesses açucareiros no vergonhoso negócio da escravização dos coolies chineses, procedentes de Macau”.

Não sei se a conheces. É uma espécie de virago, no género *potiche*, com uma voz grossa e arroucada, e o gesto tremendo. Fez-me uma pavorosa cena de berros, de protestos, de imprecações, de ganidos, de murros na mesa que eu escutei varado, atónito, de chapéu na mão, ora recuando quando ela erguia o punho ameaçador, ora dando um passo para a porta, em movimento de fuga, quando por um instante, ela voltava costas. Em resumo, a medonha criatura declarou que só ela era o cônsul, aquele consulado era o dela, e não havia ministros, nem legações, nem autoridades que lhe fizessem entregar as chaves” (carta a Oliveira Martins). Nestes 12 anos na cidade-luz, o seu empenho laboral decresceu. António Nobre conta que Eça assinava os papeis do Consulado que um funcionário lhe trazia sem os ler. O volume de trabalho também não era especialmente elevado. Os últimos anos foram menos produtivos também do ponto de vista da produção literária.

Trago agora a segunda metade do tema, nomeadamente, a observação de Eça sobre a política internacional do seu tempo, sobretudo nas suas crónicas coligidas nos volumes intitulados *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres* e nas *Cartas de Paris*. Um pequeno parêntesis: ainda nos tempos do *Notícias de Évora* (1867), concluía jocosamente, sobre uma tema incontornável da política externa portuguesa – as relações luso-espanholas: “Sobre a Espanha sabem o meu pensamento: detesto os encontros e abraços da panela de ferro com a panela de barro; detesto mais que se vá pedir esmola a um pobre e auxílio a um paralítico. Detesto também o sistema militar de Espanha e aquela sinistra colaboração de generais e fidalgos. De resto amo tudo na Espanha. Somente gostava mais dela, se ela estivesse na Rússia”.

De entre os grandes acontecimentos que vivenciou, presencialmente ou à distância, destacaria: a abertura do canal do Suez (1869), a guerra franco-prussiana (1870-71), a unificação da Alemanha e a Comuna de Paris, as exposições universais de Paris de 1889 e 1900. Os temas abordados foram muitos e revelam profundo conhecimento sobre a realidade norte-americana, do Extremo Oriente e da Europa, da afirmação do Japão na cena internacional ao advento do temperamental kaiser Guilherme II. O tom humorístico, a acidez realista, a precisão das imagens são elementos que estão sempre presentes.

Sem poder ser exaustivo, exponho alguns desses temas, que evidenciam bem a sua capacidade de descrever e analisar os grandes temas do seu tempo: nas *Cartas de Inglaterra* reflete sobre o imperialismo britânico na Irlanda e no Afeganistão. No mesmo volume, disserta sobre os expansionismos e abusos de poder de algumas potências: “Nos últimos quinze anos, a Prússia roubou a Dinamarca, e depois foi pela Alemanha saqueando reinos e grão-ducados; em seguida, desmembrou a França; mais tarde a Rússia espatifou a Turquia; há dois anos, subitamente, a República Francesa caiu sobre Tunes, e empolgou esse desventurado estado barbaresco”.

O referido Guilherme II, bem conhecido pelos seus acessos de hiperatividade intercalados com estados de melancolia, não escapou à sua pena nem a um vaticínio mais do que certo: “O Sr. Renan tem, pois, razão, grandemente: e, nada mais atractivo neste momento do século do que assistir à solução final de Guilherme II. Dentro de anos, com efeito (que Deus faça bem lentos e bem longos) este moço ardente, imaginoso, simpático, de coração sincero, e talvez heróico, pode bem estar com tranqüila majestade, no seu Schloss de Berlim gerindo

os destinos da Europa, ou pode estar, melancolicamente, no Hotel Metrópole em Londres, desempacotando da mala do exílio a dupla coroa amolgada da Alemanha e da Prússia.”

Sobre os Estados Unidos, Eça em *Miantonomah*: “América do Norte significa trabalho, fé, heroísmo, indústria, capital, força e matéria”. E sobre a guerra civil americana: “O Sul quis corrigir a liberdade pela escravidão; desune-se; o escravo que trabalhe, que cultive, que produza, que sue, que morra sob a força metálica baixa e sinistra do clima e do Sol. Pois bem. A América do Norte quer a liberdade, o amor das raças, e bate-se pela liberdade, pela legalidade, pela união, pelo princípio, pela metafísica! E dispersa os exércitos da Virgínia!”. Noutro texto, “A propósito da Doutrina de Monroe e do Nativismo” comenta com enorme nitidez a política externa dos EUA.

Nas *Cartas Familiares* apresenta textos notáveis sobre a China e o Japão de que não resisto a transcrever trechos: “A China é um povo de quatrocentos milhões de homens (quase um terço da humanidade!), todos extremamente inteligíveis, de uma actividade formigueira, de uma persistência de propósitos e tenacidade só comparável à dos bulldogues, de uma sobriedade quase ascética e com inacreditável capacidade de aturar e sofrer’ (...). Ora o Japão, como todos sabem, realizou uma transformação extraordinária e decerto única na história. De uma manhã para a tarde, sem descanso, com um ardor frenético, este povo ligeiro e gárrulo sacudiu as suas tradições, as suas instituições, as suas leis, os seus costumes, os seus trajes, as suas maneiras – e envergou de uma só vez, e toda completa, como uma farpela, a civilização europeia, comprada por preços ruinosos num “armazém de civilizações feitas (...). Foi portanto o Japão que forçou sobretudo a China, a entrar, bem a seu pesar, na imitação europeia (...). O velho Japão já era antipático à China: o novo Japão, apetrechado à Europeia, com gás e com telefones, tornou-se-lhe intoleravelmente odioso (...). Mas virá, todavia, o homem amarelo! Virá muito humildemente, muito pacificamente, em grandes paquetes, com a sua trouxa às costas. *Virá, não para assolar, mas para trabalhar*”.

O tempo escasso de que dispomos não permite deambular mais pelos seus escritos e pensamento, permanecendo, em todo caso, a vontade de aprofundar o conhecimento destas duas dimensões do escritor que são menos conhecidas. A carreira consular, não obstante as queixas sobre o abono e o relativo desinteresse pelas funções que se foi apoderando dele, deu-lhe espaço para a criatividade. Viajante incansável como era e curioso por outras realidades – mesmo quando se mostrava enfadado em postos que considerava menores e ‘secantes’, como talvez dissesse – a sua vida profissional trouxe-lhe oportunidades de conhecer um mundo vibrante que foi contrastando com a ‘ditosa pátria’. Como analista, Eça pinta retratos refrescantes, com uma lucidez e um sentido de diversão que me põem inelutavelmente a pensar, salvas as distâncias, na decadência hodierna do ‘comentarismo nacional’, solene e enfatuado, que nos vai sendo imposto pela imprensa, televisões e redes sociais.

Muito obrigado!

Referências

Archer de Lima – *Eça de Queiroz Diplomata*, Portugalia Editora, s.d.

José Calvet de Magalhães – *Eça de Queiroz: a vida de um grande escritor*, Lisboa: Bertrand

– *Eça de Queiroz, cronista internacional*, n.os 11 e 12, nov-dezembro 2000

Manuel Fernando Ursinha Alcario – *Eça de Queiroz e a sua visão da política internacional*, Universidade de Évora, 2015

Maria Filomena Mónica, “Eça de Queiroz, diplomata”, *Diplomatas e diplomacia*, 2004, Livros Horizonte.

Maria Grazia Russo et al., coord. – *Viagens e Diplomacia: olhares de Eça de Queirós sobre o mundo*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024.

Filme ‘O nosso cônsul em Havana’, realizador Francisco Manso, 2019

PERSPETIVAS ECONÓMICAS PARA ANGOLA ATÉ 2030

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA UMA ECONOMIA EM TRANSFORMAÇÃO

Francisco Miguel Paulo

*PhD em Economia pelo ISCTE-IUL,
Investigador na BRU-ISCTE (Portugal),
e no CEIC-UCAN (Angola)*

Resumo

Esta comunicação analisa as perspectivas económicas de Angola até 2030, com foco em cinco variáveis macroeconómicas: desemprego, inflação, dívida pública, crescimento do PIB e exportações. Os dados revelam uma economia marcada por elevada informalidade laboral, inflação persistente e forte dependência do petróleo, mas também por pequenos sinais encorajadores de diversificação e dinamismo em sectores não petrolíferos. A dívida externa, embora elevada, tem vindo a ser reestruturada, com mudanças na composição dos credores. O crescimento económico mostra maior dinamismo nos sectores dos diamantes, eletricidade, transportes e pesca.

As previsões de crescimento económico, apontam para um crescimento moderado até 2030, liderado pelo sector não petrolífero. O artigo apresenta recomendações de política pública detalhadas por tema – emprego, inflação, dívida, crescimento e exportações – com base em evidência empírica e literatura especializada. Conclui-se que Angola tem potencial para crescer de forma sustentável, desde que implemente reformas estruturais, promova a inclusão social e fortaleça as instituições económicas.

Introdução

Angola encontra-se num ponto de inflexão da sua trajetória económica, marcado por desafios estruturais e oportunidades emergentes. Após décadas de forte dependência do petróleo, o país enfrenta a necessidade urgente de diversificar a sua economia, reduzir a informalidade laboral, controlar a inflação e gerir de forma sustentável a dívida pública. Este artigo, elaborado a convite da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (AICP) e apresentado no colóquio “Angola Presente e Futuro”, realizado a 23 de outubro de 2025 na sede da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) em Lisboa, analisa cinco variáveis macroeconómicas fundamentais: desemprego, inflação, dívida pública,

crescimento do PIB e composição das exportações, com base em dados oficiais recentes e literatura especializada.

A análise é conduzida com o objetivo de oferecer uma leitura crítica e acessível sobre o estado atual da economia angolana e as suas perspectivas até 2030. Para tal, são interpretadas tabelas e figuras estatísticas, integradas com referências académicas de autores angolanos e internacionais. O texto procura contribuir para uma reflexão construtiva sobre os caminhos possíveis para um futuro económico mais inclusivo, resiliente e sustentável em Angola.

1. Estrutura e dinâmicas do mercado de trabalho

A análise do mercado de trabalho angolano revela uma estrutura profundamente marcada pela informalidade, pela juventude da população ativa e por desafios persistentes na criação de empregos formais e sustentáveis. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE Angola), no II trimestre de 2025, cerca de 78,6% da população empregada está inserida no sector informal, o que representa mais de 10 milhões de trabalhadores fora do sistema contributivo e de proteção social. Em contraste, apenas 2,7 milhões de angolanos têm emprego formal, o que limita a arrecadação fiscal e a eficácia das políticas públicas de proteção social.

Tabela 1 - Emprego e Desemprego

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 II T
POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS							
População Económica-mente Activa	14 551 833	15 497 110	16 236 671	16 603 750	17 157 929	18 083 432	18 199 957
População empregada	9 924 675	10 749 488	10 888 048	11 682 309	11 692 638	12 582 279	12 950 875
População com em- prego informal		8 685 676	8 788 236	9 402 347	9 411 182	10 018 549	10 180 982
População com em- prego formal		2 063 812	2 099 812	2 279 962	2 281 456	2 563 730	2 769 893
População desempregada	4 627 158	4 747 622	5 348 623	4 921 440	5 465 291	5 501 153	5 249 082
População Inactiva	1 901 356	1 617 482	1 549 677	1 895 829	2 119 892	1 967 641	2 256 257
Taxa de actividade	88.4	91	91.3	89.8	89.0	90.2	89.0
Taxa de emprego	60.3	62.8	61.2	63.1	60.7	62.8	63.3
Taxa de Informalidade			80.7	80.5	80.5	79.6	78.6
Taxa de desemprego	31.8	30.6	32.9	29.6	31.9	30.4	28.8
Taxa de Inactividade	11.6	9.5	8.7	10.2	11.0	9.8	11.0
POPULAÇÃO COM 15-24 ANOS							
População Económica-mente Activa	4 813 148	5 223 304	5 561 193	5 663 428	5 924 182	6 145 468	6 102 446.0
População empregada	2 095 957	2 335 065	2 235 191	2 666 190	2 473 215	2 802 548	2 886 192.0
População desempregada	2 717 191	2 888 238	3 326 002	2 997 238	3 450 967	3 342 920	3 216 254
População Inactiva	1 090 945	943 127	875 758	1 064 984	1 126 928	1 230 126	1 444 229
Taxa de actividade	81.5	84.7	86.4	84.2	84.0	83.3	80.9
Taxa de emprego	35.5	37.9	34.7	39.6	35.1	38.0	38.2
Taxa de desemprego	56.5	55.3	59.8	52.9	58.3	54.4	52.7
Taxa de Inactividade	18.5	15.3	14	15.8	16.0	16.7	19.1

Fonte: INE Angola

A taxa de desemprego geral apresenta uma tendência de ligeira redução, passando de 31,8% em 2019 para 28,8% em 2025, o que pode indicar uma recuperação gradual do mercado de trabalho. No entanto, este progresso é insuficiente face à dimensão do desemprego juvenil, que permanece alarmante: mais de 52% dos jovens entre os 15 e os 24 anos estão desempregados, sem ocupação nenhuma e fora do sistema de ensino, o que representa um risco estrutural para a coesão social e para o potencial de crescimento económico do país.

A Tabela 1 mostra a evolução da população economicamente ativa, empregada e desempregada entre 2019 e o segundo trimestre de 2025. Destaca-se o crescimento da população ativa, que passou de cerca de 14,5 milhões para mais de 18,2 milhões de pessoas, refletindo não apenas o aumento demográfico, mas também a crescente pressão sobre o mercado de trabalho angolano. Este crescimento quantitativo, contudo, não tem sido acompanhado por uma transformação qualitativa significativa na estrutura do emprego. A taxa de informalidade, embora ainda elevada, tem vindo a diminuir ligeiramente – passando de mais de 80% em 2021 para cerca de 78,6% em 2025 – o que pode ser interpretado como um sinal positivo de formalização progressiva, ainda que insuficiente para alterar substancialmente o panorama laboral.

A persistência da informalidade revela limitações estruturais na capacidade do Estado de integrar a maioria da força de trabalho nos mecanismos formais de proteção social e contributiva. Mais de 10 milhões de angolanos continuam a trabalhar fora do sistema formal, enquanto apenas cerca de 2,7 milhões têm emprego com contrato, segurança social e acesso a direitos laborais. Este desequilíbrio compromete não só a arrecadação fiscal, como também a eficácia das políticas públicas de redistribuição e inclusão.

O desemprego juvenil é outro fator crítico. Em 2025, mais de 52% dos jovens entre os 15 e os 24 anos estavam desempregados, o que representa um risco estrutural para a coesão social e para o potencial de crescimento económico do país. A juventude angolana, embora numerosa e com potencial produtivo elevado, continua a enfrentar barreiras significativas de entrada no mercado de trabalho, seja por falta de formação adequada, seja pela escassez de oportunidades formais.

Este cenário exige políticas públicas integradas que promovam simultaneamente a formalização do emprego, a capacitação profissional e a inclusão dos jovens no mercado de trabalho. A criação de empregos dignos e sustentáveis será essencial para garantir estabilidade social e crescimento económico inclusivo. Para tal, é necessário combinar incentivos fiscais à contratação formal, programas de formação técnica e profissional, e apoio ao empreendedorismo juvenil, especialmente fora dos grandes centros urbanos.

Autores como Anthony Hodges (2004) e Aslak Orre (2010) já alertavam para os riscos da exclusão social e da fragilidade institucional na gestão do mercado de trabalho em Angola. Hodges, ao analisar a anatomia do Estado petrolífero angolano, sublinhou como a dependência do petróleo e a centralização do poder económico dificultam a criação de políticas redistributivas eficazes. Orre, por sua vez, destacou a importância de reformas políticas e institucionais para garantir maior transparência e eficácia na implementação de políticas públicas.

Mais recentemente, Francisco Paulo (2022), no artigo “Investing in the People? Analysis of Education Policies in Angola”, publicado no *Routledge Handbook of Public Policy in Africa*,

argumenta que a política educativa angolana tem sido marcada por uma retórica de investimento no capital humano, mas com resultados limitados em termos de inclusão e empregabilidade. Paulo defende que “a ausência de articulação entre a política educativa e as necessidades do mercado de trabalho contribui para a reprodução da informalidade e do desemprego juvenil”. A falta de alinhamento entre os currículos escolares e as exigências dos sectores produtivos impede que os jovens adquiram competências relevantes para a economia real.

Assim, a superação dos desafios do mercado de trabalho angolano requer uma abordagem multidimensional, que vá além das reformas laborais e inclua a reestruturação do sistema educativo, o fortalecimento das instituições públicas e a promoção de um ambiente económico favorável à criação de emprego formal. A juventude angolana representa o maior ativo do país, mas também o seu maior desafio. Transformar este potencial em realidade exigirá vontade política, visão estratégica e compromisso com a inclusão social.

2. Inflação e pressões sobre o custo de vida

A inflação em Angola tem sido uma das variáveis macroeconómicas mais voláteis e persistentes desde o início da década de 2000. Em setembro de 2025, a taxa de inflação anual situava-se próxima dos 20%, refletindo pressões contínuas sobre os preços de bens essenciais como alimentação, energia, saúde e educação. Embora se observe uma desaceleração em relação aos picos de 2021–2022, os níveis atuais continuam elevados e comprometem o poder de compra das famílias, sobretudo das mais vulneráveis.



Figura 1 - Inflação Homóloga Nacional (Fonte: INE Angola)

A Figura 1 mostra a evolução da taxa de inflação homóloga entre 2020 e 2025, com destaque para os períodos de maior aceleração, em que a inflação ultrapassou os 30%. A Figura 2 detalha as classes de despesa com maior variação de preços, sendo os serviços de educação, electricidade e combustíveis, transportes e saúde os mais afetados. Estes dados confirmam que a inflação em Angola não é apenas um fenómeno monetário, mas também estrutural, relacionado com falhas na oferta interna, dependência de importações e instabilidade cambial.

A Tabela 2 sintetiza a inflação média mensal e anual por classe de despesa entre 2015 e 2025. Destaca-se que a saúde apresenta uma inflação média anual de 25,43%, seguida por bens e serviços diversos (24,04%) e vestuário e calçado (22,62%). Estes aumentos têm

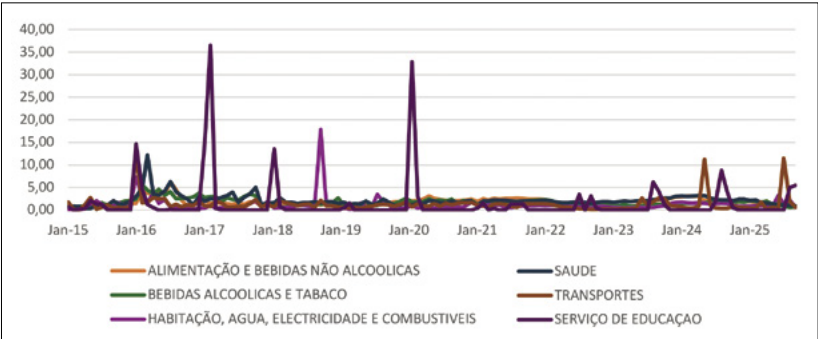


Figura 2 - Inflação dos principais bens e serviços em Angola (Fonte: INE Angola)

implicações diretas na qualidade de vida e no acesso a serviços básicos, sobretudo para as famílias em situação de pobreza.

Em Angola, onde mais de 40% da população vive abaixo da linha da pobreza, a inflação elevada agrava a insegurança alimentar, limita o acesso a cuidados médicos e compromete a educação das crianças. O aumento dos preços dos bens essenciais reduz drasticamente o poder de compra dos agregados familiares mais vulneráveis, obrigando muitos a recorrer ao mercado informal e a estratégias de sobrevivência precárias. A inflação, neste contexto, não é apenas um fenómeno económico, mas um fator que perpetua a exclusão social e aprofunda as desigualdades estruturais no país.

De acordo com Paulo et al. (2020), a inflação em Angola é fortemente influenciada pela política cambial e pela estrutura de importações, sendo necessário reforçar a produção interna e estabilizar o mercado monetário para conter os preços. Em estudo publicado na Extractive Industries and Society, os autores argumentam que a dependência do petróleo e a volatilidade cambial amplificam os efeitos da inflação sobre os agregados familiares.

Outros estudos, como o de Alexandre António (2023), mostram que o crescimento da massa monetária (M2) tem um impacto positivo e estatisticamente significativo sobre a inflação, com elasticidade variável ao longo do tempo. Um aumento de 1% na oferta monetária pode elevar a inflação em 0,11%, o que reforça a necessidade de uma política monetária mais previsível e contra cíclica.

Tabela 2 - Inflação média da Classe das Despesas

Média da Variação de Preços da Classe de Despesas 2015/2025	Mensal	Anual
Comunicações	0.63	7.62
Habitação, água, electricidade e combustíveis	1.16	13.92
Transportes	1.29	15.52
Serviço de educação	1.42	16.98
Lazer, recreação e cultura	1.45	17.45
Mobiliário, equipamento doméstico e manutenção	1.61	19.30
Hotéis, cafés e restaurantes	1.63	19.51
IPC Total	1.67	20.05
Alimentação e bebidas não alcoólicas	1.76	21.16
Bebidas alcoólicas e tabaco	1.78	21.35
Vestido e calçado	1.89	22.62
Bens e serviços diversos	2.00	24.04
Saúde	2.12	25.43

Fonte: Cálculos do autor com base nos dados do INE Angola

O Relatório Económico de Angola 2021–2022, do CEIC-UCAN, também destaca que a inflação elevada compromete o planeamento empresarial e a eficácia das políticas públicas, exigindo reformas estruturais no sistema produtivo e na gestão fiscal.

3. Crescimento económico e dinâmica setorial

A trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) angolano nas últimas duas décadas tem sido marcada por fortes oscilações, refletindo a vulnerabilidade da economia à volatilidade dos preços do petróleo e à capacidade limitada de diversificação produtiva. A Figura 3 mostra a evolução da taxa de crescimento real do PIB entre 2003 e 2024. Após um período de crescimento robusto entre 2004 e 2008 – com taxas superiores a 10% – Angola entrou numa fase de desaceleração, com crescimento negativo entre 2016 e 2020. Em 2024, a taxa de crescimento foi de 4,4%, mas as previsões para 2025 apontam para uma desaceleração para 2,2%, abaixo do crescimento populacional estimado em 3% ao ano.

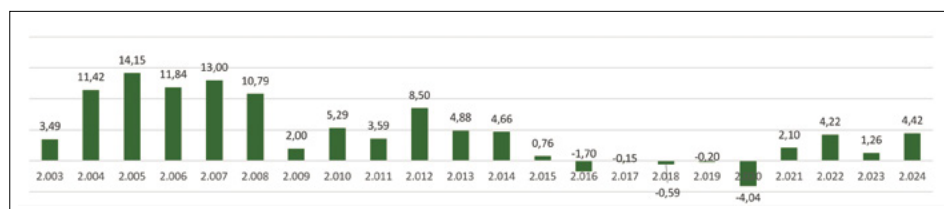


Figura 3 - Produto Interno Bruto - variação real anual (Fonte: INE Angola)

Este padrão evidencia o desafio estrutural de Angola: crescer de forma sustentável e inclusiva num contexto de transição pós-petrolífera. A Figura 4 apresenta a evolução trimestral do PIB petrolífero e não petrolífero, revelando que o PIB não petrolífero tem demonstrado maior dinamismo nos últimos anos, com destaque para sectores como diamantes, produção de eletricidade, transportes e pesca.

A Figura 5 sintetiza a taxa média de crescimento real trimestral dos principais sectores económicos entre 2002 e 2025. Os sectores com maior crescimento médio são os diamantes (2,8%), a produção de eletricidade, água e saneamento (2,76%), os transportes e

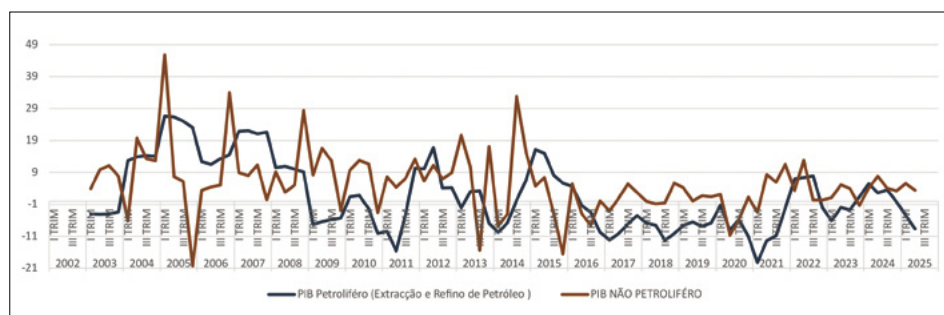


Figura 4 - Taxa de crescimento do PIB setorial (Fonte: INE Angola)

armazenagem (2,49%) e a pesca e aquicultura (2,11%). Estes dados confirmam o potencial de diversificação da economia angolana, desde que sejam criadas condições institucionais e infraestruturais adequadas para sustentar esse dinamismo.

Embora o sector dos diamantes pertença à esfera extrativa, os restantes sectores destacados são não extrativos e apresentam características mais favoráveis à criação de emprego formal e sustentável. A produção de eletricidade e água, por exemplo, exige mão de obra qualificada, contratos formais e presença institucional, o que contribui para a inclusão laboral. O mesmo se aplica aos transportes e à logística, que têm potencial para gerar empregos urbanos e regionais com vínculos legais e proteção social. A pesca e a aquicultura, se bem reguladas e apoiadas por políticas públicas, podem dinamizar economias locais e promover cadeias de valor com impacto direto na redução da pobreza.

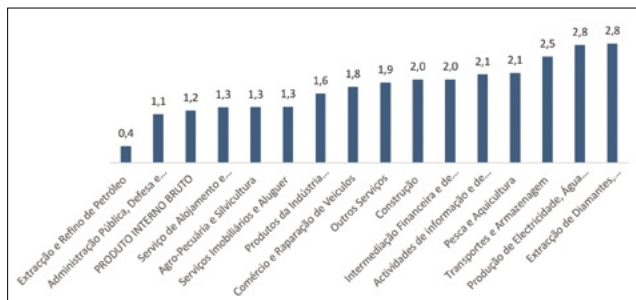


Figura 5 - Taxa de crescimento real média trimestral dos sectores (2002-2025)

Fonte: Cálculos do autor com base nos dados do INE Angola

Como sublinha Ricardo Soares de Oliveira (2015), “a economia angolana é simultaneamente rica em recursos e pobre em instituições”, o que exige reformas profundas para transformar crescimento setorial em desenvolvimento sustentável. Apostar nos sectores não extrativos é, portanto, uma estratégia não apenas económica, mas social, capaz de gerar empregos formais, reduzir a informalidade e promover maior equidade territorial e social.

O Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN) projeta que o crescimento do PIB até 2030 será liderado pelo sector não petrolífero, com taxas entre 3,1% e 4,7%, enquanto o sector petrolífero deverá crescer abaixo de 1%. Esta previsão reforça a necessidade de políticas públicas que estimulem a agroindústria, os transportes e logística, os serviços e a indústria transformadora.

Paulo et al. (2020) afirmam que a reforma fiscal e a melhoria do ambiente de negócios são condições essenciais para atrair investimento privado e dinamizar os sectores não petrolíferos. O Relatório Económico de Angola 2022, coordenado por Alves da Rocha, também destaca que o crescimento económico só será sustentável se acompanhado por inclusão social, estabilidade institucional e investimento em capital humano.

4. Sustentabilidade da dívida pública e desafios da dívida externa

A dívida pública angolana tem crescido de forma significativa nas últimas duas décadas, refletindo a necessidade de financiamento do Estado em contextos de crise económica, queda das receitas petrolíferas e limitações na arrecadação fiscal. Até ao segundo trimestre de 2025, conforme a Figura 6, o stock da dívida externa pública atingiu cerca de 49,5 mil milhões de dólares, enquanto o stock total da dívida externa – incluindo empresas públicas como a Sonangol e a TAAG – ultrapassou os

59 mil milhões de dólares. A Figura 6 mostra a evolução do stock da dívida externa entre 2002 e 2025, evidenciando um crescimento acentuado a partir de 2014, coincidindo com a queda do preço do petróleo.

Apesar do volume elevado de endividamento, os impactos positivos sobre a economia nacional são pouco evidentes. A persistência de elevados níveis de pobreza, desemprego e fragilidade institucional levanta dúvidas sobre a eficácia da aplicação dos recursos obtidos por via da dívida. Nos últimos anos, mais de 50% do Orçamento Geral do Estado tem sido canalizado para o serviço da dívida, comprometendo o espaço fiscal para investimentos sociais e produtivos. Neste contexto, torna-se urgente propor uma **auditoria externa independente à dívida pública**, que permita avaliar a legitimidade, a transparência e o impacto económico dos contratos assinados, contribuindo para uma gestão mais responsável e orientada para o desenvolvimento.

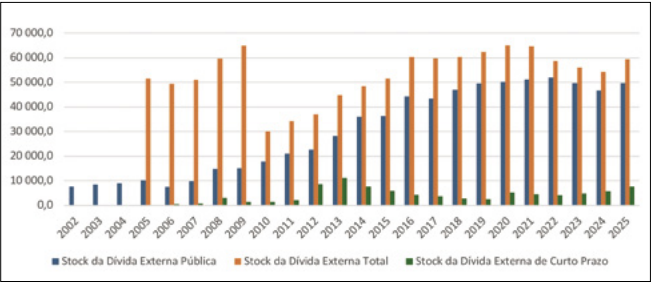


Figura 6 - Dívida externa (milhões USD)

Fonte: Banco Nacional de Angola (BNA)

Tabela 3 - Dívida Externa Pública por Países

Países	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Percentagem
África do sul	533.5	337.7	302.2	270.3	686.2	474.4	0.96
Alemanha	264.7	334.9	430.3	625.8	668.8	709.7	1.43
Brasil	0.6	0.6	0.6	2.5	6.1	6.1	0.01
Cabo verde	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	16.0	0.03
China	21 993.1	21 778.3	20 900.2	17 921.0	14 353.6	13 848.5	27.93
Egipto	256.1	328.6	269.8	265.8	193.9	178.7	0.36
Espanha	829.1	751.9	374.1	352.3	372.3	514.1	1.04
Estados unidos de américa	765.1	2 967.7	3 263.2	4 066.3	4 294.6	4 999.8	10.08
França	559.4	454.3	412.5	421.4	495.5	567.8	1.15
Israel	2 183.8	1 685.0	2 507.7	2 490.7	2 671.9	2 731.0	5.51
Itália	119.4	176.1	174.3	663.7	639.5	709.5	1.43
Luxemburgo	52.1	49.0	46.2	143.3	138.1	151.2	0.31
Organizações internacionais	5 706.5	5 775.6	5 502.2	5 326.0	5 016.1	5 166.1	10.42
Portugal	899.2	784.2	815.7	876.6	846.2	1 039.9	2.10
Reino unido	12 551.6	13 097.1	14 513.0	13 513.6	13 569.0	15 490.9	31.25
Total da dívida externa por países	50 114.5	51 261.3	52 065.7	49 644.6	46 764.1	49 577.5	

Fonte: BNA

A Tabela 3 detalha a composição da dívida por credores, revelando uma mudança significativa na estrutura: o Reino Unido, via Eurobonds, tornou-se o principal credor, com 31,25% da dívida pública externa, ultrapassando a China, que representa 27,93%. Seguem-se as organizações internacionais (FMI e Banco Mundial), os Estados Unidos e Portugal.

Este perfil de credores reflete uma maior exposição aos mercados financeiros internacionais e uma diversificação das fontes de financiamento. No entanto, também implica maior vulnerabilidade às taxas de juro e às flutuações cambiais. A dívida de curto prazo, que deve ser paga em menos de um ano, representa 7,6 mil milhões de dólares, o que pressiona a liquidez do Tesouro Nacional. Esta evolução exige uma gestão prudente da dívida, com renegociação de prazos e taxas de juro, e maior transparência na contratação de novos financiamentos. A sustentabilidade fiscal será determinante para manter a confiança dos investidores e garantir espaço para políticas sociais e económicas.

Segundo Rocha et al. (2024), na 4.ª edição do livro *Finanças Públicas*, a gestão estratégica da dívida externa deve considerar a elevada dependência da geração de receitas fiscais e cambiais de uma única commodity – o petróleo. Esta dependência limita a capacidade de amortização da dívida em períodos de baixa do preço do barril.

Estudos como o de Benvinda Nzola Yeze (2024), dissertação de mestrado da Universidade do Minho, demonstram que o aumento da dívida pública afeta negativamente o crescimento económico, ao elevar os encargos com juros, reduzir o investimento público e aumentar a carga fiscal. A autora recomenda a implementação de programas de consolidação fiscal e maior transparência na contratação de novos financiamentos.

O CEIC-UCAN, no Relatório Económico de Angola 2019–2020, também alerta para os riscos da dívida excessiva e para a necessidade de alinhar o endividamento com estratégias de crescimento económico e inclusão social.

5. Composição das exportações

A estrutura das exportações angolanas continua fortemente concentrada no sector petrolífero, que representa mais de 95% do total exportado. A Figura 7 mostra que, em 2025, o petróleo bruto continua a dominar, seguido pelos diamantes com cerca de 4%, enquanto os restantes produtos – como peixe, madeira, bebidas, granito e café – mantêm um peso marginal. Esta elevada concentração revela uma vulnerabilidade estrutural da economia angolana às flutuações dos preços internacionais das matérias-primas, limitando a estabilidade da balança comercial e a capacidade de geração de empregos formais e diversificados.

A promoção das exportações não petrolíferas e não diamantíferas é, por isso, uma prioridade estratégica para Angola. Sectores como a agroindústria, a pesca, a indústria transformadora e os serviços logísticos têm potencial para dinamizar economias locais, criar cadeias de valor e gerar empregos com vínculos legais e proteção social. Além disso, a diversificação da pauta exportadora contribui para a resiliência económica, reduzindo a dependência de receitas voláteis e fortalecendo a competitividade externa do país.

Como argumenta Francisco Paulo na sua tese de mestrado *Diversification of Angolan Exports: Challenges and Benefits* (Universidade Católica Portuguesa, 2013), “a elevada concentração das

exportações angolanas tem sido prejudicial ao crescimento do PIB per capita, sendo que uma maior diversificação teria permitido um desempenho económico superior”. O autor demonstra, através de regressões econométricas, que países exportadores de petróleo apresentam

padrões distintos dos países não petrolíferos, e que Angola beneficiaria significativamente de uma estratégia de diversificação exportadora. Investir na certificação de produtos, na melhoria das infraestruturas logísticas e no apoio à internacionalização das PME é essencial para transformar o potencial produtivo em competitividade real.

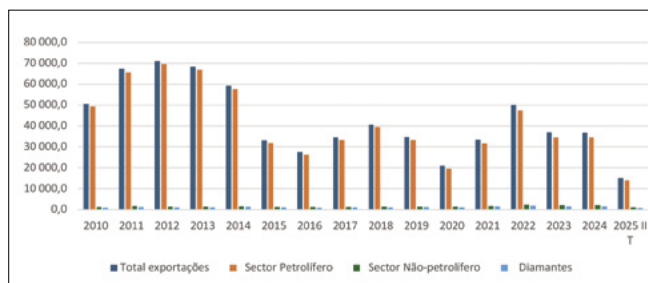


Figura 7 - Exportações (milhões USD)

Fonte: Banco Nacional de Angola (BNA)

Tabela 4 - Valor das Exportações não petrolíferas e não diamantíferas

Outras exportações (USD milhões)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Café	0.6	1.0	1.0	0.5	1.2	1.1	1.1	1.1	1.3	2.1	3.8	2.2
Cimento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	21.4	67.7	7.2	3.0	5.5	26.2	21.9
Granito	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	7.4	8.7	9.5	6.9	8.5	34.0	19.5
Mármore	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3	0.1	0.1	0.0	0.0	0.5	0.5
Madeira	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	14.1	31.7	36.0	31.5	37.4	92.3	35.2
Pescado	38.9	44.7	25.6	49.1	49.0	41.8	44.6	49.6	85.3	53.6	87.8	62.1
Sal									0.0	0.6	0.2	0.3
Bebidas									21.0	24.5	33.2	21.6

Fonte: BNA

A Tabela 4 detalha os valores das exportações não petrolíferas e não diamantíferas entre 2010 e 2021, revelando sinais positivos de diversificação, ainda que incipientes. Destacam-se o pescado, com exportações superiores a 85 milhões USD em 2018 e 62 milhões USD em 2021; a madeira, que registou crescimento significativo, atingindo 92 milhões USD em 2020; e as bebidas, com exportações de 33 milhões USD no mesmo ano. O cimento e o granito também apresentaram valores relevantes em anos específicos, refletindo o potencial da indústria transformadora angolana.

Estes dados demonstram que Angola possui recursos e capacidade produtiva para ampliar a sua base exportadora. No entanto, persistem obstáculos estruturais que limitam o potencial de internacionalização das pequenas e médias empresas (PME), como a ausência de certificação nacional, deficiências logísticas, dificuldades de acesso a mercados externos e custos elevados de transporte. A falta de acesso regular a energia e água, bem como a escassez de mão de obra qualificada, também afetam negativamente a competitividade dos sectores produtivos.

No *Relatório Económico de Angola 2019–2020* do CEIC-UCAN, os autores asseguram que a diversificação das exportações exige políticas industriais consistentes, investimento em infraestruturas e integração regional. O estudo feito por Bienen et al (2019), com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento, reforça esta visão ao afirmarem que “a competitividade externa de Angola depende da redução dos custos logísticos, da melhoria da qualidade dos produtos exportáveis e da criação de ligações produtivas com as PME locais”. Para que Angola possa beneficiar plenamente do seu potencial exportador, é necessário superar os constrangimentos internos e posicionar-se estrategicamente nos mercados regionais e internacionais.

6. Perspetivas económicas de Angola até 2030: cenários e condicionantes

As previsões económicas para Angola até 2030 apontam para uma recuperação gradual, com crescimento liderado pelo sector não petrolífero. Segundo o modelo MODUCAN, desenvolvido pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN), a taxa de crescimento do PIB deverá variar entre 2,1% e 3,5%, com o sector não petrolífero a expandir-se a ritmos superiores a 4% em alguns anos.

Tabela 5 - Previsões do crescimento económico para Angola

Pressupostos Técnicos (valores em milhões de Kwanzas)	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Gastos Públicos	4 119 744	4 572 915	4 984 478	5 383 236	5 921 560	6 395 284	7 034 813
Investimento Público	827 000	856 887	887 855	919 941	953 188	987 635	1 023 328
Investimento Privado (Estimativa com base nos dados do INE)	4 573 646	4 596 514	4 619 497	4 642 594	4 665 807	4 689 136	4 712 582
Petróleo bruto milhões de barris	394	388	385	387	390	395	395
Volume de diamantes 1000 Quilates	10 220	10 425	10 456	10 979	11 528	12 104	12 709
Agregado Monetário M3 (Estimativa com base BNA)	16 420 421	17 241 442	17 327 649	17 414 288	17 501 359	17 588 866	17 676 810
% PIB Petrolífero	20	19	19	20	20	20	20
% PIB não Petrolífero	80	81	81	80	80	80	80

Resultados do MODUCAN (%)	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Taxa de Crescimento PIB	4.4	2.2	2.1	2.7	3.5	3.3	3.5
Sector Petrolífero	1.9	-1.4	-0.8	0.5	0.8	1.3	0.0
Sector não petrolífero	3.2	3.8	3.1	3.4	4.4	4.0	4.7
Diamantes	2.5	2.0	0.3	5.0	5.0	5.0	5.0

Fonte: CEIC, MODUCAN

A Tabela 5 apresenta os pressupostos técnicos e os resultados projetados pelo modelo MODUCAN, que traça cenários de crescimento económico para Angola até 2030. Os dados indicam uma trajetória de crescimento moderado, sustentada por uma combinação de investimento público e privado, estabilidade na produção petrolífera e expansão gradual da produção de diamantes. Os gastos públicos deverão crescer de forma contínua, passando de 4,1 bilhões de

kwanzas em 2024 para cerca de 7 biliões em 2030, refletindo o esforço do Estado em manter a capacidade de financiamento das suas funções essenciais.

O investimento público, embora estável, apresenta um ligeiro crescimento anual, o que demonstra uma aposta na manutenção de infraestruturas e serviços básicos. Por outro lado, o investimento privado mantém-se robusto, com valores superiores a 4,5 biliões de kwanzas por ano, sinalizando confiança dos agentes económicos na recuperação e dinamização da economia nacional. A produção petrolífera deverá manter-se relativamente estável, com uma ligeira tendência de queda, enquanto a produção de diamantes deverá crescer de 10 220 mil quilates em 2024 para 12 709 mil quilates em 2030, reforçando o papel deste recurso na pauta exportadora.

Estes pressupostos sustentam um cenário em que o sector não petrolífero assume papel central na dinâmica económica angolana. Os sectores com maior potencial de crescimento incluem os diamantes, a energia elétrica, os transportes, a pesca e a agroindústria. Estes sectores não apenas contribuem para a diversificação da economia, como também têm maior capacidade de gerar empregos formais e distribuir os benefícios do crescimento de forma mais equitativa.

Contudo, a concretização deste cenário depende da implementação de reformas estruturais que melhorem o ambiente de negócios, reduzam a burocracia e garantam segurança jurídica. A estabilidade política e a capacidade de atrair investimento nacional e estrangeiro serão igualmente determinantes. Para que o crescimento económico seja inclusivo e sustentável, será necessário investir em capital humano, fortalecer as instituições públicas e assegurar uma gestão prudente da dívida pública, criando condições para que o desenvolvimento económico se traduza em progresso social.

7. Recomendações de políticas

No domínio do **emprego e mercado de trabalho**, é essencial que o Estado angolano promova a formalização progressiva do emprego através de incentivos fiscais às empresas que integrem trabalhadores informais. A simplificação dos processos de registo e a digitalização dos serviços públicos podem facilitar este processo. Simultaneamente, devem ser criados programas de estágio e primeiro emprego para jovens, com foco na formação técnica e profissional, alinhada às necessidades dos sectores produtivos. O estímulo ao empreendedorismo juvenil, através de microcrédito e incubadoras de negócios, deve ser acompanhado por uma reforma educativa que valorize competências práticas e digitais, especialmente fora dos grandes centros urbanos.

No campo da **inflação e estabilidade de preços**, recomenda-se o reforço da produção nacional de bens alimentares e energia, com investimentos estratégicos na agricultura familiar, na agroindústria e nas energias renováveis. A melhoria das infraestruturas logísticas – estradas, portos, centros de distribuição – é crucial para reduzir os custos de transporte e mitigar os efeitos da inflação importada. A política monetária deve ser mais previsível e coordenada com a política fiscal, visando a estabilização do mercado cambial. Além disso, é necessário fortalecer os mecanismos de regulação dos mercados e garantir maior transparência na formação de preços, especialmente nos sectores da saúde, educação e transportes.

Relativamente à dívida pública e à sustentabilidade fiscal, Angola deve priorizar a renegociação da dívida externa com foco em prazos mais longos e taxas de juro mais baixas,

privilegiando acordos com credores multilaterais. Esta abordagem pode aliviar a pressão sobre o serviço da dívida e criar espaço orçamental para investimentos sociais e produtivos. A transparência na contratação de novos financiamentos deve ser reforçada, com a publicação regular de contratos, termos de empréstimos e relatórios de execução orçamental, permitindo maior escrutínio público e confiança dos investidores.

Além disso, é fundamental realizar uma auditoria independente e abrangente à dívida pública – tanto externa como interna – com o objetivo de verificar a legitimidade, a conformidade legal e a sustentabilidade dos compromissos assumidos. Esta auditoria permitiria identificar eventuais irregularidades, melhorar a gestão da dívida e orientar decisões futuras com base em evidência técnica. A sua realização seria também um sinal de compromisso com a boa governação e a responsabilidade fiscal.

A reforma tributária deve ser aprofundada, com medidas eficazes para combater a evasão fiscal, rever benefícios fiscais ineficazes e ampliar a base tributária, especialmente nos sectores não petrolíferos. O planeamento de investimentos públicos deve ser orientado por critérios de retorno económico e social, evitando gastos improdutivos e assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e equitativa. A combinação destas medidas poderá fortalecer a sustentabilidade fiscal do país e contribuir para um crescimento económico mais inclusivo e resiliente.

No que diz respeito ao **crescimento económico e diversificação da economia**, é recomendável a criação de zonas económicas especiais com incentivos à produção e exportação, especialmente em regiões com potencial agrícola, mineiro e turístico. Os sectores estratégicos – agroindústria, transporte e logística, energias renováveis e turismo – devem ser apoiados com políticas industriais consistentes e acesso facilitado ao crédito. A melhoria do ambiente de negócios passa pela redução da burocracia, garantia de segurança jurídica e simplificação administrativa. As parcerias público-privadas devem ser promovidas em áreas como infraestruturas, educação e saúde, com modelos de financiamento sustentáveis e transparentes.

Por fim, no eixo das **exportações e competitividade externa**, Angola deve investir na certificação e padronização de produtos, especialmente nos sectores da pesca, madeira, bebidas e minerais. A modernização das infraestruturas portuárias e alfandegárias é essencial para facilitar o comércio internacional. A diversificação dos mercados de destino deve ser promovida através de acordos comerciais regionais e bilaterais, com foco na África Austral, Ásia e América Latina. As pequenas e médias empresas devem ser apoiadas na sua internacionalização, com programas de formação, acesso a feiras internacionais e financiamento à exportação.

8. Conclusão

Angola encontra-se num momento decisivo da sua trajetória económica. A análise das cinco variáveis macroeconómicas – desemprego, inflação, dívida pública, crescimento do PIB e exportações – revela uma economia em transição, marcada por desafios estruturais persistentes, como o elevado desemprego juvenil, a informalidade laboral, a inflação elevada e a dependência excessiva do petróleo. No entanto, também se observam sinais encorajadores de transformação, com maior dinamismo em sectores não petrolíferos e pequenos avanços na diversificação da economia.

As projeções até 2030 apontam para um crescimento económico moderado, liderado pelo sector não petrolífero, com destaque para os diamantes, a energia elétrica, os transportes, a pesca e a agroindústria. Estes sectores têm potencial para gerar empregos formais, reduzir desigualdades regionais e contribuir para uma economia mais resiliente. Contudo, a concretização deste cenário depende da capacidade do Estado angolano de transformar recursos em oportunidades, atrair investimento privado e garantir políticas públicas eficazes, transparentes e inclusivas.

Para enfrentar os desafios do mercado de trabalho, é essencial promover a formalização do emprego, reforçar a formação técnica e profissional, e apoiar o empreendedorismo juvenil. No combate à inflação, recomenda-se o investimento na produção nacional de bens essenciais, a melhoria das infraestruturas logísticas e a estabilização do mercado cambial. No domínio fiscal, Angola deve aprofundar a reforma tributária, ampliar a base fiscal e realizar uma auditoria independente à dívida pública – interna e externa – como medida de transparência e boa governação.

A diversificação das exportações exige políticas industriais consistentes, apoio à certificação de produtos, modernização dos portos e promoção da internacionalização das PME. O crescimento económico só será inclusivo se acompanhado por políticas sociais eficazes, gestão prudente da dívida e investimento em capital humano. Com vontade política, estabilidade institucional e cooperação internacional, Angola pode transformar os seus desafios em oportunidades e consolidar-se como uma economia africana em ascensão.

Referências bibliográficas

- António, A. (2023). Money growth and inflation rate: Evidence from Angola from 2014 to 2023. *Revista Academicus*. <https://www.ajol.info/index.php/academicus/article/view/279577>
- Banco Mundial. (2023). *Angola Economic Update: Towards Inclusive Growth*. <https://www.worldbank.org/pt/country/angola>
- Banco Mundial. (2023). *O Banco Mundial em Angola*. <https://www.worldbank.org/pt/country/angola>
- Banco Nacional de Angola. (2025). *Estatísticas*. Luanda: BNA.
- Bienen, D., Zita, S., Duarte, A., & Paulo, F. M. (2019). *Export diversification in Angola: Challenges and opportunities*. African Development Bank. https://www.afdb.org/sites/default/files/2022/02/17/export_diversification_study_2019-03-20_pt.pdf
- CEIC-UCAN. (2021). *Relatório Económico de Angola 2019–2020*. Luanda: Universidade Católica de Angola.
- CEIC-UCAN. (2022). *Relatório Económico de Angola 2022*. Luanda: Universidade Católica de Angola.
- CEIC-UCAN. (2023). *Relatório Económico de Angola 2021–2022*. Luanda: Universidade Católica de Angola.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). (2023). *Angola: Article IV Consultation Report*. Washington, DC: IMF.
- Hodges, A. (2004). *Angola: Anatomy of an Oil State*. Indiana University Press.
- INE Angola. (2025). *Indicadores de Preços ao Consumidor*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE Angola. (2025). *Contas Nacionais e PIB por Sector*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- Orre, A. (2010). *Political Reform in Angola: The Role of External Actors*. Chr. Michelsen Institute.
- Paulo, F. M. (2013). *Diversification of Angolan exports: Challenges and benefits* [master's thesis, Universidade Católica Portuguesa]. UCP Repositório. <https://repositorio.ucp.pt/entities/publication/4c646352-cc56-45f0-91af-87a760210d0a/full>
- Paulo, F. M. (2021). Investing in the people? Analysis of education policies in Angola. In G. Mukwambo, T. Chikumbu, & M. Mlambo (Eds.), *Routledge Handbook of Public Policy in Africa* (pp. 399–410). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003143840-41>
- Paulo, F. M., Orre, A., & Fjeldstad, O. H. (2020). The non-oil tax reform in Angola: Escaping from petroleum dependency? *The Extractive Industries and Society*, 7(4), 1189–1199. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2020.08.011>
- Rocha, A., Daves, V., & Delgado, A. (2024). *Finanças Públicas* (4.ª ed.). Luanda: Universidade Católica de Angola.
- Soares de Oliveira, R. (2015). *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War*. Oxford University Press.
- Yeze, B. N. (2024). *A evolução da dívida pública e o seu impacto no crescimento económico angolano* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. <https://repositorium.uminho.pt/handle/1822/91213>

A LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO NO SÉCULO XXI: ENTRE O PRINCÍPIO UNIVERSAL E OS NOVOS DESAFIOS

José Manuel Silva Carreira

1. INTRODUÇÃO

“A primeira e mais óbvia forma como o mar se nos apresenta, dos pontos de vista social e político, é a de uma grande estrada; ou, talvez melhor, como um vasto espaço de uso universal que o homem cruza em todas as direcções...”¹

Com estas palavras que abre a famosa obra “The Influence of Seapower Upon History, 1660-1783”, com a qual ALFRED THAYER MAHAN, no fim do século XIX, chamava a atenção para a importância do mar e para a necessidade dos Estados Unidos da América tirarem partido da liberdade de navegação para se afirmarem como potência mundial.

No mesmo sentido, agora nos fins dos anos de 1970, o almirante SERGEI GORSHKOV visando a projecção mundial da União Soviética, vem no seu livro “The Sea Power of the State”, mostrar como o poder marítimo poderia ser usado para o seu País alcançar o estatuto de potência marítima global.²

É também a percepção da importância do mar e da liberdade de navegação que o leva afirmar: “Em regra, as civilizações surgiram e desenvolveram-se precisamente nas costas dos mares e dos oceanos. Os países cujas populações estavam ligadas ao mar tornaram-se economicamente mais fortes primeiro que os demais.”³

Foi caso dos gregos, que no século V a. C. construíram um império marítimo assente em três pilares: A liberdade de navegação, o comércio marítimo e o poder naval.

Diz-nos TUCÍDIDES que, em 480 a.C., sob ameaça da segunda invasão persa⁴, TEMÍSTOCLES, o fundador do poder naval de Atenas, convenceu os atenienses a construir a esquadra com que venceram a batalha de Salamina destruindo a esquadra persa⁵.

¹ A. T. Mahan, “The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783”, The Project Gutenberg eBook, 2004, updated 2007 (from the 12th ed.1890), p. 25.

² S. Gorshkov, “The Sea Power of the State”, Pergamon Press Ltd, Oxford, England, 1979, p. 278.

³ S. Gorshkov, *op. cit.* p. 1.

⁴ Organizada por Xerxes.

⁵ Thucydides, “The History of the Peloponnesian War”, ed./transl. Sir Richard Livingstone, Oxford University Press, NY, tenth printing, 1982, p. 41 e 42, e 47 a 60 e 81.

Após este sucesso os gregos viraram-se para o mar e lançaram-se na construção do império porque só o comércio e a liberdade das comunicações por mar e por terra criariam as condições para a construção de grandes cidades e para alcançar alguma forma de grandeza⁶.

Além disso, os gregos puseram em prática o que, muitos séculos mais tarde, se constituiria como um dogma: “o comércio segue a bandeira”⁷.

Mas o mais importante do legado grego talvez seja o ideal democrático, que foi construído na permanente tensão entre oligarquia e democracia, e esta prevaleceu graças à liberdade de navegação como KARL R. POPPER bem explica⁸:

“Talvez a mais poderosa causa do colapso da sociedade fechada tenha sido o desenvolvimento das comunicações e do comércio marítimos...[que]...são os dois aspectos mais relevantes do imperialismo ateniense, tal como se desenvolveu no século V a C... Tornou-se assim claro [para os oligarcas] que o comércio marítimo de Atenas, o seu comercialismo monetário, a sua política naval e as suas tendências democráticas constituíam um único e grande movimento, sendo por isso impossível vencer a democracia sem destruir também a política naval e o império.”

Hoje, a sociedade aberta está longe de colher aceitação universal e está permanentemente a ser posta em causa por uma grande variedade de inimigos que têm em comum o seu ódio à democracia, aos direitos humanos e à liberdade.

As sociedades democráticas não devem, por isso, esquecer esta lição da História, devem antes associar-se na defesa da liberdade de navegação como um dos meios mais significativos para a promoção do ideal democrático.

2. FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO

A prosperidade resultante do comércio marítimo, o conhecimento de novas terras e povos, e o contacto com novas culturas promoveram uma profunda mudança económica, política e cultural na Europa nos fins do século XVI.

E é o desenvolvimento do comércio marítimo internacional pelas nações marítimas europeias e os seus interesses económicos que vieram fazer sentir intensamente a necessidade de igual liberdade de navegação em todos os mares e oceanos⁹.

Mas o processo pelo qual se chegou ao actual conceito de liberdade de navegação, que é um dos componentes relevantes do conceito clássico de liberdade dos mares¹⁰, radica na superação

⁶ Thucydides, *op. cit.* p. 33, 34, and 50.

⁷ “Trade follows the flag”. Thucydides, *op. cit.* p. xxii, xxiii and 127.

⁸ Karl R. Popper, “The Open Society and its Enemies, Vol. I – The Spell of Plato”, George Routledge & Sons, Ltd, London, 1947, p. 154 and 155.

⁹ S. Gorshkov, “The Sea Power of the State”, Pergamon Press Ltd, Oxford, England, 1979, p. 49.

¹⁰ José Juste-Ruiz, “Freedom of Navigation and Responsibility for Damage to the Marine Environment”, p. 85, in “30 Years After the Signature of the UNCLOS, Coimbra Editora, Maio 2014, p. 85 to 111.

de numa das mais importantes controvérsias na história do direito internacional, em que foram postas em confronto duas teses: “mare liberum”¹¹ e “mare clausum”¹².

Apesar da oposição de Portugal, Espanha e Inglaterra, a ideia da liberdade dos mares impôs-se rapidamente e, nos finais do século XVII, a liberdade dos mares já era uma regra consuetudinária bem estabelecida a qual se pode enunciar nos seguintes termos: O livre comércio internacional é um direito fundamental dos Estados, sendo que a liberdade de navegação é essencial para garantir a liberdade de comércio, as livres trocas, e a liberdade das comunicações¹³.

Por fim, liberdade dos mares era a chave do domínio da Europa sobre o resto do mundo.¹⁴

No século XVIII, as grandes controvérsias no que respeita o Direito do Mar tinham a ver com o controlo das linhas de comunicação e o comércio marítimo, com reflexos numa exigência acrescida do respeito pelos direitos dos Estado neutrais em caso de guerra, propiciando o desenvolvimento do direito da neutralidade. A realidade do século XIX não se afasta destas preocupações.

As grandes mudanças iriam surgir no século XX. As preocupações dos séculos anteriores não só se agudizam com os choques entre os grandes impérios europeus, como também outras novas surgiram à medida que as tecnologias se iam desenvolvendo e as exigências do moderno mundo industrial se orientavam para a exploração dos recursos do mar¹⁵.

Numa mensagem ao Congresso dos Estados Unidos da América, em 8 de Janeiro de 1918, o Presidente WOODROW WILSON apresentou os seus catorze pontos¹⁶, sendo que no segundo declarava a “absoluta liberdade de navegação nos mares, fora das águas territoriais, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra...”¹⁷, dando assim especial ênfase à fundamental importância deste princípio, numa clara demonstração da importância da liberdade de navegação enquanto instrumento ao serviço da paz e da expansão do ideal democrático no mundo.

Entretanto, o movimento para a codificação do direito relativo ao mar que se tinha iniciado no princípio do século XIX¹⁸, vai fazendo o seu caminho e, à medida que vão crescendo novas

¹¹ Hugonis Grotii, “*Mare Liberum, Sive de Jure quod Batavis competit ad indicana commercia dissertatio*”, 1609, o qual é escrito a propósito da defesa da captura do galeão português Santa Catarina, pelos holandeses no Estreito de Malaca, em 1602.

¹² Alberico Gentili, “*Advogatio hispanica*”, 1613. Serafim de Freitas, “*De Justo Imperio Lusitanorum Asiatico*”, 1625, em *Latim e Português*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1983, 2 volumes. John Selden, “*Mare clausum, seu de dominio maris*”, 1635.

¹³ Nguyen Quoc Dinh, “*Droit International Public*”, 6e. ed., Librairie Générale du Droit et de Jurisprudence, Paris, 1999, p. 1143.

¹⁴ William Barton, “*A Dissertation on the Freedom of Navigation*”, Philadelphia, 1802, *passim*.

¹⁵ Nguyen Quoc Dinh, *op. cit.* p. 1094.

¹⁶ Henry Kissinger, “*World Order*”, Allen Lane, London, 2014, p. 256, e Celso de Albuquerque, “*Os 14 pontos de Wilson*”, in “*Legado Político do Ocidente*”, DIFEL, Rio de Janeiro – São Paulo, Brasil, 1978, p. 205 to 213: Estes famosos catorze pontos expressam uma visão idealista e uma missão moral de promover a paz e a democracia nas relações internacionais.

¹⁷ President Woodrow Wilson’s Fourteen Points, Yale Law School, The Avalon Project, ac. 13Set2015.

¹⁸ Como mostra o apelo de William Barton, em 1802, para a elaboração de “um código artificial de Direito Marítimo, conforme aos princípios da justiça natural e aos direitos dos Estados independentes”, in William Barton, “*A Dissertation on the Freedom of Navigation*”, Philadelphia, 1802, p. 7.

reivindicações dos Estados costeiros sobre os recursos¹⁹ do leito do mar e do seu subsolo²⁰, assim como as tentativas para estenderem a sua jurisdição sobre vastas áreas marítimas comprometendo a liberdade de navegação, mais se impõe a necessidade desta codificação, o que levou à realização no século XX de várias conferências sobre o direito do mar que deram origem às convenções que hoje vigoram²¹.

Em particular a terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, cujos trabalhos decorreram entre 1973 e 1982, e que terminou com a assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em Montego Bay, na Jamaica, em 10 de Dezembro de 1982, a qual entrou em vigor em 1994.

Esta, veio fixar o regime jurídico das diferentes zonas marítimas, algumas das quais vão encontrar aqui pela primeira vez expressão jurídica (*v.g.* a Zona Económica Exclusiva), e preservou a regra da liberdade de navegação, à semelhança do que já acontecia com as Convenções de Genebra de 1958 sobre o Alto Mar²² e sobre a Plataforma Continental²³; agora no seu artigo 87.º, nos termos do qual todos os Estados costeiros ou sem litoral, gozam no Alto Mar da liberdade de navegação, entre outras liberdades funcionais as chamadas liberdades do Alto Mar²⁴.

Liberdade de navegação significa que todos os Estados têm o direito de fazer navegar no alto mar navios que arvoem a sua bandeira e submetidos em exclusivo à sua jurisdição²⁵, ainda que sujeitos a certas restrições, na Zona Económica Exclusiva (ZEE) de outros Estados²⁶.

Isto é, este direito aplica-se também, com “nuances”, à Zona Económica Exclusiva (ZEE), que se pode estender até às 200 milhas náuticas²⁷, e onde, apesar do Estado costeiro ter direitos soberanos sobre os recursos naturais, a liberdade de navegação se mantém.²⁸

Na ZEE, os Estados costeiros têm o direito exclusivo de exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos qualquer que seja a sua natureza, e no exercício das suas jurisdições, podem impor certas restrições relativamente à protecção dos seus direitos que são de natureza económica²⁹.

¹⁹ Haliêuticos, energéticos e minerais.

²⁰ Nguyen Quoc Dinh, *op. cit.* p.1095.

²¹ I Conferência para Codificação do Direito Internacional, Haia, 1930, e nas Conferências das Nações Unidas: I - 1958; II - 1960; e III - de 1973 a 1982.

²² Entrou em vigor em 1962. Artigo 2.º.

²³ Entrou em vigor em 1964. Artigo 3.º.

²⁴ Artigo 87.º, n.º. 1: a) Liberdade de navegação; b) Liberdade de sobrevoos; c) Liberdade de colocar cabos e ductos submarinos...; d) Liberdade de construir ilhas artificiais...; e) Liberdade de pesca...; f) Liberdade de investigação científica...

²⁵ Artigos 90.º e 92.º.

²⁶ Artigos 58.º, 87.º, 90.º e 92.º.

²⁷ Cf. Artigos 3.º, 5.º e 7.º, as 200 milhas náuticas são medidas a partir das linhas de base determinadas em conformidade com a Convenção.

²⁸ CNUDM, artigo 58.º - Aplicação das liberdades de alto-mar na ZEE.

²⁹ Thomas A. Clingan, Jr, “Freedom of Navigation in a Post-UNCLOS III Environment”, Ed. Law and Contemporary Problems, Spring 1983, p.113, e artigos 56.º, 58.º e 88.º a 115.º.

Contudo as restrições relativas às ZEE não devem ser entendidas como restrições de direitos, mas, tão só, quanto à forma como esses direitos podem ser exercidos³⁰, questão que assume uma importância fundamental uma vez que a área total de todas as ZEE é cerca de 35,81%, da área total de todos oceanos³¹.

No que respeita à colocação e utilização de ilhas artificiais na ZEE, este é um direito exclusivo do Estado costeiro, assim como o de autorizar e regulamentar a construção de ilhas artificiais e sobre as quais tem jurisdição exclusiva³².

O Estado costeiro pode criar em torno das ilhas artificiais zonas de segurança, mas que não poderão exceder uma distância de 500 metros; e tanto as ilhas artificiais, como as zonas de segurança não podem ser estabelecidas se interferirem na utilização das rotas marítimas reconhecidas essenciais para a navegação internacional³³.

As ilhas artificiais não têm o estatuto de ilhas³⁴, não tendo, por isso, mar territorial próprio e a sua presença não afecta a delimitação do mar territorial, da zona económica exclusiva, ou da plataforma continental³⁵.

Por fim, as ilhas artificiais não devem ser militarizadas, enquanto expressão do princípio do uso do mar para fins pacíficos que enforma toda a CNUDM.³⁶

No Mar Territorial, cuja largura pode ir até á doze milhas marítimas³⁷, o direito de passagem inofensivo permite a circulação de navios de todos as bandeiras, desde que não ponham em causa a paz, a ordem, ou a segurança do Estado costeiro.³⁸

Expressão também da liberdade de navegação é o direito da passagem em trânsito que se aplica aos estreitos utilizados pela navegação internacional e que não pode ser impedido,

³⁰ Thomas A. Clingan, Jr, *op. cit.* p. 114.

³¹ Miguel Beça Pacheco, “Medidas da Terra e do Mar”, Instituto Hidrográfico, Lisboa, 2013, p. 5 e 45; James Kraska, “Maritime Power and the Law of the Sea - Expeditionary Operation e World Politics”, Oxford University Press, 2011, p. 4.

³² Artigos 56.º, n.º1, alínea b), subalínea i); e 60.º, n.º1, alínea a) e n.º 2).

³³ Artigo 60.º, números 4 e 5.

³⁴ CNUDM, artigo 11.º (Ilhas).

³⁵ Artigo 60.º, n.º 8.

³⁶ Esta postula que o mar é um espaço de convivência pacífica mesmo nos espaços sob jurisdição dos Estados e que deve ser usado como fonte de solidariedade internacional, ponderando mesmo os interesses dos Estados menos favorecidos. Também de referir que as tendências evolutivas do Direito do Mar têm claras implicações no exercício da navegação e existem alguns aspectos críticos que condicionam a forma como a liberdade de navegação pode hoje ser exercida, designadamente a passagem inofensiva pelo mar territorial de navios com cargas perigosas, o trânsito pelos estreitos internacionais, os exercícios militares na ZEE de outros Estados, a jurisdição do Estado costeiro no que respeita à protecção ambiental nos seus mar territorial e ZEE, o controlo pelo Estado do porto, a prevenção da proliferação de armas de destruição em massa, a repressão do tráficos de droga, de pessoa e de escravos, do terrorismo e da pirataria, assim como de outros crimes no alto mar. Assim, cf. José Juste-Ruiz, *op. cit.* p. 87 “a liberdade de navegação deve hoje ser olhada como um direito funcional dos Estados da bandeira, a ser exercido com “o devido respeito” pelos outros relevantes interesses colectivos (dos Estados) sobre o mar.”

³⁷ Artigo 3.º medidas a partir das linhas de base determinadas em conformidade com a presente Convenção.

³⁸ CNUDM, artigos 17.º a 19.º - Direito de passagem inofensivo.

assim como o direito de passagem inofensivo pelas águas arquipelágicas e o direito de passagem pelas rotas marítimas arquipelágicas.³⁹

Trata-se assim de um regime jurídico que tenta equilibrar os direitos dos Estados costeiros com os direitos da comunidade internacional assegurando o funcionamento do comércio marítimo e da circulação de bens, pessoas e ideias.

Contudo, do equilíbrio global conseguido através dos particulares regimes das zonas marítimas resulta não uma liberdade de navegação abstracta, mas antes concretizada na forma menos absoluta de sempre, condicionada em grande parte pela massiva dimensão da navegação marítima e pela vasta extensão das áreas de exploração dos recursos naturais no mar⁴⁰.

3. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO

A CNUDM foi o resultado de um grande debate estratégico entre as potências marítimas ciosas da sua liberdade de navegação que lhes garante a prosperidade através do comércio marítimo e a liberdade de acção que lhes permite a projecção do poder; e os Estados costeiros que sempre pretendem estender a sua soberania sobre o mar visando a apropriação exclusiva dos recursos naturais da coluna de água e dos fundos do marinhos contíguos.

E a questão não é nova, como refere O'CONNEL, "A história do direito do mar tem sido dominada por um tema persistente e central - a competição entre o exercício da autoridade governamental sobre o mar e a ideia de liberdade dos mares. Esta tensão tem aumentado e diminuído ao longo dos séculos e reflectindo as circunstâncias estratégicas e económicas de cada época específica."⁴¹

E o nosso tempo não é diferente. A liberdade de navegação é uma das expressões mais antigas do Direito Internacional consuetudinário e um dos pilares do sistema jurídico que rege os usos dos oceanos que sendo reafirmado com clareza na Convenção das Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982, constitui um direito funcional com profundos reflexos económicos, estratégicos e jurídicos.

Mas no século XXI, este princípio é cada vez mais interpelado por dinâmicas que desafiam a sua aplicação tradicional tais como a militarização de rotas estratégicas, a emergência de zonas marítimas disputadas, o reforço do poder dos Estados costeiros, a protecção do ambiente marinho e a crescente interdependência do comércio marítimo global.

3.1 A geopolítica dos oceanos: conflitos de soberania e projecção de poder

No século XXI, o mar deixou de ser apenas um espaço de circulação, de comércio e de

³⁹ Cf designadamente, José Juste-Ruiz, *op. cit.* p. 86, a liberdade de navegação também releva nos seguintes termos: Quando navegando no mar territorial ou nas águas arquipelágicas de outro Estado, os navios estrangeiros devem respeitar as disposições relativas à passagem inofensiva (artigos 17.º a 26.º), ou à passagem pelas rotas marítimas arquipelágicas (artigos 52.º a 54.º). Nos estreitos que são usados para a navegação internacional todos os navios têm o direito de passagem em trânsito (artigos 37.º a 44.º), excepto nos casos em que se aplica o regime da passagem inofensiva (artigo 45.º), ou quando a passagem é regulada por convenções internacionais há longa data em vigor (artigo 35.º, alínea c).

⁴⁰ DP O'Connell, "The International Law of The Sea", Vol. II, Claredon Press, Oxford, 1984, p. 796 – 797.

⁴¹ DP O'Connell, "The International Law of The Sea", Vol. I, Claredon Press, Oxford, 1982.

exploração de recursos para voltar a ser também um palco de rivalidades geopolíticas potenciadas pelo relativo declínio das potências marítimas tradicionais.

No passado, as disputas centravam-se na largura do mar territorial e no regime jurídico dos estreitos internacionais⁴², o esforço de codificação do Direito do Mar no século XX e a CNUDM, de 1982, em particular, vieram resolver estas questões, mas criaram novas situações que reforçam o poder dos Estados sobre o mar em detrimento da liberdade de navegação.

A começar pela largura do mar territorial que passou das consuetudinárias três milhas medidas a partir das linhas de base que seguiam as sinuosidades da costa, para as doze milhas medidas frequentemente medidas a partir de linhas de base rectas, o que não só afasta o limite exterior do mar territorial para o alto mar, como aumenta substancialmente a área das águas interiores marítimas onde a soberania do Estado é plena.⁴³

O segundo, foi o desenvolvimento do conceito de águas arquipelágicas⁴⁴ pelo qual alguns Estados arquipélagos⁴⁵ podem reclamar as águas dentro de linhas de base arquipelágicas⁴⁶, ligando os pontos mais exteriores das ilhas mais exteriores do arquipélago para as submeter à sua soberania com um estatuto próximo do mar territorial.⁴⁷

Em síntese, as águas interiores marítimas, o mar territorial e as águas arquipelágicas estão sujeitas à soberania das nações costeiras ficando reservados à comunidade internacional alguns direitos de navegação.⁴⁸

O alto mar, a zona contígua e a ZEE, têm a natureza de “águas internacionais” para os efeitos de liberdade de navegação, sobrevoos e outros usos legais do alto mar.⁴⁹

Apesar disso a ZEE, também uma criação da CNUDM, de 1982, veio trazer novos desafios à liberdade de navegação. Com efeito, a navegação internacional por esta zona tem que ter em consideração os direitos e os deveres do Estado costeiro *inter alia* para exploração e extracção dos recursos da ZEE e da Plataforma Continental (PC) e a protecção e preservação do meio marinho. E, em particular, ter em atenção e respeitar as ilhas artificiais, instalações, estruturas e zonas de segurança estabelecidas pelo Estado costeiro na sua ZEE e PC.⁵⁰

Por fim, até na Zona Contígua, que se pode estender até às 24 milhas, estabelecida essencialmente para fins aduaneiros, fiscais, de imigração e sanitários, o Estado

⁴² James Kraska, “Maritime Power and the Law of the Sea - Expeditionary Operation e World Politics”, Oxford University Press, 2011, p. 1.

⁴³ CNUDM, artigo 3.º e seguintes.

⁴⁴ CNUDM, artigo 49.º.

⁴⁵ Artigo 46.º. Por exemplo Indonésia, Filipinas e Bahamas.

⁴⁶ Artigo 47.º.

⁴⁷ San Remo Manual on International Law Applicable to Armed Conflicts at Sea, Cambridge University Press, 1995, p. 94.

⁴⁸ James Kraska, op. Cit. p. 4.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ CNUDM, artigo 55.º e seguintes.

costeiro tem o poder de intervenção para protecção e preservação do património cultural subaquático.⁵¹

Pode-se assim dizer que as tendências evolutivas do Direito do Mar têm claras implicações no exercício da navegação e existem alguns aspectos críticos que condicionam a forma como a liberdade de navegação pode hoje ser exercida, designadamente a passagem inofensiva pelo mar territorial de navios com cargas perigosas, o trânsito pelos estreitos internacionais, os exercícios militares na ZEE de outros Estados, a jurisdição do Estado costeiro no que respeita à protecção ambiental nos seus mar territorial e ZEE, o controlo pelo Estado do porto, a prevenção da proliferação de armas de destruição em massa, a repressão do tráficos de droga, de pessoas e de escravos, do terrorismo e da pirataria, assim como de outros crimes no alto mar.⁵²

A importância estratégica do Direito do Mar para as forças navais foi um tema que esteve sempre presente no debate para a sua codificação, especialmente conduzido pelas potências marítimas, à época os Estados Unidos da América, a União Soviética, a Inglaterra e a França.

Por exemplo, o regime de passagem em trânsito pelos estreitos internacionais⁵³ foi essencial para que os submarinos nucleares estratégicos pudessem assegurar esta dimensão da tríade estratégica, imprescindível à eficácia da “deterrence” nuclear e ao equilíbrio entre as potências nucleares que garantiu a paz no mundo.

Há, portanto, uma relação crítica entre os regimes de navegação da CNUDM e a estratégia político-militar nas suas dimensões de segurança e “diplomacia coerciva”.

Daí, a importância de perceber como a CNUDM se interliga com as operações navais e a importância desta ligação entre a lei e a grande estratégia.⁵⁴

Actualmente, é o regime da ZEE que se constitui como crítico para as operações navais e expediçãoárias, que são um meio privilegiado para procurar manter a paz e a estabilidade no mundo.

Contrariar as regras limitativas a estas operações que os Estados costeiros estabelecem nas suas ZEE é particularmente difícil porque surgem fundamentadas no legítimo exercício da sua jurisdição sobre os recursos e para a protecção do ambiente marinho.

Estas reivindicações dos Estados costeiros sobre a ZEE podem prejudicar, ou mesmo deslegitimar as operações navais perto das costas ou em áreas restritas.

A isto se opõem os Estados que pretendem fortalecer a ordem liberal dos oceanos e, para o efeito, organizam operações para garantir a liberdade de navegação (Freedom of Navigation Operations - FONOPS), realizadas pelos navios dos Estados Unidos e seus aliados, tais como França, Japão, Noruega, Reino Unido, e Singapura, que em áreas disputadas procuram reafirmar esse direito, mas são por outros interpretadas como provocações agravando tensões regionais.⁵⁵

⁵¹ CNUDM, artigos 33.º e 303.º.

⁵² José Juste-Ruiz, *op. cit. passim*.

⁵³ Artigo 37.º e ss.

⁵⁴ James Kraska, *op. Cit.* p. 17 e 18.

⁵⁵ James Kraska, “Maritime Power and the Law of the Sea - Expeditionary Operations in World Politics”, Oxford University Press, 2011, p. 9 ss; 397 ss.

3.2 Casos de áreas marítimas disputadas

No século XXI as rotas marítimas são centrais para o comércio internacional, a segurança energética e a projecção do poder naval. Mais de 80% do comércio mundial é transportado por via marítima e cerca de metade da navegação internacional passa por pontos de confluência/estrangulamento da navegação, designados em inglês por “choke points”.⁵⁶

Esta circunstância tem levado a disputas e, nalguns casos, a militarização de certas rotas envolvendo tanto Estados costeiros, como potências marítimas não regionais ou mesmo globais. Isto, porque as rotas marítimas não são apenas vias de transporte, elas representam também, como outros espaços marítimos, desafios à soberania, à projecção geopolítica e à garantia de acesso a recursos, em particular alimentares, energéticos e matérias primas.

Por isso, as disputas relativas a todos esses espaços marítimos traduzem-se hoje em tensões diplomáticas, presença militar e, em certos casos, conflitos abertos, realçando-se algumas situações emblemáticas.

3.2.1 Mar do Sul da China

A China/RPC, baseada em supostos direitos históricos, reivindica jurisdição sobre cerca de 90% do Mar do Sul da China, o qual abrange cerca de 3,5 milhões de milhas quadradas, delimitando a área pretendida pela designada “linha dos nove traços” (“nine-dash line”) que surgiu pela primeira vez em mapas chineses em 1947⁵⁷ e sem grande clarificação das suas pretensões⁵⁸ vai desafiando os direitos dos Estado vizinhos e o regime jurídico da CNUDM.

Para dar uma ideia da importância desta região basta referir que pelo Estreito de Malaca passa quatro vezes mais petróleo que pelo Suez.

Pelo mar do Sul da China passa 30% do comércio marítimo mundial, que corresponde a mais de 5 triliões de dollars americanos por ano. Possui um décimo das reservas mundiais de peixe e abundantes depósitos de petróleo e gás natural.⁵⁹

A China, desde 2014, já construiu sete ilhas artificiais, em recifes e baixios nas Ilhas Spratley⁶⁰, algumas das quais na ZEE de outros Estados como as Filipinas, o que já foi designado por “uma grande muralha de areia”⁶¹, e impede o acesso aos pescadores dos outros Estados da região, usando navios de guerra e meios paramilitares, ao mesmo tempo que permite aos pescadores chineses a depredação dos recursos vivos.

Em Fevereiro de 2016, colocou radares e mísseis terra-ar nas Ilhas Paracel, que são reclamadas pelo Vietname.

⁵⁶ IMO Facts and Figures 2025 | Review of Maritime Transport, 2024.

⁵⁷ Zhiguo Gao & Bing Jia, “The nine dash line in the South China Sea: History, Status, and Implications”, *The American Journal of International Law*, 2013-01, Vol. 107 (1), p. 98 - 123.

⁵⁸ Hannah Beech, “Welcome to the South China Sea”, in *TIME*, JUNE 6, 2016, p. 20-29.

⁵⁹ Hannah Beech, idem, e Admiral James Stavridis, “Geopolitics: Trump’s top priority must be a strong China Strategy”, in *TIME*, DEC 26, 2016 / JAN 2, 2017, p.22.

⁶⁰ V.g. Fiery Cross Reef, Subi Reef, Mischief Reef, e Second Thomas Shoal.

⁶¹ Pelo Almirante Harry Harris jr, comandante naval americano do Pacífico (US Pacific Command).

Este comportamento da China vem colidir com os interesses de outros Estados da região que também têm reivindicações sobre o arquipélago das Spratley, tais como Taiwan, Malásia, Vietname e Burneo, para além das já referidas Filipinas⁶².

Os Estados Unidos da América reforçaram a sua presença naval na região, agindo de modo a reafirmar o princípio da liberdade de navegação o que veio aumentar o risco de confrontação e transformar o mar do Sul da China no “assunto” da geopolítica global⁶³. A China mostra irritação contra os Estados Unidos por os navios de guerra americanos navegarem dentro das doze milhas das ilhas artificiais por si construídas e ocupadas e, por sobrevoarem esses espaços em nome da liberdade de navegação. Alega, a China, que tais acções são altamente provocatórias e potencialmente perigosas⁶⁴.

Entretanto, em 2013, as Filipinas submeteram ao Tribunal Permanente de Arbitragem na Haia⁶⁵ quinze diferendos com a República Popular da China relativos ao Mar do Sul da China.

A deliberação do Tribunal, de 2016, concluiu que as reivindicações da China careciam de fundamento legal à luz da CNUDM e que as construções de recifes e ilhas artificiais, etc. violavam os direitos soberanos das Filipinas relativamente à sua ZEE.⁶⁶

Contudo, a China não acatou a decisão do Tribunal, ao qual chamou “uma farsa política”⁶⁷ alegando que a arbitragem era injusta e preconceituosa a favor do ocidente, e declarou que

⁶² Ben Blanchard/Michael Perry, “China Rebuffs Philipines President South China Sea Rebuke”, Reuters, August 16, 2018, 06:59 AM GMM. Ac. 170753AGO18.

⁶³ Hannah Beech, *ibidem*.

⁶⁴ Ben Blanchard/Michael Perry, “China Rebuffs Philipines President South China Sea Rebuke”, Reuters, August 16, 2018, 06:59 AM GMM. Ac. 170753AGO18.

⁶⁵ Criado em 1899 pela Convenção da Haia para a Resolução Pacífica de Disputas Internacionais.

⁶⁶ Permanent Court of Arbitration, South China Sea Arbitration (Philippines v. China), Award of 12 JULY 2016. A decisão do Tribunal por unanimidade, é de 12 de Julho de 2016 e, muito sucintamente, vai no seguinte sentido: - Não há base legal para a China reclamar direitos históricos sobre os recursos dentro da área delimitada pela “linha dos nove traços” (“nine-dash line”). E que mesmo que tivessem existido tinham sido extintos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

- Vários rochedos e recifes em disputa no Mar do Sul da China não satisfazem os requisitos da Convenção para que a China pudesse reclamar ZEE ou Plataforma Continental à sua volta; daí resultando que a China actuou ilegalmente face às Filipinas violando as suas zonas marítimas e agravando a disputa. E, também, certos baixios e afloramentos reivindicados pela China não são susceptíveis de criar zonas marítimas, *v.g.* mar territorial.

- Os navios de fiscalização chineses interferiram ilegalmente com os direitos de exploração dos recursos vivos e não vivos de outros Estados e ilegalmente criaram riscos de colisão quando fisicamente obstruíram a navegação de navios.

- A construção pela China de uma grande ilha artificial no atol de Mischief Reef, com aeródromo militar, cais de atracação e campos desportivos, foi considerada ilegal pelo Tribunal por estar na ZEE das Filipinas. A construção destas ilhas e de outras construções também nas Ilhas Spratley causaram danos irreparáveis aos recifes de coral e violaram o dever da China de proteger os ambientes marinhos frágeis, assim como as autoridades chinesas agiram ilegalmente quando tendo conhecimento das práticas dos pescadores chineses que colocam em risco certas espécies e danificam severamente os recifes de coral, não cumpriram a sua obrigação de parar estas práticas.

- As acções da China na pendência da arbitragem agravou a disputa entre as partes, designadamente com a construção de uma grande ilha artificial nas Ilhas Spratley (Fiery Cross Reef, 275 ha), na ZEE da Filipinas, causando danos irreparáveis ao ambiente marinho.

- A decisão do Tribunal deve ser acatada pelas partes na controvérsia (Artigo 11.º do Anexo VII).

⁶⁷ Ian Bremmer, “LAW – The meaning of China’s defeat in the South China Sea”. In Time, July 25, 2016, p. 12.

pretende resolver as disputas relevantes através de consultas e negociações bilaterais,⁶⁸ parecendo estar a desenvolver uma espécie de Doutrina de Monroe para o mar do Sul da China.

3.2.2 Estreito de Ormuz

O Estreito de Ormuz entre o Irão e o Omã, liga o Golfo Pérsico ao Golfo do Omã e ao mar Árábico.

Em 2024, o fluxo de petróleo líquido e gás natural por este estreito correspondeu a 20% do petróleo e gás que circulou no mesmo período em todo o mundo. Este valor manteve-se constante no primeiro quadrimestre de 2025.

A tensão entre os Estados Unidos da América e o Irão, assim como entre os seus aliados na região, tem conduzido a confrontos navais, desvio de petroleiros e demonstrações de força que, embora não tenham bloqueado a navegação, teve forte impacto nos preços da energia no mundo ocidental, *v.g.* o preço do barril de petróleo passou de \$69 USD em 12 Jun 2025, para \$74 USD, em 13 Jun 2025.⁶⁹

Percebe-se que a eventual obstrução deste estreito teria impactos catastróficos na economia global.

3.2.3 Estreito de Bab El-Mandeb e Mar Vermelho

O estreito de Bab el-Mandeb situado entre o Corno de África e o Médio Oriente liga o Mar Vermelho ao Golfo de Aden e ao Mar Árábico, tem dezoito milhas de largura na sua zona mais estreita, limitando os petroleiros a dois canais de duas milhas de largura, um em cada sentido.

A maioria do petróleo e gás natural exportado pelo Golfo Pérsico transita para norte, para os países ocidentais, pelo Mar Vermelho, e depois através depois do Canal do Suez ou do Suez-Mediterranean (SUMED) pipeline.

Como consequência directa dos ataques dos Houtis à navegação comercial no Mar Vermelho, verificou-se nos primeiros oito meses de 2024 um decréscimo superior a 50% no volume de petróleo bruto e seus derivados que circula no estreito de Bab el-Mandeb, em relação a todo o ano de 2023. O que corresponde, em média, a um declínio de 8,7 M b/d em 2023, para 4,0 M b/d em 2024.

O fecho deste estreito obrigará os petroleiros, o que já está a acontecer em parte, a demandar a rota do Cabo da Boa Esperança, aumentando os tempos de trânsito e os custos de operação dos navios.⁷⁰

3.2.4 Ártico e rotas marítimas do Norte

Na região do Ártico estima-se existir 13% (90 biliões americanos de barris) da total das reservas de petróleo e 30% do total das reservas de gás, ainda não explorados no mundo.⁷¹

⁶⁸ Alexander Macload, "China-Vietnam agreement signals regional shift in the South China Sea", September 21, 2016, in globalriskinsight.com, ac. 281625Dec2017.

⁶⁹ Todos os números referidos vêm de U.S. Energy Information Administration (EIA).(gov) e referem-se a 16/06/2025, in <https://www.eia.gov/detail>, ac. 171043SET2025

⁷⁰ <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=41073>, ac. 181500SET2025.

⁷¹ US Geological Survey, Northern sea Route and Northwest Passage. Ac. 181730SET2025.

O interesse por esta área tem vindo a aumentar com as novas possibilidades de navegação no Ártico propiciadas pelas alterações climáticas, que podem vir a abrir as passagens entre os oceanos Atlântico e o Pacífico, criando assim expectativas de melhor acesso àqueles recursos e à viabilização das viagens marítimas comerciais entre os grandes centros de desenvolvimento existentes na duas regiões. A título de exemplo a viagem marítima entre Yokohama e Roterdão pelo Suez são 21 759 km, e a viagem entre os mesmos destinos pela Passagem do Nordeste são 12 982 km.

Em concreto existem duas passagens ligando aqueles dois oceanos, a Passagem do Noroeste, através das Ilhas Árticas Canadianas e a Passagem do Nordeste que corre ao longo da costa nordeste da Rússia.

Ambas as passagens são afectadas pelo gelo do Ártico, embora historicamente a Passagem do Nordeste seja normalmente mais navegável devido à menor espessura e menor persistência do gelo.

Outra consequência desta situação são as conflitantes reivindicações dos oito países da região de soberania económica sobre as respectivas ZEE e PC, que se sobrepõem.

A Rússia reclama o controlo sobre a Passagem do Nordeste investindo em quebra-gelos nucleares e em infra-estruturas militares, os Estados Unidos da América, o Canadá, a Dinamarca (Gronelândia), a Finlândia, a Islândia, a Noruega e a Suécia contestam estas pretensões excessivas defendendo a liberdade de navegação nos termos do Direito Internacional.

Estas disputas podem dificultar as possibilidades de exploração dos recursos e das rotas do Ártico, mas também as expectativas em relação à rotas marítimas árticas são de muito difícil concretização devido às flutuações regulares da cobertura gelada e aos elevados custos associados à navegação no Ártico.⁷²

3.3 Segurança marítima e ameaças não estatais

A liberdade de navegação enfrenta também ameaças por parte de actores não estatais.

A pirataria, os assaltos armados a navios, o terrorismo marítimo, a criminalidade transaccional com as suas actividades marítimas ilícitas como o tráfico de escravos, o tráfico de seres humanos, o tráfico de armas, o tráfico de droga e a pesca ilegal, estendendo-se do Estreito de Malaca, ao Corno de África, Mar Vermelho, e Golfo de Aden e, também, ao Golfo da Guiné, são ameaças constantes à navegação marítima e desafiam o equilíbrio entre a liberdade de navegação e o controlo soberano.

A resposta da comunidade internacional para fazer face a estas crescentes ameaças contra a segurança marítima, tem oscilado entre a adopção de tratados e a criação de regimes de cooperação naval como o Código de Conduta de Djibuti, de 2009,⁷³ adoptado pelo Estados do Noroeste do Oceano Índico, e alterado em 2017 em Jedá, com a União Europeia a aderir com o estatuto de observador⁷⁴; e a militarização e a presença naval em rotas marítimas

⁷² Hugh Stephens, "The Opening of the Northern Sea Routes: The implications for global shipping and for Canada's relations with Asia", in *The School of Public Policy*, Volume 9, Issue 19, May 2016, University of Calgary, Alberta, CA.

⁷³ Adoptado em 29 de Janeiro de 2009, com 20 Estados signatários e 21 elegíveis para aderir.

⁷⁴ A União Europeia adquiriu o estatuto de observador em 2017, em Djallah.

através de operações navais multinacionais de segurança, tais como a operação EUROFOR ATALANTA, da União Europeia ⁷⁵, contra a pirataria no Mar Vermelho, Golfo de Aden e Noroeste do Oceano Índico, desde 2008; a operação SEA GUARDIAN da NATO para a segurança marítima do Mediterrâneo, desde 2016; a operação EUROPEAN MARITIME AWARENESS, focada no Estreito de Ormuz, desde 2022 e a operação PROSPERITY GUARDIAN, em 2023, para a segurança do Mar Vermelho e para fazer baixar o preço dos seguros marítimos na região, liderada pelos Estados Unidos da América e com a participação, entre outros, da Austrália, Espanha, França, Itália, Noruega, Países Baixos e Seychelles.

3.4 Regulação ambiental e sustentabilidade

A crescente consciência ambiental levou a um novo tipo de regulamentação marítima. A Organização Marítima Internacional (IMO) tem desempenhado um papel determinante na imposição de normas de segurança e protecção ambiental, nomeadamente através da Convenção MARPOL⁷⁶, e das medidas sobre a redução das emissões de enxofre (IMO 2020).⁷⁷

Outro exemplo será a Convenção OSPAR, de 2024, sobre a Protecção do Meio Marinho no Atlântico Nordeste, que vem criar novas restrições à navegação em nome da protecção ambiental, tais como as áreas marítimas protegidas que podem ir até 30% dos oceanos e as áreas de controlo de emissões de carbono, para citar algumas.

Compete aos Estados agindo em nome da comunidade internacional garantir o cumprimento deste tipo de regulamentação ambiental alargando por esta via os seus poderes funcionais sobre o alto mar, contribuindo assim para o desequilíbrio que paulatinamente se vai estabelecendo a favor da soberania dos Estados em detrimento do pleno gozo das liberdades do alto mar pela comunidade internacional.

4. CONCLUSÃO

Actualmente, as rotas de navegação e o comércio marítimo constituem-se como a espinha dorsal da globalização, que não pode ter sucesso sem a liberdade de navegação que, nas palavras do Tratado de Windsor, também promove valores e interesses comuns a prosperidade e a paz⁷⁸.

Mas “a liberdade de navegação deve hoje ser olhada como um direito funcional dos Estados da bandeira, a ser exercido com “o devido respeito” pelos outros relevantes interesses colectivos (dos Estados) sobre o mar.”⁷⁹

⁷⁵ Conselho da União Europeia, 2022. Operação Atalanta, renovação do mandato.

⁷⁶ Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Navios (Decreto n.º 25/87, de 10 de Julho, em vigor desde 22 de janeiro de 1988).

⁷⁷ IMO, “Sulphur Cap Regulations”, 2020.

⁷⁸ Palavras do Tratado de Aliança entre Portugal e Inglaterra, assinado em Windsor, em 9 de Maio de 1386.

⁷⁹ José Juste-Ruiz, *op. cit.* p. 87.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Celso, “Os 14 pontos de Wilson”, in “Legado Político do Ocidente”, DIFEL, Rio de Janeiro – São Paulo, Brasil, 1978.
- BARTON, William, “A Dissertation on the Freedom of Navigation”, Philadelphia, 1802.
- BEECH, HANNAH, “WELCOME TO THE SOUTH CHINA SEA”, IN TIME, JUNE 6, 2016, P. 20-29.
- BREMMER, Ian, “LAW – The meaning of China’s defeat in the South China Sea”. In Time , July 25, 2016, p. 12.
- CAETANO, Marcello, “Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos”, 4.^a ed., Ática, 1971.
- CARREIRA, José M. P. Silva, “A importância da liberdade de navegação”, in Roteiros, Boletim do Instituto D. João de Castro, n.º 10, Nova Série, 2016, p. 87 a 101.
- CARREIRA, José M. P. Silva, “O Mar do Sul da China – Um desafio à CNUDM”, in Memórias 2019, publicação da Academia de Marinha, Junho 2020, p. 143 a 150.
- CLINGAN JR, Thomas A., “Freedom of Navigation in a Post-UNCLOS III Environment”, Ed. Law and Contemporary Problems, Spring 1983.
- CONVENÇÃO Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Navios (Decreto n.º 25/87, de 10 de Julho).
- BLANCHARD, Ben / PERRY, Michael, “China Rebuffs Philipines President South China Sea Rebuke”, Reuters, August 16, 2018, 06:59 AM GMM. Ac. 170753AGO18.
- FREITAS, Serafim de, “De Justo Imperio Lusitanorum Asiatico”, 1625, ed. Latim e Português, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1983, 2 vols.
- GORSHKOV, S. G., “The Sea Power of the State”, Pergamon Press Ltd, Oxford, England, 1979.
- GROTII, Hugonis, “*Mare Liberum, Sive de Jure quod Batavis competit ad indicana commercia dissertatio*”, 1609, Translated with a revision from latin text of 1633, by Ralph Van Deman Maggofin, Oxford University Press, New York, 1916. In
- GUDES, Armando M. Marques Guedes, “Direito do Mar”, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 1989.
- <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=41073>, ac. 181500SET2025.
- IMO Facts and Figures 2025 | Review of Maritime Transport, 2024.
- IMO, “Sulphur Cap Regulations”, 2020.
- JUSTE-RUIZ, José, “Freedom of Navigation and Responsibility for Damage to the Marine Environment”, p. 85, in “30 Years After the Signature of the UNCLOS, Coimbra Editora, Maio 2014, p. 85 to 111.
- KISSINGER, Henry, “World Order”, Allen Lane, London, 2014.
- KRASKA, James, “Maritime Power and the Law of the Sea - Expeditionary Operation e World Politics”, Oxford University Press, 2011
- MAHAN, Alfred Thayer, “The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783”, The Project Gutenberg eBook, 2004, updated 2007 (from the 12th ed.1890).
- MACLOAD, Alexander, “China-Vietnam agreement signals regional shift in the South China Sea”, September 21, 2016, in globalriskinsight.com, ac. 281625Dec2017.
- O’CONNEL, DP, “The International Law of The Sea”, Vol. I, Claredon Press, Oxford, 1982.
- O’CONNEL, DP, “The International Law of The Sea”, Vol. II, Claredon Press, Oxford, 1984.
- PACHECO, Miguel Beça, “Medidas da Terra e do Mar”, Instituto Hidrográfico, Lisboa, 2013.
- POPPER, Karl R., “The Open Society and its Enemies, Vol. I – The Spell of Plato”, George Routledge & Sons, Ltd, London, 1947.

- PRESIDENT WOODROW WILSON'S Fourteen Points, Yale Law School, The Avalon Project, ac. 13Set2015.
- QUOC DINH, Nguyen, "Droit International Public", 6e. ed., Librairie Générale du Droit et de Jurisprudence, Paris, 1999.
- SAN REMO MANUAL on International Law Applicable to Armed Conflicts at Sea, Cambridge University Press, 1995.
- STAVIDRIS, James, "Geopolitics: Trump's top priority must be a strong China Strategy", in TIME, DEC 26, 2016 / JAN 2, 2017.
- STEPHENS, Hugh, "The Opening of the Northern Sea Routes: The implications for global shipping and for Canada's relations with Asia", in The School of Public Policy, Volume 9, Issue 19, May 2016, University of Calgary, Alberta, CA.
- THUCYDIDES, "The History of the Peloponnesian War", ed./transl. Sir Richard Livingstone, Oxford University Press, NY, tenth printing, 1982.
- TRATADO de Aliança entre Portugal e Inglaterra, assinado em Windsor, em 9 de Maio de 1386.
- U.S. Energy Information Administration (EIA).(gov) e referem-se a 16/06/2025, in <https://www.eia.gov/detail>, ac. 171043SET2025.
- US Geological Survey, Northern sea Route and Northwest Passage. Ac. 181730SET2025.
- ZHIGUO GAO & BING JIA, "The nine dash line in the South China Sea: History, Status, and Implications", The American Journal of International Law, 2013-01, Vol. 107 (1), p. 98 - 123.

ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA

PRESIDENTE DE HONRA

Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

CONSELHO ACADÉMICO (CA)

Presidente: Doutora Maria Regina de Mongiardim

Vice-presidente: Prof. Doutor José Carlos Venâncio

Vice-Presidente: Prof. Doutor José Esteves Pereira

Vogal: Rev. Padre Dr. Vítor Melícias

Vogal: V/Alm. REF João Pires Neves

Secretário-geral: Prof. Doutor Renato Epifânio

ACADÉMICOS DE MÉRITO

Dr. José Ramos Horta

Dom Manuel Nascimento Clemente (ex-Cardal Patriarca de Lisboa)

Gen. REF José Pinto Ramalho

Prof. Doutor José Barata-Moura

Prof. Doutor António Dias Farinha

Dr. Carlos Monjardino – antigo Presidente do CA

ACADÉMICOS DE NÚMERO PORTUGUESES

1. Prof. Doutor Martin Eduardo Corte Real de Albuquerque
2. Prof. Doutor Luís António Aires-Barros
3. Prof. Doutor José Carlos Venâncio
4. Prof. Doutor Francisco Miguel Proença Garcia
5. V/Alm. REF João Pires Neves
6. Prof. Cat. José Fontes
7. V/Alm. REF António Rebelo Duarte
8. Doutora Maria Regina de Mongiardim da Costa Flor e Almeida
9. Prof. Doutor José Filipe Pinto
10. Prof.^a Doutora Maria Salomé Pais
11. Prof.^a Doutora Sónia Frias

12. Alm. REF Francisco Vidal Abreu
13. Prof. Doutor António Sampaio da Nóvoa
14. Prof.^a Doutora Maria da Glória Garcia
15. Prof. Doutor José Esteves Pereira
16. Pe. Dr. Vítor Melícias
17. Prof. Doutor Renato Epifânio
18. V/Alm. José Manuel Silva Carreira
19. Prof.^a Doutora Gabriela Canavilhas
20. Prof.^a Doutora Ana Cristina Martins

CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

1. Prof. Doutor Evanildo Cavalcante Bechara
2. Prof. Doutor Manuel Chantre
3. Eng. Darc António da Luz Costa
4. Prof. Doutor Hipólito de la Torre Gómez
5. Prof. Doutor Lawrence Graham
6. Prof. Doutor Carlos Francisco Ribeiro de Lessa
7. Prof. Doutor Ives Gandra Silva Martins
8. Prof. Doutor Raúl Morodo
9. Prof. Doutor Carlos Nejar
10. Dr. Mário Cabral e Sá
11. Prof. Doutor Marcos Vinícios Vilaça
12. Dr. Zhang Weimin
13. Prof. Doutor Víctor Mário Chicua Kajibanga
14. Prof. Doutor George Contogeorgis
15. Prof.^a Doutora Fátima Moura Roque
16. Dr. José Rodriguez Carballo
17. Dr. Gilberto Veríssimo
18. Dr. Domingos Simões Pereira
19. Prof. Doutor José Octávio Serra Van-Dúinem
20. Prof. Doutor Paulo de Carvalho
21. Prof. Doutor José Maurício de Carvalho

CORRESPONDENTES PORTUGUESES

1. Ten-Gen REF José Eduardo Garcia Leandro
2. Prof.^a Doutora Maria José Ferro Tavares
3. D. José Manuel Garcia Cordeiro – Bispo de Braga e Primaz das Espanhas
4. Dr. Luís Amado
5. Prof. Doutor Paulo Mota Pinto
6. Eng. António Jorge Nunes
7. Dr. Pedro d' Avillez
8. Dr. Onésimo Teotónio Almeida
9. Prof. Doutor António Bensabat Rendas
10. Dr.^a Maria da Assunção Anes Morais
11. Prof. Doutor Bernardo Ivo-Cruz
12. Prof.^a Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade
13. Prof. Doutor Luís Tomé
14. Embaixador jubilado Doutor José Manuel Duarte de Jesus



Portugal em Acção